SOCIEDADE CONVERGENTE

CADERNOS DE CONVERGÊNCIA

DOCUMENTO BASE PARA DISCUSSÃO DOS TEMAS

Estruturas e Meios do Estado: Causas e Conseqüências do Endividamento
Infra-estrutura: Transportes, Energia e Saneamento
Desenvolvimento Harmônico e Sustentável

FASE 1

SOCIEDADE
CONVERGENTE

ÍNDICE

Estruturas e Meios do Estado:
Causas e Conseqüências do Endividamento 29

Infra-estrutura: Transportes 107

Infra-estrutura: Energia 113

Infra-estrutura: Saneamento 123

Desenvolvimento Harmônico e Sustentável 157

PROGRAMA SOCIEDADE CONVERGENTE

A Assembléia Legislativa tem o dever de pensar de forma organizada o futuro da sociedade. Olhar para frente. Ser um laboratório de mudanças sociais.

É nessa perspectiva que foi pensado o Programa Sociedade Convergente. Através dele, a Assembléia Legislativa resgata seu papel de articuladora e, em conjunto com as demais instâncias institucionais e com todos os setores organizados da sociedade, busca a convergência positiva rumo ao equilíbrio social do Rio Grande do Sul.

O programa foi idealizado para tratar, de forma estratégica, três eixos estruturantes:

- serviços públicos: estruturas e meios;
- infra-estrutura e desenvolvimento econômico e social;
- planta social e sua dignidade.

Para sua implementação, o Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional, existente desde 1999, com atuação na área da participação popular, foi reorganizado através da Resolução n° 3010, de 6 de março de 2008.

O fórum agora se assenta sobre cinco áreas de representação: a Assembléia Legislativa, os Coredes, as Universidades, a Sociedade Civil Organizada e as Instâncias Federativas. Todas estão presentes no seu Colégio Deliberativo e nos Grupos Executivos de Acompanhamento de Debates (GEADs).

A cada ano, o Colégio Deliberativo seleciona temas prioritários. Eles são estudados e preparados por um GEAD e depois submetidos ao debate popular em todo o Estado. Desse processo deverão resultar decisões que possibilitem leis ou outros instrumentos capazes de planejar, organizar e acompanhar através de indicadores a evolução futura das soluções apontadas.

Além dos eixos estruturantes, o Programa Sociedade Convergente oferece duas outras ferramentas para temas urgentes ou eventuais:

- Diálogos de Convergência: eventos com autoridades ou especialistas para o debate, elucidações a respeito ou identificação de problemas, gargalos ou divergências.
- Oficina de solução: aborda um tema específico que apresenta divergências, reunindo os atores envolvidos e representantes de instâncias governamentais, de segmentos da sociedade e do setor produtivo relacionados com o assunto, na busca de soluções ou superação de gargalos.

O Programa Sociedade Convergente tem entre seus objetivos fundamentais:

a) tornar a participação popular, qualificada pelo conhecimento e pela informação;

b) gerar cultura de pensar estrategicamente, a médio e longo prazos, separando as questões de Estado das contingências conjunturais e de governos;

c) elevar o nível do debate parlamentar e resgatar o verdadeiro papel da Assembléia Legislativa, que é o de articuladora, buscando a convergência positiva rumo ao equilíbrio social do Rio Grande do Sul;

d) utilizar ferramentas que não sejam de conflito, mas de solução, baseadas numa mesa de interlocução na qual estejam presentes os interesses divergentes, o poder político de decisão e a capacitação técnica para determinado tema;

e) encurtar a distância entre diagnóstico e solução.

OS CAMINHOS DO PROGRAMA

2008 - CAMINHO PERCORRIDO

- **Janeiro**: As linhas do programa são apresentadas às bancadas parlamentares e à sociedade.

- **Fevereiro**: Os deputados discutem, formulam e deliberam a resolução que reorganiza o Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional.

- **Março**: Promulgada a Resolução n° 3.010/2008. Nos dias 7 e 8, realiza-se o seminário no qual autoridades, dirigentes de organizações da sociedade civil e cidadãos formulam sugestões a respeito de temas prioritários. Aberto o prazo, por edital, para as entidades da sociedade civil se credenciarem ao fórum. Continuam sendo recebidas sugestões de temas prioritários das entidades, organizações, partidos e cidadãos.

- **Abril**: Estruturação do Colégio Deliberativo. As áreas de representação são convidadas a indicar seus representantes. Os três setores da sociedade civil organizada (trabalho e sindical; empresarial e produção; ONGs e demais organizações) reúnem-se para eleger entidades dentre as credenciadas em cada um deles. Dia 29 de abril, toma posse o Colégio Deliberativo e recebe um Caderno de Temas – com as sugestões e propostas recolhidas da sociedade – para deliberar.

- **Maio**: O Colégio Deliberativo reúne-se semanalmente. Regula seus trabalhos. Debate o Caderno de Temas. Toma as decisões. Organiza os Grupos Executivos de Acompanhamento de Debates, fixando o prazo de 30 de junho para que formulem seus relatórios que devem orientar os debates em todo o Estado. As entidades e áreas de representação são convidadas a indicar seus representantes em cada grupo. Dia 26, tomam posse os GEADs.

- **Junho**: Funcionam os cinco Grupos Temáticos, um para cada tema ou subtema (dividido em três: transportes, energia e saneamento). Através do site da Assembléia Legislativa, página do fórum (documentos e links), é possível acompanhar as apresentações e documentos submetidos aos grupos. São realizadas 36 reuniões gerais dos grupos, sem considerar os encontros de trabalho de subgrupos e de relatores e coordenadores. Ao todo são gravadas mais de 80 horas de exposições e debates. Mais de 70 textos e links estão disponibilizados ao público, para acompanhamento do trabalho dos grupos e conhecimento a respeito dos temas através do site http://www.al.rs.gov.br/forum_democratico/ em "documentos e links".

2008 - CAMINHOS A PERCORRER

- **Julho**: O Colégio Deliberativo recebe os estudos dos grupos, avalia-os e os libera para publicação. Decide sobre as regras para a discussão estadual. A Assembléia providencia a publicação e disseminação dos estudos.

- **Agosto e setembro**: Realização das audiências e assembléias nas nove Regiões Funcionais. Os GEADs participam, acompanham e trabalham, consolidando os conteúdos e resultados. As assembléias regionais elegem delegados para a estadual (Resolução n° 3010/2008).

- **Outubro e novembro**: Preparação do documento para a assembléia estadual final do processo. O grupo temático compatibiliza os resultados das assembléias regionais com os estudos iniciais e organiza um texto identificando consensos e divergências.

- **Dezembro**: Realização das assembléias estaduais temáticas finais. Em forma de seminários, abertos ao público e com exposições de especialistas e autoridades sobre o tema e deliberação. Na parte deliberativa votam os credenciados do fórum e os delegados eleitos pelas assembléias regionais. Esse documento final deve, de preferência, indicar projeto de lei, resolução de políticas públicas ou outro instrumento que possibilite continuidade aos resultados dos debates. De acordo com o tema, pode propor indicadores e sistemas de acompanhamento e avaliação das políticas públicas. O Colégio Deliberativo aprecia as conclusões, decide sobre elas e as encaminha à Assembléia Legislativa.

OS TEMAS DE 2008

O Colégio Deliberativo decidiu em maio priorizar para os debates deste ano:

I – Estruturas e Meios do Estado; Causas e Conseqüências do Endividamento.

II – Infra-estrutura:
a) Transportes
b) Energia
c) Saneamento

III – Desenvolvimento Harmônico e Sustentável

O Colégio Deliberativo atribuiu a cada GEAD melhor definir a abrangência do respectivo tema e completar a própria formação pelo convite de mais dez (Resolução 3.010) organizações ou instituições.

COMPOSIÇÃO DO COLÉGIO DELIBERATIVO DO FÓRUM DEMOCRÁTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL:

Assembléia Legislativa

Presidente: Dep. Alceu Moreira, Substituto: Vice-Presidente, Dep. Cassiá Carpes

Titulares: Dep. Raul Pont (PT), Dep. Alberto Oliveira (PMDB), Dep. Mano Changes (PP), Dep. Kalil Sehbe (PDT), Dep. Zilah Breitenbach (PSDB), Dep. Cassiá Carpes (PTB), Dep. Paulo Odone (PPS), Dep. Paulo Borges (Democratas), Dep. Miki Breier (PSB), Dep. Raul Carrion (PcdoB).

Suplentes: Dep. Daniel Bordignon (PT), Dep. Álvaro Boéssio (PMDB), Dep. Silvana Covatti (PP), Dep. Adroaldo Loureiro (PDT), Dep. Adilson Troca (PSDB), Dep. Luis Augusto Lara (PTB), Dep. Berfran Rosado (PPS), Dep. José Sperotto (Democratas), Dep. Heitor Schuch (PSB).

Conselhos Regionais de Desenvolvimento

Titulares: Prof. Paulo Afonso Frizzo (Presidente do Fórum dos COREDES), Sérgio Cardoso (COREDE Metropolitano Delta do Jacuí), José Antonio V. Adamoli (COREDE Serra), Luiz Cézar de O. Leite (COREDE Centro-Sul), Theonas Baumhardt (COREDE Jacuí Centro).

Suplentes: Vice-Presidente Delmar Henrique Backes (Substituto do Presidente), Alessandro Dalla Santa Trindade (COREDE Campos de Cima da Serra), Paulo Roberto Fernandes (COREDE Vale do Rio da Várzea), Prefeita Selmira Fehrembach (COREDE Sul), Antonio Carlos S. Jordão (COREDE Centro).

Universidades

Duas vagas para universidades públicas

Titulares: Reitor José Carlos Ferraz Hennemann (UFRGS), Reitor Carlos Alberto Callegaro (UERGS).

Suplentes: Reitora Miriam da Costa Oliveira (Universidade Federal de Ciência da Saúde), Reitor João Carlos Brahm Cousin (FURG).

Duas vagas para COMUNG (universidades comunitárias):

Titulares: Reitor Prof. Alencar Mello Proença (UCPEL), Reitor Ney José Lazzari, (UNIVATES).

Suplentes: Reitor Isidoro Zorzi (UCS), Reitor Ramon Fernando da Cunha (FEEVALE).

Uma vaga para demais universidades e IES

Titular: Reitora Adriana Rivoire Menelli de Oliveira (IPA).

Suplente: Professor Delmar Henrique Backes (Diretor da Faculdades Integradas de Taquara).

Sociedade Civil Organizada

Quatro vagas para organizações representativas da produção e do setor patronal

Titulares: FIERGS – Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, Presidente Paulo Gilberto Fernandes Tigre; FEDERASUL – Federação das Associações Comerciais e de Serviços do Rio Grande do Sul, Presidente José Paulo Dornelles Cairoli; FARSUL – Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, Presidente Carlos Rivaci Sperotto; OCERGS – Sindicato e Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul, Presidente Vergilio Frederico Perius.

Suplentes: SINDIFAR – Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos no Rio Grande do Sul, Presidente Thômaz Nunnenkamp; FCDL/RS – Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Rio Grande do Sul, Presidente Vitor Augusto Koch; ACSURS – Associação de Criadores de Suínos do Rio Grande do Sul, Presidente Valdecir Luís Folador; AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil, Presidente Benício Albano Werner.

Quatro vagas para organizações sindicais e profissionais representativos do trabalho

Titulares: CUT-RS – Central Única dos Trabalhadores, Presidente Celso Woyciechowski; F. Sindical – Força Sindical do Rio Grande do Sul, Presidente Cláudio Guimarães da Silva (Janta); UGT – União Geral de Trabalhadores no Rio Grande do Sul, Presidente Paulo Roberto Barck; FASP/RS – Federação das Associações de Servidores Públicos Ativos e Inativos no Rio Grande do Sul, Presidente José Alfredo Santos Amarante.

Suplentes: Associação Gaúcha dos Professores Técnicos Agrícolas, Presidente Fritz Roloff; ASSTBM – Associação dos Sargentos, Subtenentes e Tenentes da Brigada Militar, Presidente Aparício Costa Santellano; SENGE – Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul, Presidente José Luiz Bortoli Azambuja; AFOCEFE – Sindicato dos Técnicos do Tesouro do RS, Presidente Elton Nietiedt.

Quatro vagas para movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil

Titulares: ARI – Associação Riograndense de Imprensa, Presidente Ercy Pereira Torma; Fórum de Desenvolvimento da Mesorregião Metade Sul do RS, Presidente Antônio Carlos Saran Jordão; Borboleta Azul – Instituto Latino Americano de Proteção Ambiental, Presidente Jornalista José Roberto Ramos; Maristas – União Sul Brasileira de Educação e Ensino, Conselheiro Provincial Irmão Miguel Antônio Orlandi.

Suplentes: Rotary Internacional, Distrito 4680, Governador Tirone Lemos Michelin; GORS – Grande Oriente do Rio Grande do Sul, Grão-Mestre José Aristides Fermino; Projeto Mira Serra, Coordenadora Lisiane Becker; Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras, Presidente Maria Noelci Teixeira Homero.

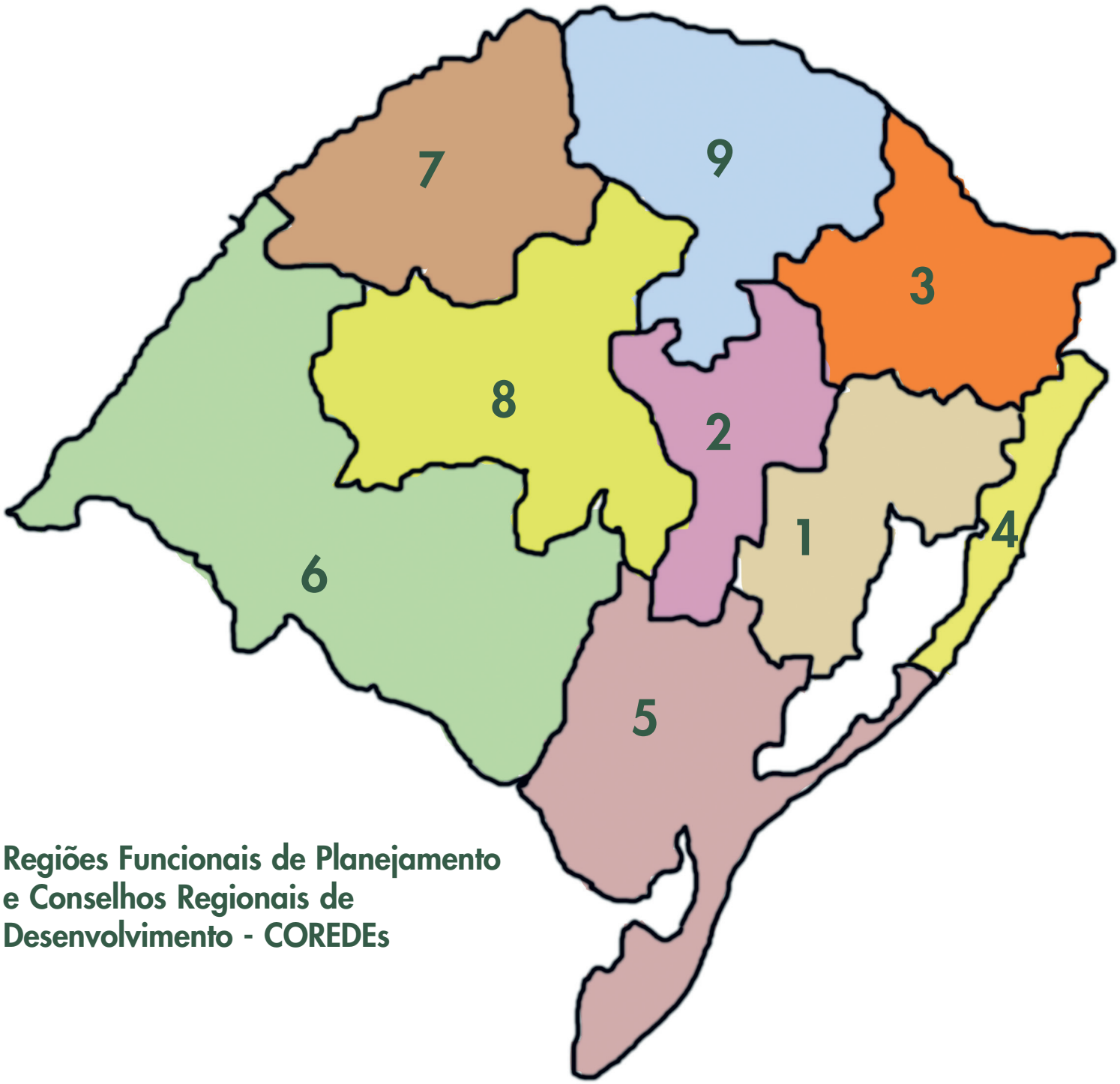
Instâncias federativas

Titulares: Governo do Estado**,** Secretário Extraordinário para Assuntos da Casa Civil José Alberto Wenzel; Governo Federal – vago; FAMURS, Presidente – Prefeito Elir Domingo Girardi; UVERGS, Presidente – Vereador Antônio Inácio Baccarin; Bancada Federal Gaúcha, Deputado Federal Pompeo de Mattos.

Suplentes: Governo do Estado, Secretário Extraordinário de Relações Institucionais Celso Bernardi; FAMURS, Substituto – Glei Cabrera Menezes; Bancada Federal Gaúcha, Deputado Federal Onyx Lorenzoni.

AS REGIÕES FUNCIONAIS COM OS RESPECTIVOS COREDES

RF1 - METROPOLITANO DO DELTA DO JACUÍ, CENTRO SUL, VALE DO CAÍ, VALE DO RIO DOS SINOS e PARANHANA – ENCOSTA DA SERRA
RF2 - VALE DO RIO PARDO e VALE DO TAQUARI
RF3 - CAMPOS DE CIMA DA SERRA HORTÊNSIAS e SERRA
RF4 - LITORAL NORTE
RF5 - SUL
RF6 - CAMPANHA e FRONTEIRA OESTE
RF7 - FRONTEIRA NOROESTE, MISSÕES, NOROESTE COLONIAL e CELEIRO
RF8 - ALTO JACUÍ, CENTRAL e JACUÍ-CENTRO e VALE DO JAGUARI
RF9 - ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ, MÉDIO ALTO URUGUAI, NORDESTE, NORTE, PRODUÇÃO e RIO DA VÁRZEA



Regiões Funcionais de Planejamento e Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDEs

GRUPOS EXECUTIVOS DE ACOMPANHAMENTO DE DEBATES
(Grupos Temáticos)

Área de representação das instituições e organizações que participam do fórum e que se representam no Colégio Deliberativo e nos Grupos Executivos de Acompanhamento de Debates:

- Assembléia Legislativa **(AL)**
- COREDES
- Universidades e IES **(UNI)**
- Instâncias Federativas **(IF)**

Sociedade Civil Organizada: Empresariais e da Produção **(PROD)**, Sindicais e do Trabalho **(SIND)** e Movimentos Sociais e demais Organizações Sociais **(OS)**

GRUPO ESTRUTURAS E MEIOS DO ESTADO

I – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA (1 vaga – Deputado e Técnico – por bancada)

Dep. Raul Pont (Bancada PT), Aníger Lorena Ribeiro de Oliveira (Técnica, Bancada PT), Vera Inêz Salgueiro Lermen (Técnica, Bancada PMDB), Dep. Frederico Antunes (Bancada PP), Edgar Engel Neto (Técnico, Bancada PP), Dep. Berfran Rosado (Bancada PPS), Giancarlo Tusi Pinto (Técnico, Bancada PPS), Dep. Heitor Schuch (Bancada PSB), Dep. Miki Breier (Bancada PSB), Carlos Alberto Agostini (Técnico, Bancada PSB), Dep. Raul Carrion (Bancada PcdoB), Carlos De Martini Duarte (Técnico, Bancada PcdoB).

II – COREDES – 5 VAGAS

José Francisco Gorski (Prefeito de Santiago), Maria Alice Lahorgue (UFRGS), Pedro Luís Büttenbender (UNIJUÍ)

III – UNIVERSIDADES – 5 VAGAS

Prof. Carlos Honorato Schuch Santos (UERGS), Prof. Oreno Ardêmio Heineck (UNIVATES), Prof. Cezar Augusto Zen Vasconcellos (Pró-Reitor UFRGS), Prof. Vitor Labes (ULBRA).

IV – INSTÂNCIAS FEDERATIVAS – 5 VAGAS

Flávio Pompemeyer (Governo do Estado, representando o Secretário de Estado da Fazenda), Roberto Calazans (Secretaria de Estado da Fazenda), Alexandre Porsse (SEFAZ), Lúcio Olímpio Vieira (SE), Alceu Alfredo Trott (FAMURS).

V - SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA (12 VAGAS: 4 – MOVIMENTOS SOCIAIS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES – 4 SINDICAIS E TRABALHO E 4 EMPRESÁRIOS E PRODUÇÃO)

Carmem Regina Nogueira (Forças Verde, OS), Célso Barcelos (Sociedade Pestalozzi e Fórum Mesosul, OS), Dr. Fábio Miguel Barrichello (OAB/RS), Ronald Krummennauer (Agenda 2020, Instituto Pestalozzi e Fórum Mesosul, OS), Roque Callage (Rotary/ ARI, OS), Tirone Lemos Michelin (Rotary / ARI, OS), Vera Rejane Goulart Gonçalves (ABOP/RS, SIND), Bonifácio de Bróbio (Sintergs, SIND), Cláudio Janta (Força Sindical/RS, SIND), Clésio da Silva (FASP/RS, SIND), Ricardo Franzoi (DIEESE, CUT/RS, SIND), Elton Nietiedt (AFOCEFE, FASP/RS, SIND), José Alfredo Santos Amarante (FASP/RS, SIND), Lorival Cardoso Magnus (UGT, SIND), Valmor Braga Simonetti (SINDAF, FASP/RS, SIND),Carlos Alberto de Figueiredo Freitas (OCERGS – suplente, PROD), Mário de Conto (OCERGS – titular, PROD), Rene Gianizella (OCERGS – suplente, PROD), Rogério Kerber (SIPS/RS), José Eduardo dos Santos (ASGAV – PROD), Darlan Pagliarin (SindLat RS – PROD), Zilmar Mousalle (SINCADERS – PROD), José Lauro de Quadros (AGEFLOR – PROD).

ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES CONVIDADAS (10)

CORECONRS – Conselho Regional de Economia do RS – Conselheiro Alejandro Kuajara Arandia
CRCRS – Conselho Regional de Contabilidade do RS
CRA/RS – Conselho Regional de Administração do RS
CREA/RS – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do RS
IEPE – Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas – UFRGS

ASSESSORIA TÉCNICA PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Luciene Antunes Dias de Oliveira – Gabinete de Consultoria Legislativa

GRUPO INFRA-ESTRUTURA: TRANSPORTES

I – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA (1 vaga – Deputado e Técnico – por bancada)

Dep. Marisa Formolo (Bancada PT), Gilson Gruginskie (Técnico, Bancada PT), Ben-Hur Borba Freitas (Técnico, Bancada PT), Dep. Sandro Boka (Bancada PMDB), Antonio Carlos Brites Jaques (PMDB), Moacir Donato Rosa De Oliveira (Técnico, Bancada PMDB), Dep. Francisco Appio (Bancada PP), Joel Campos (Técnico Bancada PP), Dep. Paulo Odone (Bancada PPS), Maria da Conceição Lopes da Silva (Técnica, Bancada PPS), Dep. Heitor Schuch (Bancada PSB), Paulo Renato Amaral (Técnico, Bancada PSB), Dep. Raul Carrion (Bancada PCdoB), Paulo Roberto Pereira Rivera (Técnico, Bancada PcdoB).

II – COREDES – 5 VAGAS

José Antonio Voltan Adamoli (UCS), Vidal Mendonça (Porto de Rio Grande).

III – UNIVERSIDADES – 5 VAGAS

Prof. Carlos Alberto Martini (UNIVATES), Prof. Celso Luís da Silva Pedreira (UCPEL), Prof. Guilherme Bergmann Borges Vieira (UERGS), Reitor Ney José Lazzari (UNIVATES).

IV – INSTÂNCIAS FEDERATIVAS – 5 VAGAS

Paulo Lomando (Governo do Estado, representando o Secretário de Infra-Estrutura e Logística), Ronei Goldani de Borba (SEINFRA), Suzana Sperry (Governo do Estado, Coordenadora Executiva da Secretaria da Ciência e Tecnologia), Conceição Deromar Krusser (FAMURS).

V - SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA (12 VAGAS: 4 – MOVIMENTOS SOCIAIS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES – 4 SINDICAIS E TRABALHO E 4 EMPRESÁRIOS E PRODUÇÃO)

Dr. Darci Norte Rebelo (OAB/RS, OS), Engº Luiz Dahlem (ABCR, PROD), Abel Paré (Suplente, OCERGS, PROD), Álvaro Luiz Maciel Nunes (Logística, OCERGS, PROD), Caio Cezar Fernandez Vianna (Titular, OCERGS, PROD), Luís Helio Girotto (Suplente, OCERGS, Paulo Renato Menzel (FIERGS, PROD), Sérgio Kirsch (ABTP-SUL, PROD), Atos dos Santos Motta (FORÇA/SINDICAL/RS), Engº Carlos Harley Kurtz Rezende (SENGE/RS, SIND), Engº Jayme Tonon (SENGE/RS, SIND), João Alberto Fernandes, (SINDAERGS, SIND), Jorge Henrique Fernandes Faleiro (CUT/RS, SIND), Eugenio Muller (CUT/RS, SITICEPOT), Luis Carlos Barbosa (FORÇA SINDICAL/RS, SIND), Terezinha Dimer Magnus (UGT, SIND).

ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES CONVIDADAS (10)

ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil – Gerência Regional, representante Luís Claudio Mallorca Natal.
ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres – Un. RS, Roberto Albuquerque Guedes da Luz.
DAER – Departamento Autônomo de Rodagem.
DNIT – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes.
METROPLAN – Fundação Est. de Planej. Metropolitano e Regional – representante Francisco Schneider, Duarte de Souza Rosa Filho.
SETCERGS – Sind. das Empresas de Transporte de Cargas e Logística no RS – Vice-Presidente José Carlos Silvano.
SPH – Superintendência de Portos e Hidrovias – Representante Paulo Elizeu.
RTI – Assoc. Riograndense de Transporte Intermunicipal – Eugenio Weidle – Assessor Técnico.
V Comando Aéreo Regional – representante Marcelo Cezimbra das Chagas.

INFRAERO

Porto de Rio Grande

ASSESSORIA TÉCNICA PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Izabel Belloc Moreira Aragon – Gabinete de Consultoria Legislativa

GRUPO INFRA-ESTRUTURA: ENERGIA

I – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA (1 vaga – Deputado e Técnico – por bancada)

Dep. Ivar Pavan (Bancada PT), Gilson Gruginskie e Elton Scapini (Técnicos, Bancada PT), Vera Inês Salgueiro Lermen (Técnic,a Bancada PMDB), Dep. Sandro Boka (Bancada PMDB), Joel Campos (Técnico, Bancada PP), Dep. Paulo Odone (Bancada PPS), Maria da Conceição Lopes da Silva (Técnica, Bancada PPS), Dep. Heitor Schuch (Bancada PSB), Sérgio Dias (Técnico, Bancada PSB), Dep. Raul Carrion (Bancada Pc doB), Paulo Roberto Pereira Rivera (Técnico, Bancada PcdoB).

II – COREDES – 5 VAGAS

Prof. Cícero Zanoni (UCS), Prof. Osvaldo Luiz Jacques Guazelli (UNISC), Profa. Rosana Schneider (UNISC).

III – UNIVERSIDADES – 5 VAGAS

Prof. Carlos Alberto Martini (UNIVATES), Prof. Reitor Ney José Lazzari (UNIVATES), Prof. Ricardo Norberto Ayup Zouain (UFRGS).

IV – INSTÂNCIAS FEDERATIVAS – 5 VAGAS

Edmundo Fernandes da Silva (Governo do Estado, representante do Secretário de Estado de Infra-estrutura e Logística), João Carlos Felix (Governo do Estado, SEINFRA), Conceição Deromar Krusser (FAMURS).

V - SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA (12 VAGAS: 4 – MOVIMENTOS SOCIAIS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES – 4 SINDICAIS E TRABALHO E 4 EMPRESÁRIOS E PRODUÇÃO)

Dr. Alexandre Coelho Santos (OAB/RS - OS), Engº Clóvis Waldy B. de Quadros (FÓRUM MESOSUL - OS), Engº Iorque B. Cardoso (FÓRUM MESOSUL – OS), José Aristides Fermino (MAÇONARIA – OS), Engº Poty Berny (FÓRUM MESOSUL – OS), Paulo José A. Mattos (FÓRUM MESOSUL – OS), Tirone Michelin (Rotary e ARI, OS), Dr. Carlos Adilio Maia do Nascimento (ACSURS – PROD), Egon Édio Hoerlle (Suplente OCERGS – PROD), Jânio Vital Stefanello (Suplente OCERGS – PROD), Engº José Zordan (Titular OCERGS – PROD), Milton Sonza Dri (Suplente OCERGS – PROD), Marcos Flores (COOPSUL – PROD), Claudio Correa (FORÇA SINDICAL – SIND), João Alberto Fernandes (SINDAERGS – SIND), Engª Lílian Bercht (SENGE/RS – SIND), Wagner Lopes Pinto (CUT/RS – Presidente do STIEBCMC- SIND).

ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES CONVIDADAS (10)

AGERGS – Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS
Nilton Telichevesky – Técnico Superior – Gerência de Processos e Projetos de Energia Elétrica.
CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica
Luiz Antônio de Lellis Miraflores (CEEE-GT), Gilberto José Capeletto (CEEE-D), Gustavo Moura (CEEE-GT).
CGTEE – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – Rudolf Vertenheimer
RGE – Rio Grande Energia
José Emílio Steffen – Gerente do Departamento de Gestão de Energia
José Carlos Tadiello
Instituto de Pesquisas Hidráulicas – UFRGS
Tractebel Energia S.A – Representante Ricardo Rocha Noro, Renato Schmidt Barbosa, Gabriel Mann dos Santos.
FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental – Técnico André Soriano.
Ventos do Sul
CRM – Companhia Riograndense de Mineração – Representante Engº Cesar Ferrazzi Duarte.
AES Sul – Representante Antônio de Andrade Tigrinho.
SULGÁS – Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul
Flávio Ricardo Soares de Soares – Diretor Técnico-Comercial da Companhia
Clóvis Coimbra Teixeira.
FEE – Fundação de Economia e Estatística
Jaques Alberto Bensussan – Técnico
José Enoir Loss – Técnico.

ASSESSORIA TÉCNICA PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Graciela Freitas Bertolucci – Gabinete de Consultoria Legislativa
Lorena Garcez – Assessoria Técnica.

GRUPO INFRA-ESTRUTURA: SANEAMENTO

I – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA (1 vaga – Deputado e Técnico – por bancada)

Dep. Ronaldo Zülke (Bancada PT – representante: Osvaldo José Soares de Paiva), Gilson Gruginske (Técnico, Bancada PT, substituto eventual: Walter Tsunaki), Dep. Sandro Boka (Bancada PMDB), Vera Inês Salgueiro Lermen (Técnica, Bancada PMDB), Dep. Paulo Odone (Bancada PPS), Maria da Conceição Lopes da Silva (Técnica, Bancada PPS), Dep. Heitor Schuch (Bancada PSB), Luiz Carlos Zubaran (Técnico, Bancada PSB), Dep. Raul Carrion (Bancada PCdoB), Paulo Roberto Pereira Riveira (Técnico, Bancada PCdoB).

II – COREDES – 5 VAGAS

Prof. Rosi Cristina Spindola Silveira (UNISC), Prof. Daniel Schmitz (UCS).

III – UNIVERSIDADES – 5 VAGAS

Prof. Celmar Corrêa de Oliveira (UERGS), Prof. Reitor Ney José Lazzari (UNIVATES).

IV – INSTÂNCIAS FEDERATIVAS – 5 VAGAS

Luiz Zafalon (Governo do Estado, Secretário Adjunto representante do Secretário de Estado Marco Alba, de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano), Jorge Dariano Gravronski (Governo do Estado, SEHADUR), Nelson Pereira Stuart (Departamento de Saneamento da Secretaria de Habitação), Maria Clara Coelho Bassin (SEHADUR), Ricardo Rabello (SEHADUR), Jussara Kalil Pires (Metroplan/SEHADUR), Paulo Renato Paim (SEMA, Depto. Recursos Hídricos), Márcio R. R. de Freitas (SEHADUR).

V – SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA (12 VAGAS: 4 – MOVIMENTOS SOCIAIS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES – 4 SINDICAIS E TRABALHO E 4 EMPRESÁRIOS E PRODUÇÃO)

Lélio Luzardi Falcão (FORÇA VERDE – OS), Dr. Cláudio Tubino (OAB/RS – OS), Paulo de Tarso Pinheiro Machado (AGENDA 2020/INST. PESTALOZZI – OS), Sérgio Coelho (FÓRUM MESOSUL – OS), Tirone Michelin (Rotary e ARI, OS), Irineu Juda Vanzin Bortolini (Titular OCERGS – PROD); Maria Alcântara (Sinacoop/OCERGS – PROD), Arq. Otávio Urquiza (Suplente OCERGS – PROD), David Edison Borges Maciel Barros (SINDIÁGUA - CUT/RS – SIND), Cidia Fabiane Correa dos Santos (SINDEC – FORÇA/SINDICAL/RS – SIND), Engº José Homero Finamor Pinto (Diretor-Vice-Presidente do SENGE/RS – SIND), João Alberto Fernandes (Presidente do SINDAERGS – SIND), Paulo Cesar Caminha de Azevedo (Vice-Presidente da UGT – SIND).

ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES CONVIDADAS (10)

MP – Ministério Público – Representante Dra. Isabel Guarise Barrios Bidigaray.

DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgotos – Representante Engª. Quíica Joséni Maria José Facchin.

CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento – autorizou representação pelo Engº José Homero Finamor Pinto (SENGE).

ABRH – Associação Brasileira de Recursos Hídricos

Representante no RS, Profa. Dra. Jussara Cabral Cruz

Prof. Geraldo Lopes da Silveira

Francisco Rossarolla Forgiarini, Eng. Civil, IPH/UFRGS.

IPH – Instituto de Pesquisas Hidráulicas

METROPLAN – Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional

ASSEMAE – Associação dos Serviços Municipais de Saneamento
Diretor Regional Engº Marcos Vinicius Caberlon.
FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental – Representante Eng. Civil Rafael Volquind.
Fórum Gaúcho de Comitês de Bacias
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde e Saneamento
CEF – Caixa Econômica Federal
ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
Presidente Engº Geraldo Portanova Leal
Engª Mariângela Laydner.

ASSESSORIA TÉCNICA PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Antônio César Gargioni Nery
Luciane Picada – Gabinete de Consultoria Legislativa.

GRUPO DESENVOLVIMENTO HARMÔNICO E SUSTENTÁVEL

I – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA (1 vaga – Deputado e Técnico – por bancada)

Dep. Daniel Bordignon (Bancada do PT), Jorge Ussan (Técnico, Bancada PT), Dep. Nelson Härter (Bancada PMDB), Moacir Donato Rosa de Oliveira (Técnico, Bancada PMDB), Dep. João Fischer (Bancada PP), Dep. Berfran Rosado (Bancada PPS), Giancarlo Tusi Pinto (Técnico, Bancada PPS), Dep. Miki Breier (Bancada PSB), Marlow Velasquez (Técnico, Bancada PSB), Dep. Raul Carrion (Bancada PcdoB), Carlos Fernando Niedersberg (Técnico, Bancada PcdoB).

II – COREDES – 5 VAGAS

Ângela Bachieri Duarte (SEPLAG-RS), Dieter Rugar Siedenberg (UNIJUÍ), Judite Sanson de Bem (UNILASALLE), Rodrigo Schoeller de Moraes (Rio Grande), Rogério Luis Reolon Anése (URI – Santiago), José Antonio Voltan Adamoli (UCS).

III – UNIVERSIDADES – 5 VAGAS

Profª Ana Paula Mota Costa (Centro Universitário IPA), Prof. Renato Luiz Tavares de Oliveira (UCPEL)
Prof. Ricardo Letizia Garcia (UERGS), Suzana Rodrigues (CECUNE IPA), Prof. Camilo Colling Pacheco (ULBRA).

IV – INSTÂNCIAS FEDERATIVAS – 5 VAGAS

Artur Renato Albech Cardoso (Governo do Estado, representante do Secretário de Estado do Meio Ambiente), Maria Elisa dos Santos Rosa (FEPAM), Manoel Eduardo de Miranda Marcos (FEPAM), Iara Ferrugem Velasquez (SEMA), Gisela Schuler (Casa Civil), João Luiz Bogorni (FAMURS), Cleno Nailto Pillon (EMBRAPA), Daniel Aquini (EMBRAPA).

V - SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA (12 VAGAS: 4 – MOVIMENTOS SOCIAIS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES – 4 SINDICAIS E TRABALHO E 4 EMPRESÁRIOS E PRODUÇÃO)

Cidia Fabiane (FORÇA VERDE – OS), Erick Mello Maciel (PATULUS – OS), Prof. Dr. Erwin Francisco Techitrop Júnior (ROTARY/ARI – OS), Irmão Valério Menegat (ROTARY/ARI – OS), Lisiane Becker (INST. BORBOLETA AZUL – OS), João Carlos Madail (FÓRUM MESOSUL – OS), Paulo Renê Bernhard (FÓRUM MESOSUL – OS), Roselani Sodré da Silva (FÓRUM MESOSUL – OS), Tirone Lemos Michelin (ROTARY/ARI – OS), Dr. Valter Luis da Costa Nagelstein (OAB/RS – OS), Waldir Stumpf Júnior (FÓRUM MESOSUL – OS), Adriana Yamasaki (Titular OCERGS – PROD), Antonio Renato Tadini Moreira (Suplente OCERGS – PROD), Prof. Derli Schmidt (Suplente OCERGS – PROD), Dr. Edson Luiz Doncatto (Suplente OCERGS – PROD), Ivo Cignachi (Suplente OCERGS – PROD), Ricardo Jasper (Suplente OCERGS – PROD), Ricardo Núncio (Suplente OCERGS – PROD), Dr. Ronaldo Adami (Suplente OCERGS – PROD),Tarcísio José Minetto (Suplente OCERGS – PROD), Dr. Fabrício Barros (FEDERASUL – PROD), Sérgio Leusin Júnior (Economista FEDERASUL – PROD), Engº Florestal Jorge Farias (AFUBRA – PROD), José Lauro de Quadros (AGEFLOR – PROD), Engº Agrônomo Nelson Grzybowski (ACSURS – PROD), Ana Cristina Póvoas (AGENDA 2020/ FIERGS – PROD), Manuela Lopes (AGENDA 2020 – PROD), Cássio Calvete (DIEESE – CUT/RS – SIND), Engº e Economista Jayme Nazareno Lapolli (SENGE/RS – SIND), Lélio Luzardi Falcão (FORÇA SINDICAL/RS – SIND), Lísia Coimbra Leite Costa de Araújo (UGT/RS – SIND).

ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES CONVIDADAS (10)

Fórum Permanente de Responsabilidade Social (Fórum RS) – Presidente Marilia Freitas Lima e Helios Puig Gonzales – FEE
FEE – Fundação de Economia e Estatística – Técnicos Salvatore Santagada, José Enoir Loss e Clítia Martins.
METROPLAN – Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional – Luiz Carlos V. Flores e Esteban Santana Carrion.
EMATER – Representante Claudinei Moisés Baldissera.
Agenda 2020 – Representante Ana Cristina Povoas.
Conselho Estadual das Cidades – Delmar W. Sittoni.
Fórum Gaúcho de Comitês de Bacias
Fórum de Microcrédito – Coordenador Henrique Schuster, Cristiano Mross (Portosol), Jaime de Campos Medeiros (Portosol).

ASSESSORIA TÉCNICA PELA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Ana Sofia Antunes – Gabinete de Consultoria Legislativa.

COORDENAÇÃO, RELATORIA, ASSESSORIA E PARTICIPAÇÃO NOS GRUPOS DE ACOMPANHAMENTO DE DEBATES (GEADS)

ESTRUTURAS E MEIOS DO ESTADO

Maria Alice Lahorque (UFRGS – COREDES) – Coordenadora e Relatora
Tirone Lemos Michelin (ROTARY/ARI) – Coordenador
Luciene Antunes Dias de Oliveira/Relatora – Gabinete de Consultoria Legislativa (AL):

Palestras e apresentações ao grupo: Economistas Flávio Pompemeyer, Roberto Calazans e Alexandre Porsse (Secretaria da Fazenda), Deputado Raul Pont (PT), Ronald Krummenauer e Paulo de Tarso (Agenda 2020), Tirone Lemos Michelin (Governador do Rotary), Carlos de Martini Duarte e Elton Nietied (AFOCEFE), Rogério Kerber (SIPS).

Participaram das discussões deste relatório ou estiveram presentes numa ou mais reuniões do grupo:

***Assembléia Legislativa*:** Deputado Raul Pont (PT), Técnicos Aniger Lorena Ribeiro de Oliveira (PT), Vera Inêz Salgueiro Lerman (PMDB), Edgar Engel Neto (PP), Carlos Alberto Agostini (PSB), Carlos de Martini Duarte (PCdoB).

***Coredes*:** Maria Alice Lahorgue (UFRGS, Professora), Pedro Luís Büttenbender (UNIJUÍ, Prof.).

Universidades: Oreno Ardêmio Heineck (UNIVATES, Prof.).

Instâncias Federativas: Flávio Pompemeyer (representando o Secretário da Fazenda Aod Cunha), Roberto Calazans (técnico, Secretaria da Fazenda), Alexandre Porsse (técnico, Secretaria da Fazenda), Lúcio Olímpio Vieira (técnico, Secretaria da Educação), Alceu Alfredo Trott (FAMURS).

Sociedade Civil Organizada: Célso Barcelos (Instituto Pestalozzi e Fórum MESOSUL, OS), Dr Fábio Miguel Barrichello (OAB, OS) Ronaldo Krummennauer (AGENDA 20202, Instituto Pestalozzi e Fórum MESOSUL, OS), Roque Callage (ROTARY e ARI, S), Tirone Lemos Michelin (ROTARY e ARI, OS), Vera Rejane Goulart Gonçalves (ABOP, OS), Paulo de Tarso (AGENDA 2020, Instituto Pestalozzi, OS), Bonifácio de Bróbio (SINTERGS, SIND), Clésio da Silva (FASP/RS, SIND), Ricardo Franzoi (DIEESE, CUT/RS, SIND), Elton Nietiedt (AFOCEFE, FASP/RS, SIND), Lorival Cardoso Magnus (UGT, SIND), Valmor Braga Simonetti (SINDAF, FASP/RS, SIND), Carlos Alberto de Figueiredo Freitas (OCERGS – suplente, PROD), Mário de Conto (OCERGS – titular, PROD), Rene Gianizella (OCERGS – suplente, PROD), Rogério Kerber (SIPS/RS), José Eduardo dos Santos (ASGAV – PROD), Darlan Pagliarin (SINDLAT RS – PROD), Zilmar Mousalle (SINCADERGS, PROD), José Lauro de Quadros (AGEFLOR- PROD).

ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES CONVIDADAS:

CORECONRS – Conselho Regional de Economia do RS – Conselheiro Alejandro Kuajara Arandia.

INFRA-ESTRUTURA - TRANSPORTES:

Reitor Ney Lazzari (UNIVATES) – coordenador
Eng. Paulo Lomando (SEINFRA) – coordenador
Jorge Henrique Faleiro (CUT/RS) – coordenador
Maria da Conceição Lopes da Silva (Bancada PPS) – relatora
Joel Campos (Bancada PP) – relator
José Antonio Voltan Adamoli (COREDES) – relator
Isabel Belloc Moreira Aragon –Gabinete de Consultoria Legislativa:
Paulo Cesar Záchia Cerutti – Assessoria Técnica (AL):

Palestras e apresentações ao grupo: Engº Paulo Lomando, da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Logística, SEINFRA.

Participaram das discussões deste relatório ou estiveram presentes numa ou mais reuniões do grupo:

***Assembléia Legislativa*:** Deputado Sandro Boka (PMDB), Técnicos Gilson Gruginskie (PT), Ben-Hur Borba Freitas (PT), Antonio Carlos Brites Jaques (PMDB), Moacir Donato Rosa de Oliveira (PMDB), Joel Campos (PP), Maria da Conceição Lopes da Silva (PPS), Paulo Renato Amaral (PSB).

COREDES: José Antonio Voltan Adamoli

Universidades: Carlos Alberto Martini (UNIVATES, Prof.) Celso Luís da Silva Pedreira (UCPEL, Prof.), Ney José Lazzari (Univates, Reitor).

Instâncias Federativas: Engº Paulo Lomando (Representando a Secretaria de Infra-Estrutura e Logística), Ronei Goldani de Borba (SEINFRA), Suzana Sperry (Governo do Estado, Coordenadora Executiva da Secretaria da Ciência e Tecnologia).

Sociedade Civil Organizada: Engº Luiz Dahlem (ABCR, PROD), Abel Paré (Suplente OCERGS, PROD), Álvaro Luiz Maciel Nunes (Logística OCERGS, PROD), Luís Helio Girotto (Suplente OCERGS, Paulo Renato Menzel (FIERGS, PROD), Atos dos Santos Motta (FORÇA SINDICAL,SIND), Engº Carlos Harley Kurtz Rezende (SENGE/RS, SIND), Engº Jayme Tonon (SENGE/RS, SIND), Jorge Henrique Fernandes Faleiro (CUT/RS, SIND), Eugenio Muller (CUT/RS, SITICEPOT), Terezinha Dimer Magnus (UGT).

ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES CONVIDADAS:

METROPLAN – Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional – Representante Francisco Schneider, Duarte de Souza Rosa Filho.
SETCERGS – Sind. das Empresas de Transporte de Cargas e Logística no RS – Vice-Presidente José Carlos Silvano..
SPH – Superintendência de Portos e Hidrovias – Representante Paulo Elizeu
RTI – Assoc. Riograndense de Transporte Intermunicipal – Eugenio Weidle – Assessor Técnico.

V Comando Aéreo Regional – representante Marcelo Cezimbra das Chagas.
ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil – Gerência Regional, representante Luís Claudio Mallorca Natal.
ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres – Un. RS, Roberto Albuquerque Guedes da Luz.

INFRA-ESTRUTURA – ENERGIA:

Cícero Zanoni (UCS / COREDES) – coordenador
José Aristides Firmino (Maçonaria) – coordenador
Alexandre Coelho Santos (OAB) – relator
Oswaldo Luiz Jaques Guazzeli (UNISC - COREDES) – relator
Graciela Freitas Bertolucci – Gabinete de Consultoria Legislativa
Lorena Gomes Garcez – Assessoria Técnica

Palestras e apresentações ao grupo: Dr. Edmundo Fernandes da Silva, da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Logística; Técnico José Antonio Simões Pires, da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Agronegócio; Dr. Jaques Alberto Bensussan, Fundação de Economia e Estatística; Flávio Ricardo Soares de Soares, Diretor Técnico-Comercial da Sulgás; Engº Poty Berny, Maçonaria; Engº José Zordan, OCERGS; Técnica Vera Inês Salgueiro Lermen, Bancada do PMDB; Engº Gabriel Mann dos Santos, Tractebel.

Participaram das discussões deste relatório ou estiveram presentes numa ou mais reuniões do grupo:

***Assembléia Legislativa*:** Técnicos Gilson Gruginskie (PT), Elton Scapin (PT – representante Deputado Ivar Pavan), Vera Inês Salgueiro Lermen (PMDB), Joel Campos (PP), Maria da Conceição Lopes da Silva (PPS), Sérgio Dias (PSB).

COREDES: Prof. Cícero Zanoni (UCS), Prof. Osvaldo Luiz Jacques Guazelli (UNISC), Prof. Rosana Schneider (UNISC).

Universidades: Prof. Ricardo Norberto Ayup Zouain (UFRGS).

Instâncias Federativas: Edmundo Fernandes da Silva (Governo do Estado, representante da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Logística), João Carlos Felix (Governo do Estado, SEINFRA).

Sociedade Civil Organizada: Dr. Alexandre Coelho Santos (OAB/RS, OS), Engº Clóvis Waldy B. de Quadros (Fórum MESOSUL, OS), José Aristides Fermino (Maçonaria, OS), Engº Poty Berny (Fórum MESOSUL, Maçonaria, OS), Paulo José A. Mattos (Fórum MESOSUL, OS), Tirone Michelin (Rotary e ARI, OS), Engº José Zordan (Titular OCERGS – PROD), Milton Sonza Dri (Suplente OCERGS – PROD), Marcos Flores (COOPSUL – PROD), Engª Lílian Bercht (SENGE/RS – SIND).

ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES CONVIDADAS:

AGERGS – Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS

Nilton Telichevesky – Técnico Superior – Gerência de Processos e Projetos de Energia Elétrica.
CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica
Luiz Antônio de Lellis Miraflores (CEEE-GT), Gilberto José Capeletto (CEEE-D), Gustavo Moura (CEEE-GT).
CGTEE – Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – Rudolf Vertenheimer.
RGE – Rio Grande Energia
José Emílio Steffen – Gerente do Departamento de Gestão de Energia
José Carlos Tadiello.
Tractebel Energia S.A – Representante Ricardo Rocha Noro, Renato Schmidt Barbosa, Gabriel Mann dos Santos.
FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental – Técnico André Soriano
CRM – Companhia Riograndense de Mineração – Representante Engº Cesar Ferrazzi Duarte.
AES Sul – Representante Antônio de Andrade Tigrinho.
SULGÁS – Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul
Flávio Ricardo Soares de Soares – Diretor Técnico-Comercial da Companhia
Clóvis Coimbra Teixeira.
FEE – Fundação de Economia e Estatística
Jaques Alberto Bensussan – Técnico.
José Enoir Loss – Técnico

INFRA-ESTRUTURA – SANEAMENTO

Celmar Corrêa de Oliveira (UERGS) – coordenador
Paulo Pinheiro Machado (Soc. Civil Organizada) – coordenador
Luiz Carlos Zubaran (Bancada PSB) – coordenador / relator
Luciane Picada – Gabinete de Consultoria Legislativa
Antonio César Gargioni Nery – Assessoria Técnica

Palestras e apresentações ao grupo: Diretor Jorge Dariano Gravonski, pela Secretaria de Estado da Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano, Departamento de Saneamento e Desenvolvimento Urbano; Socióloga Jussara Kalil Pires, Metroplan; Engº José Homero Finamor Pinto, pela CORSAN; Enga. Química Joséni Maria José Fachin, pelo DMAE; Paulo Renato Paim, pelo Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria de Meio Ambiente; Darci Zanini, Vice-Presidente da ASSEMAE Regional.

Participaram das discussões deste relatório ou estiveram presentes numa ou mais reuniões do grupo:

***Assembléia Legislativa*:** Técnicos Gilson Gruginskie (PT – em substituição eventual Walter Tsunaki), Osvaldo José Soares de Paiva (PT – representou o Deputado Ronaldo Zülke), Vera Inês Salgueiro Lermen (PMDB), Joel Campos (PP), Luiz Carlos Zubaran (PSB), Paulo Roberto Pererira Riveira (PCdoB).

COREDES: Profa. Rosi Cristina Spindola Silveira (UNISC), Prof. Daniel Schmitz (UCS).

Universidades: Celmar Corrêa de Oliveira (UERGS, Prof.).

Instâncias Federativas: Luiz Zafalon (Governo do Estado, Secretário Adjunto, representante do Secretário de Estado Marco Alba, de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano), Jorge Dariano Gravronski (Governo do Estado, SEHADUR), Nelson Pereira Stuart (Departamento de Saneamento da Secretaria de Habitação), Maria Clara Coelho Bassin (SEHADUR), Ricardo Rabello (SEHADUR), Jussara Kalil Pires (Metroplan/SEHADUR), Paulo Renato Paim (SEMA, Depto. Recursos Hídricos), Márcio R. R. de Freitas (SEHADUR).

Sociedade Civil Organizada: Lélio Luzardi Falcão (FORÇA VERDE, OS); Dr. Cláudio Tubino (OAB/RS, OS); Paulo de Tarso Pinheiro Machado (AGENDA 2020/INST. PESTALOZZI, OS); Tirone Michelin (Rotary e ARI, OS); Irineu Juda Vanzin Bortolini (Titular OCERGS – PROD); Maria Alcântara (SINACOOP/OCERGS – PROD), Arq. Otávio Urquiza (Suplente OCERGS – PROD); David Edison Borges Maciel Barros (SINDIÁGUA - CUT/RS – SIND); Cidia Fabiane Correa dos Santos (SINDEC – FORÇA SINDICAL/RS – SIND); Engº José Homero Finamor Pinto (Diretor Vice-Presidente do SENGE/RS – SIND).

ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES CONVIDADAS:

MP – Ministério Público – Representante Dra. Isabel Guarise Barrios Bidigaray,

DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgotos – Representante Engª. Quím. Joséni Maria José Facchin.

CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento – autorizou representação pelo Engº José Homero Finamor Pinto (SENGE).

ABRH – Associação Brasileira de Recursos Hídricos

Prof. Geraldo Lopes da Silveira

Francisco Rossarolla Forgiarini, Eng. Civil = IPH/UFRGS.

ASSEMAE – Associação dos Serviços Municipais de Saneamento – Diretor Regional Engº Marcos Vinicius Caberlon.

FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental – Representante Eng. Civil Rafael Volquind.

ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental

Engª Mariângela Laydner.

DESENVOLVIMENTO HARMÔNICO E SUSTENTÁVEL

Deputado Nelson Härter – coordenador

Dr. Rodrigo Schoeller Moraes (COREDES) – coordenador/relator

Econ. Tirone Lemos Michelin (ROTARY / ARI) – coordenador

Econ. Adriana Yamasaki (OCERGS) – coordenadora/relatora

Ana Sofia Antunes – gabinete de Consultoria Legislativa

Palestras e apresentações ao grupo: Técnicos Rubens Soares de Lima e Antonio Paulo Cargnin, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, Departamento de Planejamento; Maria Elisa dos Santos Rosa, Diretora Técnica da FEPAM; Dr. Rodrigo

Schoeller Moraes, Promotor de Justiça, representante dos COREDES; Econ. Tirone Lemos Michelin, Governador do Rotary; Técnica Ângela Bachieri Duarte da SEPLAG, pelos COREDES; Engº e Econ. Jayme Nazareno Lapolli, SENGE/RS; Delmar W. Sittoni, Conselho Estadual das Cidades.

Participaram das discussões deste relatório ou estiveram presentes numa ou mais reuniões do grupo:

***Assembléia Legislativa*:** Deputado Nelson Härter (PMDB), Técnicos Moacir Donato Rosa de Oliveira (PMDB), Giancarlo Tuysi Pinto (PPS), Marlow Velasquez (PSB), Carlos Fernando Niedersberg (PCdoB).

COREDES: Ângela Bachieri Duarte (SEPLAG-RS), Rodrigo Schoeller de Moraes (Rio Grande), José Antonio Voltan Adamoli (UCS).

Universidades: Profª Ana Paula Mota Costa (Centro Universitário IPA), Prof. Renato Luiz Tavares de Oliveira (UCPEL), Prof. Ricardo Letizia Garcia (UERGS), Prof. Camilo Colling Pacheco (ULBRA), Prof. Celso Pedreira (UCPEL).

***Instâncias Federativas*:** Artur Renato Albech Cardoso (Governo do Estado, representante do Secretário de Estado do Meio Ambiente), Maria Elisa dos Santos Rosa (FEPAM), Manoel Eduardo de Miranda Marcos (FEPAM), Iara Ferrugem Velasquez (SEMA), Gisela Schuler (Casa Civil), João Luiz Bogorni (FAMURS), ClenIo Nailto Pillon (EMBRAPA), Daniel Aquini (EMBRAPA).

Sociedade Civil Organizada: Prof. Dr. Erwin Francisco Techitrop Júnior (ROTARY / ARI, OS), Irmão Valério Menegat (ROTARY/ARI – OS), Roselani Sodré da Silva (FÓRUM MESOSUL, OS), Waldir Stumpf Junior (Fórum Mesosuil, OS), Tirone Lemos Michelin (ROTARY/ARI, OS), Adriana Yamasaki (Titular OCERGS – PROD), Dr. Edson Luiz Doncatto (Suplente OCERGS – PROD), Dr. Fabrício Barros (FEDERASUL – PROD), Sérgio Leusin Júnior (Economista FEDERASUL – PROD), Engº Florestal Jorge Farias (AFUBRA – PROD), José Lauro de Quadros (AGEFLOR – PROD), Ana Cristina Póvoas (AGENDA 2020/FIERGS – PROD), Manuela Lopes(AGENDA 2020 – PROD), Cássio Calvete (DIEESE – CUT/RS – SIND), Engº e Economista Jayme Nazareno Lapolli (SENGE/RS – SIND), Lélio Luzardi Falcão (FORÇA SINDICAL/RS – SIND), Lísia Coimbra Leite Costa de Araújo (UGT/RS – SIND).

ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES CONVIDADAS:

Fórum Permanente de Responsabilidade Social (Fórum RS) – Presidente Marilia Freitas Lima e Helios Puig Gonzales – FEE.
FEE – Fundação de Economia e Estatística – Técnicos Salvatore Santagada, José Enoir Loss e Clítia Martins.
METROPLAN – Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional – Luiz Carlos V. Flores e Esteban Santana Carrion.
Agenda 2020 – Representante Ana Cristina Povoas.
Conselho Estadual das Cidades - Delmar W. Sittoni.
Fórum de Microcrédito – Coordenador Henrique Schuster, Cristiano Mross (Portosol), Jaime de Campos Medeiros (Portosol).

As Estruturas e Meios do Estado – Causas e Conseqüências do Endividamento do Estado

SOCIEDADE CONVERGENTE

AS ESTRUTURAS E MEIOS DO ESTADO: CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DOS DESEQUILÍBRIOS DO ESTADO

Este grupo executivo de acompanhamento dos debates formado por representantes da sociedade civil organizada, das entidades empresariais e de trabalhadores, do Governo do Estado e da Assembléia Legislativa, dos COREDES, das universidades e das instâncias federativas reuniu-se durante o mês de junho do corrente ano a fim de juntar informações e discutir as causas e conseqüências da crise estrutural do nosso Estado e as alternativas para enfrentá-la. Este debate não se encerra aqui. Pretendemos tão somente apresentar subsídios para que as assembléias públicas que se realizarão nas 9 (nove) Regiões Funcionais do RS aprofundem os temas aqui tratados.

Conforme as orientações recebidas do Colégio Deliberativo, o presente relatório, resultado desta primeira etapa de discussões, pretendeu reunir o máximo possível do conhecimento existente sobre o tema, com seus diagnósticos e propostas. Tentou identificar gargalos, divergências e diferenças mais significativas. Não obstante o objetivo ser a busca da convergência, procuramos apresentar sempre os pontos não consensuais.

O desequilíbrio estrutural entre as receitas e despesas públicas tem feito com que o setor público no Estado do Rio Grande do Sul não possua a mínima capacidade para atender às suas funções precípuas, como disponibilizar à população serviços públicos de qualidade, e ainda menos para induzir o Estado ao desenvolvimento econômico. A infra-estrutura e os instrumentos fiscais e creditícios colocados à disposição do setor produtivo têm sido insuficientes para mobilizar os esforços em direção a investimentos em solo gaúcho.

Levantamos algumas possíveis causas para essa incapacidade, como o nível de renúncia de receitas do ICMS, intensificado pela desoneração das exportações após a Lei Complementar n 87/96 – Lei Kandir, a elevação dos encargos com o pagamento da dívida com a União, as despesas com inativos e o crescimento da proporção de receitas federais não compartilhadas com Estados e Municípios. Temos consciência de que a solução definitiva dos problemas estruturais do Estado do Rio Grande do Sul passa pela revisão do Pacto Federativo, tal como se encontra hoje em dia.

Na segunda parte do documento, apresentamos algumas propostas para enfrentar a atual restrição orçamentária do Estado. Tanto pelo lado da despesa pública – propondo o debate sobre o agregado de pessoal, o pagamento da Dívida Pública e dos precatórios – como pelo lado da arrecadação – com ações concretas no combate à sonegação e a cobrança da Dívida Ativa, impedindo a concessão de anistias. Além do debate sobre a necessidade de um projeto estratégico de desenvolvimento como forma de gerar riqueza e contribuir para superação da crise. Nesse contexto está incluída também a discussão sobre a revisão da política de gastos tributários no Estado, com a verificação da necessidade de critérios para a sua concessão que levem em conta a seletividade e a localização espacial dos incentivos fiscais. E já identificamos uma possível convergência no Grupo Executivo que é o apoio à Proposta de Emenda Constitucional n° 233/08, que altera o Sistema Tributário Nacional no tocante aos instrumentos para acabar com a guerra fiscal entre os Estados da Federação e para a ampliação dos tributos a serem compartilhados com Estados e Municípios.

Apresentamos a seguir os diagnósticos sobre o tema que foram encaminhados ao Grupo Executivo e, na seqüência do documento, elencamos os assuntos abordados e as soluções propostas até o momento. Com certeza, muitas outras surgirão a partir do debate que se espalhará por todo o Estado do Rio Grande do Sul no segundo semestre deste ano.

DIAGNÓSTICOS APRESENTADOS:

AS ESTRUTURAS E MEIOS DO ESTADO

Causas e conseqüências dos desequilíbrios estruturais

Secretaria da Fazenda do Estado do RS

O Estado vem apresentando, desde a década de 70, um gravíssimo desequilíbrio estrutural entre suas receitas e suas despesas. É esse desequilíbrio estrutural que vem provocando os déficits recorrentes nas finanças gaúchas há já mais de 30 anos.

A crise financeira não compromete apenas a qualidade dos serviços públicos, e seus efeitos não se restringem somente à esfera governamental. De fato, nada mais falso do que imaginar que a economia privada e o desenvolvimento do Estado poderão ter um desempenho sequer razoável, no futuro próximo, com o setor público permanentemente em crise.

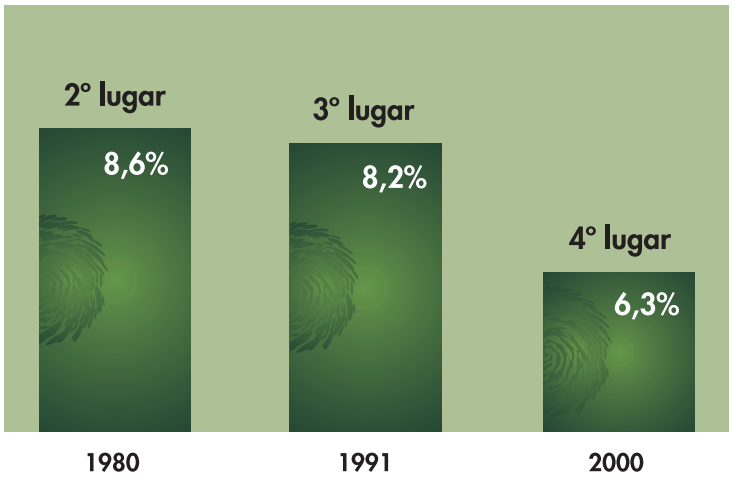
A Assembléia Legislativa, reconhecendo a gravidade da situação e colocando os interesses da sociedade e do Estado acima das questões pessoais e das diferenças ideológicas, aprovou por unanimidade, em 2006, o Pacto pelo Rio Grande. Nele, sacramentou-se a prioridade do orçamento realista e a recuperação do equilíbrio orçamentário como condição indispensável para a promoção de investimentos, para a modernização e qualificação da gestão pública e para assegurar um novo padrão de desenvolvimento econômico e social.

Este Governo, fiel aos princípios do pacto, tem agido com obstinada determinação no enfrentamento do desequilíbrio financeiro do Estado. Conseguiu reduzir o déficit estimado para o exercício de 2007 de R$ 2,4 bilhões para um valor próximo a R$ 1,2 bilhão, graças a um forte conjunto de medidas adotadas, que visaram à redução dos gastos, ao aumento da arrecadação e ao combate à sonegação. Contudo, ainda persiste um déficit estrutural elevado, estimado em R$ 600 milhões para 2008 (meta SEFAZ), recursos que acabarão faltando para a saúde, educação e segurança pública.

O déficit crônico só não foi percebido de forma mais clara pela população porque sempre houve formas de contornar as dificuldades. Para manter o funcionamento das escolas, o atendimento de saúde e o pagamento dos servidores, o Estado se endividou, pediu empréstimos, buscou financiamentos. Mas também foi reduzindo os investimentos, realizando menos obras, fomentando com menos vigor o desenvolvimento da economia.

Com menor capacidade, já não temos mais a melhor qualidade de vida do Brasil. Em 20 anos, caímos do segundo para o quarto lugar no Índice de Desenvolvimento Humano, o que significa menos qualidade em saúde, educação e renda. Temos a perspectiva de atrair cerca de R$ 15 bilhões em novos investimentos, nos próximos 15 anos, mas precisamos duplicar estradas, abrir acessos e melhorar a infra-estrutura para escoar a produção, sob pena de perdermos empreendimentos já confirmados.

Índice de Desenvolvimento Humano:
diferencial do RS em relação à média do Brasil



Fonte dos dados brutos: IPEA.

Por tudo isso, o enfrentamento do déficit das finanças públicas não é um problema apenas do setor público, mas sim de toda a sociedade.

Esse déficit explica-se por dois fatores destacados. Em primeiro lugar, o Rio Grande do Sul é o Estado que mais despende com pessoal. Além disso, temos a maior dívida em relação à receita líquida entre os 27 Estados brasileiros. Por outro lado, a arrecadação de ICMS é baixa em relação aos outros Estados. É verdade que a carga tributária total que o brasileiro paga é alta, próxima a 33% do PIB nacional em 2004. Porém, quando avaliamos apenas os tributos estaduais, esse valor cai para 6,9% do PIB gaúcho. Ou seja, pagamos muito para a União e pouco fica para o Estado e para os municípios financiarem suas políticas públicas. Além disso, diversos setores contam com incentivos fiscais, sendo que o montante das desonerações gaúchas chegou a R$ 6,5 bilhões em 2006, conforme publicado no Orçamento.

O problema do desajuste estrutural do Estado não é uma questão agora apresentada. Há anos, essa situação vem sendo discutida, e aqueles que mais têm preocupação com o nosso futuro vêm apontando alternativas sobre os melhores caminhos a serem percorridos, como ocorreu com a elaboração do Pacto pelo Rio Grande, com as propostas da Agenda 2020 e também nos debates políticos.

Mas apresentar a verdade do Orçamento não é suficiente. É preciso discutir e apontar soluções. Queremos um Rio Grande melhor, mais forte, mais orgulhoso. Queremos voltar a ter os melhores indicadores de qualidade de vida do país.

A população gaúcha precisa fazer uma escolha. Como em outros momentos importantes da nossa história, precisamos decidir sobre os caminhos que queremos para o futuro. Ou continuamos convivendo com problemas financeiros ou enfrentamos a verdade e passamos a uma nova fase, em busca do equilíbrio estrutural das contas e da retomada dos investimentos públicos.

Estruturas e Meios do Estado – Causas e Conseqüências do Endividamento

Agenda 2020 Diagnóstico

A crise financeira do Estado do Rio Grande do Sul tem duas faces distintas. De um lado, o problema de financiamento de curto prazo que tem causado o atraso de pagamentos e a necessidade de busca de recursos extraordinários. Por outro lado, o desajuste estrutural de longo prazo nas finanças do Estado que no passado foi encoberto de diferentes formas. Nos anos 70, a expansão da dívida pública foi usada para financiar o déficit corrente. Nos anos 80, a rolagem integral da dívida pública e a aceleração da inflação se encarregaram de encobrir o problema estrutural das finanças públicas, criando a ilusão de equilíbrio fiscal.

O papel da inflação na gestão financeira do Estado foi fundamental, pois permitia uma corrosão de despesas superior à das receitas. Na prática, a inflação funcionava como um mecanismo de corte de gastos com custos políticos relativamente baixos para o Governo estadual. Nos anos 90, as privatizações e o acesso aos recursos do chamado caixa único, boa parte deles relacionados às próprias privatizações, possibilitaram novamente encobrir o problema estrutural.

Esgotados todos esses mecanismos, depara-se novamente com a realidade de um Estado que arrecada muito, mas consegue gastar ainda mais. A receita de ICMS e a receita total do Estado do Rio Grande do Sul têm crescido em termos nominais e reais ao longo dos anos (quadro 1). Contudo, a crise estrutural das finanças públicas perdura, pois as despesas crescem em ritmo mais acelerado. As dificuldades de curto prazo derivam de uma opção pelo não-ajuste do setor público no longo prazo.

Quadro 1 – Crescimento da Arrecadação de ICMS – BR x RS
Var. % nominal e var. % real (1998-2006)

	Var. Nominal	Var. Real
Brasil	185,7%	20,0%
RS	194,8%	23,5%

Fontes: CONFAZ e SEFAZ-RS
Arrecadação de 2006 = Acumulado em 12 meses até novembro.
Valores reais corrigidos pelo IGP-DI (base: dez/2006)

A Agenda 2020 como movimento da sociedade que objetiva que o RS recupere suas finanças públicas propõe o desenho de uma estratégia de solução para o desequilíbrio fiscal no Rio Grande do Sul.

RIO GRANDE DO SUL: CRISE DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Deputado Raul Pont

UM POUCO DE HISTÓRIA

A crise das finanças públicas do Rio Grande do Sul é objeto de análise e especulações por várias décadas. Um Estado tradicionalmente desenvolvido, com economia diversificada, com índices de serviços públicos acima da média nacional e elevado grau de politização, entrou, no último período histórico, numa acelerada crise financeira governamental.

Em meados da década de 90, em decorrência do aumento do endividamento por conta das altas taxas de juros, o Estado do Rio Grande do Sul e grande parte dos demais Estados apresentavam uma situação de desordem das finanças públicas. As constantes ameaças de crise cambial do país e a conseqüente dependência do FMI para financiamento dessas crises exigia uma solução para as contas públicas em todas as esferas da federação. Tal como hoje, a situação fiscal do Estado era o centro dos debates políticos. Nessa época, a hegemonia neoliberal envolveu os Governos federal, estadual e municipal que apresentaram, de comum acordo, as tradicionais medidas para solução da crise. Começaram com privatizações das empresas mais disputadas no mundo inteiro como telecomunicações, energia e mineração. Apesar do intenso debate, da resistência dos partidos de oposição, dos sindicatos e de setores da sociedade, aqui no Rio Grande do Sul, o Governo do Estado, respaldado no apoio de seus partidos de sustentação, vendeu também a idéia de que a solução dos problemas era a renegociação da dívida nos termos propostos.

O problema da crise fiscal tinha de ser enfrentado. Era uma oportunidade ímpar para traçar o futuro do Rio Grande do Sul. Mas, pela hegemonia que dominava o cenário político da época, coube à orientação neoliberal definir o futuro do Estado. Enumerando as supostas soluções para a crise, verifica-se que todas implicavam redução do tamanho do Estado e de sua capacidade de prover serviços públicos, através da redução de seu orçamento e da perda de patrimônio:

1. A renegociação da dívida – 1997/1998

O que poderia ter sido o fim do desequilíbrio fiscal resultou em mais um problema para a administração do Rio Grande do Sul. O Governo aceitou um acordo que triplicou o comprometimento da receita do Estado com pagamento da dívida, já que, antes de 1999 a média de desembolso nunca foi maior do que 5,4% da Receita Corrente Líquida e hoje gira em torno dos 14%. Pelo acordo, o Estado comprometeu 13% da sua receita por 30 anos ou mais. Na seqüência, foi aprovada Lei Complementar, chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, que acabou com a possibilidade da União e Estados renegociarem os termos dos contratos assinados em 1998.

2. A política de renúncias fiscais

No período 1995/1998, houve mais de 450 concessões individualizadas – através do Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM) de incentivos fiscais a empresas, gerando uma renúncia fiscal sem precedentes na história do RS. Ainda, foi nesse período que se criou a versão a fundo perdido, em que grande parcela dos recursos não retornaram aos cofres públicos. Nos últimos 10 anos, o RS perdeu cerca de R$ 4,5 bilhões somente nos incentivos via FUNDOPEM, beneficiando com estes menos de 1% das indústrias gaúchas.

3. A Lei Complementar 87/96 – Lei Kandir

Defendida pelo Governo do Estado, desonerava as exportações de produtos primários e semi-elaborados que antes pagavam uma alíquota de 13% de imposto. Foi criado um sistema de compensação transitório aos Estados que se revelou insuficiente para compensar as perdas tributárias e sem os efeitos econômicos prometidos. Além disso, representou um incentivo à exportação de matérias-primas na medida em que não houve uma política nacional para regular sua saída. Para um Estado cuja economia tem parcela importante de empresas exportadoras, aceitar a desoneração com o fim do ressarcimento foi desastroso para o equilíbrio fiscal.

4. A venda do patrimônio a partir de 1996

O RS detinha um sólido patrimônio público, de empresas que hoje poderiam estar ajudando o Governo a financiar as necessidades da sociedade gaúcha, através da distribuição de seus lucros e dividendos. Esse patrimônio foi na maior parte vendido e os recursos advindos da privatização foram direcionados às despesas correntes do Estado, além de investimentos em empresas privadas sem retorno dos recursos e de tributos.

A tese da desresponsabilização da crise, atribuindo-a a todos os governos, das últimas décadas, não se sustenta. Ao contrário, a atual crise fiscal do Estado tem sua origem nas decisões tomadas nos anos 95/98. Foi nesse período que o Estado aceitou entregar parte de suas receitas para a União em troca da dívida anterior em condições desfavoráveis às finanças públicas estaduais, que hoje comprometem os serviços públicos e os investimentos para impulsionar o desenvolvimento econômico.

Se o período-chave das raízes da crise reside no mandato Britto (PMDB) – Bogo (PSDB) (1995/98) como expressão maior das políticas neoliberais, os mandatos de Olívio Dutra (1999 /2002) e mesmo de Germano Rigotto (2003/2006) viveram os problemas da dívida consolidada, da intensificação dos benefícios fiscais contratados e da Lei Kandir, mas os resultados primários nesses governos tendiam à recuperação.

Em 2006, depois de um longo debate sobre a crise, a Assembléia Legislativa incorporou, praticamente por unanimidade, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, um conjunto de propostas que ficou conhecido como o Pacto pelo Rio Grande.

Ali se propunha não prorrogar nem renovar benefícios fiscais, acabar com as anistias, enfrentar a sonegação e a gigantesca dívida ativa que o Estado possuía, diminuir as distâncias entre os menores e maiores salários, refinanciar a dívida, acabar com a

guerra fiscal, organizar um regime próprio de previdência e renegociar com os Estados outra política de compensação das exportações.

Porém, a peça orçamentária para 2008 encarregou-se de desmontar os argumentos da "crise caótica". Na mesma peça legal, onde se prevê o déficit de 1,3 bi, está escancarada a realidade da absurda renúncia fiscal que se repete há anos, no Rio Grande, R$ 6,6 bilhões em desonerações fiscais que vêm liquidando as finanças públicas do Rio Grande do Sul e de outros Estados do país. A política de guerra fiscal, que se traduz em privilégios e benefícios para grandes grupos econômicos em detrimento de pequenos e médios empreendimentos, está na raiz da crise.

QUADRO DE DESONERAÇÕES FISCAIS DO ICMS – RS

DESONERAÇÕES	VALOR NOMINAL	% DAS DESONERAÇÕES	% DO ICMS POTENCIAL
NÃO-INCIDÊNCIAS (exceto exportações)			
Exportações	587.062.368	8,99%	3,20%
Isenções	3.143.442.295	48,12%	17,13%
Redução de base	602.111.206	9,22%	3,28%
de cálculo	483.818.282	7,41%	2,64%
Créditos presumidos	1.216.403.360	18,62%	6,63%
Micro e EPP			
Total das	500.064.132	7,65%	2,73%
desonerações	6.532.901.644	100,00%	35,61%
ICMS	11.813.299.091	-	64,39%
ICMS potencial	18.346.200.734	-	100%

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS – Proposta Orçamentária de 2008 (p. 50).

Infelizmente, as raízes da crise que ora se agudiza foram fruto de políticas que agora voltam a ser apresentadas por alguns como solução. Parece que é mais fácil centrar suas ações na espoliação dos consumidores e usuários através da "regressividade" do ICMS do que recuperar as renúncias fiscais, acabar com as anistias ou combater a sonegação. Daí a urgência da reforma tributária nacional que federalize a legislação do ICMS, acabe com a guerra fiscal e restabeleça uma nova repartição de competências e do bolo tributário entre os entes federados. Os Estados, isoladamente, estão de tal forma reféns dessa lógica que dificilmente sairão dela. Há, no entanto, outros caminhos, outras alternativas e estas necessitam ser trilhadas para recuperar o equilíbrio fiscal e a capacidade de investimento para o desenvolvimento.

TEMAS TRATADOS PELO GRUPO:

I. DÉFICIT ESTRUTURAL DO RS: origem, evolução, conseqüências, formas de enfrentá-los. Alternativas para sair da crise
II. ARRECADAÇÃO: fiscalização; sonegação; dívida ativa e sua cobrança; gastos tributários
III. GERAÇÃO DE RIQUEZA, através de um projeto estratégico de desenvolvimento com inovação, como forma de superar a crise

PROPOSTAS PARA DISCUSSÃO NAS REGIÕES FUNCIONAIS:

1. NO QUE DIZ RESPEITO À DESPESA PÚBLICA

1.1. Despesas com pessoal:
1.1.1. Cumprimento da LRF por parte dos Poderes Executivo, Judiciário, Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas do Estado, oMinistério Público e a Defensoria Pública
1.1.2. Construção de uma política de remuneração, capacitação e avaliação de desempenho para os servidores públicos estaduais
1.1.3. Despesas com inativos:
1.1.3.1. Constituição de um fundo de aposentadoria para os novos servidores
1.1.3.2. Garantia de que a solução do regime próprio de previdência dos servidores públicos preceda a implantação da Previdência Complementar. (Há divergência entre a visão da Secretaria Estadual da Fazenda e as discussões na AL.)

1.2. Precatórios:
1.2.1. Intensificação do trabalho de revisão dos precatórios
1.2.2. Compensação de precatórios com Dívida Ativa
1.2.3. Acompanhamento da PEC 12/06 (leilão e % mínimo de pagamento)
1.2.4. Reforço do Fundo de Precatórios criado pela Lei n° 12.585/06

1.3. Dívida entre o Estado e a União:
1.3.1. Alteração do indexador
1.3.2. Conceito de Receita Líquida Real (base de cálculo das parcelas da dívida)
1.3.3. Data de corte da dívida contratada (valores originais devidos)
1.3.4. Percentual de comprometimento da Receita Líquida Real com as dívidas intralimites.

1.4. Controle das ações estatais:
Dotar o Estado de um controle interno autônomo e com independência funcional

1.5. Vinculações orçamentárias:

1.5.1. Elevadas: as vinculações de despesas no orçamento, sejam constitucionais (saúde, educação, pesquisa, entre outras) ou não (dívida, demais poderes, etc.), são muito elevadas, tornando mínimas as despesas sobre as quais o Governo tem discricionariedade

1.5.2. Necessárias: os gastos com saúde e educação ainda são muito baixos no Brasil e, portanto, as vinculações são necessárias

2. NO QUE DIZ RESPEITO À RECEITA PÚBLICA:

2.1. Prevenção e combate à sonegação:

2.1.1. Gerenciamento matricial da receita: acompanhamento da arrecadação a partir de grupos setoriais de acordo com a importância da arrecadação por categoria econômica (ex. combustíveis, energia, etc.)

2.1.2. PAC inteligente: (Programa de Acompanhamento ao Contribuinte – controle eletrônico individualizado dos contribuintes de acordo com seu desempenho, com cruzamento de informações fiscais

2.1.3. Atuação fazendária ostensiva com reforço da estrutura fazendária: ações fiscais que reforcem na comunidade a percepção de risco na sonegação fiscal

2.1.4. Intensificar a interação com a Receita e a Polícia Federal, tendo em vista o combate à pirataria e ao contrabando, inclusive com a harmonização dos cadastros

2.1.5. Trabalho articulado e permanente com demais órgãos, notadamente Procuradoria Geral do Estado, Ministério Público e Tribunal de Justiça, a fim de tornar mais eficiente o combate à sonegação

2.1.6. Programas de incentivo à adimplência (premiar o pagamento dentro do prazo)

2.1.7. Premiar o pagamento antecipado do imposto (no caso dos impostos diretos)

2.1.8. Programas de aumento da arrecadação sem premiação do pagamento dentro do prazo

2.1.9. Intensificar o regime de substituição tributária

2.1.10. Fim da substituição tributária

2.1.11. Simplificação do sistema tributário (Reforma Tributária)

2.1.12. Fim das anistias fiscais (forma de mudar a cultura da sonegação)

2.2. Gastos tributários/incentivos fiscais:

2.2.1. Apoio à Reforma Tributária no que tange ao combate à guerra fiscal

2.2.2. Dar a devida transparência às condições de concessão dos incentivos e de fruição dos mesmos (relatório permanente da execução das desonerações)

2.2.3. Acompanhamento e fiscalização da concessão de incentivos

2.2.4. Vetar a prorrogação de contratos do FUNDOPEM e Integrar – RS

2.2.5. Buscar uma renegociação dos contratos já existentes do FUNDOPEM e Integrar – RS

2.2.6. Conceder incentivos fiscais às cadeias produtivas em detrimento de grupos empresariais específicos (enquanto a reforma não se concretiza, o sistema de incentivos/gastos tributários deveria ser revisto para priorizar as cadeias produtivas, a solução de gargalos, inclusive a inovação, e a dinamização do desenvolvimento.)

2.2.7. Desoneração do ICMS da cesta básica

2.3. Cobrança da Dívida Ativa:
2.3.1. Construção do novo sistema de Gerenciamento dos Créditos do Estado
2.3.2. Ampliação dos estoques parcelados via incremento nos instrumentos de negociação
2.3.3. Gerenciamento Matricial da Cobrança (GMC) com o estabelecimento de indicadores e metas por Delegacia e Agência
2.3.4. Revisão das rotinas e processos de trabalho da cobrança
2.3.5. Capacitação permanente das equipes de cobrança
2.3.6. Trabalho articulado e permanente com demais órgãos e entes federados
2.3.7. Revisão da legislação normativa para simplificar os procedimentos da cobrança
2.3.8. Combate aos devedores contumazes via cautelar fiscal
2.3.9. Inscrição no Serasa dos devedores em Dívida Ativa
2.3.10. Regulamentação da quarentena dos agentes públicos

2.4. Carga tributária (baixa ou alta?) e carga de incentivos (baixa ou alta?)
Identificar variáveis que levam o RS a possuir uma das menores relações entre arrecadação do ICMS X PIB do país: isenções das exportações, imunidades constitucionais, incentivos fiscais às cadeias produtivas, ao FUNDOPEM, sonegação elevada, alta inadimplência, alta informalidade, alíquotas baixas, PIB elevado?
2.4.1 Buscar harmonização nacional através da isonomia de tratamento pelos Estados às mercadorias e serviços e às empresas

2.5. Compensação pela desoneração das exportações (Lei Kandir):
2.5.1. Procurar aumentar os recursos a serem repassados ao RS por conta da desoneração das exportações
2.5.2. Defender a volta da tributação das exportações dos produtos primários (não elaborados)

2.6. Promover a articulação dos governos, parlamentares gaúchos e entidades empresariais na busca de soluções estruturais para o Estado do Rio Grande do Sul:

2.7. Controle das ações estatais:
2.7.1. Dotar o Estado de um controle interno autônomo e com independência funcional
2.7.2. Dotar o Estado de uma administração tributária mais autônoma e com mais independência funcional (Há divergência interna na Secretaria Estadual da Fazenda.)

3. GERAÇÃO DE RIQUEZA[1]

3.1. Estimular a realização de Parcerias Público-Privadas e OSCIPs em áreas prioritárias para investimento no Estado

3.2. Estimular a realização de Parcerias Público-Privadas e OSCIPs somente em áreas onde o Estado não atue

3.3. Apoio à reforma tributária como forma de pôr fim à guerra fiscal (enquanto a reforma não se concretiza, o sistema de incentivos/gastos tributários deveria ser revisto para priorizar as cadeias produtivas, a solução de gargalos, inclusive a inovação, e a dinamização do desenvolvimento.)

3.4. Possibilidade de um fundo constitucional de desenvolvimento para a Região Sul, como já existe para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste (PEC 233/08 – Reforma Tributária)

3.5. Os investimentos beneficiados com renúncias de ICMS (receita repartida entre todos os Municípios) deverão ser revistos, no sentido de que os efeitos econômicos não fiquem concentrados somente no Município onde se instalou o empreendimento

3.6. Utilizar parte dos créditos a receber (Dívida Ativa), dando aplicabilidade e função social destes ativos realizáveis disponíveis (RS Parcerias, fundos de financiamento e desenvolvimento)

3.7. O Estado deve ser o articulador e o fomentador de um grande projeto de desenvolvimento endógeno (interno), levando em conta as peculiaridades e potencialidades regionais e tomando por base as regiões delimitadas legalmente pelos COREDES, mediante a atuação conjunta das secretarias estaduais que atuam em programas de desenvolvimento

O apoio à Reforma Tributária como forma de acabar com a guerra fiscal, acreditamos ser um ponto passível de convergência no Grupo Executivo "As estruturas e meios do Estado: causas e conseqüências do endividamento do Estado".

NOTA: Os textos integrais que serviram de base para as discussões encontram-se no tópico Estruturas e Meios do Estado/ Dívida em www.al.rs.gov.br/forumdemocratico

[1] Foram levantados no grupo alguns pontos sobre este tema e gostaríamos de registrá-los uma vez que o desenvolvimento econômico tende a trazer efeitos positivos na arrecadação de tributos, muito embora o mesmo possa ser mais bem desenvolvido pelo Grupo Desenvolvimento Harmônico, Sustentável, Social e Econômico.

TRABALHOS APRESENTADOS NAS REUNIÕES DO GEAD "ESTRUTURAS E MEIOS DO ESTADO – CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS DO ENDIVIDAMENTO DO ESTADO"

SITUAÇÃO FISCAL DO RS E MEDIDAS DE AJUSTE

Secretaria da Fazenda do Estado do RS

1. HISTÓRICO DOS RESULTADOS FISCAIS DO RIO GRANDE DO SUL

Durante as últimas décadas, gastar mais do que se arrecadou não significou real ameaça à prestação de serviços públicos essenciais e ao pagamento dos vencimentos dos servidores estaduais. Nesse período, mecanismos como o endividamento público, a inflação (que equilibrava as contas públicas e reduzia os salários reais), as privatizações, a venda de ativos, a utilização dos depósitos no Caixa Único e, mais recentemente, a utilização do limite máximo de saques dos depósitos judiciais, cobriram a diferença entre despesas e receitas.

É bem verdade que essas alternativas – ao aumentarem o passivo global e ao permitirem a sensação de que o problema do déficit não existia – foram, progressivamente, minando a capacidade de financiamento de políticas públicas adequadas, apesar de passar a sensação de que o problema fiscal poderia ser contornado.

Analisando-se o setor público consolidado, verifica-se que o Estado do Rio Grande do Sul vem apresentando déficit orçamentário desde 2001. A partir de 2004, passou a apresentar resultado primário positivo, passando de 0,3% da RCL em 2004 para 3,4% em 2006. Apesar da realização de superávits primários consolidados em 2004, 2005 e 2006, esses não foram suficientes para garantir a reversão do déficit orçamentário, que, em 2006, alcançou R$ 899 milhões. Os resultados primário e orçamentário da Administração Pública Consolidada (Lei 101/2000), entre os anos de 2001 e 2006, encontram-se nas Tabelas 1 e 2.

TABELA 1 – RESULTADO PRIMÁRIO SEGUNDO A LEI 101/2000 – 2001–2006
R$ MIL

ESPECIFICAÇÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Resultado primário a preços correntes	-294.643	-64.528	-99.580	35.978	572.131	454.197
Inflacionado pelo IGP-DI médio 2006	-484.301	-93.445	-117.433	38.782	582.001	454.197

FONTE: Relatório Resumido de Execução Orçamentária, Secretaria da Fazenda.

TABELA 2 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO SEGUNDO A LEI 101/2000 – 2001--2006

ESPECIFICAÇÃO	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Resultado Orçamentário a preços correntes	-676.826	-379.985	-382.401	-919.680	-918.348	-899.599
Inflacionado pelo IGP-DI médio 2006	-1.112.490	-550.266	-450.958	-991.354	-934.190	-899.599

FONTE: Relatório Resumido de Execução Orçamentária, Secretaria da Fazenda.

A Tabela 4 faz uma síntese da situação fiscal gaúcha, evidenciando a sistemática de cálculo da receita primária, da despesa primária, do resultado primário e do resultado nominal da administração consolidada do Estado no período 2003–2006.

TABELA 3 – ANÁLISE FISCAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ITENS	2003	2004	2005	2006	% NOMINAL 2003-2006	% REAL IGP-DI
1 - Receitas Totais	13.845,0	14.471,5	16.656,5	18.101,9	30,75	10,87
2 - Deduções						
2.1- Receitas financeiras	65,4	36,9	55,3	27,8	-57,52	-63,98
2.2- Operações de crédito	282,4	230,1	127,3	29,4	-89,59	-91,17
2.3- Alienação de bens	132,8	169,0	29,2	231,7	74,50	47,97
2.4- - Amortização de empréstimos	4,9	10,2	12,3	52,7	986,64	821,44
2.5- Anulação de restos a pagar	667,3	73,4	36,4	90,2	-86,48	-88,54
3 - Receitas Primárias (1 – 2)	12.692,3	13.951,9	16.396,0	17.670,1	39,22	18,05
4 - Despesas Totais	14.227,4	15.391,2	17.574,9	19.001,5	33,56	13,25
5 - Deduções						
5.1- Encargos da dívida	270,1	280,7	293,9	285,4	5,68	-10,38
5.2- Amortização da dívida	1.153,7	1.178,3	1.420,4	1.490,0	29,15	9,52
5.3 - Concessão de empréstimos	11,8	16,3	36,6	10,1	-13,90	-26,99
6 - Despesas Primárias (4 - 5)	12.791,9	13.915,9	15.823,9	17.215,9	34,58	14,12
7 - Resultado Primário (3 - 6)	-99,6	36,0	572,1	454,2		
8 - Resultado Nominal						
(7 + (2.1 - 5.1))	-304,3	-207,8	333,5	196,5		
9 - Resultado Orçamentário (1 - 4)	-382,4	-919,7	-918,3	-899,6		
10 - Receita Corrente	13.413,2	14.034,3	16.469,8	17.762,7	32,43	12,29
11 - Despesa Corrente	12.301,5	13.554,6	15.539,1	16.847,1	36,95	16,13
12- Poupança Corrente (9-10)	1.111,6	479,7	930,7	915,6	-17,63	-30,16
13 - Necessidade de Financiamento						
(-7+5.1+5.2-2.1-2.3)	1.325,2	1.217,1	1.057,7	1.061,8		
Memo Itens:						
Receita Corrente Líquida (RCL)	9.859,60	10.736,73	12.349,35	13.312,37	35,02	14,49
Resultado Primário / RCL	-1,0%	0,3%	4,6%	3,4%		
Resultado Nominal / RCL	-3,1%	-1,9%	2,7%	1,5%		
Resultado Orçamentário / RCL	-3,9%	-8,6%	-7,4%	-6,8%		

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS FISCAIS

É importante destacar a evolução de alguns indicadores no intuito de mostrar com mais detalhe como se encontram as finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul.

A receita total do Estado do Rio Grande do Sul, composta pelas receitas correntes e pelas receitas de capital, apresentou um crescimento real de 10,9% entre 2003 e 2006. O total de receitas correntes constitui a maior parte da receita total, atingindo o percentual de 98% do total em 2006, com uma participação ínfima da receita de capital. Dentre as receitas correntes, destacam-se a receita tributária e as transferências da União.

As receitas tributárias tiveram uma trajetória ascendente. Muito desse incremento, em 2005 e 2006, foi em função da majoração de alíquotas do ICMS dos setores de telecomunicação, energia elétrica e combustível. Contudo, em 2007, a não-prorrogação da lei prejudicou fortemente a evolução dessa receita. Enquanto a economia cresceu 7% em 2007, o crescimento real da arrecadação de ICMS foi de -1,33% (deflacionado pelo IGP-DI).

As demais receitas tributárias representaram 15,0% da receita tributária em 2006. Dentre elas, destaca-se o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, com uma arrecadação de R$ 766,35 milhões em 2006, correspondendo a 5,8% das receitas tributárias.

Outro ponto relevante da receita de capital é o fato de as operações de crédito, que já foram muito utilizadas para a cobertura do déficit financeiro, hoje estarem praticamente inviabilizadas por conta do descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. Isso porque o Estado está comprometido com mais de duas vezes a Receita Corrente Líquida com a dívida consolidada líquida, ficando impossibilitado de se candidatar a novos financiamentos internos e externos.

O ICMS é o principal tributo estadual, representando, em média, 85% da receita tributária. Esse imposto tem uma parte expressiva de sua arrecadação concentrada em poucas empresas, notadamente em energia, combustíveis, eletricidade e telecomunicações, bem como bebidas e fumo.

Na Tabela 4, mostra-se a evolução desse imposto, incluindo os juros e as multas da dívida ativa (ICMS total), o qual cresceu 205,9%, entre 1997 e 2007, em termos nominais, passando de R$ 4.007 milhões, em 1997, para R$ 12.258 milhões, em 2007. Nesse mesmo período, comparando-se com a variação do IGP-DI, houve um aumento real de arrecadação de 21,84%. Contudo, chama a atenção a baixa relação entre crescimento do ICMS e crescimento do PIB. Por exemplo, no período 1998–2004, que não incorpora as mudanças de alíquota tributária, a economia apresentou um crescimento anual médio de 2,28% enquanto o ICMS cresceu apenas 1,16%, ou seja, praticamente metade do crescimento da economia (Gráfico 2). Essa característica, que dificulta o processo de ajuste fiscal, decorre do elevado grau de renúncias fiscais (créditos presumidos e redução de base cálculo) praticado ao longo de décadas.

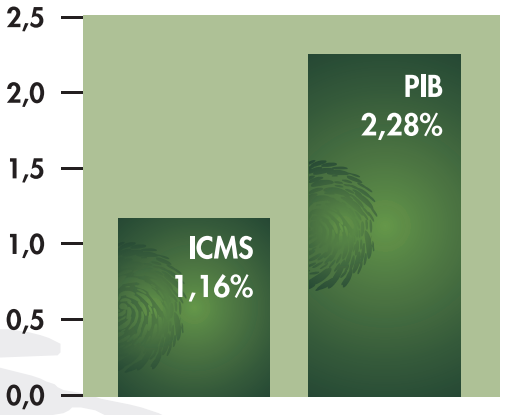
TABELA 4 – EVOLUÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS TOTAL – 1995–2007

ANOS	ICMS TOTAL Nominal	VARIAÇÃO NOMINAL		VALORES Constantes	VARIAÇÃO REAL		ICMS/PIB %
		R$ 1.000	%		R$ 1.000	%	
1995	3.509			11.057			6,54
1996	4.016	506	14,43%	11.382	300	2,93%	6,35
1997	4.007	(9)	-0,23%	10.542	(778)	-7,38%	5,79
1998	4.232	225	5,62%	10.715	160	1,64%	6,00
1999	4.660	427	10,10%	10.590	(116)	-1,17%	6,18
2000	5.647	987	21,19%	11.278	638	6,50%	6,63
2001	6.706	1.060	18,76%	12.143	802	7,67%	7,13
2002	7.441	735	10,96%	11.837	(284)	-2,52%	7,05
2003	8,989	1.547	20,79%	11.676	(149)	-1,36%	7,22
2004	9.638	649	7,22%	11.428	(230)	-2,13%	6,99
2005	11.383	1.745	18,11%	12.763	1.238	11,68%	7,89
2006	11.813	430	3,78%	13.016	235	1,99%	7,60
2007	12.258	444	3,76%	12.844	235	-1,32%	7,00
Variação							
1997/2007	205,92%			21,84%			
2006/2007	3,76%			-1,32%			

FONTE DE DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda e Fundação de Economia e Estatística.

NOTA: Os PIBs dos anos de 2005 e 2006 são preliminares. O valor constante do ICMS está a preços de dezembro 2006.

Gráfico 2 – Crescimento anual médio real do ICMS e do PIB 1998-2004



FONTE DE DADOS BRUTOS:
Secretaria da Fazenda e Fundação de Economia e Estatística.

A arrecadação do ICMS total em relação ao PIB do Rio Grande do Sul, que, em 1997, representava 5,8%, cresceu para 7,0% em 2007, aproximando-se da média brasileira. Cabe ressaltar que o Estado tem uma das menores cargas tributárias de todo o País. Isso se deve, em parte, ao alto impacto tributário da desoneração das exportações em um Estado que tem sua balança comercial com o exterior altamente superavitária e pela adoção de políticas de incentivo fiscal que viabilizam a opção pelo Rio Grande do Sul quando das decisões de localização dos grandes investidores.

No que tange às desonerações do ICMS sobre as exportações, o Rio Grande do Sul é o Estado que apresenta o segundo maior índice exportador per capita do País, atrás do Paraná, e é o terceiro maior exportador brasileiro, atrás de São Paulo e Minas Gerais, conforme dados fechados de 2006, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Em 1994, o RS vendeu US$ 5,03 bilhões ao exterior, 11,5% do total do Brasil. Em 2006, os valores das exportações totalizaram US$ 11,78 bilhões, representando 8,6% do total das exportações brasileiras. De outra parte, houve um movimento de crescimento das importações. Enquanto em 1994 o RS importava 7,0% do total brasileiro, em 2006 passou a importar 8,7%. A estimativa mais recente de perdas totais com a desoneração do ICMS sobre as exportações é da ordem de R$ 3,3 bilhões ao ano. A receita de ICMS decorrente das importações foi de R$ 200 milhões em 1996 e de R$ 404 milhões em 2006, representando um crescimento nominal de 55,4% e um crescimento real de -0,2% pelo IGP-DI[2]. Ressalta-se que a receita de ICMS

[2] No mesmo período, considerando os dados de quantidade e valor das importações mensuradas em US$ para o Rio Grande do Sul, constata-se que a variação do índice de quantum das importações cresceu 64,0% e do índice de preços cresceu 44,2%, representando uma variação nominal de 136,5% em US$.

das importações, avaliada em reais, é sensível às mudanças cambiais e à variação da renda interna do RS e do País. Nos últimos anos, a crise econômica gaúcha e a valorização do câmbio não favoreceram a expansão da receita de ICMS decorrente de produtos importados.

No que tange aos impostos transferidos pela União, ressaltem-se que, enquanto entre 1997 e 2006 o ICMS total arrecadado cresceu nominalmente 194,8%, as transferências constitucionais federais ao Estado, especificamente a Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE), a Cota-Parte do IPI – Exportação e a Lei Kandir/Auxílio Financeiro às Exportações, cresceram 157,8%.

TABELA 5 – TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS DA UNIÃO – 1994–2006
R$ MILHÕES

ANOS	ICMS TOTAL	FPE	IPI EXPORTAÇÃO	LEI KANDIR 87/96	AUXÍLIO FINANCEIRO EXPORTAÇÃO	TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS DA UNIÃO
1994	2.091,5	88,2	145,9	-	-	234,1
1995	3.509,1	181,8	238,9	-	-	420,8
1996	4.015,9	205,7	271,0	-	-	476,7
1997	4.006,8	230,9	274,3	60,1	-	565,3
1998	4.232,1	257,2	294,7	296,8	-	848,7
1999	4.659,5	284,8	270,3	280,7	-	835,8
2000	5.646,8	337,5	300,3	291,4	-	929,2
2001	6.706,4	397,2	318,0	269,8	-	985,0
2002	7.441,5	491,5	311,3	297,8	-	1.100,6
2003	8.988,8	511,3	292,6	319,6	-	1.123,6
2004	9.637,9	563,6	310,2	256,1	50,7	1.180,7
2005	11.382,9	705,4	351,6	256,1	81,6	1.394,7
2006	11.813,0	780,7	377,1	146,9	152,7	1.457,4
Variação %						
2006-1997	194,8%	238,2%	37,5%	144,4%		157,8%

FONTE: Secretaria da Fazenda

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS FISCAIS

Para fins de obtenção de uma visão mais diferenciada e apurada da situação das contas estaduais, é necessário destacar a evolução das despesas segundo os denominados grandes grupos: Pessoal e Encargos Sociais, Serviço da Dívida, Investimentos e Outras Despesas Correntes.

O total de matrículas de servidores ativos, inativos e pensionistas do Estado, incluindo a Administração Direta, Autarquias, Fundações e Sociedades de Economia Mista, era de 362.854 em dezembro de 1998, passando para 375.526 em dezembro de 2002 e 382.232 em dezembro de 2006. Em 1998, entre ativos, inativos e pensionistas, os ativos representavam 52,6% do total e 1,93% da população gaúcha. Já em 2006, os ativos perfaziam 53,4% do total e 1,86% da população.

Note-se ainda que, entre 1998 e 2006, enquanto a população do Rio Grande do Sul cresceu 10,83%, as matrículas do pessoal ativo do Estado cresceram 6,85%; já o número de inativos cresceu 11,43%. Importa ressaltar que, em 1998, havia 99.371 matrículas na Secretaria da Educação e, em 2006, 109.497 matrículas, um aumento de 10.126 matrículas, ou 10,2%. Esse órgão foi responsável por 77,7% do total de novas contratações do Estado.

Os servidores que dependem de recursos do Tesouro são os da Administração Direta e, em parte, os das Autarquias e Fundações, ocorrendo transferências de recursos do Tesouro para pagamento de folha de pessoal.

No período 1994–1998, o número de servidores ativos que dependiam do Tesouro decresceu em 25.147 devido à política de demissão voluntária. Houve o aumento do ingresso para 12.826 entre 1998–2002, enquanto houve nova redução de 1.003 no período 2002–2006. No entanto, as inativações na Administração Direta cresceram constantemente: 18.152 (1994–1998), 11.411 (1998–2002) e 7.892 (2002–2006).

Analisando-se o crescimento das inativações e das pensões, pode-se dividir sua evolução em dois períodos bem distintos. De 1991 a 2000, as inativações e as pensões cresceram progressivamente, reduzindo-se no período 2000–2006. A redução do ritmo das aposentadorias deveu-se, ainda, às duas reformas da previdência em 1998 e 2003. O retardamento das aposentadorias com direito integral por mais sete anos, em 2003, em função da Emenda n.° 41/2003, provocou um represamento para os próximos anos. Teve grande influência na redução das pensões a eliminação das chamadas "filhas solteiras", que tiveram seu número reduzido durante o Governo Olívio Dutra.

TABELA 6 – NÚMERO DE VÍNCULOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO RS –1991–2006

ANO	ATIVO TOTAL	INATIVOS		PENSIONISTAS		INATIVOS + PENSIONISTAS	TOTAL GERAL
		DIRETA	AUTARQUIAS	DIRETA	AUTARQUIAS		
1991	184.554	68.769	7.636	2.806	45.478	124.689	309.243
1992	187.078	69.955	7.620	2.602	47.258	127.435	314.513
1993	193.616	75.831	7.404	2.755	49.169	135.159	328.775
1994	196.083	81.405	7.545	2.537	50.837	142.324	338.407
1995	188.492	85.722	7.782	2.500	52.015	148.019	336.511
1996	178.361	89.721	8.191	2.446	53.654	154.012	332.373
1997	172.668	94.663	8.586	2.293	55.236	160.778	333.446
1998	170.936	99.557	9.005	2.038	55.753	166.353	337.289
1999	165.770	106.263	6.502	1.995	55.537	170.297	336.067
2000	174.428	108.417	6.277	1.927	53.992	170.613	345.041
2001	178.123	109.327	6.226	1.914	52.644	170.111	348.234
2002	183.762	110.968	6.107	1.812	48.948	167.835	351.597
2003	185.155	114.314	5.904	1.740	48.689	170.647	355.802
2004	186.349	116.137	5.768	1.656	49.995	173.556	359.905
2005	183.068	117.280	5.574	1.663	49.168	173.685	356.753
2006	182.759	118.860	5.393	1.512	49.531	175.296	358.055
Variação							
1998-94	-25.147	18.152	1.460	-499	4.916	24.029	-1.118
1998-02	12.826	11.411	-2.898	-226	-6.805	1.482	14.308
2002-06	-1.003	7.892	-714	-300	583	7.461	6.458
1991-00	-10.126	39.648	-1.359	-879	8.514	45.924	35.798
2000-06	8.331	10.443	-884	-415	-4.461	4.683	13.014

FONTE: Boletim de Pessoal, Secretaria da Fazenda.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais representaram 51,0% da despesa realizada em 2006. A Tabela 7 evidencia o comprometimento dos gastos com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida. O crescimento real foi significativo em 2006, 10%, acima do crescimento real da RCL. Esse crescimento, em relação ao de 2005, deve-se aos reajustes concedidos (Leis 12.442 e 12.443) que começaram a surtir seus efeitos a partir de maio de 2006. Salienta-se que parte desses reajustes foi incorporada aos vencimentos dos servidores a partir de março de 2007 (2,9% ao magistério e servidores de escola e 2,4% aos demais servidores do Poder Executivo).

Note-se que os gastos com pessoal e encargos continuam elevados, representando 71,8% da RCL, conforme cálculo elaborado com base no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último quadrimestre de 2006. Em 2007, essa participação cresceu para 72,1% em função dos efeitos do reajuste parcelado concedido no ano anterior e de decisões judiciais. A queda da receita de ICMS, decorrente da redução das alíquotas, também contribuiu para a elevação do comprometimento com pessoal.

TABELA 7 – EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL CONSOLIDADO EM RELAÇÃO À RCL – 2003–2006

ESPECIFICAÇÃO	2003	2004	2005	2006
Receita Corrente Líquida a preços correntes	9.859.597	10.736.732	12.349.352	13.312.373
Pessoal e encargos a preços correntes	7.496.237	7.831.123	8.541.619	9.557.429
% de comprometimento da RCL	76,0%	72,9%	69,2%	71,8%
RCL inflacionada pelo IGP médio 2006	11.627.232	11.573.495	12.562.387	13.312.373
Pessoal inflacionado pelo IGP médio de 2006	8.840.167	8.441.438	8.688.967	9.557.429
Crescimento real da RCL	-6,2%	-0,5%	8,5%	6,0%
Crescimento real de pessoal	-8,2%	-4,5%	2,9%	10,0%

FONTE: Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Secretaria da Fazenda.

Convém destacar que, de acordo com o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo, o comprometimento da RCL com a Despesa de Pessoal alcançou 41,30% em 2006, abaixo do limite máximo de 49%. Na apuração do gasto com pessoal para efeito do limite exigido pela LRF, são excluídos os gastos com pensionistas, despesas de exercícios anteriores e decisões judiciais para pagamento de pessoal, entre outros. Isso explica por que o RS exclui parte significativa do seu gasto efetivo com pessoal da apuração do limite de gastos previsto na LRF.

TABELA 8 – DESPESA COM PESSOAL EM RELAÇÃO À RCL CONFORME LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – 2003–2006

PODER/ÓRGÃO	2003	2004	2005	2006	LIMITES	LIMITES
Poder Executivo	48,7%	43,3%	40,0%	41,30%	49,00%	46,55%
Tribunal de Justiça	6,0%	6,2%	5,8%	5,47%	5,88%	5,59%
Tribunal de Justiça Militar	0,1%	0,1%	0,1%	0,09%	0,12%	0,11%
Assembléia Legislativa	1,6%	1,5%	1,4%	1,46%	1,82%	1,73%
Tribunal de contas	1,0%	1,0%	1,0%	1,02%	1,18%	1,12%
Ministério Público	1,9%	2,2%	2,0%	1,91%	2,00%	1,90%
Estado	59,3%	54,2%	50,3%	51,25%	60,00%	57,00%

FONTE: Relatório de Gestão Fiscal, Secretaria da Fazenda.

A composição da despesa de pessoal pode ser decomposta por Poder, tal como descreve a Tabela 9

TABELA 9 – TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL POR PODER – 2003–2006

ORGÃOS	2003	2004	2005	2006
Indireta	1.416.084	1.437.601	1.535.060	1.769.455
Ministério Público	273.357	310.014	364.654	398.503
Poder Executivo	4.692.434	4.844.279	5.174.838	5.765.490
Poder Judiciário	791.120	911.617	1.070.912	1.179.733
Poder Legislativo	323.242	327.612	396.154	444.248
TOTAL	**7.496.237**	**7.831.123**	**8.541.619**	**9.557.428**

FONTE: Secretaria da Fazenda.

Analisando-se os dados acima em termos reais (IGP-DI médio de 2006) e tomando-se o ano 2001 como base referência, percebe-se que o Ministério Público aumentou os gastos com pessoal em 41,7% reais; o Poder Judiciário, 24,6%; o Poder Legislativo, 3,8%; enquanto o Poder Executivo declinou em 6,2%.

TABELA 10 – EVOLUÇÃO REAL DA DESPESA DE PESSOAL CONSOLIDADA POR PODER – (BASE 00=2001)

ORGÃOS	2003	2004	2005	2006	VARIAÇÃO 2006/2001
Indireta	108,2	100,4	101,1	114,6	14,6
Ministério Público	114,6	118,8	131,9	141,7	41,7
Poder Executivo	90,0	84,9	85,6	93,8	-6,2
Poder Judiciário	98,5	103,8	115,0	124,6	24,6
Poder Legislativo	89,1	82,5	94,2	103,8	3,8
TOTAL	94,6	90,3	93,0	102,2	2,2

FONTE: Secretaria da Fazenda.

Também há um déficit previdenciário recorrente, ou seja, as receitas previdenciárias são menores que as despesas com os benefícios de aposentadoria e pensão há vários anos. Em 2006, esse déficit foi de R$ 4 bilhões (receitas de R$ 555 milhões e despesas de R$ 4,550 bilhões). Cada servidor ativo contribui mensalmente com 11% do salário para manter os aposentados. O Estado utiliza receitas correntes do Tesouro para pagar o que falta. Não há poupança constituída para fazer frente ao passivo atuarial.

No período entre 2000 e 2006, despendeu-se para o pagamento do serviço da dívida, em média, o equivalente a 13,6% da Receita Corrente Líquida e 16,4% da Receita Líquida Real. Ressalta-se que a evolução do estoque da dívida em relação ao PIB do Rio Grande do Sul mantém certa estabilidade. Contudo, os desembolsos são manifestamente superiores à capacidade real de pagamento do Estado.

Igualmente, as dificuldades fiscais do Estado vêm, ao longo dos anos, afetando drasticamente a capacidade de investimento do setor público estadual. Nos últimos dois governos, houve forte compressão desses gastos sem que houvesse redução no tamanho do déficit orçamentário, gerando consideráveis repercussões sobre a prestação de serviços básicos, como saúde, segurança e educação, além de afetar a qualidade do setor de infra-estrutura.

O quadro financeiro atual não se apresenta em situação mais grave porque vem sendo amenizado, em parte, pela diminuição gradativa dos gastos com investimentos. Nesse sentido, destaca-se que a participação percentual dos investimentos em relação à RCL caiu de 8,0%, em 2003, para 5,0% em 2006 (Tabela 11).

Em 2007, essa participação reduziu-se ainda mais devido ao crítico Estado da situação fiscal, atingindo 2,6%.

TABELA 11 – PERCENTUAL DE INVESTIMENTOS EMPENHADOS NO CONSOLIDADO – 2000–2006

ESPECIFICAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Investimento amplo	642.496	633.556	445.794	772.194	658.227	615.367	664.375
RCL	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.652	13.312.373
% Investimento/RCL	9,65	8,21	5,30	7,99	6,13	4,98	4,99

FONTE: Secretaria da Fazenda.

NOTA: **1.** Os investimentos englobam também o grupo de inversões financeiras
2. Em 2000, foram excluídos R$ 180,6 milhões do grupo Inversões Financeiras, da rubrica 6501.

No grupo Outras Despesas Correntes, correspondente às despesas destinadas à manutenção da máquina administrativa e à prestação de serviços públicos exceto pessoal , destacam-se as transferências aos Municípios (distribuição da receita) e a Gestão Plena do SUS. Embora não segregadas em grupo próprio, essas transferências atingiram R$ 3.473,8 milhões em 2006, equivalentes ao percentual de 18,3% do total das despesas realizadas no exercício.

O Poder Executivo tem feito um grande esforço de contenção de gastos, sendo acompanhado pela Administração Indireta e pelo Poder Legislativo. Contudo, foram verificadas as maiores elevações de gastos correntes no âmbito do Ministério Público e do Poder Judiciário, que apresentaram, entre 2000 e 2006, respectivamente, elevação de 107,1% e 31,8% em relação à Receita Corrente Líquida.

Um estudo feito pela Secretaria do Planejamento demonstra que, em 2006, do total gasto compreendido no grupo "Outras Despesas Correntes", deduzidas as despesas dos Poderes e Órgãos (Judiciário, Legislativo, Ministério Público e Defensoria Pública), as transferências constitucionais, o IPERGS, os encargos financeiros, as despesas com vinculação a convênios e as demais despesas com previsão legal, resta apenas 22,04% do montante do grupo sob controle direto do gestor público.

EVOLUÇÃO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Em 2006, a dívida consolidada líquida do Estado totalizou R$ 33,7 bilhões ou 253,63% da receita corrente líquida, percentagem acima do limite estabelecido pela LRF, de 248,49%.

Durante o período 2000–2003, a dívida consolidada líquida aumentou em 3,71% a preços constantes, em um período em que as operações de crédito se reduziram continuamente. A maior parte desse aumento deve-se à evolução da dívida do Estado com o Governo Federal Secretaria do Tesouro Nacional , que representa 88,2% da dívida consolidada líquida em 2006. A origem dessa dívida é proveniente do Acordo de Renegociação da Dívida realizado no marco da Lei n.° 9496/97, assinado em 15/04/98, no montante de R$ 7.132,4 milhões.

O acordo foi condicionado à adoção do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, supervisionado pela Secretaria do Tesouro Nacional. O programa estabelece metas sobre endividamento, resultado primário, despesa com pessoal, receitas próprias, investimento e alienação de ativos.

O aumento do endividamento do Estado, em especial da dívida renegociada, possui duas causas relevantes. Em primeiro lugar, o índice utilizado para corrigir o estoque da dívida (IGP-DI), considerando-se desde 1998. Esse índice é muito mais influenciado por variações na taxa de câmbio do que por variações nos índices de preços ao consumidor. Entre dezembro de 1998 e dezembro de 2002, o IGP-DI no mesmo período mostrou uma variação de 83,9%, e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou uma variação de 39,9%. Cabe registrar que, a partir de 2002, o IPCA cresceu acima do IGP-DI.

Em segundo lugar, o limite estabelecido para o serviço da dívida no contrato. O serviço da dívida derivada do acordo de refinanciamento e de um conjunto de contratos também incluídos no acordo tem um teto de 13% da Receita Real Líquida[3]. Qualquer serviço da dívida acima desse limite é incorporado ao estoque da dívida. Nos anos recentes, o serviço da dívida tem sido superior a esse limite e o excesso foi incorporado ao estoque, o que justifica por que, ainda que na ausência de significativas operações de crédito, o estoque da dívida tem crescido de forma expressiva.

Finalmente, a dívida externa foi reduzida durante o período sob análise, apesar da desvalorização do real. Esse fato se deve às amortizações realizadas durante o período e à falta de novas operações de crédito.

A Resolução n.° 40/2001 do Senado Federal, em cumprimento com a Lei de Responsabilidade Fiscal, estabeleceu um limite para a razão entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida de 200% para os governos estaduais. Para os Estados que se situarem acima desse limite, tem se previsto um ajuste para os próximos 15 anos, com o propósito de alcançar o limite estabelecido por lei. Em 2006 e 2007, o Rio Grande do Sul ficou acima desse limite estabelecido.

---

[3]A Receita Líquida Real corresponde à soma das receitas correntes e de capital, excluindo: as transferências do FUNDEF, as receitas provenientes das operações de crédito, as receitas provenientes da venda de ativos, as transferências de capital, as transferências constitucionais para os Municípios e as receitas do SUS.

A Tabela 12 mostra que a dívida consolidada líquida era de 2,95 vezes em relação à RCL em 2002 e decresceu para 2,54 vezes em 2006. Entretanto, ao se excluir o ingresso de receitas extraordinárias da RCL (R$ 250 milhões advindos do Ministério da Educação e R$ 168 milhões de receitas extraordinárias de juros sobre o capital próprio), verifica-se que houve uma elevação do comprometimento de 2,58 em 2005 para 2,62 em 2006.

TABELA 12 – COMPROMETIMENTO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ANO	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Receita Corrente Líquida	2,73 vezes	2,95 vezes	2,80 vezes	2,83 vezes	2,58 vezes	2,54 vezes

FONTE: Relatório de Gestão Fiscal, Secretaria da Fazenda.

Os números apresentados atestam, portanto, a gravidade do problema representado pela dívida pública. É evidente, com efeito, que, em um período de inflação estabilizada e sem novos empréstimos, seja insustentável manter desembolsos nos níveis em que o Estado vem suportando, no montante de R$ 1,775 bilhão em 2006.

2. SITUAÇÃO FISCAL E MEDIDAS EMERGENCIAIS ADOTADAS PELA ATUAL GESTÃO

As finanças públicas do RS apresentam um histórico de déficits orçamentários contínuos desde 1970. Esses déficits não produziram uma situação de insolvência fiscal e queda de oferta de serviços públicos devido ao uso de mecanismos ortodoxos e heterodoxos de financiamento. Atualmente, esses mecanismos estão esgotados, os investimentos públicos foram reduzidos drasticamente e existe um risco de queda na provisão de bens públicos à sociedade caso não seja adotada uma nova estratégia de combate ao desequilíbrio fiscal que permita estabelecer regime fiscal sustentável a médio e longo prazos. Diante de um cenário inicial crítico, adotamos um conjunto de medidas emergenciais para controlar a expansão do déficit. Contudo, nosso compromisso principal permanece sendo a eliminação do déficit e o encaminhamento das mudanças estruturais necessárias para garantir a sustentabilidade fiscal e a recuperação da capacidade de financiamento do setor público estadual.

Em 2006, de acordo com os dados da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o Rio Grande do Sul apresentava os piores indicadores fiscais entre todos os Estados da Federação, medidos em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). O Estado apresentava o pior resultado orçamentário (-6,4%), o maior gasto com pessoal (67,5%), o menor nível de investimentos (4,7%) e o maior passivo financeiro (61,0%). O gasto com inativos representa quase metade do gasto total com pessoal (31,5% da RCL) e constitui uma das principais causas do desequilíbrio fiscal. O resultado primário (2,2%) ficou na vigésima posição, mas influenciado por receitas extraordinárias do Governo Federal transferidas no final de 2006. Em geral, o resultado primário tem

sido positivo no RS, mas insuficiente para reduzir consistentemente a dívida do setor público. Em 2006, o serviço da dívida atingiu 12,5% e o gasto em custeio alcançou 24,0%. Com base nesses números, pode-se perceber que o aspecto mais grave da crise fiscal no RS é a forte rigidez do gasto, o que deixa um espaço relativamente pequeno para geração de economias de curto prazo significativas. Essa rigidez ocorre porque cerca de 80% da RCL está comprometida com despesas de pessoal e pagamento do serviço da dívida, as quais não são passíveis de redução discricionária devido à garantia de estabilidade dos servidores públicos e ao Acordo de Renegociação da Dívida sob a Lei 9496, negociado com o Governo Federal em 1997, e que estabelece um comprometimento fixo para o serviço da dívida sobre as receitas estaduais.

No início da nova administração, o cenário fiscal previsto para 2007 era muito crítico. Para o exercício de 2007, a previsão inicial de déficit era de R$ 2,4 bilhões. Essa previsão se baseava no efeito esperado sobre as receitas estaduais resultante da redução das alíquotas de ICMS de alguns setores (combustíveis, energia elétrica e telecomunicações), que tinham sido majoradas para vigorar somente em 2005 e 2006. Outra parte do déficit relacionava-se ao impacto de reajustes salariais que foram concedidos de forma parcelada em 2006, mas programados para implantar uma parte em 2007, além da incorporação de vantagens aos vencimentos dos servidores determinados por decisões judiciais.

Diante de um cenário crítico e com alto risco de insolvência fiscal, adotamos um conjunto de medidas emergenciais para diminuir o déficit previsto, tanto do lado da receita como do lado dos gastos. De imediato, estabelecemos uma meta de redução de 30% das despesas discricionárias em custeio para todos os órgãos do Poder Executivo. A economia esperada dessa medida era obter uma redução de aproximadamente R$ 300 milhões. Essa redução não foi linear, mas foi atingida plenamente e vale destacar que não comprometeu significativamente o funcionamento dos órgãos e a prestação de serviços à sociedade gaúcha. Ao fixarmos a meta, procedeu-se a uma revisão dos gastos de custeio que resultou numa alocação mais eficiente desses recursos, permitindo manter o nível de serviços com menor custo. Contudo, não foi possível manter o mesmo nível de investimentos de 2006, os quais foram reduzidos a pouco menos da metade do que estava programado no Orçamento, chegando a cair para R$ 380 milhões (menos de 3% da RCL). A disponibilidade de caixa no início de 2007 não permitiu manter em dia o pagamento integral dos servidores públicos. No caso da folha de pessoal, atrasamos em 10 dias os pagamentos para os salários superiores a R$ 1.950 para alinhar com o fluxo de caixa. No lado das receitas, foram renegociadas as transferências de créditos de exportação aos setores produtivos e implantou-se uma política de transferências condicionada ao grau de aquisições de insumos fabricados no RS. Além disso, adotamos técnicas de gerenciamento matricial da receita e da despesa que permitiram identificar e combater fontes de sonegação e fontes de ineficiências do gasto público. Os resultados dessas medidas, combinados com a recuperação econômica, permitiram fecharmos o exercício de 2007 com um resultado primário de R$ 954 milhões (mais de duas vezes superior ao obtido em 2006) e um déficit orçamentário de R$ 874 milhões, reduzindo a menos da metade o déficit previsto no início do ano.

Os pagamentos das aposentadorias e pensões para servidores inativos são uma das principais fontes de rigidez na despesa. Esses gastos equivalem a 31,5% da RCL, praticamente metade do gasto total com pessoal, e representam aproximadamente 3% do PIB. Para aliviar o peso desses gastos nos próximos anos, realizamos uma operação de IPO com as ações preferenciais do Banrisul e alocamos R$ 1,2 bilhão dos recursos captados em dois fundos de reserva financeira criados exclusivamente para

cobrir despesas previdenciárias: fundo de equilíbrio previdenciário (FE-Prev) e fundo de garantia da previdência pública estadual (FG-Prev). O FE-Prev foi constituído com 90% desse montante, duração prevista de sete anos e descapitalização mensal para pagamentos das atuais aposentadorias. Esse fundo gera um alívio financeiro de aproximadamente R$ 14 milhões mensais nos gastos com aposentadorias. O FG-Prev foi constituído com 10% do montante e consiste numa reserva financeira para custear as futuras aposentadorias.

Com essas medidas, foi possível conter a expansão do déficit no curto prazo. Mas, apesar do significativo esforço fiscal em 2007, a previsão de déficit orçamentário para 2008 permaneceu elevada (R$ 1,3 bilhão) e exige um esforço fiscal significativo de todo o setor público. É preciso ter consciência de que essas medidas "emergenciais" foram necessárias para conter a expansão do déficit no curto prazo, mas não representam uma solução sustentável no médio e longo. Medidas estruturais de ajuste fiscal precisam ser adotadas, tanto na esfera das receitas como dos gastos e na gestão pública, para equacionar o problema do déficit orçamentário de forma sustentável, recuperar a capacidade de financiamento e aumentar a eficiência do setor público.

3. ALGUMAS PREMISSAS E AÇÕES PARA O AJUSTE FISCAL

Consideramos que a estratégia de equacionamento da crise fiscal do RS deve ser baseada nos princípios de realismo orçamentário e responsabilidade fiscal, envolvendo ações tanto para aumentar a arrecadação tributária como para conter a expansão do gasto público. Vale destacar que, diante da rigidez em importantes componentes do gasto público (despesa com pessoal e serviço da dívida), é essencial que o esforço de ajuste fiscal também seja complementado por um aumento na capacidade de arrecadação tributária. Nesse contexto, o esforço para alcançar o equilíbrio fiscal e recuperar a capacidade de investimento do Estado deve ser compartilhado por toda a sociedade.

No lado da despesa, no médio prazo, é necessário manter o controle das despesas de custeio, garantir que a variação do gasto com pessoal fique abaixo da variação da receita corrente e racionalizar as despesas através do programa "Fazendo Mais com Menos", o qual pretende revisar e otimizar 25 processos administrativos em 10 Órgãos do Estado. Em 2007, reduzimos em 30% os gastos discricionários em custeio e negociou-se a manutenção desse patamar com todos os órgãos do Poder Executivo para 2008. Na negociação do orçamento de 2008, os demais poderes compartilharam o compromisso com o ajuste fiscal. Esse espírito de colaboração e compromisso com a sociedade foi importante para controlar a expansão do déficit e deve se manter presente nas negociações orçamentárias futuras.

O programa "Fazendo Mais com Menos" tem sido implementado desde 2007, com o objetivo de reduzir e racionalizar as despesas, obtendo ganhos absolutos e relativos de eficiência no setor público. As principais ações do programa são: Gerenciamento Matricial da Despesa (GMD), revisão e aprimoramento dos processos de trabalho e estrutura dos órgãos com foco na racionalização da despesa, projeto Cota Base Zero para identificar a função de produção ótima dos órgãos, aprimoramento do sistema de compras e contratos do setor público, aprimoramento da gestão da dívida pública e aperfeiçoamento dos sistemas de informação da execução orçamentária. Já estamos utilizando o GMD para identificar e corrigir

ineficiências na execução do gasto. Iniciamos a revisão de processos na área de saúde do Instituto de Previdência do Estado (IPE-Saúde) e o aperfeiçoamento do sistema de compras e de contratos do setor público e consolidaremos as medidas de aprimoramento nesses órgãos, ao longo de 2008. O aperfeiçoamento do sistema de compras e contratos conduzirá a uma estrutura mais eficiente e com redução de custos mediante aumento da competição entre os fornecedores. As ações do programa visam a alcançar o objetivo de revisar 25 processos administrativos em 10 órgãos.

Grande parte da rigidez do gasto está associada ao elevado comprometimento da receita com despesas de pessoal, destacando que o gasto com inativos representa aproximadamente metade da despesa total de pessoal. Nesse sentido, a sustentabilidade fiscal no longo prazo requer uma solução para reduzir o desequilíbrio previdenciário. Atualmente, o déficit previdenciário atual é da ordem de R$ 4,6 bilhões. Consideramos que a implementação de um Fundo Complementar de Previdência para os novos servidores, conforme o PL 393/2007, é fundamental para reduzir o desequilíbrio previdenciário nos próximos anos e, assim, gerar um cenário de sustentabilidade fiscal de longo prazo compatível com a recuperação da capacidade de investimento do setor público gaúcho.

No lado da receita, é fato que a arrecadação é insuficiente para equacionar integralmente o problema do déficit. Contudo, a elevação da carga tributária não parece ser um caminho desejado pela sociedade. Nesse caso, a estratégia de expansão das receitas tributárias deve ser buscada através de ações firmes de redução da evasão fiscal, mas também de revisão responsável da política de incentivos fiscais, buscando não comprometer a competitividade das cadeias produtivas e o atendimento das demandas sociais devido ao efeito das renúncias fiscais sobre a prestação de serviços públicos. A sociedade precisa encontrar o ponto de equilíbrio entre os custos e benefícios da política de desonerações fiscais discricionárias, pois a concessão de um benefício fiscal específico necessariamente possui um componente de custo social (coletivo).

Para reduzir a evasão fiscal, estamos implantando um regime de substituição tributária em diversos setores (autopeças, produtos de higiene pessoal, rações pet, artigos de colchoaria e arroz). Nesse regime, o recolhimento do ICMS é antecipado para etapas intermediárias da cadeia produtiva, permitindo reduzir a chance de evasão fiscal usual na comercialização final dos produtos. A revisão da política de incentivos busca reduzir o nível de renúncia de receitas, mas sem comprometer significativamente a competitividade sistêmica da economia gaúcha. Vale ressaltar que o RS possui uma carga tributária de ICMS inferior à média nacional e, historicamente, pratica uma política de incentivos fiscal altamente benevolente cujo grau de renúncia tributária representa aproximadamente 26% do total do ICMS arrecadado. Embora esses incentivos tenham sido importantes no passado para moldar nossa matriz produtiva, muitos setores beneficiados já estão consolidados e possuem condições para competir sobre as regras do mercado privado. Adicionalmente, a forte concentração setorial da política de incentivos tem dificultado a diversificação da matriz produtiva e, nesse sentido, reforça a volatilidade da nossa taxa de crescimento econômico.

Ainda no lado da receita, cabe ressaltar que as ações também envolvem medidas de melhoria na gestão tributária. Nesse caso, o combate à sonegação baseia-se em ferramentas como no caso do Programa de Avaliação do Contribuinte (PAC Inteligente) e do Gerenciamento Matricial da Receita (GMR). Essas ferramentas aumentam a eficiência da fiscalização e da arrecadação.

No que diz respeito à dívida pública, é conhecida a rigidez de redução da chamada dívida intralimite devido o contrato de renegociação com o Governo Federal (Lei 9.496 de 1997). Contudo, o Governo está reestruturando a dívida extralimite através de uma operação de empréstimo com o Banco Mundial, cujos encargos serão menores que aqueles atualmente vigentes e, portanto, implicam uma redução da carga da dívida para a sociedade. O montante dessa operação é de US$ 1,1 bilhão e possui prazo de 30 anos para os desembolsos de pagamento, sendo todo recurso canalizado para substituir parte da dívida extralimite (substitui-se uma dívida mais cara por outra mais barata). O alongamento do prazo dessa dívida, combinado com encargos menores, produzirá importante alívio sobre o Tesouro Estadual e economias no fluxo de desembolsos ao longo dos próximos anos, gerando uma distribuição intertemporal da carga da dívida mais equilibrada para a sociedade.

AGENDA 2020

O RIO GRANDE QUE QUEREMOS

Uma Agenda da Sociedade

www.agenda2020.org.br

O melhor Estado para se viver e trabalhar

Sociedade

- Crescimento econômico
- Eqüidade social e regional
- Elevação da qualidade de vida

Diferenciais competitivos

- Referência em capital humano
- Referência em inovação e tecnologia
- O melhor Estado para fazer negócios

Eixos de crescimento

Desenvolvimento de Mercado

- Capacitar para o empreendedorismo, gestão e qualidade, inovação e tecnologia
- Estimular as exportações com ênfase no aumento do valor agregado
- Atrair e favorecer empresas em setores estratégicos, diversificando a matriz produtiva de regiões

Desenvolvimento Regional

- Assegurar um planejamento estratégico regionalizado e integrado, com participação social, garantindo a continuidade das políticas públicas

Inovação e Tecnologia

- Promover pólos tecnológicos alinhados com um plano estadual
- Estabelecer e executar políticas de fomento e incentivo à inovação e tecnologia
- Buscar maior integração entre empresas, instituições de pesquisa, universidades e Governo em tecnologia de ponta

Gestão Pública

- Aumentar a capacidade de investimento do Estado através do equilíbrio fiscal
- Reduzir a carga tributária no Estado
- Modernizar e aumentar a eficiência da gestão pública com adequação do tamanho do Estado
- Garantir transparência na gestão pública através de um sistema de monitoramento pela sociedade

Infra-estrutura

- Implantar uma rede logística integrada de transporte, privilegiando modais de maior eficiência
- Estabelecer parcerias Público-Privadas e concessões com garantias contratuais asseguradas
- Garantir o uso eficiente e disponibilidade de energia a preços competitivos

Bases para o desenvolvimento

Ambiente institucional e regulatório

- Garantir a segurança pública e a confiança nas instituições
- Combater a informalidade, a pirataria e a sonegação
- Garantir o cumprimento e a estabilidade da regras

Disponibilidade de recursos

- Incentivar a formação de poupança pública e privada
- Facilitar o acesso ao crédito, com melhor orientação

Cidadania e responsabilidade

- Incentivar e garantir meios de participação da Sociedade na Gestão Pública
- Promover a responsabilidade social

Meio Ambiente

- Balancear a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento, através de regras claras e estáveis, e maior eficiência dos órgãos reguladores
- Promover a sensibilização da sociedade através da educação ambiental

Educação

- Ampliar a rede de escolas com tempo integral
- Investir na valorização e qualificação dos professores
- Definir e implementar um modelo de educação básica com foco na qualidade
- Capacitar para o mercado e para a cidadania, articulando instituições de ensino superior, escolas, empresas, ONGs e governo, e ensino profissional

Saúde

- Promover ações de planejamento familiar e de redução da mortalidade infantil
- Ampliar a efetividade da rede de saúde, com melhoria na qualidade do atendimento
- Promover a saúde através de ações preventivas

Tema Gestão Pública
Indicadores

Aumentar a capacidade de investimento do Estado através do equilíbrio fiscal

Indicadores	Fórmulas
Despesas do Estado	(Despesa não-financeira – Transferências para municípios) Receita corrente líquida
Índice de solvência do Estado	Juros nominais / Receita corrente líquida

Reduzir a carga tributária no Estado

Indicadores	Fórmulas
Carga tributária do Estado (ICMS)	ICMS/PIB
Alíquota média de ICMS ponderado pelo consumo das famílias	Alíquota média de ICMS nominal ponderada pela cesta de consumo da pesquisa de orçamento familiar

Garantir transparência na gestão pública através de um sistema de monitoramento pela Sociedade

Indicadores	Fórmulas
Cumprimento do orçamento	(despesa liquidada despesa orçada) / despesa orçada *100 (em educação, saúde, segurança)

Modernizar e aumentar a eficiência da gestão pública com adequação do tamanho do Estado

Indicadores	Fórmulas
Quadro público não ligado a funções de serviço público	Funcionários públicos não ligados às funções de jurídico, saúde, educação, segurança / total de habitantes
Quadro público no jurídico	Número de juízes / total de habitantes
Efetividade do jurídico	A definir
Quadro público na saúde	Número de médicos da rede pública / total de habitantes
Efetividade na saúde	A definir
Quadro público na educação	Número de professores da rede pública / total de alunos da rede pública
Efetividade na educação	A definir
Quadro público na segurança	Número de policiais / Total de habitantes do Estado
Efetividade na segurança	Índice de criminalidade

Reforma da Previdência

Primeira Onda

Descrição	Entraves	Ações viabilizadoras
• A reforma da Previdência pode ser feita em 3 fases, de acordo com o nível de complexidade e dificuldade de implementação: - Novos: criar previdência complementar pública não estatal (gerida pelos servidores). É importante desvincular para evitar que o Estado use o dinheiro da Previdência dentro do caixa único para cobrir déficits em outras áreas (ação imediata) - Atuais: definir uma regra de transição dos atuais para novo plano de previdência complementar, mantendo uma proporcionalidade com o tempo de contribuição - Aposentados: minimizar o custo do Estado com inativos, sem violar regras jurídicas (ação de longo prazo)	Custos políticos e barreiras legais (não violar direitos adquiridos)	• Estudar: - As aposentadorias múltiplas/ acumuladas -Aumento do tempo de serviço para todos os setores - Diminuir teto único para as duas categorias (público e privado) - Encurta diferença entre homens e mulheres - Papel do Estado na regulação jurídica do fundo (evitar má gestão dos fundos) - Viabilidade legal das ações • Articulação entre os 3 poderes: executivo, legislativo e judiciário • Criar um Conselho de Gestão Fiscal autônomo (veja G5. Transparência na Gestão Pública e nos serviços delegados) • Desenvolver um plano de comunicação (mostrar benefícios concretos) • Fazer debates com servidores, Poder Público • Criar um teto de contribuição

Estudar a retirada do Estado de serviços de mercado
(viabilizando a oferta de qualidade à sociedade)

Primeira Onda

Descrição	Entraves	Ações viabilizadoras
• Estudar a retirada do Estado da produção de bens e serviços de mercado: - Avaliação econômica da possibilidade de privatização de estatais (CEEE, Banrisul, Corsan) - Redefinição do papel da UERGS como universidade tecnológica	• Custos políticos das privatizações: - Empresas estatais vistas como "patrimônio dos gaúchos"	• Realizar estudos considerando 3 pilares: - Qualidade dos serviços - Custos dos serviços - Benefícios que as instituições trazem à sociedade (se a instituição não fizer, quem fará?) • Campanha de divulgação dos benefícios e custos destas empresas • Criar um Conselho de Gestão Fiscal autônomo (veja G%. Transparência na Gestão Pública e nos serviços delegados)

Publicação de Serviços Não Exclusivos do Estado

Primeira Onda

Descrição	Entraves	Ações viabilizadoras
• A publicação trata da migração de parte da gestão dos órgãos prestadores de serviços não exclusivos de Estado (nas áreas da arte e cultura, pesquisa, meio ambiente, esportes, assistência social, educação e saúde) para entidades públicas de direito privado, cujo protótipo são as Fundações, veladas pelo Ministério Público chamadas Organizações Sociais • Separar o conceito de "prover" e "produzir". A responsabilidade e dever de prover estes serviços continuam sendo do Estado • Em áreas críticas, como educação e saúde, a publicização deve ser trabalhada em fases, através de projetos-pilotos que comprovem a eficiência e continuidade destes serviços pelas Organizações Sociais	• Resistência do Estado em transferir parte de suas atividades para organizações sociais	• Criar bases legais para o processo de publicização • Listar e definir quantos e quais são estes serviços • Estabelecer metas temporais de transição para iniciativa privada (via contrato de gestão) • Iniciar a transição onde há maior ganho / menor resistência

Teto Salarial e Lei de Responsabilidade Fiscal

Primeira Onda

Descrição	Restrições	Avaliações
• Fixação imediata do teto salarial (como % do teto federal) - A lei existe (constituição estadual, artigo 33, parágrafo 7), falta implementar • Teto de participação orçamentária para os poderes - Cada poder fica responsável pela gestão de seu orçamento, limitado pelo teto • Cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (que hoje não é cumprida pelo governo estadual), definindo-se regras claras de contabilização	• Custo político das medidas	• Criar um Conselho de Desenvolvimento e um Conselho de Gestão Fiscal Autônomo (veja G5. Transparência na Gestão Pública e nos serviços delegados) • Verificação de aspectos legais, administrativos e financeiros para as propostas • Uniformização da interpretação da Lei de Responsabilidade Fiscal • Dispositivo para reduzir disparidades salariais entre carreiras de formação profissional semelhante

Transparência na Gestão Pública e nos serviços delegados

Primeira Onda

Descrição	Entraves	Ações viabilizadoras

• Disponibilizar locais de acesso (internet ou outros) para acompanhamento de projetos de diferentes secretarias, incluindo o acompanhamento financeiro (o que, onde e como)
• Transparência dos serviços delegados
• Fomento à organizações civis (exemplo: radar social*)
• Criação de um modelo de Governança:
- Criação de um Conselho de Desenvolvimento:
  • Controlado pela sociedade e não pelo Governo do Estado
  • Autônomo, representativo e plural
- Criação de um Conselho de Gestão Fiscal:
  • Definir composição e foco
  • Dar efetividade como conselho autônomo (da Sociedade)
  • Nos moldes do modelo proposto em 2000 pela Lei de Responsabilidade Fiscal, respondendo ao Conselho de Desenvolvimento
	• Os sistemas existentes não estão disponíveis para os usuários
	• Há resistências corporativas em órgãos do governo
		• Buscar *benchmarks* internacionais e locais de transparência pública

*Instituto Radar Social: organização da sociedade civil no sentido de organizar e exigir a racionalização dos gastos públicos; Organização Social: autônoma e plural em que a sociedade traz para si o poder de monitoramento acima de outras organizações já constituídas e ineficientes; Munir a população de informações para que esta tenha a capacidade de monitorar a administração pública. Exemplos de organizações que visam ao Controle Social: COMUDES E COREDES.

Implementação de Parcerias Público-Privadas – PPPs

Primeira Onda

Descrição	Entraves	Ações viabilizadoras
• Estimular a realização de Parcerias Público-Privadas em áreas prioritárias para investimento no estado • Implementação de marcos regulatórios com garantia dos interesses coletivos	• Falta de capacidade de investimento do Estado (as PPPs baseiam-se em uma repartição dos investimentos) • Dispositivo legal: existência de passivo contingente consome o limite de endividamento do Estado, cujo teto já foi atingido	• Atrair empresas privadas em áreas prioritárias, tais como: saúde, saneamento, estradas, entre outros (hoje falta definição destas áreas) • Começar com projetos com melhores possibilidades de retorno • Alterar as condições legais, no sentido de viabilizar as PPPs (flexibilizando as regras de passivo contingente) • Criar cultura de investimentos mistos (público-privados)

Reforma Administrativa

Primeira Onda

Descrição	Entraves	Ações viabilizadoras
• O projeto contempla na primeira onda (2006-2007): - Definição das funções típicas de Estado (escopo do Estado) - Estabilidade restrita às carreiras de Estado - Limitação de CCs ("cargos de confiança") ao núcleo de gestão estratégica do Estado, composto pelo partido ora no poder - Reduzir disparidades nos cargos do executivo - Eliminação de privilégios* • O projeto contempla na segunda onda (2008-2010): - Ampliar programa de qualidade e conceitos de gestão nos 3 poderes (veja G9. Modernização da Administração Pública Estadual)	• Custo político para enfrentamento de interesses localizados • Resistência das corporações / interesses autocentrados dos Poderes • Conhecimento técnico sobre uma visão moderna de Estado	

* • "Eliminação de privilégios" descrever que tipo de privilégios estão sendo abordados pelo projeto; fazer um levantamento da natureza dos privilégios e em que situação eles são concedidos; considerar flexibilização das regras salariais dentro dos limites estabelecidos. Diferenciar 'benefícios' de 'privilégios'.
• Bloqueios dos mecanismos que promovem diferenças de tratamento entre funcionários públicos.

Modernização da Administração Pública Estadual (Gestão e Qualidade)

Primeira Onda

Descrição	Entraves	Ações viabilizadoras

• O projeto tem grandes linhas de ações:
- Implantação de programa de qualidade e conceitos de gestão mas Secretarias do Estado (veja G8. Reforma Administrativa)
- Fortalecimento da Administração Pública
- Melhoria da Gestão de Recursos Humanos:
  • Qualificação do corpo funcional
  • Incentivo à produtividade
  • Ênfase na função técnica e gerencial
- Melhoria da Gestão de Tecnologia de Informação
- Eficiência
- Transparência
- Com convergência, sinergia e integração das políticas públicas
• Como proposta, o projeto poderia ser implementado na primeira onda (2006-2007) nas Secretarias:
- Da Fazenda
- Do Planejamento
• E ser expandido para as demais secretarias em uma segunda onda
		• Proposta de nova administração pública, seguindo modelos internacionais
		• Projeto Piloto (Secretarias da Fazenda e do Planejamento)
		• Para o Projeto Piloto na Secretaria da Fazenda:
		- Fortalecimento da Administração Tributária
		- Fortalecimento da Gestão Orçamentária e Financeira e controle interno
		- Expansão da cobertura da Bolsa Eletrônica de Compras (BEC)

Observatório da Gestão Pública

Projeto	Prioridade	Situação
Publicização de Serviços Não Exclusivos do Estado - Lei das OSCIPS	1	Marco regulatório aprovado
Transparência da Gestão Pública e dos serviços delegados	2	
Reforma da Previdência	3	Instituído Fundo para os novos servidores
Teto Salarial e Lei de Responsabilidade Fiscal	4	Definição de teto salarial
Implementação das PPPs	5	
Reforma Administrativa	6	
Estudar a retirada do Estado de serviços de mercado	7	
Modernização da Administração Pública Estadual	8	Convênio PGQP
Reforma tributária	9	
Municipalização da educação básica	10	
Revisão do modelo de vinculação orçamentária	11	
Desoneração do ICMS da cesta básica e produtos básicos	12	
Fim do substituto tributário	13	

AGENDA EM MOVIMENTO

AGENDA 2020
O RIO GRANDE QUE QUEREMOS

O Melhor Estado para se Viver e Trabalhar

Agenda 2020 - RS - Rio Grande do Sul - Windows Internet Explorer
http://www.agenda2020.org.br/
AGENDA 2020
O RIO GRANDE QUE QUEREMOS
contato | mapa do site | cadastre-se
A AGENDA 2020
MAPA ESTRATÉGICO
PROPOSTAS
PARTICIPE
NOVIDADES
Pesquisador da Universidade de Stanford conhece a Agenda 2020
Professor James Fishkin, do departamento de Comunicação da Universidade americana, esteve reunido com grupo de voluntários da Agenda.
Leia mais
Participe
em 5 minutos
Indique o Site para um amigo
em 10 minutos
Divulgue a Agenda 2020 no seu site
Veja outras formas de participar
Junta Comercial do Estado será referência
Meta coincide com propostas alinhadas pela Agenda
Leia mais
Sociedade se mobiliza contra a violência
Recursos arrecadados por entidade ajudam
Leia mais
PF realiza operação para combater pirataria
Serão cumpridos 49 mandados de busca e apreensão
Leia mais
Objetivos
Conheça o Mapa Estratégico da Agenda, uma forma rápida e dinâmica de entender todos os nossos objetivos e a relação destes com as propostas.
Mapa Estratégico
Agenda da Agenda
13/07/2008
Fórum Institucional e Regulatório
15/07/2008
Agenda 2020 no Seminário do IBGEN
24/07/2008
Forum da Cidadania em Tramandaí
Galeria de Imagens
Agenda 2020 em Panambi
Propostas
Escolha uma das nossas propostas e saiba o que está sendo feito.
Selecione
Todos os direitos reservados © 2006 - Pólo RS – Agência de Desenvolvimento
Desenvolvido por Brivia Gestão Digital e TI
Iniciar
Adobe PageMaker 6.5
Textos revisados
6a. parte fórum (Visu...
Agenda 2020 - RS - R...
08:26

ARGUMENTO
RIO GRANDE DO SUL: CRISE DAS FINANÇAS PÚBLICAS

Raul Pont
Deputado Estadual PT/ RS

A crise das finanças públicas do Rio Grande do Sul é objeto de análise e especulações em toda a Federação. Um Estado tradicionalmente equilibrado, com economia diversificada, com índices de serviços públicos acima da média nacional e elevado grau de politização, entrou no último período histórico, numa acelerada crise financeira governamental.

No último mandato, 2003 – 2006, o Governador Rigotto (PMDB) atrasou salários, pagou o 13° salário via empréstimo pessoal dos servidores junto ao Banrisul – Banco do Estado do RS – e amargou déficits ao longo dos quatro anos de Governo.

A capacidade de investimento caiu a cada ano e o Governo passou a usar os depósitos judiciais privados para socorrer o caixa. Com maioria na Assembléia Legislativa, aplicou nos dois últimos anos uma brutal elevação de impostos que ficou conhecido como "tarifaço". Um aumento médio de 20% nas alíquotas dos principais itens do ICMS: energia elétrica, telefonia e combustíveis (álcool e gasolina).

Essa política custou-lhe a reeleição. Nem chegou ao segundo turno, disputado entre Olívio Dutra(PT) e Yeda Crusius (PSDB), apoiada por uma frente eleitoral que reunia todos os demais partidos, com exceção do PCdoB e do PSB.

A tucana Yeda, apesar de seu partido participar do Governo Rigotto e ter indicado o vice-governador, apresentava-se como oposicionista e criticava duramente Rigotto por ter sido vacilante e não ter efetivado o "choque de gestão" que tanto agrada aos neoliberais.

Na campanha eleitoral, o PSDB e sua candidata faziam o diagnóstico e apontavam solução para a crise fiscal nos seguintes termos:

"Temos uma difícil equação a ser resolvida. Pelo lado das despesas, o Rio Grande do Sul é o Estado no Brasil que de longe mais gasta com inativos: aproximadamente 52% do gasto com pessoal. Este gasto é fruto de termos constituído no Rio Grande do Sul uma rede de serviços públicos qualificados antes que outros Estados o fizessem. Isto explica, em grande parte, os bons indicadores de qualidade de vida que obtivemos até aqui. Pelo lado das receitas, a nossa receita de ICMS/PIB vem oscilando próxima ao 20° lugar entre os Estados que mais arrecadam. Eliminar o déficit público sabendo que a despesa com inativos não pode ser reduzida imediatamente e que a sociedade gaúcha não aceita aumento de carga tributária é um enfrentamento que exigirá um conjunto variado de medidas." (p.55/56 do Plano de Governo Yeda).

"Esta crise (a financeira) é a mais grave e deve ser enfrentada com ações no primeiro dia. No primeiro dia mostrando ações de receitas para aumentar a arrecadação sem aumentar imposto e ação de despesas de fazer mais com os mesmos recursos." (Debate TV Pampa – 11/09/2006)

"O choque de gestão na verdade implica valorizar o servidor público. (...) O funcionalismo anda desmotivado. Temos programa de motivação por prêmio ao funcionalismo." (Debate Rede Bandeirantes, 2° turno)

Ainda em dezembro de 2006, antes da posse, a governadora eleita rasgou o discurso eleitoral e requereu ao Governador Rigotto que enviasse à Assembléia Legislativa projeto de lei prorrogando o "tarifaço" do PMDB.

Uma ampla mobilização das centrais sindicais, das federações empresariais e dos movimentos populares, que lotaram o plenário da Assembléia, pressionaram os deputados governistas e o projeto foi rejeitado.

Com a posse dos tucanos, formou-se um amplo governo de coalizão, do PDT ao PFL, e a governadora mudou a tese. Instalou-se o "marketing" da crise. O Estado "é ingovernável" e a culpa é das últimas três ou quatro décadas. A crise seria resultado de medidas históricas que foram se acumulando e não há responsáveis diretos. Todos os governos anteriores são responsáveis e como todos os grandes partidos já estiveram no governo, mais facilmente, a tese passou a ser difundida. Com a cumplicidade da mídia exacerbou-se a "crise", a saída clássica foi cortar gastos – ou seja, diminuir serviços públicos, cortar recursos da assistência social e atrasar mais ainda os salários – e apresentar um orçamento deficitário que preparasse a opinião pública para a tese na qual a única saída seria um brutal aumento de impostos.

UM POUCO DE HISTÓRIA

O Estado do Rio Grande do Sul e grande parte dos demais Estados apresentavam uma situação de desordem das finanças públicas até meados da década de 90. As constantes ameaças de crise cambial do país e a conseqüente dependência do FMI para financiamento dessas crises exigiam uma solução para as contas públicas. Tal como hoje, a situação fiscal do Estado era o centro dos debates políticos. Nessa época, os ventos neoliberais sopravam com firmeza e envolviam os Governos Federal e Estadual que apresentaram, de comum acordo, as suas tradicionais medidas para solução da crise. Começaram com privatizações das empresas mais disputadas no mundo inteiro como telecomunicações, energia e mineração. Apesar do intenso debate, da resistência dos partidos de oposição, dos sindicatos e de setores da sociedade, o Governo do Estado, respaldado no apoio do conjunto de partidos de direita e de centro-direita, vendeu também a idéia que a solução dos problemas era a renegociação da dívida. Uma vez que esse era o assunto que representava a crise. Até aí, sempre que o Estado precisava de recursos emitia títulos para cobrir seu déficit e, inclusive, para pagar os títulos que venciam e, naturalmente, acumulava mais dívidas.

Esse problema tinha de ser enfrentado. Era uma oportunidade ímpar para traçar o futuro do Rio Grande do Sul. Mas, pela hegemonia da direita e pelo predomínio do neoliberalismo, coube a essa orientação definir o futuro do Estado.

Portanto, ao contrário do que diz o atual Governo – e a sua base aliada é a mesma da época que nos referimos acima – , a crise fiscal do Estado tem sua origem nas decisões tomadas nos anos 95/98 pelo Governo Antônio Britto (PMDB) e Vicente Bogo (PSDB) em sintonia com o Governo FHC. Foi nesse período que o Estado aceitou entregar parte de suas receitas para a União em troca da dívida anterior em condições desfavoráveis às finanças públicas estaduais, que hoje comprometem os serviços públicos e os investimentos para impulsionar o desenvolvimento econômico.

A sociedade foi informada de que os problemas estruturais tinham acabado. Não sem contestações da oposição e de diversos setores, inclusive de órgãos técnicos do Estado. Mas, o Governo não deu "ouvidos" e não só assinou o contrato naquelas condições como passou a defender as desonerações tributárias dos produtos primários e semi-elaborados para exportação. Vendeu o patrimônio de que o Estado detinha com empresas estatais rentáveis que poderiam retornar dividendos para o Estado. Em 24/12/2005, o então Governador Rigotto (PMDB) perguntava, em entrevista no Jornal Zero Hora: "Onde foram parar os 5,5 bilhões da venda de ativos (as privatizações da CRT e da CEEE feitas no Governo Britto)?". (Em valores de hoje, R$ 10 bilhões – nota do autor.) O Estado alienou essas empresas e gastou os recursos com despesas correntes ou em investimentos em empresas privadas que pouco ou nada pagam de tributos.

Enumerando as supostas soluções para a crise, verifica-se que todas implicavam a redução do tamanho do Estado, através da diminuição de seu orçamento e da perda de patrimônio.

1. A renegociação da dívida – 1997/98

O que poderia ter sido o fim do desequilíbrio fiscal resultou em mais um problema para a administração do Rio Grande do Sul. O Governo aceitou um acordo que triplicou o comprometimento da receita do Estado com pagamento da dívida, já que, antes de 1999, a média de desembolso nunca foi maior do que 5,4% da Receita Corrente Líquida e hoje gira em torno dos 14%. Pelo acordo, o Estado entregou 13% da sua receita por 30 anos ou mais. Na seqüência, foi aprovada Lei Complementar, chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, que acabou com a possibilidade de União e Estados renegociarem os termos dos contratos assinados em 1998.

2. A política de renúncias fiscais

No período 1995/98, houve mais de 450 concessões individualizadas – através do Fundo Operação Empresa (FUNDOPEM) de incentivos fiscais a empresas, gerando uma renúncia fiscal sem precedentes na história do RS. Ainda, foi nesse período que se criou a versão a fundo perdido, em que grande parcela dos recursos não retornara aos cofres públicos. Nos últimos 10 anos, o RS perdeu cerca de R$ 4,5 bilhões somente nos incentivos via FUNDOPEM, beneficiando com estes menos de 1% das indústrias gaúchas.

3. A Lei Complementar 87/96 – Lei Kandir

Defendida pelo Governo do Estado, desonerava as exportações de produtos primários e semi-elaborados que antes pagavam uma alíquota de 13% de imposto. Foi criado um sistema de compensação transitório aos Estados que se revelou insuficiente para compensar as perdas tributárias e sem os efeitos econômicos prometidos. Além disso, representou um incentivo à exportação de matérias-primas na medida em que não houve uma política federal para regular a questão. Para um Estado cuja economia tem parcela importante de empresas exportadoras, aceitar a desoneração com o fim do ressarcimento foi desastroso para o equilíbrio fiscal.

4. A venda do patrimônio a partir de 1996

O RS detinha um sólido patrimônio público, de empresas eficientes e lucrativas, que hoje poderiam estar ajudando o Governo a financiar as necessidades da sociedade gaúcha, através da distribuição de seus lucros e dividendos. Esse patrimônio foi na maior parte vendido e os recursos advindos da privatização foram direcionados às despesas correntes do Estado, além de investimentos das empresas privadas.

Para agravar a situação, o Governo Antônio Britto aprovou uma política salarial para os servidores do Poder Executivo que se revelou incompatível com a capacidade de pagamento do Estado no novo cenário. Alegando os limites de gastos de pessoal estabelecidos pela chamada Lei Camata, deixou de cumprir a sua própria lei, sem, no entanto, revogá-la. Após um longo período de discussão judicial, o dissídio na Justiça foi pacificado no sentido da validade da lei. Portanto, a lei, que não tinha como ser cumprida, agora representa mais um fator de agravamento da situação financeira do Estado.

A tese da socialização da crise, com todos os governos, nas últimas décadas, não se sustenta. Na Mensagem da Governadora que acompanha a Lei Orçamentária de 2008, os números arrolados pela Secretaria da Fazenda para demonstrar a crise histórica revelam que o comportamento de cada período governamental apresenta sensíveis diferenças.

Se o período-chave das raízes da crise reside no mandato Britto (PMDB) – Bogo (PSDB) (1995/98) como expressão maior das políticas neoliberais, os mandatos Collares (PDT) (1991/94), Olívio Dutra (1999 /2002) e mesmo Germano Rigotto (2003/2006) viveram os problemas da dívida consolidada, as dificuldades estruturais e, a partir de 97, da Lei Kandir. Mas os resultados primários nesses governos tendiam à recuperação.

Em especial, o Governo Olívio Dutra, que mesmo em franca minoria na Assembléia Legislativa, sem poder de alterar em nada a política tributária, conseguiu um aumento real na arrecadação do ICMS de 10,5%, sem aumento de impostos, mas combatendo a sonegação, acabando com as anistias fiscais e restringindo as políticas de incentivos fiscais.

As raízes da crise que ora se agudiza, portanto, têm nome, sobrenome e estão bem localizadas. E foram fruto de políticas que agora voltam a ser apresentadas como solução. Mas, é evidente, o Governo Yeda começa a pagar o preço por suas iniciativas.

No plano político, o Governo apresenta fissuras. O "tarifaço" tentado ainda antes da posse colocou na "oposição", atual o Vice-Governador Paulo Feijó (DEM) e abriu uma disputa de cargos e influências no Governo que tem se agravado. O PDT, que apoiou Yeda Crusius no 2º turno, afastou-se do Governo e hoje se perfila no campo oposicionista.

Em junho, a DATA ULBRA divulgou pesquisa de opinião pública na qual a Governadora apresentava 43,3% de péssimo e ruim, e 60% dos entrevistados reprovavam o modo de governo tucano.

A CRISE DO ORÇAMENTO E O MODELO NEOLIBERAL TUCANO

A propaganda da "crise" para preparar um aumento de impostos veio com a lei orçamentária para 2008.

De maneira inédita e afirmando que o objetivo era um "choque realista" no Rio Grande, a Governadora enviou à Assembléia Legislativa um orçamento com um déficit de R$ 1,3 bilhão, sem dizer de onde sairia a cobertura dessa diferença. Com que medidas de receita se equilibraria o orçamento.

A mídia que blinda e acoberta o Governo chegou a apresentar a novidade como um "ato de coragem" da Governadora.

A ousadia durou pouco. Por não cumprir um acordo com o Judiciário, sofreu uma ação no STF. Por mandar um orçamento desequilibrado em R$ 1,3 bilhão, sofreu outra ação das bancadas de oposição (PT-PDT-PSB-PCdoB) no Tribunal de Justiça. O Governo perdeu ambas as ações e sujeitou-se a enviar mensagem retificadora ao Poder Legislativo.

A peça orçamentária de 2008 apresentada encarregou-se de desmontar os argumentos da "crise caótica". Na mesma peça legal em que se prevê o déficit de R$ 1,3 bi, está escancarada a realidade da absurda renúncia fiscal que se repete há anos, no Rio Grande: R$ 6,6 bilhões em desonerações fiscais que vêm liquidando as finanças públicas do Rio Grande do Sul e de outros Estados do país. A estúpida e suicida política de guerra fiscal que se traduz em privilégios e benefícios para grandes grupos econômicos está na raiz da crise e ai está o DNA das políticas neoliberais. O quadro abaixo é a comprovação do que estamos afirmando.

QUADRO DE DESONERAÇÕES FISCAIS DO ICMS – RS

DESONERAÇÕES	VALOR NOMINAL	% DAS DESONERAÇÕES	% DO ICMS POTENCIAL
NÃO-INCIDÊNCIAS (exceto exportações)	587.062.368	8,99%	3,20%
Exportações	3.143.442.295	48,12%	17,13%
Isenções	602.111.206	9,22%	3,28%
Redução de base de cálculo	483.818.282	7,41%	2,64%
Créditos presumidos	1.216.403.360	18,62%	6,63%
Micro e EPP			
Total das	500.064.132	7,65%	2,73%
desonerações	6.532.901.644	100,00%	35,61%
ICMS	11.813.299.091	-	64,39%
ICMS POTENCIAL	18.346.200.734	-	100%

FONTE: Secretaria da Fazenda do RS – Proposta Orçamentária de 2008 (p. 50).

Mesmo assim, toda lógica da ação governamental é não alterar esse quadro. O pacote de aumento de impostos assenta-se quase exclusivamente no ICMS.

A orientação dominante não é recuperar essas renúncias, mas cortar serviço, precarizar a saúde e a educação públicas, arrochar salários para a maioria dos servidores e privatizar um grande número de fundações e o que resta de empresas públicas. Um corte seletivo de 1/6 dessas renúncias já equivaleria ao montante que o "tarifaço" pretende arrecadar.

Os cidadãos já prejudicados na precarização dos serviços públicos serão ainda mais onerados como consumidores e usuários. O aumento do mais regressivo e injusto tributo de consumo – o ICMS – sofre uma dose dupla. Além da volta do "tarifaço", 25% para 30% na alíquota, nos principais serviços como energia e telefonia, bem como nos combustíveis (álcool e gasolina e GNV), a Governadora envia outro pacote de aumento geral na alíquota de 17% para 18%. É a soma dos aumentos de Britto e Rigotto. Se isso não bastasse, para comprovar o caráter de classe do "tarifaço", a única alteração proposta no imposto de herança, por causa morte, ou doação é acabar com sua progressividade, favorecendo os mais ricos, com única alíquota de apenas 4%. Ou seja, se aumentar o ICMS e se diminuir o imposto sobre heranças ou doações, que é um imposto direto e que poderia exercer alguma justiça tributária. O mesmo para os veículos, onde não há nenhuma alteração para os importados.

Além do prejuízo aos trabalhadores, aposentados, desempregados e aos mais pobres, as conseqüências para a circulação e a produção na atividade econômica do Estado serão sensíveis, como já se provou durante o "tarifaço" do Governo Rigotto.

Em 2006, depois de um longo debate sobre a crise, a Assembléia Legislativa incorporou, praticamente por unanimidade, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, um conjunto de propostas que ficou conhecido como o Pacto pelo Rio Grande.

Ali se propunha não prorrogar nem renovar benefícios fiscais, acabar com as anistias, enfrentar a sonegação e a gigantesca dívida ativa que o Estado possui, estabelecer tetos salariais nos três poderes, diminuir as distâncias entre os menores e maiores salários, refinanciar a dívida, acabar com a guerra fiscal, organizar um regime próprio de previdência e renegociar com os Estados outra política de compensação das exportações.

O sangue neoliberal da Governadora Yeda e de seus aliados não permite assumir essas posições. É mais fácil centrar suas ações na espoliação dos consumidores e usuários através da regressividade do ICMS do que recuperar as renúncias fiscais, acabar com as anistias ou combater a sonegação. Daí a urgência da reforma tributária nacional que federalize a legislação do ICMS, acabe com a guerra fiscal e restabeleça uma nova repartição de competências e do bolo tributário entre os entes federados. Os Estados, isoladamente, estão de tal forma reféns dessa lógica que dificilmente sairão dela. Há, no entanto, outros caminhos, outras alternativas e estas necessitam ser trilhadas para recuperar o equilíbrio fiscal e a capacidade de investimento para o desenvolvimento.

*Artigo Publicado no periódico Le Monde Diplomatique Brasil, ano 1, número 4 / novembro de 2007.

CRISE FINANCEIRA DO ESTADO
ALTERNATIVAS E PERSPECTIVAS

AFOCEFE

A passagem da tradicional administração burocrática para a administração gerencial tem exigido adequações importantes por parte das estruturas públicas. Assim, o modelo formalista, de controle a priori, que se preserva pela apreensão das informações estratégicas deve ser refutado, dando lugar a um de obtenção de resultados, de controle concomitante, valorizando as ações propositivas e a produção de informações. Isso tem sido uma preocupação permanente do AFOCEFE-Sindicato. Os Técnicos do Tesouro do Estado atuam em uma estrutura burocrática conservadora, cujas ações muitas vezes apresentam um acentuado viés patrimonialista, no qual os interesses pessoais e setoriais têm tido supremacia sobre os da organização e, conseqüentemente, sobre o interesse público. Para mudar essa realidade nociva, propomos uma Secretaria da Fazenda dinâmica e eficaz nas suas ações, principalmente pelo fortalecimento de todos os segmentos. Não se deseja que os desiguais sejam tratados com igualdade. Mas não aceitamos mais que diferenças sejam impostas por legalismos corporativos e anacrônicos. A partir desse entendimento é que apresentamos a partir da nossa vivência profissional e acúmulo de conhecimento, proposta de diretrizes básicas para uma atividade fazendária fundamentada em:

- atualização legal de atribuições,
- ampliação da abrangência da ação fazendária e eliminação de desperdícios de qualquer natureza.

1. ESTADO DO RS – REALIDADE ATUAL

- Poder Público sem condições de fomentar desenvolvimento;
- Nível elevado de desemprego;
- Índices elevados de sonegação, informalidade, contrabando e pirataria;
- Salários dos servidores defasados;
- Aumento da criminalidade;
- Educação pública deficitária;
- Saúde pública precária.

2. PARADOXO DA REALIDADE ATUAL

ORÇAMENTO SUBDIMENSIONADO
X
CARGA TRIBUTÁRIA ALTA

3. FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS

3.1 Problemas:

- Arrecadação menor que a possível;
- Desperdício do dinheiro público;
- Aumento permanente da demanda social.

3.2 Soluções viáveis e possíveis:

a) COMBATER: sonegação, pirataria, contrabando e informalidade; aumentar a receita tributária estadual a partir da matriz de produção, de consumo e de patrimônio;

b) OTIMIZAR A DESPESA PÚBLICA
Políticas de racionalização do gasto público;
Aumento da abrangência do controle.

4. CÍRCULO VICIOSO DO PROBLEMA FINANCEIRO

5. CAUSAS DA EVASÃO DE TRIBUTOS

- Falta de contrapartida do pagamento dos tributos;
- Insatisfação com as atividades governamentais;
- Existência de uma cultura de sonegação;
- Complexidade fiscal;
- Possibilidades de anistias;
- Baixa penalidade frente às vantagens;
- Carga tributária elevada (alíquota/efeito cascata);
- Pouca probabilidade de ser flagrado pelo fisco - ausência da atividade fiscal.

6. CONSEQÜÊNCIAS DO COMBATE À SONEGAÇÃO, CONTRABANDO, PIRATARIA E INFORMALIDADE

6.1 Para o Estado:

- Aumento da arrecadação estadual e dos municípios relativas ao ICMS e IPVA;
- Crescimento econômico.

6.2 Para os contribuintes:

- Incentivo à formalização das atividades;
- Ampliação da base de contribuintes;
- Criação de condições para diminuir a carga tributária.

6.3 Para a sociedade:

- Atendimento das demandas sociais;
- Diminuição da criminalidade;
- Criação de empregos;
- Redistribuição de renda;
- Diminuição da miséria.

7. FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS

7.1 Alternativas não-suficientes

- Repasses por obras em estradas;
- Compensação do INSS;
- Venda de patrimônio;
- Ativos de outras pastas (caixa único);
- Aumento da carga tributária;
- Depósitos judiciais;
- Estratégia de fiscalização vigente: baixa eficiência.

7.2 Alternativas reais e viáveis

- Combate integrado e permanente à sonegação, pirataria, contrabando e informalidade;
- Cobrança de devedores;
- Ampliação da base de contribuintes;
- Outros:
  - Fundo de compensação de exportações;
  - CIDE;
  - Renegociação da dívida com a União;
  - Crescimento da economia.

8. SITUAÇÃO ATUAL DA SEFAZ/RS

- Número de servidores inferior às necessidades;
- Distanciamento entre fisco e contribuintes;
- Falta de projetos eficazes no combate à sonegação, contrabando, pirataria e informalidade;

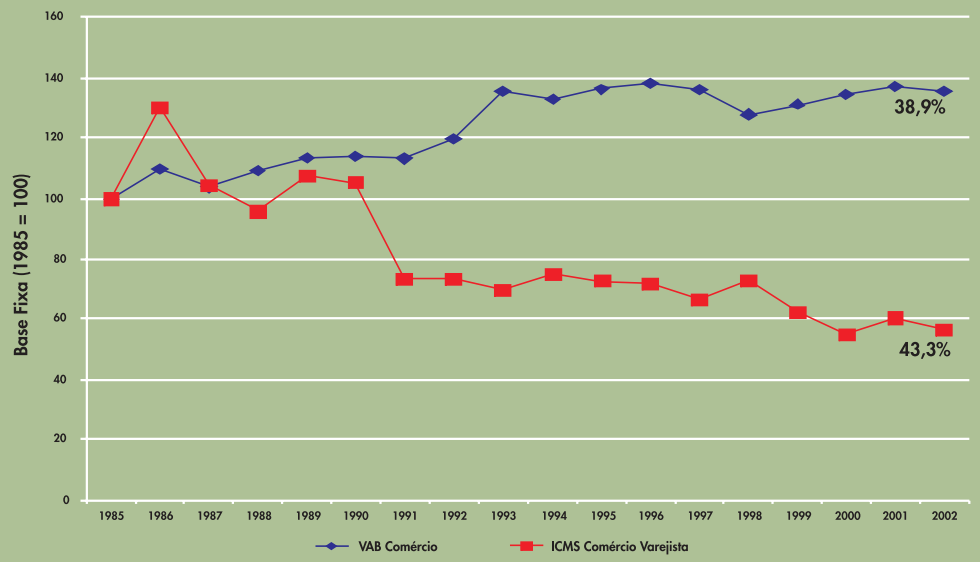
- Desatualização das atribuições dos servidores;
- Ausência de integração interna e com outros órgãos públicos;
- Insuficiência de instalações e equipamentos;
- Cinco pontos de divisa sem fiscalização fixa: Aratiba, Maximiliano de Almeida, Machadinho, Vicente Dutra e Caiçara;
- Inexistência de fiscalização nos correios, portos, aeroportos e ferrovias;
- 56 das 96 unidades fiscais móveis desativadas;
- Precariedade e pouca confiabilidade no sistema de informações;
- Estratégia baseada na fiscalização setorial (de gabinete);
  – Atinge insignificante número de contribuintes regulares;
  – Não consegue alcançar a informalidade e delitos fiscais;
  – Extrema dependência dos produtos e serviços seletivos;
  – Redução da base do imposto.

9. FRACASSO DO MODELO ATUAL DE FISCALIZAÇÃO

- Dez setores econômicos tiveram queda no índice de arrecadação em 2003, dos 13 acompanhados, comparados ao ano anterior*;
- Dez delegacias regionais da Fazenda estadual apresentaram queda real na arrecadação em 2003, das 12 existentes, comparados ao ano anterior*;
- Aumento da sonegação, do contrabando, da pirataria e da informalidade;
- Arrecadação do ICMS em 2004, janeiro a junho, negativo em 4,81, diante do crescimento do IPI de 3,62%, impostos com mesmo tratamento tributário;
- Queda da arrecadação do ICMS em 2004 de 2,06% (IGP-DI).

*Fonte: Relatório da SEFAZ/RS (2003).

10. EVOLUÇÃO DO VAB X ARRECADAÇÃO DE ICMS
Comércio Varejista - a preços constantes - 1985-2002



11. PROPOSTAS PARA TORNAR O ESTADO TRIBUTARIAMENTE SUSTENTÁVEL

- Aumento da base via atuação fazendária ostensiva;
- Estímulo à formalização das atividades comerciais no Estado, através da ampliação da fiscalização eficaz;
- Complementação do quadro de pessoal necessário para o atendimento fazendário (nomeação de Técnicos do Tesouro);
- Valorização da atividade fazendária;
- Atualização legal das atribuições dos servidores;
- Trabalho de forma articulada e permanente com demais órgãos públicos;
- Trabalho dirigido em relação às peculiaridades das regiões e a sazonalidade das atividades;
- Convênios entre Municípios (aproveitamento da estrutura municipal: sala, computador, veículo) e Estado (recursos humanos), visando a ampliar a fiscalização móvel e o atendimento fazendário aos contribuintes;
- Instalação de unidades fiscais internas fixas: BR 386, RS 240 e BR 116;
- Instalação de unidades fiscais de divisa fixas: Aratiba, Maximiliano de Almeida, Machadinho, Caiçara e Vicente Dutra;
- Fiscalização do IPVA de forma ostensiva, permanente e articulada, através da estrutura existente de postos fiscais e turmas volantes

12. COMBUSTÍVEIS

No RS, os combustíveis são responsáveis por 24% da arrecadação total de ICMS:

- R$ 2,4 bilhões de anuais ou R$ 200 milhões mensais;
- um incremento de 15% neste setor representa um aumento de 4% na arrecadação total;
- por mês, este valor poderia chegar a R$ 30 milhões.

12.1 O que pode ser feito?

- Fiscalização nos postos e implementação do lacre fiscal nas bombas de combustíveis;
- Fiscalização ostensiva nas barreiras interestaduais.

13. O exemplo do Projeto Combustíveis do Paraná

- Resultados de março de 2003 a abril de 2004:
  - Aumento de 50% da arrecadação do álcool;
  - Diminuição de 22% para 1,2% a informalidade da gasolina;
  - Ampliação da base de contribuintes com o aumento da participação na arrecadação de empresas de menor porte;
  - Maior eficiência da fiscalização no setor.

- Participação do combustível na arrecadação de ICMS

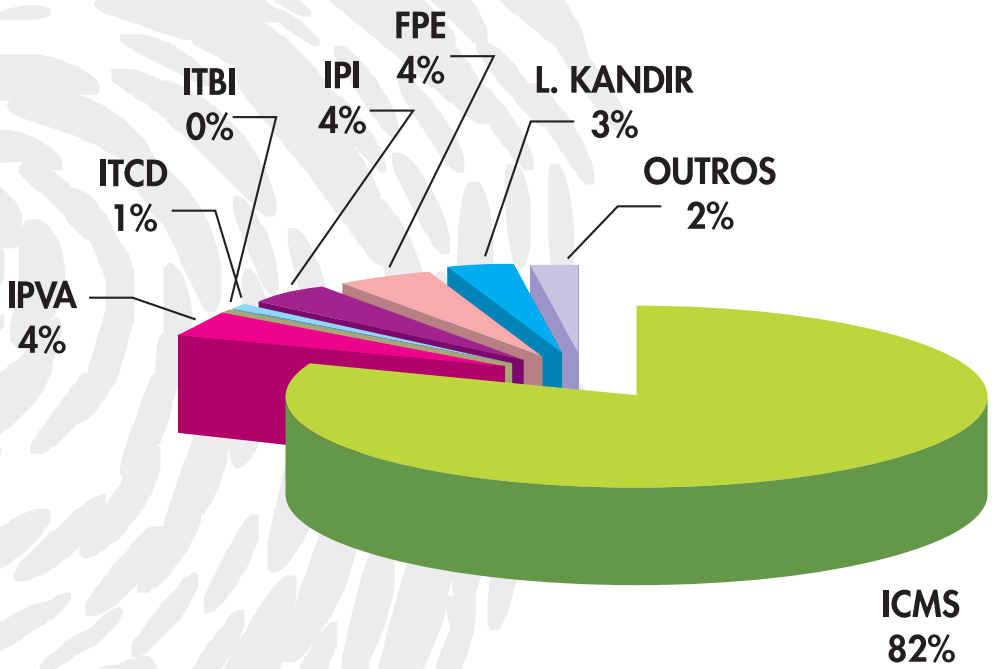
Ano	Participação
2002	25,61%
2003	27,83%
2004	28% (Abril/2004)

Distribuição da arrecadação de ICMS (álcool hidratado)

Ano	10 Empresas	Outras
2002	76,63%	23,37%
2003	68,59%	31,41%
2004	55,54%	44,46%

14. POR QUE APOSTAR NO ICMS?

Média da participação absoluta 1997–2003



15. PROGRAMA DE INCENTIVO À ADIMPLÊNCIA

- Premiar o pagamento do imposto dentro dos prazos;
- Eliminar programas que beneficiam inadimplentes;

CADEIAS PRODUTIVAS DE CARNES, LEITE E DERIVADOS NO RS

OCERGS
ASBIPS – SIPS
ASGAV – SIPARGS
SINDILAT – RS
SICADERGS

INFORMAÇÕES DAS CADEIAS PRODUTIVAS DE CARNES, LEITE E DERIVADOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, 16 de junho de 2008.

INTRODUÇÃO

Importância dos setores e seus efeitos socioeconômicos.

Importância dos Setores:
Efeitos Multiplicadores dos
Setores de Carnes, Leite e Derivados
Efeitos sobre a Produção
Efeitos sobre a Renda
Efeitos sobre a
Arrecadação de Impostos
Geração e Manutenção
de Empregos Diretos e Indiretos
COMPETITIVIDADE
Impactos Diretos
Impactos Indiretos

Efeitos Multiplicadores dos Setores de Carnes e de Laticínios

Tabela 4.1 Rio Grande do Sul: Dez Principais Setores em relação ao poder de dispersão interno, considerando os encadeamentos direto, indireto e efeito renda, de cada 1,00 de estímulo de demanda.

	Direto	Indireto	Efeito-Renda	Total
Fabricação de óleos vegetais	1,000	1,217	0,934	3,1500
Abate de animais	1,000	1,195	0,851	3,0459
Indústria de laticínios	1,000	1,182	0,737	2,9185
Indústria de fumo	1,000	0,931	0,949	2,8798
Beneficiamento de produtos vegetais	1,000	0,997	0,883	2,8797
Fabricação de calçados	1,000	0,976	0,711	2,6879
Outros produtos alimentares	1,000	0,926	0,729	2,6553
Transporte	1,000	0,840	0,758	2,5976
Pecuária e pesca	1,000	0,691	0,905	2,5966
Comunicações	1,000	0,620	0,886	2,5059

Importância da Atividade – AVES

Produção Total (em 2007): 1.230.000 kg
Receita de 6,2 bilhões de reais
45 mil Empregos Diretos

9.500 Produtores Integrados (235 Municípios Gaúchos)

291.000 mil Empregos Indiretos
6,2 bilhões de reais em Valor Adicionado
428 milhões de reais de ICMS nos demais setores

"Dependem da avicultura 900.000 pessoas de forma direta e indireta no RS, ou seja, 8,5% da população gaúcha"

Tributação de ICMS de Aves: Alíquotas Finais de ICMS (%)

Tabela 1.2 Alíquotas finais de ICMS por Estado de origem, em operação interestadual para as Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste de produtos industrializados de origem de AVES (em percentual)

	RS	RS-2	RS-3	PR	MG	SC	GO	(%)
Região Sul	7,0	8,2	7,3	5,0	0,1	12,0	10,0	10,7
Região Sudeste (sem Espírito Santo)	7,0	8,2	7,3	5,0	0,1	12,0	10,0	10,7
Região Centro-Oeste (com Espírito Santo)	2,0	3,2	2,3	0,0	0,1	7,0	5,0	37,5
Região Norte	2,0	3,2	2,3	0,0	0,1	7,0	5,0	37,5
Região Nordeste	2,0	3,2	2,3	0,0	0,1	7,0	5,0	37,5

RS-2: Tributação com Projeto de Lei 04/10/07 [corte de 30% dos créditos presumidos considerando 20:80 créditos entradas]
RS-3: Tributação com Projeto de Lei 04/10/07 [corte de 30% dos créditos presumidos considerando 80:20 créditos entrada]

Tributação de ICMS de Aves: Alíquotas Finais de ICMS (%)

Tabela 1.3 Alíquotas finais de ICMS por Estado de origem, em operação interna para o Rio Grande do Sul de produtos de origem de AVES (em percentual)

	RS	RS-2	PR	MG	SC	GO	(%)
Carnes Congeladas, Frescas, Resfriadas e Temperadas	7,0	7,0	0,0	7,0	3,0	5,0	0,0
Embutidos de frango	7,0	11,0	5,0	0,1	12,0	10,0	57,1
Empanados de Aves	7,0	11,0	5,0	0,1	12,0	10,0	57,1
Corte Asados e Cozidos de Aves	7,0	11,0	5,0	0,1	12,0	10,0	57,1
Marinados de Aves	7,0	11,0	5,0	0,1	12,0	10,0	57,1
Pré-fritos de Aves	7,0	11,0	5,0	0,1	12,0	10,0	57,1
Cozidos de Aves	7,0	11,0	5,0	0,1	12,0	10,0	57,1

RS-2 Tributação com projeto de Lei 04/10/07 [corte de 30% dos créditos presumidos e elevação de alíquota para 18%]

Importância da Atividade – SUÍNOS

Produção Total (em 2007): 944.736.810 kg
Receita de 2,77 bilhões de reais no RS
11.922 Empregos Diretos no RS

2007 – carne suína produzida – SIF – 535.000 ton
Exportação 295.391 ton no valor de US$ 672 milhões

164.534 Empregos Totais
5,67 bilhões de reais em Valor Adicionado no RS
397.227 milhões de reais de ICMS nos demais setores

"Dependem da suinocultura 599.916 pessoas de forma direta e indireta no RS", ou seja, são mais de 176 mil famílias, o que corresponde a 5,5% da população gaúcha", presente em 317 municípios gaúchos

Tributação de ICMS de Suínos: Alíquotas Finais de ICMS (%)

Tabela 2.2 Alíquotas finais de ICMS por Estado de origem, em operação interestadual paras as Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste de produtos industrializados de origem de Suínos (em percentual).

	RS	RS-2	RS-3	PR	MG	SC	GO	(%)
Região Sul	7,0	8,2	7,3	5,0	0,1	8,0	10,0	10,7
Região Sudeste (sem Espírito Santo)	7,0	8,2	7,3	5,0	0,1	8,0	10,0	10,7
Região Centro-Oeste (com Espírito Santo)	2,0	3,2	2,3	0,0	0,1	7,0	5,0	37,5
Região Norte	2,0	3,2	2,3	0,0	0,1	7,0	5,0	37,5
Região Nordeste	2,0	3,2	2,3	0,0	0,1	7,0	5,0	37,5

RS-2: Tributação com Projeto de Lei 04/10/07 [corte de 30% dos créditos presumidos considerando 20:80 créditos entradas]
RS-3: Tributação com Projeto de Lei 04/10/07 [corte de 30% dos créditos presumidos considerando 80:20 créditos entrada]

Tributação de ICMS de Suínos: Alíquotas Finais de ICMS (%)

Tabela 2.1 Alíquotas finais de ICMS por Estado de origem, em operação interestadual para as Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste de produtos industrializados de origem de Suínos (em percentual).

	RS	RS-2	PR	SP	SC	MG	GO
Região Sul	0,0	2,1	0,0	0,0	3,0	7,0	5,0
Região Sudeste (sem Espírito Santo)	0,0	2,1	0,0	0,0	7,0	3,0	5,0
Região Centro-Oeste (com Espírito Santo)	0,0	2,1	0,0	0,0	7,0	3,0	0,0
Região Norte	0,0	2,1	0,0	0,0	7,0	3,0	0,0
Região Nordeste	0,0	2,1	0,0	0,0	7,0	3,0	0,0

RS-2 Tributação com Projeto de Lei 04/10/07 [corte de 30% dos créditos presumidos]

Tributação de ICMS de Suínos: Alíquotas Finais de ICMS (%)

Tabela 2.3 Alíquotas finais de ICMS por Estado de origem, em operação interna no Rio Grande do Sul de produtos de origem de Suínos (percentual).

	RS	RS-2	SC	PR	MG	GO	(%)
Carnes Congeladas, Frescas, Resfriadas e Temperadas	7,0	7,0	3,0	0,0	7,0	7,0	0,0
Carnes Congeladas	12,0	14,5	3,0	0,0	7,0	7,0	20,8
Embutidos de Frango	7,0	11,0	12,0	5,0	0,1	0,1	57,1
Toucinho	7,0	11,0	3,0	0,0	7,0	7,0	57,1
Mortadela	7,0	11,0	8,0	5,0	0,1	0,1	57,1
Salsicha e salsichão	7,0	11,0	8,0	5,0	0,1	0,1	57,1
Lingüiças	7,0	11,0	8,0	5,0	0,1	0,1	57,1
Salames	7,0	11,0	8,0	5,0	0,1	0,1	57,1
Banha	7,0	11,0	8,0	5,0	0,1	0,1	0,0
Presunto/apresuntado	17,0	18,0	8,0	5,0	0,1	0,1	5,9
Salame italiano	12,0	14,5	8,0	5,0	0,1	0,1	20,8

RS-2: Tributação com Projeto de Lei 04/10/07 [corte de 30% dos créditos presumidos e elevação de alíquota para 18%]

Importância da Atividade – LATICÍNIOS

Produção Total (c/Inspeção): 2,07 bilhões/l/2007
Receita de 2,96 bilhões de reais
11.830 Empregos Diretos

São 121.419 Produtores em 449 Municípios Gaúchos

70.370 Empregos Totais
5,8 bilhões de reais em Valor Adicionado
418 milhões de reais de ICMS nos demais setores

"Dependem do setor de laticínios 439.258 pessoas
de forma direta e indireta no RS"

Tributação de ICMS de Leite e Produtos Lácteos: Alíquotas Finais de ICMS (%)

Tabela 3.1 Alíquotas finais de ICMS por Estado, em operação interestadual para as Regiões Sul e Sudeste de Leite e Produtos Lácteos (em percentual).

	RS	RS-2	SC	PR	MG	GO	(%)
Leite Longa Vida	3,5	6,05	3,5	5,0	0,1	6,0	72,8
Leite Fluido	3,5	6,05	3,5	5,0	0,1	6,0	72,8
Queijos	7,2	8,64	7,2	5,0	0,1	6,0	20,0
Leite em pó	7,2	8,64	7,2	5,0	0,1	6,0	20,0
Leite condensado	12,0	12,0	12,0	5,0	12,0	6,0	0,0
Leite pré-condensado	7,2	8,64	12,0	5,0	12,0	12,0	20,0
Doce de leite	12,0	12,0	12,0	5,0	12,0	6,0	0,0
Demais produtos Lácteos	12,0	12,0	12,0	5,0	12,0	6,0	0,0

RS-2: Tributação com Projeto de Lei 04/10/07 [corte de 30% dos créditos presumidos e elevação de alíquota para 18%]. Alguns Estados conferem crédito presumido pela entrada de leite "in natura". Santa Catarina (4%); Minas Gerais (2,1%) e Rio de Janeiro (6,0%).

Tributação de ICMS de Leite e Produtos Lácteos: Alíquotas Finais de ICMS (%)

Tabela 3.2 Alíquotas finais de ICMS por Estado de origem, em operação interna no Rio Grande do Sul de produtos de Leite e Produtos Lácteos (em percentual).

	RS	RS-2	SC	PR	MG	GO	(%)
Leite Longa Vida	0,0	0,0	3,5	5,0	0,1	6,0	0,0
Leite Pasteurizado A, B,C	0,0	0,0	3,5	5,0	0,1	6,0	0,0
Queijos (NBM 0406)	10,2	12,96	7,2	5,0	12,0	6,0	27,2
Leite em pó	10,2	12,96	7,2	5,0	12,0	6,0	27,2
Creme de leite	17,0	18,0	12,0	5,0	12,0	6,0	5,9
Leite condensado	17,0	18,0	12,0	5,0	12,0	6,0	5,9
Queijos (outros)	17,0	18,0	12,0	5,0	12,0	6,0	5,9
Demais produtos lácteos	17,0	18,0	12,0	5,0	12,0	6,0	5,9

RS-2: Tributação com Projeto de Lei 04/10/07 [corte de 30% dos créditos presumidos e elevação de alíquota para 18%]. Alguns Estados conferem crédito presumido pela entrada de leite "in natura". Santa Catarina (4%); Minas Gerais (2,1%) e Rio de Janeiro (6,0%).

Importância da Atividade – CARNE BOVINA

Produção Total (em 2007): 311.330 t
Quantidade exportada em 2007: 101.708 t
Receita de 2,2 bilhões – 8.200 Empregos Diretos

7.345 produtores em 306 municípios gaúchos

"Dependem do setor da pecuária de corte 140.000 pessoas de forma direta e indireta no RS"

Tributação de ICMS da carne bovina: Alíquotas finais de ICMS (%), crédito presumido ou base reduzida e carga efetiva

	Alíquota (%) (1)		Crédito Presumido (CP) ou Base Reduzida (BR)		Carga Efetiva (%)	
Estados	Dentro Estado	Fora Estado	Dentro Estado	Fora Estado	Dentro Estado	Fora Estado
GO	12,00	12,00 ou 7,00	9,00 CP	9,00 CP	3,0	3,0
MG	12,00	12,00 ou 7,00	11,9 CP	11,9 CP	0,1	0,1
MS	17,00	12,00 ou 7,00	8,00 CP	8,00 CP	4,0	4,0
MT	7,00	12,00 ou 7,00	–	9,00 CP	7,0	3,0
PR	7,00	12,00 ou 7,00	7,00 CP	7,00 CP	- 0 -	- 0 -
SP	7,00	12,00 ou 7,00	7,00 CP	7,00 CP	- 0 -	- 0 -
TO	12,00	12,00 ou 7,00	12,00 CP	12,00 CP	- 0 -	- 0 -
RS	7,00	12,00 ou 7,00	4,50 CP	5,00 CP	2,5 (2)	4,0 (2)

CONSIDERAÇÕES

- Crédito Presumido concedido ao agronegócio não é incentivo fiscal;
- Crédito Presumido foi a ferramenta encontrada pelo Poder Público para fazer frente à guerra fiscal e proteger atividades importantes, como o são as cadeias de carnes, leite e derivados;
- Os créditos presumidos ao agronegócio não repõem a perda de competitividade, decorrente do estabelecido em outras unidades da Federação, também, importantes centros produtores;
- Os setores do agronegócio sempre buscaram isonomia, a guerra fiscal não foi estabelecida pela produção;
- Convênio 89/Confaz – reduziu a 0% carga tributária nas saídas interestaduais das carnes – alguns Estados mantiveram crédito das entradas.

SUGESTÕES SUCINTAS DAS ENTIDADES
ARI – ASSOCIAÇÃO RIOGRANDENSE DE IMPRENSA E ROTARY

ECONOMISTA TIRONE LEMOS MICHELIN

1. REVISIONAL DA DÍVIDA A PAGAR:
1.1 DESDE A SUA CONCEPÇÃO INICIAL (CÁLCULOS E CONVERSÕES DE MOEDAS)
1.2 RELATIVOS E OUTROS LEGAIS

2. REVISIONAL DOS CRÉDITOS A RECEBER – R$ 17 BILHÕES – , DANDO APLICABILIDADE E FUNÇÃO SOCIAL DESTES ATIVOS REALIZÁVEIS DISPONÍVEIS.
2.1 APROVEITAMENTO NA ORDEM DE LIQUIDEZ:
A) CRIANDO A RS PARCERIAS SA – 99% DO ESTADO, 1% DE PESSOAS E ENTIDADES ACREDITADAS.
OBSERVAÇÃO: CONFORME PROCESSO E SUGESTÃO E PROJETO DE LEI – JUSTIFICATIVA, ESTATUTO E APRESENTAÇÃO JÁ EM PODER DO FÓRUM.
B) CRIANDO, COM PARTE, FUNDOS ESPECIAIS DE FINANCIAMENTO E DESENVOLVIMENTO.
C) COBRANÇA.
D) LEILÕES.

3. LEVANTAMENTO DE TODOS OS ATIVOS AVALIÁVEIS PERTENCENTES AO ESTADO E POSSÍVEIS DE APROVEITAMENTO NO CUSTEIO E OU NO DESENVOLVIMENTO. ENTRE ESTES, ATUAIS E FUTURAS CONCESSÕES.

4. SETOR PESSOAL (ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO COMPOSTO DE:
4.1 RELEVANTAMENTO DE TODAS AS MATRÍCULAS FUNCIONAIS (345 MIL)
4.2 LEIS, DECRETOS, PORTARIAS E ATOS RELATIVOS A PESSOAL, QUE SÃO MAIS DE 40 MIL E REPERCUTEM NO CÁLCULO DOS GANHOS DE PESSOAL.
4.3 EXAME DAS APROXIMADAMENTE 60 FOLHAS DE PAGAMENTO.
4.4 REEXAME DE TODO O CONTENCIOSO TRABALHISTA, QUE É DE MAIS DE 100 MIL PROCESSOS.

5. REORGANIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA

6. PRECATÓRIOS
6.1 CRIAR ALTERNATIVAS PARA APROVEITAMENTOS DESTES VALORES NA INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL DE PPPs.

GEAD: infra-estrutura transportes

SOCIEDADE CONVERGENTE

Nos últimos anos, diversas iniciativas de prospecção do desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul foram realizadas, como RS 2010, PIT, PET, AGENDA 2020 e RUMOS 2015. Todas contaram com a participação de diferentes segmentos da sociedade gaúcha e com a parceria dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento para que toda e qualquer região do Estado fosse ouvida e debatesse as propostas. Em todos os planos, projetos e debates, o problema da infra-estrutura de transportes foi considerado como um dos principais gargalos do desenvolvimento estadual. A infra-estrutura de transportes, e conseqüentemente toda a logística, é vital para que, gradativamente, diminuam as desigualdades regionais e o Estado se coloque em melhor posição de competitividade nacional e internacional.

Agora, em 2008, com o Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional através do Programa Sociedade Convergente, de iniciativa do Legislativo rio-grandense, o Grupo Temático de Infra-Estrutura – Transporte, composto por representantes do Executivo, do Legislativo, da sociedade civil organizada, dos empresários, das universidades, dos COREDES, dos sindicatos e entidades convidadas, ao analisar os estudos, projetos e obras previstos para o Estado em todas as esferas de Governo, concluiu da necessidade de implementação do Plano Estratégico de Soluções Logísticas e de Infra-Estrutura do Rio Grande do Sul 2008/2030, contemplando todos os sistemas: rodoviário, aeroviário, portuário, hidroviário e ferroviário.

O grupo optou por transferir para o próximo ano o debate sobre o sistema de transporte de passageiros em face de sua complexidade e da heterogeneidade de problemas, quer nos transportes urbanos da Região Metropolitana de Porto Alegre e das Aglomerações Urbanas, quer no transporte interurbano de passageiros do Estado. Assim, os trabalhos se concentraram no debate dos gargalos do sistema de transporte de carga e da intermodalidade e multimodalidade do sistema logístico estadual.

De todos os diagnósticos e análises realizados, o RUMOS 2015 foi considerado, pelo grupo, o mais completo e atualizado, sendo então adotado como base para os debates. Foi estabelecido que as iniciativas ocorressem para que houvesse distribuição equilibrada entre os modais, trabalhando-se com a intermodalidade, sempre que possível, para ampliar a competitividade logística.

O transporte de cargas no RS está concentrado no sistema rodoviário com um percentual de 85%. O transporte ferroviário é o segundo em importância, concentrando sua atuação no transporte de granéis. Apenas 3% do transporte de cargas utilizam o sistema hidroviário, principalmente para transporte de granéis em terminais privados e cargas industriais de grande porte. A rede rodoviária do Estado cobre quase a totalidade do território gaúcho, entretanto muitos municípios ainda não possuem acesso pavimentado.

Através dos estudos que embasaram as análises, o custo de incerteza no transporte de cargas no RS faz com que o custo logístico seja de 17,3% do PIB, o mesmo do Brasil, enquanto nos Estados Unidos encontra-se em 8% e na Ásia, em 9,5%. Assim, os esforços e a busca de investimentos em gestão, operação, armazenagem e suporte (rodoviário, portuário, hidroviário, ferroviário, aeroviário e terminais) devem levar ao aperfeiçoamento das operações logísticas, pois quanto mais rápido o fluxo de mercadorias, menor o tempo para movimentação, menor o custo e maior a receita de arrecadação.

A identificação dos gargalos ou disfunções no sistema logístico estadual possibilitou a elaboração do Inventário Preliminar de Intervenções e Projetos. O Inventário contém os projetos de infra-estrutura identificados como solução para diminuir os gargalos no sistema logístico do Estado e destina-se a concentrar projetos e demandas atuais e futuras nos diferentes modais de transporte. Serve, também, de referência para investimentos tanto da iniciativa privada como das diferentes esferas de Governo.

O Inventário apresenta propostas desde o nível municipal, como o asfaltamento de acessos municipais que possibilitam a diminuição da perda de nossa safra; projetos mais complexos em termos de engenharia e custos de execução, como obras de arte; terminais intermodais; intervenções para melhoria do tráfego terrestre internacional; até gargalos legais e institucionais.

Foram estabelecidos quatro objetivos para que toda e qualquer iniciativa, seja do poder público ou da iniciativa privada, busque alcançá-los:

- Desenvolver a infra-estrutura necessária ao crescimento econômico:
  rodovias – hidrovias – ferrovias – portos – aeroportos;

- Melhorar o equilíbrio da matriz modal;

- Aumentar a segurança rodoviária (acidentes e mortes por 1.000 km);

- Aumentar a competitividade logística (% PIB).

Com o Inventário Preliminar de Intervenções e Projetos para as diferentes regiões funcionais do Estado, foram identificadas as ações que mais contribuem para cada um desses objetivos.

Há consenso de que as obras prioritárias e urgentes para melhorar em 75% a competitividade logística do RS, de abrangência estadual, nacional e internacional, são sucintamente:

– Melhoria da mobilidade metropolitana, especialmente na BR 116, por onde circula atualmente em torno de 80% do PIB gaúcho e com o trânsito diário de mais de 120 mil veículos. A implantação de rotas alternativas, tirando o trânsito de carga que tem por destino o Porto de Rio Grande do eixo nevrálgico da Região Metropolitana, diminui o tempo de deslocamento ao evitar os engarrafamentos e aumenta a segurança no trânsito.

– Ampliação da pista do aeroporto Salgado Filho, possibilitando o acesso de aeronaves de maior capacidade de transporte de carga nacional e internacional.

– Projeto estratégico do Porto de Rio Grande que consiste em estruturar e qualificar o porto para que reflita a capacidade produtiva e de comércio internacional gaúcho. São necessários investimentos em modernização da estrutura portuária, adequação legal para suprir a estrutura funcional e capacitação de mão-de-obra para competir nos mercados nacional e internacional.

Com relação aos recursos, alguns estão previstos no PAC do Governo Federal e no Duplica RS do Governo Estadual. (1)

O PAC prevê investimentos de R$ 2,7 bilhões, até 2010, em melhorias do tráfego da RMPA, duplicação da BR101, ampliação dos molhes e dragagem do Porto de Rio Grande, ampliação da pista do Aeroporto Salgado Filho e diversas intervenções em rodovias federais, dentro do território gaúcho.

O Duplica RS prevê ações para os próximos dez anos, que totalizarão R$ 4,3 bilhões de investimentos. Até 2010, a previsão é investir R$ 1,5 bilhão em rodovias, hidrovias, acesso asfáltico nos Municípios e melhorias nos aeroportos regionais. Esse montante prevê R$ 1 bilhão de recursos do Tesouro (R$ 630 milhões do Tesouro e outros R$ 270 milhões de repasses da Cide), além de outros R$ 400 milhões a serem investidos pelas concessionárias de estradas e outros R$ 100 milhões de parcerias público-privadas.

O grupo sugere as seguintes metas a serem alcançadas, considerando a média nacional, e que deverão ser estabelecidas, também, juntamente com os indicadores, pelas comunidades regionais:

Desenvolver a infra-estrutura necessária ao crescimento econômico
(% de intervenções realizadas do Inventário de Intervenções e Projetos) (2)

ANO/ INFRA	INTERVENÇÕES	2008	2010	2020	2030
Rodovias Estaduais	**118**	20	40	60	90
Rodovias Federais	**112**	20	30	60	80
Acessos Municipais	**118**	20	70	100	0
Hidrovias	**22**	10	30	60	100
Portos	**50**	20	40	80	100
Aeroportos	**15**	30	50	90	100
Ferrovias	**24**	10	20	40	80

(1) Após longo debate do grupo na conveniência ou não de apresentar estas fontes de recursos, procedeu-se a uma votação cujo resultado foi de 12 (doze) votos a favor e 4 (quatro) contra. O representante da Bancada do PT solicitou a retirada das fontes de recursos, principalmente do Duplica RS, por apresentar alguns itens não suficientemente debatidos com a sociedade gaúcha.
(2) Percentual cumulativo.

Melhorar o equilíbrio da matriz modal (%)

ANO/ modal	2008	2010	2020	2030
Rodoviário	85,3	78,0	65,0	58,0
Ferroviário	8,8	15,0	19,0	23,0
Hidroviário	3,6	7,0	9,0	15,0

Aumentar a segurança rodoviária (acidentes e mortes por 1.000 km)

ANO	2008	2010	2020	2030
Diminuir acidentes	1.560	1.000	500	250
Diminuir mortes	57	45	30	15

Aumentar a competitividade logística (% PIB)

ANO	2008	2010	2020	2030
Diminuir custo logístico	17,3	13,0	9,0	6,0

Em anexo, são apresentadas as planilhas do Inventário no qual está identificada e detalhada cada uma das intervenções, por Região Funcional e por COREDE e as fontes de informações. As intervenções deverão ser priorizadas pelas comunidades locais das nove Regiões Funcionais do Rio Grande do Sul e posteriormente pelo conjunto da população gaúcha.

É de fundamental importância que o Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional fique responsável pelo acompanhamento, atualização e avaliação do Plano Estratégico de Soluções Logísticas e de Infra-Estrutura do Rio Grande do Sul 2008/2030, para que a sociedade gaúcha garanta a continuidade das intervenções independentemente das alternâncias administrativas.

GEAD: infra-estrutura energia

SOCIEDADE CONVERGENTE

Na última década, o mundo apresentou um crescimento econômico nunca antes visto. Várias economias, dentre elas o Brasil, mostraram-se pujantes, aumentando os negócios tanto de "commodities" como de produtos acabados e serviços. Todo esse crescimento econômico aumentou a demanda de energia mundial, seja para prospectar e beneficiar "commodities", produzir e consumir bens de valor agregado ou transportar esses produtos ao redor do mundo.

Como conseqüência da crescente demanda por energia, os preços médios de todas as fontes primárias de energia tiveram um aumento em todo o mundo. No Brasil, principalmente na última década, não foi diferente, apesar de o país possuir um grande potencial energético de várias fontes.

Dentre as causas imediatas disso destacam-se a redução dos potenciais hídricos, base da geração de eletricidade no Brasil, localizados perto dos grandes centros consumidores, e os processos de privatização. Os primeiros têm como conseqüência a necessidade de se buscar fontes de geração mais caras, como gás natural e energias renováveis, além de necessitar o aumento da infra-estrutura de transporte dessa energia para suprir a demanda crescente. As privatizações propiciam um espaço de competição nas atividades de geração e comercialização de energia e um ambiente regulado para a distribuição de energia.

Com todo esse cenário complexo de aumento de preços e demanda, que não se restringe somente à energia elétrica, a sociedade como um todo necessita pensar em um horizonte de tempo maior, a fim de estimar as suas necessidades futuras em um mundo cada vez mais globalizado e com recursos ambientais cada vez mais escassos.

O Estado do Rio Grande do Sul, pela sua condição geográfica comparada às outras unidades da Federação, possui uma característica peculiar, já que se encontra no extremo de um sistema elétrico interligado. Mesmo oferecendo alternativas promissoras para produção de energia elétrica e biocombustíveis, carece de uma expansão maior das linhas de transmissão e é bastante dependente de outras fontes de energia.

Sendo assim, visando a permitir o aumento da competitividade dos setores produtivos gaúchos, o Grupo Temático de Energia do Fórum Democrático apresenta algumas propostas a serem amplamente discutidas pela sociedade gaúcha sobre as necessidades atuais e projeções futuras dos vários cenários que se apresentam.

Este trabalho é fruto de um grupo composto por profissionais de toda a sociedade gaúcha, empresas do setor de energia, universidades, representantes do COREDE, parlamentares e técnicos de órgãos governamentais, tendo, por isso, uma visão multicriterial sobre diversos aspectos abordados. Sendo assim, não pretende abordar amplamente nenhum tópico aqui exposto, pois este trabalho deverá ser realizado em conjunto com a grande interessada sobre o tema – a própria sociedade gaúcha.

Parabenizamos a Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul pela oportunidade de oferecer à própria sociedade discutir suas prioridades e perspectivas, algo inédito no Brasil e que deve servir de exemplo, e, finalmente, aos colegas de Grupo Temático, profissionais altamente qualificados, pelas contribuições e conhecimento repassados.

O presente relatório, embora emergido da definição de temas abordados no próprio grupo, também conhece a sugestão de

tais definições pela Direção do Fórum Democrático no balanço da matriz energética do RS, bem como acolhe os princípios e diretrizes que o devem nortear.

Assim, considera parte integrante dos estudos e documentos alcançados a compatibilização do Plano de Governo 2007–2010 com os RUMOS 2015, a AGENDA ESTRATÉGICA 2020 e o Pacto pelo Rio Grande.

E, para facilitar a apreciação do trabalho, já que foi levado em conta aquela compatibilização com as apresentações dos integrantes deste subgrupo, ora se divide o relatório em Geração de Energia, Infra-Estrutura de Redes de Gás e Energia Elétrica e Outras Energias.

1. GERAÇÃO DE ENERGIA

1.1. Objetivo:

- Aumentar a geração de energias no Estado, preferencialmente de forma descentralizada e com formas alternativas e renováveis, com prioridade para projetos de pequeno e médio portes, não poluentes e com baixo impacto ambiental.

1.2. Metas:

- Atingir rapidamente a auto-suficiência de energia, podendo inclusive exportar;
- Diversificar a matriz energética do Estado;
- Incentivar a pesquisa e produção de energias renováveis;
- Criar um pólo industrial de produtos para geração de energias renováveis;
- Tornar-se referência mundial em pesquisa e geração de energias renováveis.

1.3. Como fazer:

1.3.1. Geração hidráulica:

- Incentivar e criar regras específicas para que as usinas, PCHs e MCHs citadas no projeto "RUMOS 2015", sejam construídas o mais breve possível;
- Apoiar o Programa Gaúcho de PCH´s da SEINFRA, que visa a incentivar a construção de novas PCHs e avaliar os projetos em elaboração de forma conjunta, entre o Estado e os empreendedores interessados;
- Estipular um prazo aos detentores de outorgas para que executem a obra e que, após, outros interessados possam fazê-lo;
- Priorizar os estabelecimentos de locais de PCHs e/ou MCHs para o Suprimento Rural Adequado (Luz para Todos), podendo receber, da mesma forma, a orientação da Secretaria Estadual de Infra-Estrutura e Logística – SEINFRA, que possui Registros dos Aproveitamentos Hidrelétricos no Estado;
- Incentivar a implantação dos projetos: Usina Pai Querê, Garabi e Itapiranga.

1.3.2. Geração a carvão:

- Incentivar as pesquisas para utilização do carvão em outras formas não- poluentes;
- Apoiar e incentivar a implantação dos seguintes subprojetos da "AGENDA 2020":

- SUBPROJETO – Fase C da UTE Presidente Médici;
- SUBPROJETO – Central Termelétrica Sul;
- SUBPROJETO – Usina Termelétrica Jacuí I;
- SUBPROJETO – Usina Termelétrica Pampa;
- SUBPROJETO – Usina Termelétrica Seival e Seival II;
- SUBPROJETO – Usina Termelétrica Cibe Energia;
- Gestão junto à ANEEL para que ao menos parte da verba de P&D (1% da receita operacional líquida anual das geradoras) dos projetos termelétricos a carvão seja investida em programas de pesquisa na área do carvão mineral;
- Solicitar realização de leilões específicos para as usinas termelétricas a carvão mineral;
- Fomentar a formação e qualificação de recursos humanos especializados na cadeia produtiva do carvão mineral;
- Atrair empresas fabricantes de equipamentos para o Estado, por meio de incentivos fiscais.

1.3.3. Geração eólica:

- Atualizar o atlas eólico do Estado (sugestão da "AGENDA 2020");
- Interagir junto ao Governo Federal para realizar um leilão de energia específico para eólico;
- Incentivar e criar regras específicas para que os parques eólicos citados no projeto "RUMOS 2015" sejam construídos o mais breve possível;
- Fomentar os investimentos para a implantação de novos parques eólicos, bem como de indústrias de suporte à nacionalização de equipamentos como aerogeradores, pás, torres e outros artefatos correlatos;
- Avaliar detalhadamente o potencial energético eólico e socioambiental do empreendimento, visando aos pontos estratégicos do Estado;
- Propor uma mudança no destino CDE, beneficiando a energia eólica.

1.3.4. Geração solar:

- Apoiar projeto de Suprimento Energético Alternativo do CAFF, inserido no Orçamento da Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos – SARH, segundo "AGENDA 2020";
- Incentivar a utilização de energia solar fotovoltaica, por exemplo, em locais distantes das redes de distribuição, e térmica para substituir chuveiros elétricos.

1.3.5. Geração biomassa:

- Incentivar a pesquisa e desenvolvimento da fonte de matéria-prima geradora de energia;
- Incentivar a diversificação da matriz energética a partir do desenvolvimento das FAE, as tradicionais e outras a serem implementadas, com foco de distribuição regionalizada e cuidados com o meio ambiente;

- Implantar políticas de incentivos às PPPs e à formação de cooperativas energéticas pelo programa de incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), além de criar mecanismos próprios de compra de energia excedente pelo Estado;
- Instalar projetos pilotos em conjunto com as instituições de pesquisa de utilização própria em centros urbanos de combustíveis líquidos produzidos a partir de biomassa.

1.3.6. Geração biogás:

- Incentivar a geração de energia através do biogás proveniente do lixo;
- Incentivar a geração de energia através do biogás proveniente do esgoto urbano;
- Incentivar a construção de biodigestores no meio rural para obtenção de biogás;
- Incentivar a pesquisa e fabricação de células a combustível que utilize biogás (metano) para gerar energia elétrica;
- Incentivar a pesquisa e desenvolvimento de tecnologia para biodigestores e tratamento do biogás;
- Incentivar a utilização de biogás para outros fins, por exemplo, combustível veicular e industrial.

1.3.7. Propostas gerais:

- Incentivar a instalação no RS de fabricantes de produtos utilizados para geração de energia renovável não-poluente preferencialmente com transferência de tecnologia;
- Considerar as realidades regionais em cada projeto incentivado para que haja o maior aproveitamento das tecnologias empregadas, de suas fontes e necessidades energéticas – por exemplo, alguns projetos já existentes, como aproveitamento de casca de arroz, serragem e outros, para geração de energia;
- Que os maiores índices de incentivos sejam dados a projetos de geração de energia que usem como matéria-prima o lixo e/ou esgoto urbano, pois diminuem um dos maiores problemas do mundo moderno, a poluição;
- Estimular e apoiar os estudos e implementações de novas formas de geração de energias não-poluentes e alternativas renováveis;
- Consolidar um plano estadual de incentivo à expansão das fontes alternativas;
- Elaborar um atlas de fontes de energia alternativa renováveis do Estado;
- Estimular a criação de benefícios fiscais para implantação de energias renováveis nos usos finais de energia, como, por exemplo, aquecimento solar e energização de localidades distantes das redes de distribuição;
- Desenvolver uma política de incentivos para formação e qualificação de recursos humanos para pesquisa, fabricação, implantação e operação de fontes de energias renováveis;
- Fazer um alinhamento às legislações ambientais modernas e ao Tratado de Kyoto.

2. INFRA-ESTRUTURA DE REDES DE GÁS E ENERGIA

2.1. Objetivos:

- Criar uma estrutura de transmissão e distribuição de energia elétrica que possa levar energia suficiente e de boa qualidade a qualquer ponto do Estado, possibilitando ainda, a exemplo do sistema nacional, gerar em qualquer lugar ou onde for possível e mais econômico, para entregar nos pontos necessários;
- Criar uma estrutura para distribuição de gás natural, que possa atender de forma adequada aos locais necessários e garantir fornecimento estratégico para a matriz gaúcha.

2.2. Metas:

- Extinguir os possíveis gargalos das redes de transmissão, de subtransmissão e restrições nas linhas de distribuição de energia elétrica;
- Projetar o fornecimento de energia nos meios rurais, de forma adequada e considerando os possíveis desenvolvimentos regionais;
- Construir os gasodutos necessários para atender aos projetos e pontos de maior necessidade;
- Elaborar estudo de alternativas de suprimento de GN para o Estado, que possam atender de forma integrada ao crescimento da demanda e disponibilizar gás ao maior número de regiões possível;
- Eleger a alternativa mais viável, sob o ponto de vista do desenvolvimento do Estado;
- Buscar alternativas para resolver problemas relativos à necessidade de aumento de carga, às redes particulares e aos ramais de profundidade no meio rural.

2.3. Como fazer:

- Incentivar a construção das obras e projetos de linhas de transmissão e de subestações apresentadas no projeto "RUMOS 2015";
- Reavaliar o projeto Luz para Todos, quanto à necessidade de energia forte para muitos;
- Atender com projetos específicos às novas áreas de desenvolvimento, tais como a bacia leiteira, silvicultura, fruticultura e orizicultura;
- Fazer um novo levantamento dos gargalos existentes e corrigi-los, acabando de vez com os problemas de luz fraca;
- Realizar as melhorias das condições operacionais do suprimento, relatadas no "RUMOS 2015";
- Priorizar, dentro dos planos de obras, as regiões funcionais que tenham mostrado tendência mais acentuada de estrangulamento na capacidade de fornecimento. Isso pode ser feito através das concessionárias de energia, SEINFRA e entidades representativas empresariais;
- Criar uma linha de financiamento através de reservas dos encargos setoriais para uso exclusivo no reforço de redes de distribuição, visando à melhoria dos indicadores de qualidade do serviço de distribuição de energia elétrica. Essa linha de financiamento, caso venha a ser adotada, não deverá ser reincidente na tarifa do consumidor, pois este já aporta quantias consideráveis para a formação e manutenção das reservas dos fundos setoriais de energia elétrica.

3. EFICIÊNCIA NO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

3.1. Objetivos:

- Atingir uma maior eficiência no consumo de energias, através de uma educação dos usuários na melhor utilização destas, otimizando processos, melhorando equipamentos e criando cultura de melhor utilização.

3.2. Metas:

- Criar índices de redução de desperdícios por área de utilização;
- Projetar índices culturais a serem alcançados nas redes de ensino;
- Otimizar a utilização de energia.

3.3. Como fazer:

- Defender a redução de desperdícios de energia nas indústrias, nas residências e no setor público, conforme consta na "AGENDA 2020" – Projeto Plano Estadual de Eficiência Energética;
- Fazer uma contínua campanha de educação no consumo de energia com veiculação de informes em rádio e televisão, além de trabalhos em escolas;
- Incentivar para residências, edifícios, etc., que utilizem painéis solar térmicos para aquecer água para banhos e outros fins, substituindo a utilização de energia elétrica desses processos;
- Incentivar o uso de biodigestores, painéis fotovoltaicos, células a combustível, enfim, as várias formas de economizar energia;
- Estimular a redução da demanda oriunda do uso do chuveiro elétrico através de processos que utilizem fontes alternativas de energia;
- Observar as instruções constantes no Plano Nacional de Energia 2030;
- Conscientizar a sociedade gaúcha da necessidade de aumentar a eficiência dos usos finais de energia, tendo em vista questões ambientais e econômicas;
- Reduzir os indicadores de emissões poluentes no Estado, que tenderão a aumentar com a entrada de novas plantas de geração térmica (carvão, gás, biomassa);
- Permitir um ganho de competitividade aos setores produtivos. Esse ganho se dará pela redução do consumo específico de energia, que deverá ser comparado a indicadores internacionais;
- Estimular a redução da demanda oriunda do uso do chuveiro elétrico.

4. OUTRAS FORMAS DE ENERGIA

4.1. Objetivos:

- Introduzir outras formas de energia não-poluentes, melhorando o perfil de nossa matriz energética, adequando-a a uma forma mais equilibrada, que possa dar sustentabilidade com segurança.

4.2. Metas:

- Diversificar a matriz energética;
- Desenvolver pesquisas e possibilitar aplicações dessas pesquisas;
- Desenvolver a cadeia produtiva do biodiesel;
- Desenvolver utilização de lixo e esgoto para geração de energia;
- Desenvolver a utilização de biodigestores nos meios rurais e urbanos para geração de energia;
- Desenvolver a utilização de células a combustível para geração de energia.

4.3. Como fazer:

- Apoiar o projeto de suprimento de gás natural, apresentado pela "AGENDA 2020";
- Fomentar a Produção de Bioenergia (pro-biodiesel), conforme "RUMOS 2015";
- Incentivar a utilização de biogás, que é uma forma de combustível proveniente do lixo, esgoto ou restos de cultura, facilmente utilizado para gerar energia elétrica ou para combustível de automóvel, gás de cozinha, e muitas outras formas de utilização, além de ser infindável;
- Incentivar a utilização de carvão mineral para gerar energia de outras formas que não queimam em termelétrica, conforme estudos em andamento;
- Aprovar um zoneamento agrícola para o plantio de oleaginosas;
- Estimular investimentos em tecnologia agrícola para que se alcance um maior rendimento de produção por hectare e que possam ser realizados múltiplos cultivos no ano;
- Incentivar a utilização das áreas antropizadas para produção de culturas com fins de produção de biocombustíveis, e que não sejam competitivas com a atual área para produção de alimentos;
- Incentivar as pesquisas para o aproveitamento de sub e co-produtos da cadeia produtiva dos biocombustíveis;
- Incentivar o uso de matérias-primas alternativas para a produção de biocombustíveis, como resíduos de óleos e gorduras;
- Incentivar o projeto carvão constante no Plano Nacional de Energia 2030;
- Trazer uma planta de REGAS (Regaseificação do Gás Natural Liquefeito) para o Rio Grande do Sul para suprir as UTES de Uruguaiana e Canoas, já que estas têm problemas de suprimento de gás vindo da Argentina; possibilitando, inclusive, exportação de gás;
- Incentivar o Sistema de Suprimento de GNL em Rio Grande ancorado em três UTEs (Uruguaiana, Canoas e uma nova em Rio Grande ou RMPOA);
- Efetivar a interiorização do GN no RS;
- Utilizar a posição geo-energética estratégica do Estado dentro de um projeto de integração energética do Cone Sul;
- Exportar EE para o Uruguai;
- Interligar-se com o Gasbol – suprimento a outros Estados;
- Realizar o fechamento de anel de gasodutos entre Brasil, Argentina e Bolívia, visando a uma redundância logística.

BIBLIOGRAFIA

SEINFRA (exposição de 02.06.08) – "Energia no Brasil e no RS";

RUMOS 2015 – Energia (proposta selecionada pela Dra. Vera Inez);

SULGÁS (apresentação em 23.06.08);

FECOERGS – Investimentos das Cooperativas e Concessionárias Programa "Luz para Todos" no RGS;

SAPPA – "Demandas em Leite, Fruticultura, Agroenergia, Olivicultura, Vitivinicultura, Orizicultura, Silvicultura e Rastreabilidade Bovina";

SUBCOMISSÃO da Assembléia Legislativa (25.06.08) – Energia – "Qualidade da Energia Elétrica Distribuída no Meio Rural e em Centros Urbanos de Pequenos Municípios";

FECOERGS – (em 25.06.08) – Proposta de Criação de um Programa de Apoio e Incentivo para Emprego e Renda no Meio Rural;

PCHs – (em 25.06.08) – Texto de apresentação inicial e slides (Poty Berny);

UNICAMP – "A Infra-Estrutura Energética do RS no Limiar do Século 21". De Jaques Alberto Bensussan (Dr.);

ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico: "Consolidação da Carga para o PAR 208-2010";

ONS – "Relatório de 2007";

SEINFRA/CEEE – "Números de Geração e Transmissão de Energia Elétrica";

ANEEL (05.10.07) – "Usinas PCHs em operação no Rio Grande do Sul".

RUMOS 2015

AGENDA 2020

Pacto pelo Rio Grande

GEAD: infra-estrutura saneamento

SOCIEDADE CONVERGENTE

CAPÍTULO 1

1. INTRODUÇÃO

A questão do saneamento no Rio Grande do Sul aparece como sendo uma das mais importantes pautas para a sociedade gaúcha. Este relatório busca atender a uma abordagem de certa forma técnica, mas que relaciona razões estruturais para indicar essa como sendo uma das mais importantes áreas de ação necessárias do Governo e do Estado do Rio Grande do Sul. Parece que, ao tratarmos do tema saneamento, a maioria dos envolvidos restringe-se ao fornecimento de água, e revela que atendemos com o fornecimento desse serviço a 98% dos gaúchos. E está posta a questão. Quanto mais tarde começamos a constatar que o fornecimento de esgoto cloacal não apresenta índices dignos de orgulho, quase que imediatamente o tema é tratado como "tabu". Dizemos que é caro e buscamos na subjetividade e no "acho" os processos de defesa de ignorâncias, aparentes esquecimentos, e mais do que isto, quando identificamos uma permanente crise financeira como desculpa para a não-ação. Portanto, o tema saneamento passa a não ser tratado como algo claro e objetivo.

Visão geral do saneamento

Saneamento ambiental rural	Lixo doméstico rural Restos de plantio – agrotóxicos e embalagens Restos de animais
Saneamento ambiental urbano	Ações concentradas em todas as áreas de saneamento
Água	Captação, renovação e distribuição
Esgotamento sanitário	Coleta, trânsito e lançamento
Drenagem urbana	Coleta, contenção e reservação
Coleta e tratamento de resíduos sólidos	Urbano, saúde, indústria e construção
Controle de vetores	Saúde preventiva

Mas no que se constitui de forma objetiva a questão do saneamento e quais as suas interfaces determinadas para que tenhamos um entendimento, se não pleno do problema, mais aproximado do mesmo? Buscamos a partir do esquema a seguir mostrar os fatores que estão envolvidos quando nos referimos ao tema "saneamento ambiental".

Colocamos como indicador preferencial para o início desta exposição a necessidade de que o saneamento – água, esgoto, drenagem superficial, coleta e deposição final de resíduos e controle de vetores – chegue aos mais distantes recantos de nossa terra. De outra sorte, o Ministério das Cidades, 2006, estabeleceu como referência uma série de ações que tratam do tema, nas quais indicam os seguintes itens que têm como referência o FINANCIAMENTO dessas obras necessárias. Os Programas e Ações de Saneamento do Ministério das Cidades, com ampla gama de financiamentos centrados no Fundo de Garantia (FGTS), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), foram implementados entre os anos de 2002 a 2006 e trataram dos itens abaixo:

"Financiamentos do FGTS / FAT / BNDES[4] Programa Saneamento para Todos, nas modalidades de:

- Abastecimento de Água;
- Esgotamento Sanitário;
- Saneamento Integrado;
- Manejo de Resíduos Sólidos;
- Manejo de Águas Pluviais;
- Desenvolvimento Institucional;
- Manejo de Resíduos Sólidos da Construção e Demolição;
- Preservação e Recuperação de Mananciais;
- Estudos e Projetos."[5]

No entanto, no Rio Grande do Sul, outras ações, indicadas pela ABES, foram implementadas, no Governo que antecedeu ao atual (2008).

Até o ano de 2005, os apelos de todos os atores envolvidos nas questões de saneamento no Brasil nunca foram ouvidos. No sentido de formular uma política para o setor com o objetivo de definir claramente as regras da prestação dos serviços de abastecimento de água, esgotos sanitários, resíduos sólidos e drenagem urbana no País.

Apesar disso, o Rio Grande do Sul saiu na frente, reunindo esses atores na área de abrangência do Estado e estabelecendo essas regras, transcritas em forma de lei (Lei Estadual n° 12.037/03), quando foi criado o Sistema Estadual de Saneamento conjunto de instrumentos para se atingir a universalização do saneamento. A discussão e o produto final, conteúdo da lei, resultaram em um modelo tão eficiente e eficaz que todos os Estados e o próprio Governo Federal tomaram-no como modelo, tanto que a lei federal, vinda posteriormente em 2005, segue exatamente a mesma linha.

---

[4]Referência às fontes de financiamento existentes para projetos estruturantes.

[5]Cezar Eduardo Scherer, Gerente de Projeto, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, Ministério das Cidades, E-mail: cezar.scherer@cidades.gov.br

Dessa forma, o presente fórum não tem de retroceder e "reinventar a roda", mas dar continuidade à operacionalização do Sistema Estadual de Saneamento, que se encontra estagnado, apesar de tão amplamente discutido e consolidado pela sociedade gaúcha.

Hoje, em 2008, temos ações importantes feitas pelo Governo Federal, a partir do "Plano de Aceleração do Crescimento" – PAC, que parece tornou-se solução para todos os Estados que nada investem nessa área.

No âmbito de nosso pré-relatório, com vistas a que o tema do saneamento seja verdadeiramente implementado, é necessário que entendamos que alguns movimentos preliminares devem ser feitos na esfera deste grupo de trabalho, que opera de forma focada na definição das direções estratégicas que o "FÓRUM DEMOCRÁTICO" e a "SOCIEDADE CONVERGENTE" estabeleceram como paradigma de constituição.

É determinante que o conjunto de documentos gerados neste curto espaço de tempo venha a provocar e desencadear uma discussão democrática sobre a solução dos problemas que compõem esse tema em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

Para que isso ocorra de fato, existem perguntas que precisam ser feitas, quais sejam:

1) Qual a situação do tratamento da água nos municípios atendidos pela CORSAN?

2) Qual a situação do tratamento da água nos municípios atendidos pelas AUTARQUIAS MUNICIPAIS?

3) Qual a situação do tratamento da água nos municípios que não são atendidos nem pela CORSAN nem por AUTARQUIAS MUNICIPAIS?

4) Qual a situação do tratamento de esgoto nos municípios atendidos pela CORSAN?

5) Qual a situação do tratamento de esgoto nos municípios atendidos pelas AUTARQUIAS MUNICIPAIS?

6) Qual a situação do tratamento de esgoto nos municípios que não são atendidos nem pela CORSAN nem por AUTARQUIAS MUNICIPAIS?

7) Qual a situação da renovação dos contratos com os municípios relativamente à concessão de fornecimento do serviço de água e esgoto?

8) Qual a metodologia que a SEHADUR/METROPLAN estabeleceu para os estudos que está elaborando com relação à média de lixo domiciliar gerada por habitante?

9) Qual a avaliação objetiva que o Estado faz relativamente à questão ambiental como um todo e com relação à coleta e deposição final de resíduos sólidos domiciliares, de saúde, industriais e inertes?

10) Qual o fator interveniente que o Estado estabelece, mesmo sabendo que a solução deste problema é municipal, com relação à regulação do valor médio pago pelo recolhido de lixo nas cidades do RS?

11) Qual o fator interveniente que o Estado estabelece quando o problema de deposição deixa de ser municipal e passa a interferir objetivamente no trânsito de rodovias estaduais?

12) Qual o comprometimento das rodovias gaúchas, tendo em vista a transferência de lixo de uma cidade para outra, no que se refere à deposição?

13) Quais os locais onde foram identificadas contaminações do solo que chegaram a comprometer a captação e o tratamento de água?

14) Quais os movimentos feitos pelo Estado do RS para estabelecer um processo de gestão do tema SANEAMENTO no que se refere às Regiões Funcionais como instância geográfica do processo?

15) Quais os movimentos feitos pelo Estado do RS para estabelecer a regulação de preços para a coleta e deposição do lixo, tratamento de água, esgotamento sanitário, controle de vetores, obras civis que sejam executadas por terceiros etc.?

16) Quais os movimentos feitos pelo Estado do RS para estabelecer uma ação integrada entre os vários agentes controladores da qualidade do meio ambiente e do fornecimento de serviços de saneamento?

17) O que o Estado do Rio Grande do Sul e os municípios estão fazendo para articular a Política Nacional de Saneamento com a Política Nacional de Habitação?

18) Por que ainda não temos um sistema de gestão e monitoramento que alimente um sistema de informações transparente, para cada setor do saneamento, e quais são os movimentos para que isso se efetive?

19) Por que precisamos, ainda, do Ministério Público para que as políticas públicas em saneamento sejam efetivadas no setor de resíduos sólidos?

De outra sorte, sabemos que quaisquer soluções indicadas devem atuar perante a organização federativa e as esferas de responsabilidade e poder que cada uma delas tem.

Quanto à responsabilidade, pode parecer algo simplista tentar demonstrar as operações que envolvem a solução da questão saneamento. Sabemos que é um tema com vários subtemas, que são vários os atores envolvidos para que exista solução, que existem superposições administrativas e de gestão, que essas operações aparecem muitas vezes como operações concertadas entre entes federativos e que podem existir "concertações" entre entes públicos e privados.

Desta feita, seria redundante, mas é necessário enfatizarmos, sempre que possível, que a solução deste amplo tema perpassa cada um dos entes federativos de forma distinta e, nessa direção, muitas vezes olhamos para o lado errado quando buscamos soluções, quaisquer que sejam. Com isso, buscamos apenas de forma elucidativa indicar cada responsabilidade relativa aos entes federativos:

"Governo Federal: estabelecer diretrizes gerais de âmbito nacional; formular e apoiar Programas de Saneamento de âmbito nacional; política de financiamento do setor. Governo Estadual: formular e apoiar programas de saneamento de âmbito estadual; operar e manter sistemas de saneamento por delegação dos municípios; estabelecer política tarifária e de subsídios nos sistemas operados pelo Estado. Governo Municipal: formular e executar programas de saneamento de âmbito local; planejar, operar, manter e regular os sistemas de saneamento locais; estabelecer a política tarifária e de subsídios locais."[6]

Essa é nossa realidade de ação, bem como os temas que compuseram o início dos trabalhos, configurando os problemas que, de fato, estão sendo pautados à solução.

Infra-estrutura e saneamento são temas importantes, que deverão ser abordados de forma eficiente e eficaz. Energia, circulação, transportes e a constituição de uma sociedade que expresse a multiplicidade e a complexidade do que nos tornamos mostram o quanto está para ser feito e, sobretudo, de forma estratégica, a ser realizado.

Quando me refiro a uma necessária abordagem estratégica, estou indicando restrição de recursos, tempo, necessidades múltiplas, quando todas essas questões precisam estar equacionadas, necessitando compor um algoritmo que, de forma determinada, indique a solução do problema.

De fato, o que temos hoje na agenda do RS existe muito mais em função do tanto que deixou de ser feito, do que do quanto estrategicamente não foi realizado, em detrimento de pontos que, necessariamente, não devessem ser atendidos. Essa é a questão basilar – algumas coisas não devem ser atendidas e outras o devem. Como equilibrar essa pendência, quando, na nossa atuação, buscamos sempre superlativizar nossos interesses em detrimento de outros?

Entendemos, no âmbito deste relatório, que existem dois movimentos estratégicos. O primeiro trata da objetividade deste relatório e do conjunto de estratégias que nele devem estar contidas. O segundo movimento está direcionado à objetividade de escolha do que deva ser escolhido para realização. Desta feita, esse documento quer ser claro e ser um indicador que possibilite referência a uma realização composta pelo entendimento, pela convergência de interesses de toda a sociedade.

---

[6]Cezar Eduardo Scherer, Gerente de Projeto, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, Ministério das Cidades, E-mail: cezar.scherer@cidades.gov.br

No que se refere à objetividade de abordagem, inexiste objetividade sem que tenhamos a extensão numérica do problema. Entendemos que a melhor indicação para a verificação numérica que deverá nos levar às necessidades financeiras com relação à infra-estrutura parte necessariamente da população do RS que, segundo o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, apresenta uma população[7] de 10.582.887 habitantes. Essa é numericamente nossa abordagem, e é diante dela que devemos nos posicionar.

Se considerarmos as necessidades humanas, podemos afirmar que, somente para beber, a CORSAN e as concessionárias fornecedoras de água devam levar até a população, de forma indiscriminada, no mínimo 70.000.000.000 (setenta bilhões)[8] de litros/mês de água para consumo humano. Da mesma maneira, o poder público ou suas concessionárias deverão fazer a coleta e a deposição de, no mínimo, 6.317.332 kg de lixo domiciliar diário, se usada a metodologia adotada pela METROPLAN, ou 7.725.507 kg de lixo domiciliar diário, se usada a metodologia de Porto Alegre, do DMLU. Esses são dados nada alarmantes, pois são diariamente vividos por essas empresas. Alarmante é a não-priorização dessas demandas como sendo as mais importantes e necessárias para a sociedade.

Água e limpeza de qualquer natureza é o que primamos em nossas casas. Mas o RS está sujo. Está imundo pelos lixões, pelos aterros, pelos percolados, pelos rios poluídos e pela terra contaminada. Está imundo e essa contaminação humana, industrial e da produção primária custa muito caro para quem quer água limpa, pois aumenta o custo do tratamento da água, apenas como exemplo.

Tendo em vista esses números, podemos dizer, utilizando a metodologia da CORSAN, que a necessidade financeira do RS, se indicarmos R$ 1.000 (mil reais) para o saneamento por pessoa, resultará num montante expressivo de R$ 10.582.887.000 (dez bilhões, quinhentos e oitenta e dois milhões, oitocentos e oitenta e sete mil reais).

Mas não podemos fazer essa operação pura e simplesmente, porquanto a população do RS aumentará no tempo em que propusermos a solução do problema. Por exemplo, em 25 a 30 anos, existirá uma taxa de crescimento, mesmo que parecida com a que oscilou entre 1,48 (nos anos 1980 e 1991) e 1,23 (nos anos 1991 a 2000)[9]. Independentemente da taxa que existirá, e das tendências à diminuição da taxa de crescimento vegetativo, esse número não poderá operar de forma negativa como um todo, na medida direta que, se isso ocorrer, colocará em risco a própria segurança do Estado.

---

[7] http://www.scp.rs.gov.br/ATLAS/atlas.asp?menu=292 Rio Grande do Sul, de acordo com a Contagem da População do IBGE de 2007, apresentou uma população de 10.582.887 habitantes, superior à apresentada pelo Censo Demográfico de 2000, que registrou 10.187.798 habitantes. Ocupa o quinto lugar entre os Estados brasileiros e vem mantendo esta posição desde 1940, à exceção de 1970, quando o Paraná ocupou o 5º e o Rio Grande do Sul o 6º lugar devido principalmente à intensa emigração de gaúchos para outros Estados nessa década.

[8] Ao ser indicado esse valor semanal para o fornecimento de água, foi levada em consideração a necessidade humana de 130 litros / dia.

[9] http://www.scp.rs.gov.br/ATLAS/atlas.asp?menu=300 Quanto ao comportamento da taxa geométrica de crescimento anual, constata-se que no Brasil e no Rio Grande do Sul ela tem apresentado uma queda constante a partir da década de 1960. No Estado, entre 1991 e 2000, foi de 1,23%, bem abaixo do período 19801991, quando foi de 1,48%.

1.1. Metodologia de trabalho

MODELO DIAGNÓSTICO

Nossa metodologia foi indicada tendo em vista uma realidade de domínio das várias instâncias técnicas, empresariais e de gestão. Três encontros foram recomendados para a apresentação de trabalhos, que foram feitos de maneira que o comitê chegasse à dimensão do que seja essa realidade no RS. Como metodologia participativa, no sentido pragmático da palavra, recebemos contribuições de todas as instâncias que compuseram esse comitê.

Nessa direção, destacamos as contribuições da ABRH, da ABES-RS, da SEHADUR, da CORSAN, do SINDIAGUA – CUT, da OCERGS, da UNISC, da UERGS, da UCS, do SENGE, dos COREDES etc., que enviaram colaborações sob a forma de textos, através dos quais cada entidade posicionou-se relativamente aos pontos mais importantes, mais nevrálgicos ou que julgou não estarem sendo atendidos de forma eficiente. Destacamos que, se divergências ocorreram, foram especialmente importantes, porque mostraram as várias e multifacetadas visões relativamente ao tema, e que de forma nenhuma foram encaradas como contraposição pura, porquanto no âmbito técnico raramente existem divergências não-conciliáveis.

Tendo isso posto, podemos dizer que esse relatório será composto como segue:

No primeiro capítulo, que ficou a cargo da SEHADUR e da CORSAN, buscaremos apresentar a realidade do RS.

No segundo capítulo, que ficou a cargo da UERGS, será abordada a questão legal, sua extensão e, sobretudo, as competências em duplo movimento: as competências de solução dos problemas – alçadas federal, estadual e municipal e a competência de nossas leis, que são em número suficiente, consistindo-se em poderosos instrumentos de trabalho para a solução do problema.

No terceiro capítulo, abordaremos as perguntas que foram postuladas pelas instituições participantes deste comitê, de forma que as mesmas possam encaminhar a constituição de uma agenda para a área do saneamento ambiental do RS.

Na conclusão, indicaremos, sobretudo, a base que está constituída para a abordagem do saneamento no RS, tendo em vista pontos fundamentais, quais sejam:

POLÍTICA INSTITUCIONAL – Ações que dependem de tomada de decisão da instituição responsável pelo assunto.

POLÍTICA SETORIAL – Ações que dependem de diretrizes e normalizações do setor, onde entram as decisões do Estado e dos municípios, dependendo da competência.

POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS – Ações que envolvem os trabalhadores envolvidos na cadeia produtiva.

POLÍTICA DE GESTÃO – Ações referentes à gestão operacional, comercial ou administrativa dos sistemas de abastecimento de água, esgotos sanitários, resíduos sólidos, drenagem urbana e controle de vetores.

POLÍTICA AMBIENTAL – Ações que envolvem as diretrizes referentes ao Sistema Estadual de Meio Ambiente ou Sistema Estadual de Recursos Hídricos.

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS – Ações referentes ao planejamento e execução de planos de investimentos.

No entanto, essas indicações apenas mostram a formação institucional a que nos propomos quando abordamos a solução de qualquer problema. É certo e necessário que devamos indicar os passos pragmáticos que existirão na sociedade de forma a que todos possam controlar a sua realização.

Mas cabe uma advertência. Esses passos não são suficientes se estiverem constituídos dentro da realidade paradigmática industrial e de escala pura e simplesmente. Os gaúchos não esperam por soluções de escala, esperam por soluções locais. Com isso, estou a me referir que uma comunidade engajada na solução de seus próprios problemas ajudará e muito aquelas outras comunidades nas quais apenas a solução de escala possa existir. Cidades pequenas podem buscar a solução do lixo zero, com 100% de reciclagem, ou o máximo de redução da produção de resíduos. Já nos grandes conglomerados urbanos, a complexidade dessas ações é maior, mas não as isentam da responsabilidade de induzir e proporcionar a redução do consumo de produtos que possuam muitas embalagens, como também de induzir a reutilização e a reciclagem – os famosos 3R.

Com isso, queremos encontrar um conjunto de ações (gestão integrada) que componham uma realidade em que a solução esteja também indicada na base, nas comunidades, nas quais a visão romântica poderá existir, bem como a visão pragmática. Tendo ambas a possibilidade de fortalecimento financeiro com a recolocação de matéria-prima reciclada nas cadeias produtivas da indústria do papel, do vidro, do plástico, dos metais e também na possibilidade de ser compostada toda a matéria orgânica oriunda do lixo doméstico.

CAPÍTULO 2

2.1 SEHADUR

Os indicadores de saneamento básico – abastecimento de água, esgotamento sanitário e tratamento dos resíduos sólidos – constituem-se em importante parâmetro das condições ambientais e da qualidade de vida de uma população. A universalização dos serviços de saneamento básico deve ser meta dos governos, em suas diferentes esferas, e da sociedade como um todo. No Estado do Rio Grande do Sul, alguns dados oriundos das secretarias estratégicas como a SEHADUR apontam problemas estruturais que devem ser sanados confrontando as próprias estruturas do Executivo, bem como instâncias outras que envolvem a sociedade gaúcha como um todo. Mas cabe à SEHADUR indicar objetivamente alguns problemas estruturas a serem resolvidos, quais sejam:

2.1.1. Situação atual

O Brasil dispõe das maiores reservas de água doce do planeta. No entanto, os dados de saneamento sinalizam para a ocorrência de escassez do recurso água em algumas regiões do país e do RS. No caso do Rio Grande do Sul, ao analisar a situação do saneamento básico, no conjunto dos 496 municípios do Estado, verifica-se que apenas 22% apresentam serviços de esgoto sanitário e apenas 76% estão legalizados pelo órgão ambiental na destinação final dos seus resíduos sólidos urbanos.

Com respeito a abastecimento de água, 98% da população urbana é atendida com água tratada.

Apesar de não ter atingido ainda a universalização dos serviços de fornecimento de água tratada e precisar evoluir na questão dos resíduos sólidos, a pior situação está no esgotamento sanitário, onde a cobertura de serviços está defasada em relação à média nacional, cujo indicador é 42% de cobertura.

No RS, os serviços de esgotamento sanitário são executados, ou pelas próprias prefeituras, ou através de autarquias municipal e estadual.

Pela nova legislação federal (Lei n° 11.445), o município é poder concedente, dos serviços de saneamento básico, na área de sua jurisdição. Entretanto, os recursos para a ampliação/universalização dos serviços são muito elevados. Normalmente, superam a capacidade municipal e necessitam da participação das demais esferas de poder institucional e da sociedade. Nesse contexto, é necessário um grande esforço dos municípios, dos governos estadual e federal na disponibilização de recursos para o setor.

2.1.2. Política do Governo do Estado do Rio Grande do Sul em Saneamento Básico

No fornecimento de água: apoiar as prefeituras na cobertura do fornecimento de água potável, buscando a universalização dos serviços, principalmente na periferia das aglomerações urbanas e nas pequenas comunidades rurais. O apoio é através da alocação de recursos, de apoio técnico, na execução de projetos, na execução de poços e na construção pequenas redes de

distribuição. Faz parte também da política do Estado o reforço, institucional, econômico e institucional da sua Empresa de Saneamento (CORSAN), cuja meta é a universalização dos serviços de fornecimento de água à população, na sua área de atuação.

No esgotamento sanitário: apoiar os municípios na ampliação dos serviços de esgotamento sanitário, através de apoio técnico, na execução de projetos e nas ações institucionais na captação de recursos para a aplicação no setor. Os recursos são para a execução de obras diretamente pelos municípios ou pelas autarquias municipais e pela Empresa Estadual de Saneamento (CORSAN). No reforço, institucional, econômico e institucional da sua Empresa de Saneamento (CORSAN). A meta é elevar de 13% para 30% os domicílios com esgotamento sanitário nos municípios concessionários pela CORSAN, até 2010.

Na área de drenagem urbana: com respeito à drenagem urbana, os problemas agravam-se com a impermeabilização do solo nas grandes cidades e com a utilização das redes existentes como condutoras de esgoto sanitário, sem o adequado tratamento final.

Na área de resíduos sólidos urbanos: como o poder concedente é o município, a participação do Estado ocorre com a realização de estudos técnicos e diagnósticos setoriais para o encaminhamento de uma melhor situação institucional para a situação dos resíduos sólidos no RS. O objetivo é a construção de um marco legal com a proposição de diretrizes gerais para a gestão de resíduos sólidos urbanos.

No que diz respeito ao gerenciamento de resíduos sólidos, é importante lembrar que deve haver diferenciações quanto à atribuição legal, para seu equacionamento de acordo com sua origem (domiciliar, industrial, de serviços de saúde, construção civil, agrícola etc.). Os resíduos sólidos urbanos, oriundos dos domicílios e dos serviços de limpeza pública são de competência municipal, cabendo ao Estado o licenciamento das disposições finais e sua fiscalização, bem como o apoio à qualificação institucional do setor. Nesse contexto, percebe-se que uma parcela significativa dos municípios não realiza coleta seletiva ou outra forma de redução das massas a serem aterradas, recorrendo, na maioria dos casos, a centrais localizadas fora de seus territórios para a disposição final. Faltam regramentos e fiscalização da atividade de transporte de resíduos, que é deslocada diariamente. No que se refere à coleta de resíduos, preocupa-nos a falta de capacitação institucional do setor, bem como a presença cada vez mais acentuada de coletores clandestinos, seja através de catadores de materiais recicláveis que coletam com veículos de tração animal ou humana, seja através de iniciativas de maior porte que se utilizam de pequenos caminhões.

No que se refere aos resíduos industriais, o Estado carece de centrais que viabilizem o adequado tratamento dos mesmos. Tal fato, além dos prejuízos ambientais evidentes, reduz a competitividade do Estado na atração de novos investimentos e na manutenção dos parques industriais já estabelecidos.

Os resíduos da construção civil, que poderiam ser utilizados em aterros, sub-base de estradas e produtos pré-moldados, são desperdiçados em sua quase totalidade, especialmente em função da não tradição de separação na origem.

Os resíduos de serviços de saúde, apesar de já haver uma evolução no seu gerenciamento, ainda demandam esforços para a generalização da segregação na origem e encaminhamento para tratamento adequado. É preocupante a questão dos resíduos químicos provenientes deste setor, a exemplo de quimioterápicos e medicamentos vencidos, entre outros.

A agricultura e as criações de animais necessitam de cuidados na aplicação de agroquímicos e gerenciamento da disposição final, bem como na implantação de práticas produtivas que reduzam o impacto ao ambiente.

Finalmente, é importante destacar que a atribuição constitucional dos serviços de saneamento básico no Brasil é do município, que deve zelar pela condição de saúde das populações e do ambiente no seu território. Entretanto, cabe também reafirmar os papéis do Estado e do Governo Federal como articulador, fiscalizador, regulador e provedor de recursos.

2.2. DA CORSAN

No enfoque do abastecimento com água tratada, podemos aceitar o fato de que o Estado do Rio Grande do Sul já alcançou a almejada universalização do atendimento na maioria dos conglomerados urbanos. A CORSAN, que atende cerca de 70% dos municípios gaúchos, abastece aproximadamente 98% das populações urbanas desses municípios. Os outros 30% dos municípios do Estado são atendidos por serviços municipais e autarquias que também apresentam índices semelhantes. Porém, constata-se que ainda existem situações isoladas de atendimento precário, sem um adequado controle sobre a qualidade da água distribuída. Não obstante a cobertura por abastecimento público estar disseminada no Estado, uma parcela da população e alguns segmentos econômicos utilizam-se de poços para consumo próprio. Tal prática, na grande maioria dos casos, contraria a legislação vigente, induzindo a riscos sanitários e ambientais.

A oferta de água tratada em rede pública implica elevados investimentos em implantação e operação. A não-utilização desses serviços, quando disponibilizados, compromete a sustentabilidade econômica das instituições públicas. As áreas rurais dos municípios e pequenas comunidades do interior do Estado, por sua vez, são atendidas precariamente por sistemas simplificados de tratamento, geralmente através de águas subterrâneas. Os poços tubulares são perfurados pelo Estado e entregues às Prefeituras ou comunidades locais para operação e manutenção. Preocupa-nos o fato de que nesses casos possam ocorrer deficiências no tratamento e controle da água distribuída.

A questão do esgotamento sanitário já é bem mais preocupante, considerando-se que a população do Estado é de aproximadamente 11 milhões de habitantes, e a média de atendimento cai para 15% da população, representando apenas 1,65 milhão de habitantes servidos por esgotamento sanitário.

Para os próximos quatro anos, considerando os investimentos do PAC e os recursos próprios da CORSAN, DMAE e demais serviços municipais previstos, da ordem de R$ 1 bilhão, teremos um acréscimo de 1 milhão de habitantes com esgotamento sanitário, que, somados aos 1,65 milhão já atendidos com esse serviço, totalizarão cerca de 2,65 milhões de habitantes ou 24% da população do Estado.

Dessa forma, mesmo com os investimentos do PAC acima referidos, ainda teremos um déficit de 8,35 milhões de gaúchos sem atendimento em esgotamento sanitário.

Somente a CORSAN, através do PAC e recursos próprios, investirá em esgotamento sanitário, nos próximos quatro anos, a importância de R$ 477.000.000 (quatrocentos e setenta e sete milhões de reais), o que representa quase a totalidade do seu capital social acumulado em mais de 40 anos, qual seja, R$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinqüenta milhões de reais).

A tabela a seguir resume a situação atual da CORSAN (abril/08):

	SERVIÇO	ECONOMIAS ATENDIDAS	%
CORSAN	Água tratada	2.178.678	
CORSAN	Esgotamento sanitário	231.795	10,63 %

Situação projetada da CORSAN após a execução das obras do PAC (4 anos).

Esgotamento Sanitário

AGENTES FINANCIADORES	SERVIÇO	ECONOMIAS ATENDIDAS	%
OGU, BNDES, CEF, mais recursos próprios da CORSAN	Previsão de atendimento em esgotamento sanitário em 4 anos.	390.872 nota [10]	17,94 %

Sabe-se que a receita tarifária do serviço de esgoto sanitário não cobre sequer o custo dos juros dos investimentos e que a população oferece muita resistência à utilização desse serviço, devido à cobrança. Os efeitos dessa resistência ultrapassam o comprometimento financeiro das companhias. A realidade constatada da não-ligação compulsória à rede coletora, além de não remunerar o investimento realizado, não oferece melhoria sanitária ou ambiental.

[10] O acréscimo de 159.000 economias atendidas pelos investimentos do PAC, somado às atuais 231.795 economias atendidas com esgotamento sanitário.

CAPÍTULO 3

A QUESTÃO LEGAL QUE ENVOLVE O SANEAMENTO NO BRASIL: AS COMPETÊNCIAS DOS ENTES FEDERADOS

3.1. CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

A Constituição Brasileira, logo no seu primeiro artigo, consagra o País como uma República Federativa, prevendo, no artigo 18, uma organização político-administrativa que compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos e possuidores da capacidade de auto-organização e normatização própria, autogoverno e auto-administração. O princípio que mais se destaca no federalismo pode ser traduzido como a possibilidade da convivência de múltiplas identidades mediante a existência de um único pacto político. O Estado Federal representa uma nova forma de Estado, cuja inovação consiste na previsão de um poder central e poderes periféricos funcionando autônoma e concomitantemente (OLIVEIRA, 2006, págs. 85-88).

3.1.1 Federalismo de equilíbrio e revisão legal

Tendo como referencial o princípio da supremacia constitucional, é possível compreender que a repartição de competências mostra-se fundamental à organização do Estado Federal. Especificamente, a ampliação da competência comum atribuída à União, aos Estados, Distrito Federal e Municípios e os princípios da predominância do interesse e da subsidiariedade constituem alternativas importantes que possibilitam ao Brasil avançar no federalismo de equilíbrio.

Na Constituição de 1988, um dos pilares do chamado revigoramento do Federalismo foi a promoção dos municípios à esfera federativa. Conforme previsão no artigo 29, consagra este ente como autônomo, dotando-o de auto-organização. No entanto, mesmo nos assuntos de interesse local, os Municípios precisam observar as diretrizes estabelecidas pela legislação federal no referente ao desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.

Ainda há que se considerar que, embora o Federalismo cooperativo ou de equilíbrio esteja consignado no texto constitucional atual, com o artigo 23 arrolando matérias de competência comum entre os diversos entes federativos, a omissão na elaboração de Lei Complementar que fixe normas para a cooperação entre os entes federativos, baseadas no equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional, prejudica a efetiva concretização deste modelo de Federação.

A Lei n° 11.107/05, apesar de não ser lei complementar, conforme previsão no parágrafo único do artigo 23 da Constituição de 1988, e ter recaído sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, vem no sentido de atender objetivos comuns dos entes consorciados, os quais, de acordo com o referido diploma legal, tratam-se dos entes federativos relacionados no artigo 1° da Constituição Federal: União, Estados, Distrito Federal e Municípios (MEDAUAR, 2006, págs. 17-19).

O período 1981 – 1990 foi declarado como a "Década Internacional do Abastecimento de Água e Saneamento" em decorrência da Conferência sobre a Água em Mar del Plata, em 1977. A meta de "proporcionar abastecimento adequado de água segura e saneamento apropriado para todos até o ano de 1990" não foi atingida pelos países em estágio de desenvolvimento, assim como por aqueles em estágio de rápida industrialização. O setor apresentou, em nível global, no período de (1990 – 1994), estagnação no abastecimento de água urbano, crescimento relativo no abastecimento rural e redução de cobertura de saneamento no meio urbano, de 67% para 63% e rural, de 20% para 18% (Water Supply and Sanitation Sector Monitoring Report, 1996). No Brasil, a cobertura de saneamento pode ser considerada crítica, sendo a percentagem atendida no setor urbano de 55%, enquanto na área rural é de apenas 3%. A esses dados preocupantes pode ser adicionado o elevado nível de deterioração dos sistemas de abastecimento de água e esgoto, omissões dos Estados com relação aos direitos dos usuários e o uso não-sustentável dos recursos hídricos, criando um círculo vicioso em que excretas humanas e esgotos são fatores de deterioração da qualidade da água, ocasionando doenças de origem hídrica (HESPANHOL, 2006, págs. 269-278).

O Estado Democrático de Direito se caracteriza por ter no Estado um meio para a realização do bem comum, ou seja, fornecer através das políticas públicas e das políticas de Governo as condições para o atendimento das demandas da sociedade. Nesse sentido, a política pública é o conjunto de diretrizes estabelecido pela sociedade, por meio de sua representação política, em forma de lei, visando à melhoria das condições de vida dessa sociedade. A partir dessa base conceitual, poderemos ter no ordenamento jurídico instrumentos legais que forneçam os subsídios necessários à universalização dos serviços de saneamento básico. As políticas de Governo, por sua vez, estão diretamente vinculadas à administração que está exercendo o poder e que as tem como prioridade de ação (PHILIPPI JR, 2004). Temas como meio ambiente, recursos hídricos e saneamento por sua importância para a vida em sociedade fazem parte de políticas públicas nacionais possuindo interfaces, as quais devem ser consideradas no plano da efetividade.

A Política Nacional do Meio Ambiente encontra-se consignada na Lei n° 6.938/81; a Política Nacional de Recursos Hídricos na Lei n° 9.433/97, alterada pela Lei n° 9.984/00; e a Política Nacional de Saneamento, na Lei n° 11.445/07. A Lei n° 11.107/05, conforme referência já feita no texto, pode ser utilizada como instrumento para viabilizar o atendimento de objetivos comuns dos entes consorciados, os quais de acordo com o referido diploma legal tratam-se dos entes federativos relacionados no artigo 1° da Constituição Federal.

A inserção constitucional da água pode ser analisada mediante três aspectos: enquanto recurso natural, o domínio é compartilhado entre a União e os Estados, e a União possui competência legislativa privativa para legislar sobre águas, para instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de uso; enquanto elemento primário do saneamento básico, a União possui competência para estabelecer diretrizes em nível nacional, os Municípios, a competência implícita para prestar serviços de água onde prevaleça o interesse local e os Estados: definir as regiões metropolitanas, as aglomerações urbanas e as microrregiões, com prevalência do interesse comum sobre o local; e enquanto fator ambiental, a competência concorrente para legislar sobre a conservação de recursos naturais e de meio ambiente é limitada à União e aos Estados, a competência administrativa para proteger o meio ambiente é atribuída aos três entes federativos e a execução de funções públicas de interesse comum é atribuída aos Estados.

A Lei nº 9.433, de 08/01/97, implementa os dispositivos constitucionais e estabelece princípios para a gestão deste importante recurso. A bacia hidrográfica é adotada como unidade de planejamento, a água é reconhecida como bem econômico, assim como a importância dos usos múltiplos e a necessidade da gestão descentralizada e participativa são consideradas. O referido diploma legal foi alterado pela Lei nº 9.984/00, a qual dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas – ANA, entidade federal de implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de coordenação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

A Lei nº 6.938/81, com fundamento no art. 8º, item XVII, alíneas "c", "h" e "i", da Constituição Federal, estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente, cria o Conselho Nacional do Meio Ambiente e institui o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.

As principais leis que expressam a política pública de saneamento, enquanto abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e manejo das águas pluviais e drenagem urbana são, no nível nacional, a Lei nº 11.107/05, que regulamenta os consórcios públicos e convênios de cooperação que autorizam a gestão associada de serviços públicos, e a Lei nº 11.445/07, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico. O mencionado diploma legal considera como princípios fundamentais para a prestação dos serviços públicos de saneamento básico a universalização do acesso; a integralidade; articulação com outras políticas; a transparência nas ações com sistema de informações e processos decisórios institucionalizados; a segurança, a qualidade e regularidade e o controle social.

No nível estadual, temos a Lei nº 11.520, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente; a Lei nº 10.350/94, que institui o Sistema Estadual de Recursos Hídricos, regulamentando o artigo 171 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul; e a Lei nº 12.037/03, a qual dispõe sobre a Política Estadual de Saneamento. No ordenamento jurídico pátrio, os serviços de saneamento básico são atribuídos aos Municípios, em atendimento ao que dispõe o inciso V do artigo 30 da Constituição Brasileira, cabendo-lhes organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local de caráter essencial. No entanto, cabe à União instituir diretrizes para a área de saneamento, nos termos do artigo 21, inciso XX da Constituição Federal. Aos Estados, com base no artigo 25, parágrafo 3º, cabe instituir as regiões metropolitanas, as aglomerações urbanas e as microrregiões, para integrar as funções públicas de interesse comum.

Por oportuno, cabe referir que é competência comum de todos os entes federativos melhorar as condições de o saneamento básico, nos termos do artigo 23, inciso IX do texto constitucional.

Do exposto, é possível concluir que temos no ordenamento jurídico atual um quadro de equilíbrio na repartição de competências relacionadas às áreas ambiental, hídrica e de saneamento, possuindo o texto constitucional e a legislação infraconstitucional dispositivos consentâneos com a realidade social e política que contemplam o desenvolvimento e a sustentabilidade. Em oposição à previsão jurídica, temos uma realidade na área ambiental, hídrica e de saneamento que tem se mostrado aquém das necessidades da sociedade brasileira e da sociedade gaúcha, em especial.

Visando a minimizar essa diferença existente entre os dispositivos jurídicos disponíveis e o plano da efetividade, são apresentadas, na continuidade, sugestões relacionadas com o plano legislativo e com a gestão do setor de saneamento.

3.2. Algumas referências à guisa de sugestões

Aperfeiçoar interfaces (legislação, gestão) com sistemas ambiental e de recursos hídricos com o objetivo de articular as ações do saneamento com os planos e programas dos comitês de bacias hidrográficas. O saneamento deve estar voltado para a preservação da qualidade ambiental. O atual texto constitucional e a legislação que estabelece a política ambiental, de recursos hídricos e de saneamento dispõem sobre cooperação entre os entes federados na gerência dos serviços públicos como espécie de colaboração para objetivos comuns. No entanto, no plano da efetividade, essa cooperação entre os entes federativos ainda é pouco utilizada em nosso País.

Dar efetividade ao "controle social" na área do saneamento, através do funcionamento efetivo e incluindo na composição do Conselho Estadual de Saneamento a representação de usuários de serviços de saneamento, entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

Assegurar serviços cada vez mais confiáveis à sociedade gaúcha na área de saneamento, adotando as seguintes medidas: vigilância da qualidade da água disponibilizada à população desenvolvida por uma entidade distinta, autônoma e independente do produtor; obrigatoriedade da conexão à rede pública de água e esgotos sempre que estiver disponível, através do aperfeiçoamento de instrumentos e práticas administrativas.

Desenvolver estudos e projetos pilotos visando à adoção de política de reúso, transformando a origem poluidora dos esgotos em um recurso econômico e ambientalmente seguro.

CAPÍTULO 4

4.1 TEXTOS E POSIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES REPRESENTADAS NA COMISSÃO. POSIÇÕES ASSUMIDAS POR VÁRIAS ENTIDADES QUE TRATAM DE SANEAMENTO AMBIENTAL E RECURSOS NATURAIS

4.1.1. ABRH

O saneamento básico, dentre os vários setores usuários de água, é o que provavelmente apresenta maior interação com os recursos hídricos. Entretanto, historicamente, a sua política tem sido desenvolvida desvinculada da política das águas. Atualmente não está sendo diferente. As atuais leis em âmbito estadual e federal (Lei Estadual n° 12.037/03 e Lei Federal n° 11.445/07), que estabelecem diretrizes para o saneamento básico, não são claras ao definir a interface entre a Política de Recursos Hídricos (PRH) e a Política de Saneamento Básico (PSB).

O desenvolvimento do processo de urbanização produz grandes alterações no meio em que está inserido, que se projeta em impactos significativos sobre a água no meio urbano. Esses impactos atuam diretamente na queda da qualidade de vida da população, através da contaminação dos mananciais superficiais e subterrâneos com os efluentes urbanos como o esgoto cloacal, pluvial e resíduos sólidos. Contudo, aliado a esse processo, não foi implantada uma política de gestão capaz de atenuar os problemas decorrentes da poluição.

Para atingir os objetivos da formatação de uma Política de Recursos Hídricos, foram criados cinco instrumentos de gestão: o enquadramento dos corpos d'água em classes de uso; a outorga de direitos de uso; a cobrança pelo uso da água; o plano de bacia hidrográfica; e o sistema de informações sobre recursos hídricos. O plano de bacia configura-se como o instrumento-chave da integração de todas as ações e visa, em última análise, a uma melhoria da oferta de quantidade e de qualidade da água perante as necessidades de uso dos recursos e da sustentabilidade do ambiente (as metas do processo de gestão dos recursos hídricos). Suas diretrizes devem provir de processo social, nos Comitês de Bacia Hidrográfica, onde se inclui a negociação do enquadramento, da outorga e da cobrança. As implantações desses instrumentos, incluindo o próprio plano de bacia, podem ocorrer em um processo único ou escalonado ao longo do tempo, dependendo da região e do arranjo de forças políticas e sociais organizados nos comitês.

No contexto da gestão das águas, um dos principais fundamentos é que se deve sempre proporcionar o seu uso múltiplo. A água, enquanto utilizada para alguma finalidade, transforma-se em recurso hídrico e, este recurso talvez seja o mais utilizado dentre todos os recursos naturais. A solução dos problemas relacionados à degradação dos recursos hídricos passa pelo desenvolvimento de uma gestão integrada dos seus setores usuários. Mas, como realizar esta gestão integrada se as políticas de gestão dos setores possuem objetivos, diretrizes e competências diferentes? Em uma linguagem mais objetiva, como realizar esta gestão integrada se as políticas de gestão dos setores não estão integradas? A ABRH ressalta que a política de gestão integradora deve ser a PRH, que procura articular estudos e planos para as atividades humanas que alteram quali-quantitativamente os recursos hídricos.

O saneamento básico, foco da presente discussão, é o conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de: I) abastecimento de água potável; II) esgotamento sanitário; III) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e IV) drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Em escala de bacia hidrográfica, o saneamento básico é responsável pela retirada de importantes volumes de água para o abastecimento da população e pelo despejo de efluentes nos mananciais de água.

No Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul, a prestação do serviço de saneamento básico é realizada pelo próprio município ou por uma empresa através de um contrato de concessão. Dessa forma, as concessionárias ou os municípios prestadores do serviço de saneamento básico devem assumir seus papéis na gestão dos recursos hídricos, responsabilizando-se pelo atendimento às metas do enquadramento, solicitando a outorga para o uso da água e se inserindo no processo de cobrança pelo uso da água. A operacionalização dos instrumentos de gestão pode ser utilizada para minimizar os impactos decorrentes da urbanização por meio da indução de ações estruturais e não-estruturais para o saneamento básico, bem como, em determinados casos, proporcionar um ganho de escala no serviço ao se adotar a bacia hidrográfica como unidade de gestão para o saneamento. A tabela a seguir apresenta os prováveis benefícios da implementação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos na área de saneamento básico.

INSTRUMENTO	BENEFÍCIOS
Enquadramento dos corpos d'água	Indução de ações (estruturais, por exemplo, Estações de Tratamento de Esgotos (ETE), e não-estruturais, por exemplo, ordenamento do uso do solo) para atingir as metas de qualidade estabelecidas no processo de enquadramento.
Outorga pelo uso dos recursos hídricos	Balanço hídrico mais consistente para a bacia e garantia de captação para abastecimento humano (embora garantida por lei, muitas vezes esta prioridade não é obedecida na prática – quando da concorrência com outros usos em períodos de escassez).
Cobrança pelo uso dos recursos hídricos	Indução da otimização dos processos que envolvem o saneamento básico, por exemplo, diminuição de perdas no sistema de abastecimento, aumento da eficiência nos tratamentos dos efluentes domésticos e provenientes da drenagem urbana, minimização das enchentes etc.. Recursos diretos ou indiretos para investir no setor. Indiretos no sentido que pode ser um facilitador para obtenção de financiamento para o setor, a partir da sua adesão a um processo que procura o uso mais eficiente da água.
Plano de bacia hidrográfica	Inserção dos programas voltados ao saneamento básico dentro do planejamento integrado da bacia hidrográfica para desenvolver os planos municipais de saneamento. Oportunidade para obter respaldo social para investimentos no setor, pois deriva de priorização direta da sociedade através da participação, que faz parte do plano de bacia.
Sistema de informações	Criação de um banco de dados local. O consumo mais eficiente e a valoração social maior mais enfática ocorrem quando a sociedade dispõe de informações de forma sistematizada (consumo, abrangência do sistema, perdas, eficiência do tratamento etc.)

Tabela. Benefícios da Implementação dos Instrumentos de Gestão dos Recursos Hídricos na Área de Saneamento Básico.

No Rio Grande do Sul, o Sistema Estadual de Recursos Hídricos (SERH), depois de 14 anos de criação, ainda se encontra em fase de implementação. Entretanto, são notórios os avanços obtidos[11] no que se refere à criação dos comitês de bacia e à elaboração de estudos para a operacionalização dos instrumentos de gestão. Acredita-se que um dos grandes entraves ao SERH é a falta de capacidade dos comitês de desempenhar todas as suas funções. Isso se deve, em grande parte, à desarticulação dos atores envolvidos na gestão dos recursos hídricos em âmbito de bacia hidrográfica e à ausência das figuras das agências de bacia.

Assim, a ABRH considera que esSes pontos devem ser analisados para a efetiva implantação do SERH pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para proporcionar os benefícios apontados no presente documento em busca da universalização do acesso da população gaúcha ao saneamento básico. Além disso, o Ministério Público (MP) do Estado deve tomar providências a fim de coibir a degradação do meio ambiente, semelhante à iniciativa do MP de Santa Catarina, que desenvolveu um programa para a ligação dos esgotos sanitários na rede coletora implantada[12]. Essa iniciativa uniformizaria o procedimento jurídico no Estado, garantindo que os investimentos nas infra-estruturas de saneamento tivessem os benefícios planejados.

4.1.2. SINDIÁGUA

Preliminarmente, é necessário dizer que importa significativamente trabalharmos com a mudança de visão do que está se analisando. Sugerimos que nos apropriemos de uma mudança cultural de usar e conceber a estrutura de saneamento colada ao aspecto ambiental.

Saneamento ambiental

É a visão de nossa representação, pois engloba a estrutura do saneamento ao nosso entorno de vida. Não se faz saneamento desprendido das culturas locais, regionais e nacional. Somos o que produzimos ambientalmente. Então, se uso uma folha de ofício branqueada com cloro, estou afetando o meio ambiente, assim como quando acendo uma lâmpada ou uso um veículo automotor individual. O Saneamento Ambiental é a correlação em grau máximo de responsabilidades e o dever de contribuir para sua realização e concretude em sua salubridade.

[11] Exemplo dos benefícios diretos relacionados à cobrança pelo uso da água na área do saneamento são os resultados obtidos pelo Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP), primeiro comitê de bacia brasileiro a implementar a cobrança pelo uso da água em rios de domínio da União, no ano de 2003. Nos três anos de cobrança no CEIVAP, a aplicação dos recursos provenientes da cobrança foi principalmente para o setor de saneamento, com aproximadamente 72% dos recursos investidos (R$ 9,8 milhões). O restante foi dividido para o controle de erosão (R$ 3,0 milhões) e infra-estrutura hídrica (R$ 0,92 milhões), totalizando R$ 13.718.647,00.

[12] Disponível em: http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal_detalhe.asp?Campo=2104&secao_id=136.

Água tratada para a população

Os casos apresentados informam que existem sistemas aos cuidados de departamentos autônomos municipais constituídos, como Porto Alegre, Caxias do Sul, Livramento, São Leopoldo etc.; outro sistema estadual, confiado à CORSAN, em cerca de 340 localidades; e outros grupos de entes municipais que, não possuindo nem a assistência da CORSAN, podem ter um sistema municipal de água, que se desconhece a situação, uma vez que não estiveram representados no fórum (não foram ouvidos). Os COREDES ou a FAMURS poderiam acrescentar esses dados.

Os entes públicos que detêm essa importante missão devem ter como meta a universalização desse bem necessário à vida, com programas de expansão de suas redes de distribuição. A universalização compreende em certos aspectos a diferenciação tarifária dos usuários pela condição de modelo de edificação servida (m2 de construção, número de pontos de água x m3 de água). Assim como o subsídio cruzado entre Municípios, no caso da CORSAN, pois esse subsídio significa a democratização da saúde, através do fornecimento de água tratada a toda a população. Aos sistemas de Municípios onde não há a estrutura CORSAN ou o Departamento Municipal efetivamente constituído, cabe ao Executivo municipal cobrar da estrutura estadual os investimentos, através da CORSAN. Pelo marco regulatório, cabe aos Municípios a concessão ao ente estadual, em contratos de concessão e gestão. E cabe, portanto, à CORSAN apresentar soluções emergentes. A universalização deve ser meta do Município concedente.

A não-cobrança pelo uso da água, retirada da superfície ou subterrânea, tanto pelos meios produtivos públicos ou privados, leva ao esgarçamento da solidariedade, motivo constitucional da dignidade humana, deixando uma lacuna para o abuso e uso incorreto desse bem natural, assim como inverte a questão social da universalização. Água é um bem de todos, não pode ter dono!

Poços

Altamente disseminados, muitas vezes usados como único recurso de obter água, têm sido grandes responsáveis pela contaminação ambiental dos recursos hídricos subterrâneos. Ficou claro nos debates que nenhum órgão tem números concretos de poços (ainda que a SEHADUR tenha um programa de poços), mas que dista em muito no efetivo acompanhamento e regulação dos mesmos. Há lei que determina a cobrança pelo uso da água, e nada é feito para que seja efetivamente cobrado por quem a usa. Não existe cadastro dos usuários desta fonte (poços) para efetiva cobrança. O que mais deixa em aberto a falta de cadastro são as análises e as condições de salubridade dessa água. Poços são utilizados pela indústria de um modo geral, comércio, residências, sem qualquer fiscalização ou cobrança pelo seu uso. Esse pode ser um primeiro ato a se colocar em destaque. Compreende, ainda, que as entidades responsáveis pela distribuição e tratamento de água busquem outras fontes de conservação e contenção de água, que não os poços subterrâneos, bem como o cadastramento e a cobrança de qualquer uso de água, superficial ou subterrânea. Importante anotar que qualquer água servida à população deva ser preliminarmente “plotada bio-físico-quimicamente”.

Esgoto

Os números apresentados pelas entidades estão aquém da vontade de todos que almejam um ambiente mais salubre. Porém, devem-se cobrar metas das instituições, CORSAN, departamentos autônomos municipais, para um efetivo programa de avaliação socioambiental e cumprimento dessa demanda. Programas de esgotamento devem abranger, além da população urbana, onde a coleta se realiza por meio misto (pluvial-cloacal) ou por meio individual (o mais conveniente), também o meio rural, com a intensificação do esgotamento sanitário.

Existe também uma necessidade de aprimorar estudos das condições de esgotamento por parte dos meios produtivos, animal (suínos, bovinos, aves), grande fonte de acréscimo de carga orgânica nos mananciais hídricos, bem como a fiscalização de pequenos, médios e grandes produtores de esgoto (efluentes) de origem industrial e comercial. Postos de gasolina, metalúrgicas, restaurantes, hotéis, clubes sociais, oficinas mecânicas, condomínios residenciais etc., que tenham ou não um sistema individualizado de coleta e que não estejam ligados a uma rede pública de esgotamento, com ou sem a supervisão dos entes fiscalizadores. Uma incógnita é como buscar da população o seu acesso ao esgotamento sanitário, que não o faz por conta da tarifa.

Resíduos sólidos

Inverter a atual situação de remessa de lixo doméstico entre Municípios, que congestionam as rodovias com esse tipo de transporte. Necessário salientar que os municípios têm de se estruturar e promover, antes da destinação dos resíduos sólidos domésticos, a criação de usinas de separação de lixo orgânico do seu acondicionamento, geralmente sacos plásticos, bem como a separação de resíduos recicláveis, que são coletados juntos aos resíduos domésticos, e que por falta de uma coleta seletiva, são enviados juntos na coleta do Município. Separar o lixo doméstico orgânico e não-reciclável (formando a compostagem) do lixo reciclável mal acondicionado no lixo doméstico. Não descuidar do licenciamento ambiental para a liberação dos centros de recebimento de lixo doméstico, devidamente gerenciados e separados. Não se obteve, nos diagnósticos, apresentação para as questões dos resíduos hospitalares e industriais, de grande ou pequena escala, o que podem ser tema de futuros debates.

Controle de vetores

Não foram apresentados números sob o controle de vetores no Estado. Este item tem importância, por se tratar da resposta obtida pela implantação dos meios de salubridade de determinado ambiente. Ratos, moscas, baratas, mosquitos, por exemplo, são transmissores em potencial de doenças infectocontagiosas, veiculadas por meio hídrico, daí a importância de saber seus números.

Matas ciliares

As informações sobre este tema também são as menos representativas. A conservação do solo, da água, dos barrancos e margens de rios, lagos e lagoas, enfim, mananciais hídricos, passa por uma política de fortalecimento das condições ambientais vegetais. Através de programa do restabelecimento de áreas indevidamente mobilizadas, reorganização do meio produtivo com o devido cuidado e a observação da área cultivável e explorável, bem como a reposição do que, mecanicamente ou naturalmente, por força erosiva, foi retirado.

Irrigação

A pura e simples destinação de distribuição de água, sem o devido cuidado a uma distribuição correta e ordeira, pode levar ao caos social, se de forma diferenciada for destinada. Os órgãos fiscalizadores da sociedade civil organizada têm de estar atentos, para que não se privilegiem partes de um conjunto associativo em detrimento de outros. Importante dizer que a Lei nº 10.350/94 assegura o uso prioritário e a disponibilidade quali-quantativa dos corpos de água para o abastecimento da população. Não ficou clara a política do Estado para a irrigação.

Educação ambiental

Tem de ser instrumento, uma ferramenta, de tudo que foi escrito acima. Não só como parte de um currículo a ser anotado em classe. Manifestamente, tem de ocorrer através dos meios democraticamente constituídos e na sua relação com a população local a que se destina. Este não é um tema curricular só da sala de aula. Por óbvio, tem de ser tema de conhecimento geral, promovido pelos entes públicos e também de cada um em particular. O entendimento de como se dá a realização de um ambiente, o que ele é e representa, e qual a diferença entre sua salubridade ou não.

Educação ambiental leva a melhor conservação da água, como bem público, melhor destinação de lixo, melhor exigência de esgotamento etc. Não só órgãos públicos fazem educação ambiental, mas sim que ele seja a alavanca promotora de todos os outros que venham se agregar.

P.A.C. do saneamento

Não há qualquer instrumento que permita o efetivo controle social, uma vez que, até a presente data, só os órgãos envolvidos têm conhecimento dos seus usos. Ainda que as verbas federais destinadas ao Estado sejam objeto de controle dos Executivos e suas secretarias, implicadas e imbricadas à destinação ao pagamento de serviços a grandes conglomerados econômicos, podem ser envolvidas em futuras C.P.I.(s) e ações da Polícia Federal, onde ninguém foi, ninguém sabe de nada. A sugestão que aparece mais rapidamente é a AL-RS, através do link Transparência, mostrar "par-i-par" tal destinação dos recursos, quais obras e medidas foram realizadas, inclusive com as notas fiscais de material e mão-de-obra para serem acessadas por quem desejar. Entendemos que só assim o P.A.C. será democrático, mostrando suas obras e suas contas, quem e quanto mediu, quem contratou, quem fez, quem autorizou, quem pagou quem e quanto recebeu.

CORSAN

Com graves problemas de gestão, excessivamente partidarizada, ao ponto de não destinar aos seus profissionais de carreira, atribuições de serviço inerentes a eles, relegando a terceiros estas funções. Hoje a companhia passa por uma reestruturação, embasada nas empresas de MG, SP e PR, que automaticamente levam à privatização do bem público, nos mesmos moldes da CEEE e CRT.

Com um déficit de pessoal regularmente empregado, é passado a empresas de terceirização (gatos) os serviços mais elementares, com péssima qualidade, oferecida à população. Esta terceirização (com casos de quarteirização) leva a uma elevação da folha de pagamento e impostos da companhia, e conseqüente elevação da tarifa de água. Nos anos 80 o números de trabalhadores efetivos na CORSAN era de aproximadamente 7.000 e a população servida era de 5.000.000 de gaúchos.

Hoje, aproximadamente 30 anos depois, o número de trabalhadores regularmente contratados é de 4.200 funcionários e a população atendida é de mais de 7.000.000 de pessoas, em todo o Estado, em mais de 340 municípios. Nota-se uma clara inversão de valores, onde podem ocorrer desigualdades no atendimento e no serviço oferecido à população, que tem a mesma tarifação em todo o Estado. A CORSAN concorre regularmente a diferentes prêmios de qualidade, que elementarmente não correspondem à situação de 95% da empresa.

Há falta de material mais primário, como veda-rosca, cola, juntas plásticas e de borracha, serrinha para corte de canos, conserto de veículos (caminhões, carros médios, máquinas), bem como a falta de toner para impressoras, E.P.I.s etc. Com um corpo técnico de alto gabarito, profissionais com média de 45-55 anos de idade, pela falta de renovação, via concursos públicos, com todas as dificuldades, levando no braço e no esforço pessoal, pode-se dizer sim que a qualidade da água servida à população corresponde em grau máximo a todas exigências da M. S. e suas resoluções. Por último, dizer que, até 2010, por força do marco regulatório, a CORSAN terá de renovar o contrato de concessão com mais de 250 municípios, que prevêem solenidades legislativas, seguidos de dois períodos eleitorais pela frente, contando, no entanto, a Companhia, com apenas um grupo dedicado a este trabalho, de não mais que oito técnicos com diferentes responsabilidades. É pouco!

4.1.3. OCERGS

Sugerimos para melhoria do problema do saneamento:

Redução nos prazos de análise e aprovação de projetos habitacionais nos órgãos FEPAM, METROPLAN, Cia. de Águas; que os projetos de reconhecido de interesse social sejam executados pelas respectivas concessionárias; educação ambiental obrigatória para projetos habitacionais de interesse social; programas de separação de lixo por comunidades e /ou projetos.

Sejam destinadas áreas pertencentes ao Estado, para fins habitacionais a cooperativas devidamente constituídas; projetos específicos por comunidades e/ou projetos habitacionais; menor burocracia na liberação de recursos para projetos habitacionais de interesse social; soluções de saneamento que contemplem uma adaptação gradativa para se atingir um "ponto de equilíbrio" para o déficit em termos de resíduos sólidos.

4.1.4. ABES-RS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA – SEÇÃO RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul possui um dos mais baixos índices de cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgotos sanitários.

Para a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, é necessário um investimento de aproximadamente R$ 15 bilhões. Mas o problema não é só o recurso financeiro, mas uma gestão eficiente dos serviços. Para tanto, a ABES coordenou para o Governo do Estado uma rodada de discussões para a formulação da Política Estadual de Saneamento, com o objetivo de estabelecer uma série de instrumentos para dar ao setor as diretrizes necessárias à universalização dos serviços.

Após várias discussões, foi aprovada a Lei Estadual n° 12.037, de 19 de maio de 2003, que instituiu a Política Estadual de Saneamento, tendo como principais instrumentos de gestão os itens que seguem.

Conselho Estadual de Saneamento

O objetivo da criação Conselho Estadual de Saneamento é estabelecer um fórum ou grupo de trabalho com poder de deliberação, com o objetivo de tomar decisões de forma democrática, pois ali estão todos os atores envolvidos no setor de saneamento do Estado. Suas principais atribuições: acompanhar e aprovar o Plano Estadual de Saneamento; fazer cumprir o Plano Estadual de Saneamento; operar o Fundo Estadual de Saneamento; fazer cumprir o Código Estadual de Saneamento; redimir conflitos no setor.

Plano Estadual de Saneamento e o Relatório de Salubridade Ambiental

É o conjunto de elementos de informação, diagnóstico, definição de objetivos, metas e instrumentos, programas, execução, avaliação e controle que consubstancia, organiza e integra o planejamento e a execução das ações de saneamento no Estado do Rio Grande do Sul de acordo com o estabelecido na Política Estadual de Saneamento (art. 21).

O Plano Estadual de Saneamento, que será elaborado pela Secretaria das Obras Públicas e Saneamento do Estado do Rio Grande do Sul, será quadrienal e aprovado por lei, cujo projeto deverá ser encaminhado à Assembléia Legislativa até 30 de junho do primeiro ano do mandato do Governador, do qual deverão constar, obrigatoriamente, a revisão, a atualização e a consolidação do plano anteriormente vigente (art. 22). Para a avaliação da eficácia do Plano Estadual de Saneamento, o Conselho Estadual de Saneamento fará publicar, até 30 de abril de cada ano, os relatórios sobre a "Situação da Salubridade Ambiental no Estado do Rio Grande do Sul". (art. 23).

Fundo Estadual de Saneamento

O Fundo Estadual de Saneamento reger-se-á pelas normas estabelecidas em lei específica, devendo conter, no mínimo: I - fontes e percentuais de recursos; II - critérios de acesso aos recursos do Fundo Estadual de Saneamento, mediante as avaliações das demandas; III - critérios para prestação de contas, compreendendo a avaliação e fiscalização de obras; IV - critérios para aplicação dos recursos; V - previsões de recursos para situações de emergência; VI - critérios de avaliações dos retornos financeiros e socioambientais dos recursos investidos (aferição dos resultados) (art. 27). O fundo rotativo será a forma disciplinada de aplicar os recursos para atingir a universalização do saneamento no Estado.

Sistema de Informações

Sistema Estadual de Informações em Saneamento aqui caracterizado como um sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre saneamento e fatores intervenientes em sua gestão, tendo como objetivos, reunir, dar consistência e divulgar dados sobre a situação qualitativa e quantitativa dos serviços prestados em abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos líquidos, sólidos e gasosos, drenagem urbana, controle de vetores de doenças transmissíveis (art. 30).

Código de Saneamento

Código de Saneamento é o instrumento institucional de caráter disciplinador, sancionador e normativo, dos requisitos básicos e fundamentais para a prestação de serviços de abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos líquidos, sólidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária do uso e ocupação do solo, drenagem urbana, controle de vetores de doenças transmissíveis e demais obras e serviços especializados (art. 28).

Programa Permanente de Controle de Qualidade dos Serviços de Saneamento

O Programa Estadual de Controle de Qualidade dos Serviços de Saneamento é o instrumento gerencial para promover a excelência dos serviços prestados no Estado, nas áreas de abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos líquidos, sólidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária do uso e ocupação do solo, drenagem urbana, controle de vetores de doenças transmissíveis e demais obras e serviços especializados (art. 29).

Indicador de Saneamento Ambiental – ISA

O ISA estabelece a prioridade de atendimento em saneamento no Estado, pois cada Município possui um indicador. A prioridade de investimento, então, recai sobre aquele que tiver menores ISAs. A ABES acredita que a forma mais eficiente e democrática de se atingir a universalização do saneamento no Estado é fazer cumprir a lei, institucionalizando todos os instrumentos: elaborando o Plano Estadual de Saneamento, sob coordenação do Conselho Estadual de Saneamento, criar o Fundo Estadual de Saneamento, priorizando os investimentos nos Municípios com menores ISAs, criando o Código de Saneamento e o Programa Permanente de Controle de Qualidade nos serviços de Saneamento, que irá disciplinar a prestação dos Serviços e o Sistema de Informações para controlar os resultados e o atendimento das metas.

CAPÍTULO 5

CONSTRUINDO UMA SOLUÇÃO INTEGRADA PARA O SANEAMENTO NO RIO GRANDE DO SUL

O setor de saneamento no Brasil, desde o início da sua organização atual, no final da década de 60, através do PLANASA, tem evoluído de acordo com a dificuldade de financiamento. De 60 a 80 existiram recursos. A partir desse período, nada foi investido de forma significativa. O setor está ligado muito mais a políticas de Governo do que a políticas de Estado. A partir do PAC, investimentos foram acenados de forma significativa, mas as necessidades são muito maiores do que o que foi apontado. Podemos afirmar que as necessidades do RS no que tange à área de saneamento estão na ordem que segue:

SERVIÇO	RESPONSÁVEIS	NECESSIDADE DE INVESTIMENTO
Água	CORSAN e agências municipais	
Esgoto	CORSAN e agências municipais	R$ 10.000.000.000
Coleta e deposição de lixo	Municípios	Sem informação

Financiamento

Para a melhoria dos indicadores gaúchos relativamente ao saneamento é fundamental, além das questões institucionais e gerenciais, que foram já apontadas ao longo desta exposição e que serão arroladas sinteticamente no que se refere às nossas recomendações, que se estabeleçam as bases de sustentação financeira para o setor. Essas bases passam pela instituição de tarifas e taxas realistas. No entanto, queremos destacar que, ao falarmos da necessidade das taxas e tarifas serem realistas, não estamos querendo com isso, e no âmbito deste relatório e desta comissão, criar oportunidades quaisquer de realinhamento tarifário. Muito pelo contrário. Sabemos que a realidade de um sistema sustentável no setor de infra-estrutura não operará de forma alguma buscando retorno de qualquer natureza via taxas e tarifas, que devem ser vistos apenas como base de manutenção de operação do sistema de saneamento. Mas o conjunto do sistema precisa ser revisto.

A questão tarifária, relativamente em especial aos setores de esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem urbana, deve ser verificada de forma a que o sistema seja integrado e amplamente controlado com relação aos custos e valores cobrados. A área exige investimentos orçamentários, dada a característica de saúde pública desses serviços. Nesse sentido, recursos orçamentáriosdevem ser apontados para o setor através da consolidação do Fundo Estadual de Saneamento, capaz de dar continuidade aos investimentos na área do saneamento.

AGERGS

Do ponto de vista institucional, é importante destacar a necessidade de implantar instrumentos de controle social, com destaque para a regulação do setor. Nesse sentido, o papel da AGERGS e de agências reguladoras municipais será de suma importância, na medida em que possibilitem o controle externo sobre a prestação dos serviços e a divulgação das condições em que os mesmos serão prestados. Dessa forma, reforçada a ação controladora dos serviços de deposição de lixo, esgoto, água, por exemplo, poderá haver controle nos valores e indicação de valores médios para coleta e deposição, fortalecendo, desta feita, a possibilidade da sociedade civil controlar esses serviços no que se refere à qualidade e ao preço.

Ainda que o controle da qualidade da água distribuída seja uma atribuição da área da saúde, a sua publicidade e divulgação, bem como o estabelecimento dos valores pecuniários mínimos para captação, tratamento e distribuição da água e posterior geração de tarifa média, passam pela agência reguladora, estando abertos ao controle social.

Desta feita, buscamos resumir algumas recomendações, as quais estão indicadas no quadro abaixo, onde apresentamos todas as recomendações copiladas, sem restrição, efetuadas pelas entidades participantes das discussões do presente fórum, bem como as instituições responsáveis por cada ação. Destacamos que as recomendações foram agrupadas por eixos temáticos e classificadas de acordo com a legenda apresentada no final do quadro.

Se forem observadas todas as recomendações referentes especificamente a saneamento, excetuando-se Recursos Hídricos e Irrigação, observa-se que todas elas estão inseridas nas diretrizes de elaboração, tanto do Plano Estadual de Saneamento (Lei Estadual nº 12.037/03), como no Plano Nacional de Saneamento (Lei Federal nº 11.445/05). Desta maneira, para que todas estas questões sejam equacionadas, este fórum entende que a melhor forma será a instauração imediata do Sistema Estadual de Saneamento, com todos os seus instrumentos de gestão. No entanto, cabe salientar que, antes de avançarmos para recomendações da área de saneamento, indicaremos as contribuições da UERGS, que buscou tratar a questão legal com vistas a melhorar o processo de gestão institucional.

PARTICIPANTE DO GRUPO	RECOMENDAÇÕES	INSERÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA AÇÃO
UERGS	Aperfeiçoar interfaces com sistema ambiental e de recursos hídricos articulando as ações do saneamento com os planos e programas dos comitês de bacias hidrográficas. O saneamento deve estar voltado para a preservação da qualidade ambiental.	Institucional	Secretarias Estaduais (SEMA, DRH, SEHADUR e Secretarias Municipais do Meio Ambiente, da Habitação e Saneamento.
	Utilizar mecanismos de cooperação na gerência dos serviços públicos como espécie de colaboração para objetivos comuns.	Institucional	Todos os entes federados.
	Dar efetividade ao "controle social" na área do saneamento, através do funcionamento efetivo do Conselho Estadual de Saneamento.	Institucional	Assembléia Legislativa, Poder Executivo.
	Incluir na composição do Conselho Estadual de Saneamento representação de usuários de serviços de saneamento, entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.	Institucional	Assembléia Legislativa, Poder Executivo.
	Aperfeiçoar o processo de vigilância da qualidade da água disponibilizada à população através de uma entidade distinta, autônoma e independente do produtor.	Institucional	Assembléia Legislativa, Poder Executivo
	Obrigatoriedade da conexão à rede pública de água e esgotos sempre que estiver disponível, através do aperfeiçoamento de instrumentos e práticas administrativas.	Institucional	Assembléia Legislativa, Poder Executivo.
	Desenvolver estudos e projetos pilotos visando à adoção de política de reúso, transformando a origem poluidora dos esgotos em um recurso econômico e ambientalmente seguro.	Institucional	Instituições de fomento, universidades.
	Aperfeiçoar o processo de gestão com base na gestão dos recursos hídricos e do saneamento, relativamente aos COREDES, Regiões Funcionais e Bacias Hidrográficas.	Institucional	Poder Executivo

Agora, as observações referentes ao Saneamento Ambiental:

PARTICIPANTE DO GRUPO	RECOMENDAÇÕES	INSERÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA AÇÃO
CUT	Implantar a cobrança pelo uso dos poços.	POLÍTICA INSTITUCIONAL	SEMA
	Aprofundar as discussões sobre resíduos hospitalares e industriais.	POLÍTICA SETORIAL	SEMA
	Fortalecer as condições ambientais vegetais.	POLÍTICA SETORIAL	SEMA
	Implantar uma política clara de irrigação.	POLÍTICA AMBIENTAL	SECRETARIA ESPECIAL DE IRRIGAÇÃO
	Implantar política clara de educação ambiental.	POLÍTICA AMBIENTAL	SEMA
	Criar instrumentos para avaliar os resultados obtidos a partir das obras do PAC.	POLÍTICA INSTITUCIONAL	SEHADUR, CONSELHO DE SANEAMENTO
	Política clara da CORSAN com relação a pessoal e terceirizações.	POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS	CORSAN
SENGE	Fazer a gestão para a obtenção de recursos a fundo perdido (não-onerosos), pelo OGU (orçamento geral da União), para aplicação em esgotamento sanitário.	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS	ESTADO E MUNICÍPIOS
	Fazer com que as leis existentes (que são suficientemente claras e objetivas) sejam cumpridas, no tocante à fiscalização do uso de água não outorgada, bem como na obrigatoriedade de ligação das residências às redes coletoras de esgoto sanitário.	POLÍTICA SETORIAL	ESTADO, MUNICÍPIOS, PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO
	Reforçar a sua estrutura fiscalizadora da Secretaria do Meio Ambiente, para atuar com mais eficiência no controle da vigilância sanitária estadual e municipalizada.	POLÍTICA SETORIAL	SEMA
	Efetuar controle dos lixões descontrolados	POLÍTICA SETORIAL	SEMA
OCERGS – COOPERATIVISMO HABITACIONAL	Redução nos prazos de análise e aprovação de projetos habitacionais nos órgãos FEPAM, METROPLAN, CORSAN.	POLÍTICA INSTITUCIONAL	FEPAM, METROPLAN, CORSAN

PARTICIPANTE DO GRUPO	RECOMENDAÇÕES	INSERÇÃO DA RECOMENDAÇÃO	RESPONSÁVEL PELA AÇÃO
OCERGS – COOPERATIVISMO HABITACIONAL	Que os projetos reconhecidos de interesse social sejam executados pelas respectivas concessionárias.		SUPRIMIDO DEVIDO À FALTA DE COMPREENSÃO
	Que sejam destinadas áreas pertencentes ao Estado, para fins habitacionais a cooperativas devidamente constituídas.	POLÍTICA DE GESTÃO	NÃO ATENDE A REQUISITOS LEGAIS PARA APLICAÇÃO
	Educação ambiental obrigatória para projetos habitacionais de interesse social.	POLÍTICA AMBIENTAL	SEMA / SEHADUR
	Implantação de políticas de educação ambiental.	POLÍTICA SETORIAL	ESTADO
	Aperfeiçoamento do processo de licenciamento de projetos habitacionais de interesse social.	POLÍTICA SETORIAL	ESTADO
	Programas de separação de lixo por comunidades e/ou projetos.	POLÍTICA SETORIAL	MUNICÍPIO
	Soluções sustentáveis de saneamento relativamente à deposição de resíduos sólidos.	POLÍTICA SETORIAL	MUNICÍPIO, ESTADO
ABRH	Criar uma interface clara e formal entre a Política de Saneamento e de Recursos Hídricos.	POLÍTICA AMBIENTAL	SEMA / SEHADUR, CONSELHOS DE SANEAMENTO E DE RECURSOS HÍDRICOS
	Implantar as agências de regiões hidrográficas, a cobrança pelo uso da água e dar estrutura aos comitês das bacias hidrográficas.	POLÍTICA AMBIENTAL	SEMA / CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS
	Aprefeiçoar o processo da gestão sobre os mecanismos de controle da degradação ambiental	POLÍTICA AMBIENTAL	MINISTÉRIO PÚBLICO, SEMA, FEPAN, Brigada Militar - Polícia Ambiental, Vigilância Sanitária
ABES-RS	Fazer cumprir a Lei Estadual 12.037/03, implantando e operacionalizando o Sistema Estadual de Saneamento, bem como seus Instrumentos de Gestão: Plano de Saneamento, Fundo de Saneamento, Sistema de Informações, Relatório de Salubridade Ambiental, Código de Saneamento e o ISA – Indicador de Salubridade Ambiental.	POLÍTICA SETORIAL	SEHADUR, CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS

Portanto, e para finalizarmos, constatamos que, ao fazermos a proposição de aperfeiçoamento das interfaces legais (legislação, gestão) com o sistema ambiental e de recursos hídricos, visamos a fortalecer o processo de articulação das ações do saneamento com os planos e programas dos comitês de bacias hidrográficas. O saneamento, com isto, deverá estar voltado para a preservação da qualidade ambiental. O atual texto constitucional e a legislação que estabelece a política ambiental, de recursos hídricos e de saneamento, dispõem sobre cooperação entre os entes federados na gerência dos serviços públicos como espécie de colaboração para objetivos comuns. No entanto, no plano da efetividade, essa cooperação entre os entes federativos, ainda que pouco utilizada em nosso País, deve ser enfatizada no RS, de forma a fortalecer um circulo virtuoso de qualificação ambiental.

A referência ao cumprimento da Lei Estadual n° 12.037/03, de forma a implantar e operacionalizar o Sistema Estadual de Saneamento, bem como seus Instrumentos de Gestão: Plano de Saneamento, Fundo de Saneamento, Sistema de Informações, Relatório de Salubridade Ambiental, Código de Saneamento e o ISA – Indicador de Salubridade Ambiental, deverá atender ao aspecto formal do círculo virtuoso de qualificação ambiental. Mas se faz necessária a inclusão na composição do Conselho Estadual de Saneamento de representação de usuários de serviços de saneamento, entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico, buscando dar efetividade ao "controle social" na área do saneamento.

BIBLIOGRAFIA:

HESPANHOL, Ivanildo. Água e saneamento básico in Águas Doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação/ organizadores Aldo da Cunha Rebouças, Benedito Braga.

TUNDISI, José Galizia. 3ª. ed. São Paulo: Escrituras Editora, 2006.

MEDAUAR, Odete. Consórcios Públicos: Comentários à Lei 11.107/2005. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

OLIVEIRA, Celmar Corrêa de. Gestão das Águas no Estado Federal. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2006.

PHILIPPI JR., Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gilda Collet. Curso de Gestão Ambiental. São Paulo: Manole, 2004.

Water Supply and Sanitation Sector Monitoring Report, Setor Status as of 31 December 1994, World Health Organization/ Unites States Children?s Fund Joint.

Monitoring Programme, Who/EOS/96, 15, WHO, Geneva,1996.

http://www.scp.rs.gov.br/ATLAS/atlas.asp?menu=292

http://www.scp.rs.gov.br/ATLAS/atlas.asp?menu=300

SCHERER, Cezar Eduardo, Gerente de Projeto, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, Ministério das Cidades, e-mail: cezar.scherer@cidades.gov.br

http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal_detalhe.asp?Campo=2104&secao_id=136

GEAD: desenvolvimento harmônico e sustentável

SOCIEDADE CONVERGENTE

Em continuidade à proposta do Programa Sociedade Convergente, o Grupo Executivo de Acompanhamento de Debates – Desenvolvimento Harmônico e Sustentável reuniu-se durante o mês de junho do corrente ano com a finalidade de trocar informações e discutir assuntos na sua área de abrangência, tendo, ao final, chegado a este documento, cujas proposições, mesmo quando divergentes, objetivam servir de base para as reflexões a serem realizadas nas Regiões Funcionais do RS.

1. AS TENDÊNCIAS DO CRESCIMENTO DESORDENADO E O DESAFIO POR NOVOS PARADIGMAS PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO

A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO HARMÔNICO E SUSTENTÁVEL

Durante muito tempo, acreditou-se que determinados processos da evolução humana poderiam estender-se indefinidamente. Assim, o Produto Nacional, a Produção Industrial e Agrícola, impulsionado por novos investimentos e pelas inovações, poderia manter elevadas taxas de crescimento, seguindo um crescimento exponencial. Esse crescimento tendencial, quanto mais acentuado, mais indicava um desejável alto grau de prosperidade.

A partir da década de 70, intensifica-se o debate sobre a viabilidade de manutenção desses processos de crescimento. Barreiras naturais para a manutenção dessas tendências passam a ganhar corpo. Entre essas barreiras, ressaltam-se: disponibilidade limitada, com esgotamento já previsto para as próximas décadas, das reservas de petróleo; limitação de outros recursos naturais não-renováveis e estratégicos (tais como o cobre); rigidez da oferta de alimentos em contraposição à demanda em franca expansão (derivada do crescimento populacional e da melhoria dos padrões alimentares especialmente nos países emergentes); acúmulo de resíduos sólidos, líquidos e gasosos causados pelas atividades produtivas e pelos consumidores cada vez mais concentrados em núcleos urbanos.

A evolução da economia moderna tem se dirigido para a acumulação de capital financeiro. Em paralelo, as inovações introduzidas nas atividades produtivas, buscando maior produtividade da mão-de-obra, são portadoras de um crescente grau de automação, agora dispondo de recursos da eletrônica e da informática. Os acréscimos de produção são obtidos com cada vez menor incorporação de trabalhadores. A geração de empregos formais fica cada vez mais difícil. A busca de outras formas de inclusão da força de trabalho via programas e atividades de geração de trabalho e renda traz consigo soluções parciais compensatórias, acompanhadas pela precarização das condições de trabalho.

A dimensão social num quadro de incapacidade de incorporação da força de trabalho, ao qual confluem novas gerações, apresenta outros matizes sombrios. A desigualdade de distribuição de renda entre as nações, regiões e entre estratos sociais, condena à indigência e à fome grande parte da população mundial. A formação de gigantescas aglomerações urbanas

potencializa o acirramento das tensões sociais, especialmente nos contingentes excluídos, gerando condições propícias para a multiplicação de mazelas sociais como a violência, a criminalidade, o tráfico de drogas e o crime organizado.

A partir da década de 90, somam-se novas limitações planetárias de grande dimensão, mostrando que a humanidade deverá mudar radicalmente seus padrões de produção e consumo sob pena de determinar a inviabilidade da sobrevivência da espécie humana no planeta Terra. As previsões de mudanças climáticas globais e a disponibilidade limitada de água potável somam-se ao quadro de limitações dentro do qual o desenvolvimento humano deve se inserir, exigindo radical mudança de paradigmas de produção e consumo.

Surge, assim, a partir do reconhecimento da necessidade de mudanças radicais nos padrões até então aceitos, a nova e necessária dimensão – sustentável – para qualificar o processo de desenvolvimento da sociedade humana. A partir da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, conhecida como ECO-92, esse termo ganha ampla divulgação. A Agenda 21, emitida nessa conferência, propicia uma visão concreta e detalhada de programas, objetivos, atividades e meios de implementação para o encaminhamento de ações nessa direção. Essas ações deverão ser adequadas às realidades regionais, bem como aperfeiçoadas pela evolução dinâmica e interativa.

A integração das dimensões social, econômica e ambiental compõe o conceito de Desenvolvimento Sustentável adotado na ECO-92, que passou a ser dominante desde então. Outras abordagens explicitam outras dimensões, tais como cultural, política e institucional. O economista Ignacy Sachs, autor de muitos textos sobre o tema, um dos principais protagonistas dessa conferência, propunha o termo Ecosocioeconomia, destacando cinco dimensões: social, econômica, ambiental, espacial e cultural. A abordagem da União Européia para o desenvolvimento sustentável das cidades apresenta exemplos de aplicação em cidades da Espanha, onde se destacam as dimensões social, econômica, ambiental, cultural e político-institucional.

A Conferência do Rio retomou a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, assim como os pontos então debatidos. Posteriormente à Conferência do Rio, realizaram-se outras Conferências e Encontros promovidos pela ONU, notoriamente as realizadas em Joanesburgo, Kioto e Marrakesh, que avançaram na avaliação de resultados e na implementação de medidas operacionais. Especialmente em Kioto, formatou-se o Protocolo a ser assinado pelas Nações visando estancar a tendência de acumulação progressiva da emissão de gases causadores do efeito estufa, que já atingem níveis alarmantes.

Além das dimensões social, econômica e ambiental, como já salientado, outras foram propostas na experiência internacional, tais como a cultural, a espacial e a político-institucional. Pode-se também, em prol da clareza dos objetivos propostos e da eficiência dos procedimentos previstos, explicitar relações que poderiam ser entendidas como abrangidas nos conceitos básicos. Desta forma, adota-se neste Grupo de Trabalho do Fórum Democrático de Desenvolvimento o Conceito de Desenvolvimento Harmônico e Sustentável, querendo assim destacar que, além do desenvolvimento sustentável nos termos acima expostos, almeja-se um processo conduzido de forma democrática e harmônica pelos agentes sociais, políticos e institucionais, propiciando a superação das desigualdades sociais, dos desequilíbrios regionais e dos impasses previstos.

2. CRITÉRIOS

PARA SER CONSIDERADO DESENVOLVIMENTO HARMÔNICO E SUSTENTÁVEL

Diante dessas tendências, cabe sugerir alguns critérios, que permitem gerar indicadores e que podem ser levados em conta para que o desenvolvimento possa ser considerado harmônico e sustentável.

Inicialmente, cabe salientar que o desenvolvimento deve buscar atender a integralidade das necessidades dos seres humanos (que podem gerar critérios/subcritérios e diferem de simples desejos). Segundo Abraham Maslow, as necessidades são de três espécies (gerando subcritérios dentro do critério básico número um – Atendimento Integral das Necessidades Humanas):

1. Fisiológicas (fome, sede, etc./subcritério número um);

2. Psicológicas (subcritério número dois):
2.1. Segurança (proteção contra o perigo);
2.2. Pertencimento (sentir-se aceito, parte integrante);
2.3. Auto-Estima (sentir-se útil, valorizado);

3. Auto-Realização (desenvolver suas potencialidades latentes/subcritério número três).

Entretanto, para que essas necessidades sejam atendidas de forma sustentável, ou seja, suprindo as gerações presentes sem comprometer as gerações futuras, o desenvolvimento deverá levar em conta o habitat como um todo.

Na busca de se implementar essa forma de desenvolvimento, a Agenda Habitat para os Municípios, que reúne diversas diretrizes nacionais e internacionais, estabelece em seu parágrafo primeiro:

"...Há um senso de grande oportunidade e esperança de que pode ser construído um novo mundo, no qual o desenvolvimento econômico e social e a proteção ambiental, como componentes do desenvolvimento sustentável interdependentes e que se reforçam mutuamente, podem ser realizados por meio da solidariedade e cooperação dentro e entre países através de parcerias eficazes em todos os níveis."

Nesse contexto e considerando os fundamentos para o tipo de desenvolvimento que o Rio Grande do Sul deseja nas próximas décadas, no qual sistemas locais de produção, economia solidária, associativismo, cooperativismo, microcrédito e ferramentas similares, entre outros aspectos econômicos, devem estar em harmonia com as questões sociais e ambientais, afigura-se importante que esse desenvolvimento seja fruto de um planejamento e gestão sistêmicos/convergentes, que permitam a união de esforços em torno de objetivos comuns. Isso porque o desenvolvimento é um processo que gera um resultado esperado (planejado), sendo esse processo dinâmico e articulado, de modo a otimizar os recursos disponíveis e a atingir a efetividade.

Além disso, podem-se estabelecer focos prioritários de atuação, como, por exemplo, a infra-estrutura, o Estado – as estruturas e meios do Estado e causas e conseqüências do endividamento do Estado – e o próprio desenvolvimento harmônico e sustentável como tema destacado (aspectos escolhidos no Programa Sociedade Convergente). Também poderão ser priorizados outros temas, como as questões relacionadas à família, base da sociedade. Contudo, parece ser importante que, ao planejar e implementar projetos e programas relacionados ao tema escolhido, sejam consideradas todas as perspectivas que se relacionam ao desenvolvimento harmônico e sustentável.

Desse modo, buscam-se critérios de impacto proporcionais nos três eixos da sustentabilidade, quais sejam:

1. Econômico (critério básico número dois);

2. Social (critério básico número três):

2.1. Saúde (subcritério número um);
2.2. Educação (subcritério número dois);
2.3. Cidadania (subcritério número três);
2.4. Segurança (subcritério número quatro);

3. Ambiental (critério básico número quatro).

Na busca dessa boa disposição das partes no todo, afastam-se desejos isolados, gerando efeitos públicos, que se traduzem em benefícios mútuos e agregam valor sustentável. Com isso, é exigida e favorecida a integração dos três setores e da comunidade em geral, o que acarreta a convergência e a formação de redes de cooperação. Tais aspectos evidenciam um novo critério a ser observado, qual seja, a Participação (critério básico número cinco), que é composto por quatro subcritérios:

1. Participação do setor público (subcritério número um);
2. Participação do setor privado (subcritério número dois);
3. Participação do terceiro setor (subcritério número três);
4. Participação da comunidade em geral (subcritério número quatro).

Diante dos critérios básicos, que poderão ser mensurados através de indicadores, o desenvolvimento irá gerar uma expansão quantitativa e qualitativa das potencialidades, atendendo necessidades de forma integrada nas perspectivas econômica, social e ambiental, através da convergência e da cooperação. Assim, propicia harmonia, que se exterioriza em qualidade de vida.

O dicionário Luft define harmonia nos seguintes termos:
"1-Boa disposição das partes de um todo; proporção. 2- Paz entre as pessoas; concórdia. 3 – Sucessão agradável de sons. 4 – (Mus.) arte de formar e encadenar acordes".

Pois é justamente nessa busca de proporção, de paz (interna e externa) e de concórdia que a convergência se afigura essencial. Assim, o desenvolvimento harmônico e sustentável pode ser considerado um processo dinâmico e articulado, que gera como resultado a melhoria do bem-estar econômico, político, socioambiental e cultural das comunidades, atendendo a necessidades, com impactos proporcionais nos três eixos da sustentabilidade e através da integração dos três setores e da comunidade em geral. O que propicia a utilização racional e equilibrada dos meios necessários. Em outras palavras, para que o desenvolvimento possa ser considerado harmônico e sustentável, exige-se o atendimento dos critérios elencados nos parágrafos acima.

Levando em consideração que as causas do crescente desrespeito à natureza e à dignidade humana (própria e dos demais) são sistêmicas (multifatoriais), ou seja, decorrem de relações interdependentes e inte-rrelacionadas entre diversos componentes do habitat, os critérios referidos anteriormente permitem o planejamento e gestão sistêmicos/convergentes, que possibilitam a visão e a integração de recursos multidisciplinares, intersetoriais e transdisciplinares, cujos desempenhos podem afetar, positiva ou negativamente, a sociedade como um todo. Nesse contexto, pode-se estabelecer o que fazer, como, quem, onde e quando/por que, bem como de que forma mapear e integralizar todos esses componentes. Para isso, verifica-se a importância de tornar-se consciente a missão comum, percebida como "benefícios mútuos" e concretizada através do atendimento dos cinco critérios (perspectivas) básicos aventados acima, que gera efeitos públicos.

De uma forma mais aprofundada, o planejamento e a gestão deverão produzir o pensamento sistêmico, contemplando o mapeamento das necessidades, possibilidades e atividades, com o que se poderá atuar de forma sistêmica/convergente. Desse modo, possibilita-se a inclusão das pessoas principalmente naquelas ações nas quais se sentem entusiasmadas, fazem a diferença na sociedade, sendo, por isso, lembradas, reconhecidas e valorizadas. Assim, os membros da sociedade constatarão que são úteis no contexto maior, o que aumenta a motivação na busca de aperfeiçoamento, gerando sustentabilidade e paz no ambiente interno e externo. Isso propicia a conscientização da co-responsabilidade e a compreensão do binômio deverdireito, despertando a noção de contexto e afastando práticas imediatistas baseadas exclusivamente na punição ou vitimização. Cria, assim, o verdadeiro pensamento sistêmico/convergente, permitindo o alinhamento dos indicadores que já são utilizados de forma isolada pelas instituições, de modo a propiciar um escopo efetivo e otimizador dos recursos necessários para atingir a os objetivos comuns.

Com isso, será possível a convergência entre aspectos como, por exemplo: "Questões gerais sobre políticas públicas sociais e ambientais" e "As questões regionais, governança regional, regiões que merecem atenção especial"; "A inovação e desenvolvimento tecnológico voltado à sustentabilidade", "A organização institucional das políticas sociais e ambientais" e "Avaliação das políticas sociais e seus fundos"; "Inclusão social, inclusão digital, políticas de gênero e etnias" e "Objetivos do milênio no RS"; "Trabalho e renda", "Microcrédito e ferramentas similares" e "Legislação ambiental e atividade produtiva, especialmente a rural".

Em termos mais amplos, esse contexto permite o acesso a recursos aptos a implementar ações (voluntariado, Agenda Habitat, CAIXA, BNDES – Redes Sociais etc.), bem como garante o cumprimento de diversos tratados, convenções, pactos e planos de

ações das várias conferências das Nações Unidas (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, Convenção sobre os Direitos da Criança, Plano de Ação da Conferência Mundial de População e Desenvolvimento etc.), além de outras diretrizes, nacionais e internacionais (The International IDEA – Local Democracy Assessment Guide, URBACT – An Aproach to a System of Indicators for Integrated Development Projects, Fundação Nacional de Qualidade – Fundamentos de Excelência; IDO – Índice de Diferenciação Organizacional etc.). Ademais, se o planejamento e a gestão sistêmicos/convergentes utilizarem metodologias, ferramentas e sistema de avaliação, poderão ser elaborados indicadores de desenvolvimento sistêmicos/convergentes, inclusive com prioridade àqueles que mensuram a qualidade das relações (densidade, amplitude, adensamento etc.) Desse modo, diminui o risco dos investimentos efetivados no local, o que atrai recursos nacionais e internacionais para a região (inclusive aqueles voltados ao médio e longo prazo). Gerando, com transparência, um ciclo de efeitos públicos (por exemplo, via investimento sistêmico da bolsa de valores, através do ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa, DJSI – Dow Jones Sustainability Indexes da Bolsa de Nova York etc.).

Visando a criar critérios adicionais e complementares de mensuração do grau de desenvolvimento harmônico e sustentável, é possível, paralelamente, aprofundar a análise através de critérios como, por exemplo:

A) Via mensuração da qualidade das relações estabelecidas pelos três setores e pela comunidade em geral:
- densidade: mede a freqüência dos contatos;
- amplitude: mede o número de diferentes categorias ou tipos de contatos;
- adensamento: mede a alteração na intensidade de contatos.

(Segundo Gláucia Maria Vasconcellos Vale, em Territórios Vitoriosos)

Essa mensuração afigura-se extremamente relevante, uma vez que o desenvolvimento harmônico e sustentável depende da qualidade das relações que cada uma dos integrantes do habitat estabelece com sua consciência, com os demais seres vivos e com os objetos que interage, bem como da clara percepção disso.

B) Via mensuração da utilização de metodologias e ferramentas de gestão e sistemas de avaliação:
- utiliza metodologia de gestão que inclua o mapeamento e a integração das necessidades, possibilidades e atividades, relativos aos três eixos da sustentabilidade e junto aos três setores e a comunidade em geral;
- utiliza metodologia de gestão globalmente aceita, como Balanced Scorecard;
- realiza auditorias externas;
- efetiva plano estratégico participativo;
- efetiva o Mapeamento do Capital Social.

C) Via escolha de alguns focos prioritários para fomentar o desenvolvimento harmônico e sustentável.

Desse modo, é possível mensurar o grau de desenvolvimento harmônico e sustentável de projetos, programas, localidades, cidades e regiões, entre outras atividades e delimitações territoriais, em dois ou mais níveis de aprofundamento. Primeiro, com

critérios/indicadores amplos/básicos – ex. atende à integralidade das necessidades humanas; leva em consideração os impactos econômicos, sociais e ambientais; possui participação dos três setores e da comunidade em geral. Segundo, incluindo critérios adicionais e complementares como os citados acima. Terceiro, escolhendo focos prioritários, que poderão variar dependendo do contexto histórico e territorial.

Cabe salientar que esses focos prioritários podem ser escolhidos de forma sistêmica (considerando e segmentando os critérios básicos, bem como buscando aspectos que mais propiciem o desenvolvimento harmônico e sustentável) e levando-se em consideração as convergências e divergências existentes. Assim, podem-se estabelecer critérios de aprofundamento que irão complementar os critérios básicos com prioridades, como, por exemplo:

C.1 - CRITÉRIO BÁSICO NÚMERO UM – ATENDIMENTO INTEGRAL DAS NECESSIDADES HUMANAS

1 - Necessidades Fisiológicas (subcritério número um). Além da mensuração básica relativa ao atendimento geral de necessidades fisiológicas, podem-se estabelecer critérios complementares de prioridade para erradicação da fome (Primeiro Objetivo de Desenvolvimento do Milênio), entre outros;

2 - Necessidades Psicológicas (subcritério número dois). Para fins de critério básico, pode-se mensurar se o projeto ou região possui metas, objetivos, atividades relativas a essa perspectiva (atende a necessidades psíquicas). Como critério complementar, pode-se, por exemplo, mensurar se esses aspectos têm enfoque prioritário na prevenção do consumo de drogas e, mais especificamente, com relação ao crack (critério complementar número dois). Também é possível estabelecer critérios sobre a priorização de programas que atingem com profundidade e de forma sistêmica essa questão, como, por exemplo, o PIM (Primeira Infância Melhor);

3 - Auto-Realização (subcritério número três). Além do aspecto geral que normalmente é aferido através de circunstâncias ligadas ao empoderamento, podem ser estabelecidos critérios prioritários que mensuram exigências de cumprimento de deveres para se ter acesso a recursos, capacitações, entre outras medidas que aumentam a capacidade de participação/contribuição no atendimento de suas necessidades fisiológicas e psicológicas.

C.2 - CRITÉRIO BÁSICO NÚMERO DOIS – EIXO ECONÔMICO

Quanto a esse critério, não há maior dificuldade em acrescentar à análise sobre a existência de impactos econômicos critérios prioritários relativos a determinados focos, como, por exemplo:

- déficit estrutural e crise financeira (priorizado no Pacto Pelo Rio Grande);
- estruturas e meios do Estado: causas e conseqüências do endividamento do Estado (primeiro tema do Programa Sociedade Convergente);
- IDO – Índice de Diferenciação Organizacional;
- Trabalho e renda;

- Agronegócios;
- Certificação sistêmica.

C.3 - CRITÉRIO BÁSICO NÚMERO TRÊS – EIXO SOCIAL

1 - Saúde:

A perspectiva relativa à saúde pode ser aferida não apenas pela incidência de enfoque a esse respeito, mas também escolhendo critérios preferenciais relativos a questões como:

- saúde da família. Como critério complementar, pode-se mensurar se há enfoque prioritário em projetos como o PSF (Programa de Saúde da Família) e, mais especificamente, se dentro desse programa (ou em projetos que abordam diretamente o tema), busca-se enfocar questões como Planejamento Familiar (prioridade estabelecida no Programa Planejamento Familiar, desenvolvido pela Assembléia Legislativa) e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna e combater a AIDS, a malária e outras doenças).

2 - Educação:

No mesmo sentido da perspectiva acima referida, pode-se, também, estabelecer critérios preferenciais relacionados:

- à educação de qualidade;
- ao Relatório de Monitoramento Global.

3 - Cidadania:

Além do critério geral, podem ser preferenciais:

- a infra-estrutura e, mais especificamente, o saneamento;
- o acesso a moradias adequadas;
- a regularização fundiária;
- a erradicação da miséria e da fome.

4 - Segurança:

Relativamente à perspectiva segurança, o critério básico de avaliação da existência de impacto nessa perspectiva pode ser complementado com focos prioritários em:

- ações integradas (prevenção e repressão; entre os agentes envolvidos).

C. 4 - CRITÉRIO BÁSICO NÚMERO QUATRO – EIXO AMBIENTAL

Para fins de critério básico, é possível mensurar se o projeto ou região possui metas, objetivos, atividades relativas a essa perspectiva (aborda proporcionalmente os impactos ambientais). Como critério complementar, pode-se, por exemplo, mensurar:

- a Avaliação Ambiental Estratégica;
- a educação ambiental;
- energias limpas;

- os recursos hídricos – projetos de gestão dos recursos hídricos com foco nas bacias hidrográficas como planejamento natural a ser valorizado.

C. 5 - CRITÉRIO BÁSICO NÚMERO CINCO CONVERGÊNCIA E INTEGRAÇÃO NOS TRÊS SETORES (INTERNA E EXTERNA) E NA COMUNIDADE EM GERAL

O critério básico que afere a existência da participação/integração dos três setores e da comunidade em geral, por si só, já é bastante completo, uma vez que busca a presença dessas quatro perspectivas. Contudo, é possível, também, estabelecer critérios prioritários complementares, para aprofundar a mensuração da integração dentro de cada um e entre os setores público, privado e sociedade civil organizada, bem como junto à comunidade em geral, visando melhor atender às necessidades, através da otimização dos recursos. Então, são cabíveis critérios com foco:

- na governança (prevista em diversas diretrizes, como, por exemplo, na AGENDA 2020 e que poderá utilizar, além dos critérios de aprofundamento previstos nacionalmente, critérios estabelecidos em diretrizes internacionais, como no The International IDEA – Local Democracy Assessment Guide e no URBACT – An Aproach to a System of Indicators for Integrated Development Projects);
- na integração local, regional, estadual, nacional e internacional, através de estímulos, redes de cooperação e acordos (aspectos priorizados pelo Plano de Governo, no Pacto Pelo Rio Grande e no Oitavo Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, entre outros);
- na modernização da gestão pública (Pacto Pelo Rio Grande);
- no associativismo, no cooperativismo e nas redes;
- nas PPPs – parcerias público-privadas;
- na inclusão social e digital;
- na implementação de conselhos, como o Conselho Estadual de Desenvolvimento e o Conselho de Assistência Social (art. 30 da LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social);
- no equilíbrio regional;
- nos Planos Diretores Participativos.

Importante salientar ser possível ao projeto, programa, localidade ou região estabelecer um foco mais específico para orientar as ações, como, por exemplo, a infra-estrutura, a família, entre outros aspectos relevantes, e, em cima desse foco, fazer uma análise do preenchimento dos critérios básicos, de critérios prioritários que aprofundem os critérios básicos, de outros critérios complementares gerais, de critérios específicos relacionados ao foco escolhido etc.

Em outras palavras, é possível estabelecer diversos níveis de mensuração através de critérios. Nesse contexto, é conveniente que os critérios dêem origem a indicadores, mas é indispensável que todas essas formas de mensuração sejam estabelecidas através de uma abordagem sistêmica.

Assim, é possível gerar, com convergência, efetividade e qualidade de vida, um ciclo de efeitos públicos, ambiente no qual é obtido o desenvolvimento harmônico e sustentável.

Desse modo, poderemos responder com ações questões como as levantadas na Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Cidades:

"Sustentabilidade é uma dimensão ambiental (no sentido do meio ambiente natural) do desenvolvimento ou é o novo nome do próprio desenvolvimento sob uma perspectiva sistêmica (englobando todas as outras dimensões, inclusive a social)? A sustentabilidade das sociedades humanas e das organizações governamentais, empresariais e sociais depende de quais fatores críticos?" (questão 38)

"Existem relações intrínsecas entre os padrões de organização em rede e os processos de sustentabilidade? Em que consistem tais relações?" (questão 39)

Com o objetivo de obter o desenvolvimento harmônico e sustentável, a maioria das diretrizes, nacionais e internacionais, converge. Mas há algumas divergências.

3. DIRETRIZES

ASPECTOS ABORDADOS:

3.1. EIXO ECONÔMICO

3.1.1. Divergências: principais dificuldades e desafios da economia do Estado

Este levantamento de dificuldades ou desafios mais significativos da economia do Estado, que é apresentado, a seguir, de forma itemizada e sintética, considera duas dimensões ou fases críticas da realidade econômica: a concentração e a desigualdade, as quais serão descritas e interpretadas por um conjunto relevante de variáveis macroeconômicas.

3.1.1.1. A economia gaúcha e sua inserção no cenário nacional

Em termos macroeconômicos, a economia do Estado, no longo prazo, mesmo mantendo-se entre as primeiras ou mais significativas do País, vem perdendo significação no cenário nacional.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, no período de 1995 a 2005, variou sua participação no total do Brasil, de 8,30 % para 7,50 %.

O PIB per capita, mesmo mantendo-se bem acima da média nacional, experimentou também uma considerável redução. Dos 47 % acima da média nacional, caiu para 43 %, no período de 1995 a 2004.

Com base na variável Valor Adicionado Bruto (VAB), a economia do Estado apresentava, para o ano de 2005, uma estrutura basicamente industrial, com importante desenvolvimento e diversificação do setor serviços. A importância fundamental da agropecuária gaúcha refere-se a seu grande potencial exportador e gerador de divisas para o país, a certa complementaridade com a indústria e importante função de produtora de alimentos para o mercado interno.

Em 2005, o VAB, em ordem de importância, era:
Indústria: 44,95
Serviços: 39,12
Agropecuária: 15,93
Total: 100,00
* Valor calculado segundo metodologia antiga em vigor até 2007.

3.1.1.2. Concentração do produto (PIB), da população e do emprego

O PIB do Estado é altamente concentrado regionalmente. Em 2002, dos 24 COREDES, somente três respondiam por quase a

metade (48,8 %) do PIB do RS (Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Sinos e Serra), enquanto nada menos do que 13 COREDES apresentaram parcela de PIB estadual inferior a 2 %.

No caso específico do COREDE Metropolitano Delta do Jacuí, o grau de concentração do PIB (21,1 %) era bastante significativo, sendo este comparável ao somatório do PIB dos 12 COREDES menores do Estado.

No caso da população, o grau de concentração verificado é também bastante elevado (42%) nestes três COREDES.

Os três COREDES mais importantes (Metropolitano Delta do Jacuí, Vale do Sinos e Serra), situados relativamente próximos entre si, caracterizam também um elevado grau de concentração espacial ou territorial de elevado PIB e população, que abrange apenas 15% da superfície do Estado.

Em termos municipais, também é possível verificar um elevado e diferenciado grau de concentração, tanto do PIB quanto da população. Assim, podemos destacar a concentração em determinados municípios dos três maiores COREDES, como é o caso de Porto Alegre, Canoas, Novo Hamburgo e Caxias, que formam o maior eixo polarizador da economia do Estado.

O perfil da concentração econômica no Estado, num período de longo prazo (1990 – 2002), tem permanecido relativamente estável. Dos 496 municípios: 58% permaneceram no mesmo patamar relativo de PIB estadual, 18% alcançaram faixas mais altas e 24% desceram de faixa.

Setorialmente, pode-se verificar também um elevado grau de concentração industrial. Estudos da FEE (Áurea Breitbach), que levaram em conta a importância do desenvolvimento deste setor, revelam que, das 35 sub-regiões que integram o Estado (consideradas pelo IBGE), somente nove podem ser definidas como Regiões Industriais. Tais regiões seriam as seguintes: (1) Caxias do sul, (2) Gramado – Canela, (3) Lageado – Estrela, (4) Litoral Lagunar, (5) Montenegro, (6) Porto Alegre, (7) Santa Cruz do Sul, (8) São Jerônimo e (9) Vale do Rio dos Sinos. Por conseqüência, a maior significação econômica das demais 26 sub-regiões do IBGE corresponderia aos setores: primário e terciário.

A dimensão da concentração industrial, no Estado, constata-se observando a significação econômica das referidas nove regiões, as quais respondiam por 78,17 % do Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria e geravam 77,13 % dos empregos industriais formais do Estado. Mais ainda, do conjunto das nove regiões industriais, apenas três (Caxias do Sul, Porto alegre e Vale do Sinos), concentravam 58 % dos empregos industriais do RS, isto é, 350.243 empregos industriais formais.

Um importante grau de concentração da especialização, por gêneros industriais, também se pode verificar no Estado. Assim, do conjunto dos 22 principais gêneros, somente cinco respondiam por 47,7 % dos empregos industriais: (1) Produtos alimentícios e bebidas, (2)Couros e fabricação de couros e calçados, (3) Fabricação de produtos de metal, (4) Máquinas e equipamentos e (5) Fabricação e montagem de veículos automotores.

De um modo geral, o crescimento da indústria e seus efeitos dinamizadores nas denominadas regiões industriais atraem sucessivamente mais renda e população, elevando o grau de concentração que aprofunda as desigualdades regionais.

As dificuldades decorrentes da grande concentração urbana, particularmente na Região Metropolitana de Porto Alegre e demais aglomerações do Estado, estariam sendo agravadas pela manutenção das elevadas taxas de desemprego, de mais de 15 %, no período de 2001 a 2006. Além da tendência de queda do salário real, somada à estrutural falta de investimentos públicos em infra-estrutura, saneamento básico e serviços básicos.

São elevados os índices de trabalho informal, particularmente nas áreas urbanas das principais cidades do Estado. Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) de 2006, realizada pelo DIEESE, 33,1% dos trabalhadores da Região Metropolitana de Porto Alegre estariam na informalidade.

Na agricultura, é crescente o distanciamento da produção moderna (associada à grande propriedade, à inovação tecnológica e à exportação) com a pequena propriedade (associada à produção para consumo interno, à falta de recursos e de programas governamentais de fomento).

No campo, verificam-se o crescimento estrutural do desemprego e a falta de políticas efetivas que minimizem os conflitos e disputas pela posse da terra, os quais atualmente evidenciam um significativo processo de radicalização.

3.1.1.3. Desigualdades no PIB per capita, na renda per capita e na renda dos assalariados

Indicadores sobre evolução da desigualdade do PIB per capita, nos municípios do Estado, mostram que ela é bastante significativa e que estaria se ampliando no longo prazo. Monastério e Ávila apontam esse processo, para o período de 1939 – 2001, mesmo excluindo o Município de Triunfo, por ter um comportamento atípico.

No período de 1990 – 2002, analisando-se a média dos grupos extremos, dos 10 municípios mais pobres, com os 10 Municípios mais ricos, e comparando-se a diferença com o PIB per capita médio, constata-se que a diferença, em 2002, era de 2,55 vezes o PIB per capita médio estadual. Pode-se afirmar, portanto, que é considerável a distância que separa a pobreza e a riqueza no Estado, apesar de o crescimento do PIB per capita, dos Municípios mais pobres, ter sido mais significativo nos últimos anos.

Outro indicador que fornece uma boa informação sobre a distribuição da pobreza e da riqueza no Estado é a Renda per Capita. Estimativas da FEE para o ano 2000 revelam que apenas os COREDES Metropolitano e Serra estão acima da renda média do Estado e nada menos que os 22 restantes estão abaixo da média do Estado.

A tendência de queda do Rendimento Médio Real dos assalariados, no período 2001 a 2006, foi, em termos absolutos, de R$ 1.164 para R$ 1.051, representando, em termos relativos, uma queda do índice, de 101 para 91,2 nesse mesmo período (o ano base 2000 teve índice 100).

Uma análise, com dados do IBGE, da percentagem de pobres, categoria que define as famílias com menos de dois salários mínimos, mostra que as desigualdades de renda se aproximam às da pobreza. Para o ano 2000 foi evidenciada uma clara correlação negativa, entre nível de renda per capita e percentagem de pobres (maior renda per capita, menor percentagem de pobres). Os COREDES Médio Alto Uruguai, Missões e Alto da Serra do Botucaraí não somente são os mais pobres em PIB e renda per capita em relação à média do Estado, como também são os que apresentam maior percentagem de populações pobres.

Os dados do IBGE mostram que, no período de 1991 a 2000, houve uma redução na percentagem de famílias com menos de dois salários mínimos no Estado, sendo esta variação de 26%, em 1991, para 22%, em 2000; porém mantendo-se ainda um grande contingente de pessoas nessa situação (mais de 2 milhões). A situação desse quadro se agrava pela queda do poder de compra do salário mínimo, ocorrida no mesmo período, que foi de aproximadamente 25%.

3.1.1.4. Condicionantes da economia global e dos investimentos

A tendência de crescimento econômico da economia mundial tem uma repercussão que pode ser avaliada como positiva, em termos de demanda externa, tanto para o País como para nosso Estado. Entretanto, tal tendência, ou conjuntura, se avaliada linearmente, pode promover arranjos e ajustes na estrutura da oferta interna dos setores produtivos, a ponto de comprometer a disponibilidade de recursos, o meio ambiente e o desenvolvimento interno, auto-sustentado e harmônico.

A fragilidade ou divergência da relação entre economia e meio ambiente é decorrente da falta de uma efetiva política de proteção estratégica e racional dos recursos naturais e do meio ambiente. Salienta-se a falta da necessária Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), dos planos e programas de Governo, a qual deverá preceder as decisões dos grandes projetos de investimento, nos setores primários e secundários; até mesmo para agilizar a tramitação dos mesmos.

A guerra fiscal entre os Estados da Federação eleva o custo e/ou diminui os benefícios dos investimentos externos no Rio Grande do Sul. De um lado, o Estado é obrigado a aceitar o compromisso de arcar com os custos da infra-estrutura, construção de instalações e até com aporte do dinheiro público, e, de outro, a prática de isenção de impostos, deixando de arrecadar volumosos recursos.

A injusta política de retornos fiscais (ICM) praticada pelo Governo Federal com nosso Estado penaliza a produção e beneficia os Estados consumidores do Norte e do Nordeste.

A baixa prioridade dada pelo Governo Federal ao Estado do Rio Grande do Sul no que diz respeito a investimentos públicos não viabiliza infra-estrutura e equipamentos que melhorem sua competitividade no contexto nacional.

A falta de investimentos e incentivos públicos eficazes ao micro e pequeno produtor do campo e da cidade imobiliza as iniciativas e potencialidades. No campo, essas carências estão na base dos processos migratórios para a cidade, que alimentam a concentração de problemas.

A partir de dados do IBGE – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2008 e Estudos da FEE – Índice de Potencial Poluidor da Indústria 2007, apresentamos os índices que servirão de base para a sociedade em nível municipal. Cientes da dificuldade de coletar os dados nos 496 municípios apresentados nas dimensões ambiental, social, econômica e institucional, o estudo se baseia em um trabalho mais adaptado à realidade e peculiaridade de cada região.

Indicadores socioeconômicos

Dimensão social

População

Taxa de crescimento da população

Taxa de fecundidade

População e terras indígenas

Trabalho e rendimento

Índice de Gini da distribuição do rendimento

Taxa de desocupação

Rendimento familiar per capita

Rendimento médio mensal

Número de cooperativas legalizadas formadas

Saúde

Esperança de vida ao nascer

Taxa de mortalidade infantil

Prevalência de desnutrição total

Imunização contra doenças infecciosas infantis

Oferta de serviços básicos de saúde

Doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado

Saneamento

Acesso a serviço de coleta de lixo doméstico

Destinação final do lixo
Acesso a sistema de abastecimento de água
Acesso a esgotamento sanitário
Tratamento de esgoto

Educação

Taxa de escolarização
Taxa de alfabetização
Taxa de formação em nível técnico
Escolaridade

Habitação

Adequação de moradia
Número de cooperativas habitacionais formadas

Segurança

Coeficiente de mortalidade por homicídios
Coeficiente de mortalidade por acidentes de transporte

Dimensão econômica

Quadro econômico

Produto Interno Bruto per capita
Grau de endividamento

Padrões de produção e consumo

Consumo de energia per capita
Intensidade energética
Participação de fontes renováveis na oferta de energia
Consumo mineral per capita
Vida útil das reservas minerais
Reciclagem
Coleta seletiva de lixo
Índice de Potencial Poluidor da Indústria – FEE – por município e COREDES

Adicionalmente, podemos citar, textualmente, algumas idéias importantes citadas no Relatório Plataforma de Ação dos Movimentos Sociais – RS:

1. Fortalecimento das finanças públicas:

Combate a renúncia fiscal e o fim da guerra fiscal, inclusive com a revisão dos benefícios fiscais já concedidos aos grandes empresários, com a luta sistemática contra a sonegação tributária.

Rediscussão da matriz tributária que tenha como base a Justiça Tributária, com a mudança do caráter indireto e regressivo do sistema tributário.

Renegociação da dívida pública com a União.

2. Recuperação do papel do Estado como indutor do desenvolvimento:

Reafirmamos a necessidade do fortalecimento do papel do Estado, como indutor do desenvolvimento. A supressão do Estado público, defendida e praticada pelos neoliberais, visa na realidade a privatizar o Estado por alguns poucos monopólios, que se traduzem em aumento de tarifas, desemprego em massa, arrocho salarial e precarização de direitos, como bem o demonstram as privatizações realizadas durante o desGoverno FHC.

A ação do Estado deve voltar-se para o crescimento integrado e sustentável dos diversos sistemas locais de produção, apoiando as pequenas e médias empresas, fortalecendo a agricultura familiar, com investimentos em ciência e tecnologia, integrando o desenvolvimento regional, com a elevação dos gastos públicos nas áreas sociais.

É preciso integrar e fortalecer a relação do Estado com as universidades públicas, para que pesquisa e a extensão acadêmica estejam integradas.

Defesa de uma ativa política industrial e de ciência, tecnologia e inovação que prepare o país para atuar em segmentos dinâmicos e de ponta.

Valorização dos centros de produção de conhecimento científico e tecnológico.

Retomando o fortalecimento da UERGS, realizando investimentos em educação básica, ensino técnico profissionalizante e ensino superior.

3. Geração de emprego, renda e valorização do salário:

Priorizar os setores geradores de emprego (coureiro-calçadista, móveis, alimentos, malharias, pequenas vinícolas, entre outros), empregando instrumentos de política pública voltada à qualificação dos centros de desenvolvimento de PD; de formação de mão-de-obra, do ponto de vista da melhoria do produto, para agregar valor; de estímulo à formação de redes de cooperação da interação entre as pequenas e médias empresas, e de cooperativas de trabalhadores para gerar mais empregos e garantir melhores salários, exigindo dos empresários a manutenção de emprego em períodos de crise conjuntural.

Priorizar setores modernos com base regional (material de transporte, na região Nordeste do Estado, informática e eletroeletrônica, principalmente); estimular esses setores a utilizar fornecedores locais.

Formalização do trabalho informal, combate à precarização e à flexibilização da legislação trabalhista.

Redução da jornada de trabalho sem redução de salários.

Implantação da política de valorização do salário mínimo nacional como forma de intensificar a distribuição de renda no país. Valorizar a proposta da CUT que trabalha o conceito de "salário mínimo necessário" e a proposta de criação de fontes de financiamento para estabelecimento de uma política permanente de valorização do salário mínimo, incluindo o Imposto Solidariedade sobre grandes fortunas.

Implementação de uma política permanente de valorização do piso salarial regional.

Por mais investimentos em infra-estrutura (energia, saneamento, portos, estradas, linhas ferroviárias e hídricas).

Por mais investimentos na economia popular e solidária.

3.2. EIXO SOCIAL

Em setembro de 2000, a ONU formalizou com 192 países membros, entre eles o Brasil, um pacto global para o combate à extrema pobreza e à fome no mundo, a DECLARAÇÃO DO MILÊNIO. Esse relatório propõe objetivos, metas e indicadores sociais conhecidos mundialmente como os OITO OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO – ODM, conjunto de oito desafios que induzem os países a políticas sociais de erradicação da fome e da pobreza, efetividade da educação básica universal, promoção da igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres, redução da mortalidade infantil, melhoria da saúde materna, combate ao HIV/AIDS e outras doenças, garantia da sustentabilidade ambiental e estabelecimento de uma parceria mundial para o DESENVOLVIMENTO.

Os ODMs são uma agenda convergente internacional no plano social. Constituem um eixo que aponta caminhos para que o DESENVOLVIMENTO HARMÔNICO SUSTENTÁVEL venha a se concretizar em substituição a indesejáveis realidades que hoje presenciamos.

A consideração dos ODMs deve ser constante na formulação de políticas sociais por todos os níveis de Governo. No caso do Brasil, as carências sociais são relevantes e no do Rio Grande do Sul há um estudo, abaixo exposto, revelando que muitos municípios gaúchos apresentam sérias distorções sociais e terão dificuldades de avançar em algumas áreas até 2015, quando será feita a primeira avaliação da efetividade dos ODMs. Em razão disso, torna-se imperativo que as políticas públicas em desenvolvimento sejam mantidas e inúmeras outras implantadas, contemplando os Municípios, isto é, o local onde as pessoas vivem e constroem sua história. Segundo a ONU, 70% dos ODMs só poderão ser alcançados nos Municípios.

Os OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO no Brasil deverão, portanto, inspirar a formulação de políticas públicas

de melhoria das condições de vida das populações desde o Governo Central até as sedes municipais e poderão se transformar em poderoso fator de planejamento, orientando gestores públicos para que administrem em sintonia com as demandas sociais e apliquem com efetividade os recursos disponíveis.

DIAGNÓSTICO: OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO NOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL

Com o intuito de avaliar em que medida as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio vêm sendo efetivadas nos Municípios do Rio Grande do Sul, a equipe do Núcleo de Indicadores Sociais do Centro de Informações Estatísticas da FEE, por solicitação do Fórum Permanente de Responsabilidade Social do Rio Grande do Sul – Fórum RS, realizou um diagnóstico, compatibilizando objetivos, metas e indicadores com as bases estatísticas municipais disponíveis. Nesse sentido, foram escolhidos sete macroobjetivos, nove metas e 18 indicadores, adaptados à fonte de dados disponível e à escala dos 496 Municípios gaúchos.

Para o diagnóstico desses objetivos e dessas metas, foram criados critérios de avaliação – categorizações – para cada um dos 18 indicadores selecionados, levando-se em consideração o comportamento do indicador atingido até o último ano estatístico disponível para a base municipal. São eles:

– Alcançado – considera-se que, neste indicador, já se alcançou a meta. O fato de se afirmar que a meta estipulada já foi atingida não significa que ela venha a se manter assim até 2015;

– A caminho – considera-se que, neste indicador, se alcançará a meta até 2015, se for mantido o ritmo de melhora em curso;

– A caminho/avanço lento – em alguns Municípios, não foi possível identificar a categorização. Neste indicador, há melhoras, mas não é identificado o ritmo de mudança;

– Avanço lento - há melhora no indicador, mas, mantido o ritmo, a meta não será atingida até 2015;

– Nenhuma mudança ou mudança negativa – nesta categoria, o indicador ou não apresenta nenhuma mudança, ou apresenta mudança negativa até o último ano estatístico disponível.

FEE – Fundação de Economia e Estatística

Objetivos, metas e indicadores de desenvolvimento do milênio no Rio Grande do Sul – 1991–1995

ANOS			1991	1995	2000	2005	CATEGORIZAÇÃO
POPULAÇÃO			9.138.670	9.540.715	10.187.79	10.749.595	
IDH-M			0,753		0,814		
OBJETIVOS	METAS	INDICADORES					
Erradicar a extrema pobreza e a fome	Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população com renda inferior a 1 US$ PPC/dia.	Proporção dos indivíduos com rendas domiciliares per capita inferiores a meio salário mínimo.	28,8	-	19,7	-	A caminho
	Reduzir pela metade, entre 1990 e 2015, a proporção da população que sofre de fome.	Taxa de crianças com baixo peso ao nascer (por 100 nascidos vivos)	(1) 8,2	8,4	8,7	9,0	Nenhuma mudança ou mudança negativa
Atingir o ensino fundamental universal	Garantir que, até 2015, todas as crianças, de ambos os sexos, terminem o ciclo completo de ensino fundamental.	Percentual de não-escolarizados no ensino fundamental, na faixa etária de 7 a 14 anos.	13,1	-	5,4	-	A caminho
		Percentual de não-alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos.	3,6	-	1,8	-	A caminho
Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres	Eliminar a disparidade entre os sexos nos ensinos fundamental e médio, se possível até 2005, e em todos os níveis de ensino, no mais tardar até 2015.	Razão entre mulheres e homens no ensino fundamental.	0,968	-	0,936	-	Alcançado
		Razão entre mulheres e homens no ensino médio.	1,213	-	1,161	-	A caminho
		Razão entre mulheres e homens no ensino superior.	1,168	-	1,347	-	Nenhuma mudança ou mudança negativa

		Razão entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos.	1,012	-	0,985	-	Alcançado
Reduzir a mortalidade infantil	Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de crianças menores de 5 anos.	Proporção de mulheres no total de assalariados.	39,2	60,1	41,8	(2) 42,8	Avanço lento
		Proporção de mulheres exercendo mandatos nas Câmaras de Vereadores.	(1) 5,1	(3) 8,8	10,5	(2) 12,0	Avanço lento
		Taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos (por 1.000 nascidos vivos).	(1) 22,7	22,2	19,0	15,9	Avanço lento
		Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos).	(1) 19,3	18,7	15,1	13,6	Avanço lento
Melhorar a saúde materna	Reduzir em 75%, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade materna.	Taxa de mortalidade materna (por 100.000 nascidos vivos).	(1) 40,0	50,5	45,0	66,0	Nenhuma mudança ou mudança negativa
Combater o HIV/AIDS, a tuberculose e outras doenças	Até 2015, deter e começar a reverter a propagação da AIDS.	Taxa de incidência do HIV/AIDS entre as mulheres na faixa etária de 15 a 24 anos (por 100.000 pessoas).	0,3	0,7	2,3	(2) 2,0	Nenhuma mudança ou mudança negativa
		Taxa de incidência da AIDS por município (por 100.000 pessoas).	8,3	14,7	29,5	(2) 28,9	Nenhuma mudança ou mudança negativa
	Reduzir pela metade o número de casos e mortes por tuberculose entre 1990 e 2015.	Taxa de mortalidade ligada à tuberculose (por 100.000 pessoas).	2,8	3,6	3,3	(2) 2,6	Avanço lento
Garantir a sustentabilidade ambiental	Reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população sem acesso permanente e sustentável à água potável e segura.	Proporção de domicílios sem acesso a uma fonte de água ligada à rede geral.	27,1	-	20,3	-	A caminho
		Proporção de domicílios sem acesso à rede geral de esgoto ou pluvial.	88,7	-	72,6	-	Avanço lento

FONTE: FEE/NIS
(1) O dado refere-se a 1992.
(2) O dado refere-se a 2004.
(3) O dado refere-se a 1996

SÍNTESE DOS RESULTADOS

Os indicadores dos ODMs revelam que o RS apresenta a classificação Alcançado e A caminho em sete metas, e, caso se mantenha o desempenho até o momento efetivado, certamente se chegará ao resultado proposto para o ano de 2015. Outras 11 metas estão categorizadas como Avanço lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa, sendo que, se persistir esse desempenho, não se atingirão os resultados almejados para 2015.

Nas metas relacionadas ao primeiro objetivo, de erradicar a extrema pobreza e a fome, usando como referência, em 2000, a população economicamente ativa de 10 anos ou mais de idade, os resultados do RS mostram que 50,9% das pessoas ocupadas percebiam até um salário mínimo por classe de rendimento nominal mensal. Para os ODMs, o indicador utilizado foi o da renda domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo. Neste, o RS está categorizado como A caminho. Os resultados do RS apontam uma queda na proporção de indivíduos nessa situação, entretanto, mesmo isso sendo positivo, não foi suficiente para causar uma queda na taxa de crianças com baixo peso ao nascer, pois houve um acréscimo na mesma. A categorização do RS no indicador da taxa de crianças com baixo peso, vinculada à meta de redução da fome, indica Nenhuma mudança ou mudança negativa.

Na dimensão municipal, 84,4% dos municípios gaúchos vêm reduzindo o número de indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo. Esses Municípios, que abrangem a soma das categorias Alcançado e A caminho, correspondem a 52,6% da população total do RS. Mas a situação é de Avanço lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa em 15,7% do total de Municípios, o que corresponde a 47,4% da população do Estado, que representam muitos dos Municípios mais populosos.

Quanto à meta de reduzir pela metade a proporção da população que sofre de fome, no indicador taxa de crianças com baixo peso ao nascer, a soma das categorias Avanço lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa abrange 75,8% do total dos Municípios, o correspondente a 95,2% da população do Estado, sendo que tais Municípios apresentam 98,4% dos casos. Dentro do segundo objetivo, de atingir o ensino fundamental universal, os indicadores percentuais de não-escolarizados na faixa etária de 7 a 14 anos e o de não-alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos, mostram que o RS se encontra na categorização A caminho. No plano municipal, 97,4% dos Municípios do RS, o correspondente a 96,86% do total da população, categorizam-se como A caminho na redução do percentual de não-escolarizados na faixa etária de 7 a 14 anos, enquanto 79,4% dos Municípios do Estado, o equivalente a 94,35% do total da população do RS, mostram redução no percentual de não-alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos, sendo também categorizados como A caminho.

No terceiro objetivo, voltado à promoção da igualdade entre os sexos e à autonomia das mulheres, o RS possui, na categorização Alcançado, duas metas realizadas: eliminar a disparidade entre mulheres e homens no ensino fundamental e entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos. A meta da igualdade entre mulheres e homens no ensino médio encontra-se A caminho; no âmbito do ensino superior, a razão entre mulheres e homens encontra-se na categorização Nenhuma mudança ou mudança negativa. Quanto ao objetivo de promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, os indicadores proporção de mulheres no total de assalariados e mulheres exercendo mandatos nas Câmaras de Vereadores estão categorizados como Avanço lento.

No âmbito municipal, a meta de eliminar a disparidade entre homens e mulheres no ensino fundamental atinge a categorização Alcançado em 55,2% dos Municípios gaúchos, ou seja, 83,5% do total da população do RS. O percentual de Municípios quanto à equiparação entre mulheres e homens alfabetizados na faixa etária de 15 a 24 anos está nas categorias Alcançado e A caminho e abrange 76,9% dos Municípios, o que corresponde a 94,8% do total da população estadual.

Na busca da promoção da igualdade entre os sexos e da autonomia da mulher, considerando-se a razão entre mulheres e homens no ensino médio, a soma das categorias Alcançado e A caminho alcança 54,8% dos Municípios do Estado. Esse percentual abrange, por sua vez, 48,3% da população total do Estado. Porém, na soma das categorias Avanço lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa, estão incorporados 44,8% do total dos Municípios, relativos a 51,7% da população total do Estado.

A busca de igualdade de gênero no ensino superior mostra que a soma das categorias Nenhuma mudança ou mudança negativa e Avanço lento atinge 59,9% do número total dos Municípios, pois a razão entre mulheres e homens é mais favorável às primeiras. Esse conjunto de Municípios abrange 73,8% da população total do Estado.

A soma das categorias Avanço lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa mostra a dificuldade da maioria dos Municípios em alcançar a meta de eliminar as disparidades entre os gêneros no que respeita aos salários. Essa soma abrange 62,3% do total dos Municípios, o correspondente a 58,2% da população do Estado. Para promover a igualdade, esses Municípios precisariam aumentar em 27,6% a oferta de novos empregos. Cabe ressaltar que, das mulheres assalariadas, 41,9% têm até o ensino médio incompleto. A escolarização revela uma posição melhor, na formação de nível superior, para 3,1% dos trabalhadores do sexo feminino, mas metade destes não alcança o piso salarial de seis salários mínimos das categorias profissionais de trabalho de nível superior, o que revela a necessidade da melhoria do nível dos salários para as mulheres trabalhadoras.

A maioria dos Municípios, 57,4% do total, o equivalente a 66,3% da população do Estado, possui baixa participação feminina nas Câmaras Municipais, podendo ser categorizadas como Avanço lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa, o que evidencia uma tendência a não atingirem a meta estipulada de equilíbrio na representação política, em que pese o acréscimo de vereadoras no período considerado.

Quanto ao quarto objetivo, de redução das taxas de mortalidade infantil e da de menores de cinco anos, o Estado encontra-se na categoria Avanço lento.

No caso de mortalidade de menores de 5 anos, a soma das categorias Avanço lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa abrange 52,3% do total dos Municípios, com 83,5% dos casos. Esses Municípios correspondem a 73,1% da população total do Estado. No caso da mortalidade infantil de menores de 1 ano, há um leve acréscimo no número de Municípios – 50,6% do total do Estado, compondo 23,1% da população total – que estão nas categorias Alcançado e A caminho. Todavia 49,4% deles encontram-se nas categorias Avanço lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa. Esses Municípios participam com 87,6% dos casos de mortalidade de menores de 1 ano e abrangem 76,9% do total da população do Estado.

Quanto ao quinto objetivo, de melhorar a saúde materna, o RS alcança a categoria Nenhuma mudança ou mudança negativa. Somente 13,1% do total dos Municípios somam a categoria Avanço lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa, porém concentram 99,0% do número de casos de mortalidade materna; esses Municípios correspondem a 61,0% da população do Estado.

Quanto ao sexto objetivo, de combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças, o RS alcança a categoria Nenhuma mudança ou mudança negativa. Em relação à reversão da propagação de doenças importantes, como a tuberculose, a categorização do RS é Avanço lento. Do total dos Municípios gaúchos, apenas 10,1% são responsáveis por 98,1% da incidência por HIV/AIDS em mulheres de 15 a 24 anos, abrangendo, por outro lado, 56,4% da população total do Estado. Em relação à incidência de AIDS por Municípios, 34,3%

obtiveram a categorização Nenhuma mudança ou mudança negativa, além de concentrarem 99,6% dos casos, o que afeta 82,8% da população do RS.

No combate à tuberculose, 85,7% do total dos Municípios atingiram a categoria Alcançado e A caminho e apresentam 34,6% de todos os casos da doença. Esses municípios abrangem 62,5% da população total do Estado. Os que obtiveram as categorizações Avanço lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa correspondem a 14,3% dos municípios do Estado. Esses abrangem 37,5% da população total do Estado e concentram 65,4% dos casos de tuberculose.

No que diz respeito ao sétimo objetivo, de garantir a sustentabilidade ambiental, com a meta de reduzir pela metade a proporção da população sem acesso a uma fonte segura de água ligada à rede geral e sem acesso à rede geral de esgoto ou pluvial, o RS alcança as categorias A caminho e Avanço lento respectivamente.

Na situação de vir a atingir ou manter a meta já alcançada de redução da população sem acesso a uma fonte segura de água ligada à rede geral, encontram-se 51,6% do total dos Municípios, percentual que é a soma das categorias Alcançado e A caminho. Esse percentual corresponde a 53,3% da população total do Estado. Os demais Municípios estão classificados na categoria Avanço lento.

Em relação ao limite da meta de reduzir pela metade a proporção da população sem acesso à rede geral de esgoto ou pluvial, 89,5% do total dos Municípios estão classificados como Avanço lento e Nenhuma mudança ou mudança negativa. Fica, assim, excluída 69,6% da população total do Estado, comprometendo-se a possibilidade de se alcançar o patamar estipulado, mantido o ritmo das políticas públicas passadas.

Indicadores sociais selecionados do Rio Grande do Sul: uma comparação com outros Estados a partir dos dados da PNAD 2006

O presente texto tem por objetivo fazer uma breve análise de alguns indicadores sociais do Rio Grande do Sul na comparação com os outros Estados do Brasil. A fonte principal dos dados é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referente ao ano de 2006, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São analisadas 11 tabelas, que contemplam indicadores de demografia, saúde, educação, renda, condições de vida e saneamento básico[13].

DEMOGRAFIA

Os dados sobre demografia apresentados a seguir são evidências de dois fatos: o baixo crescimento populacional do Rio Grande do Sul e a expressiva parcela de idosos em sua população. A Tabela 1[14] mostra que, entre os Estados brasileiros, o Rio Grande do Sul possui a menor taxa de fecundidade total e a menor taxa bruta de natalidade. Quanto à taxa bruta de mortalidade, a do RS é de 6,7 mortos por mil habitantes por ano, representando a oitava maior taxa do Brasil.

A Tabela 2 informa que o Estado tem 1.367.000 de pessoas com 60 anos ou mais. Isso representa 12,4% de sua população, indicador somente superado pelo Rio de Janeiro, cuja proporção de pessoas idosas é de 14,1%. Há, ainda, em torno de 20.500 gaúchos com 80 anos ou mais de idade, de acordo com os dados do IBGE.

---

[13] Em anexo, existe um glossário para alguns indicadores usados no trabalho.
[14] Os valores referentes aos Estados que apresentam os melhores indicadores estão grifados em amarelo.

TABELA1 – **TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL, TAXA BRUTA DE NATALIDADE, TAXA DE MORTALIDADE, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2006**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL	TAXA BRUTA DE NATALIDADE (%)	TAXA BRUTA DE MORTALIDADE (%)
Brasil	2,0	17,3	6,2
Rondônia	2,2	20,1	5,1
Acre	2,8	25,6	5,1
Amazonas	2,3	22,1	4,5
Roraima	3,3	29,8	5,0
Pará	2,3	21,0	4,9
Amapá	3,1	29,1	5,0
Tocantins	2,2	20,5	5,6
Maranhão	2,4	22,4	6,7
Piauí	2,3	21,4	6,5
Ceará	2,1	19,4	6,6
Rio Grande do Norte	2,1	18,9	6,7
Paraíba	2,0	18,4	7,5
Pernambuco	2,0	18,2	7,5
Alagoas	2,8	24,8	7,4
Sergipe	2,4	21,9	6,1
Bahia	2,2	20,1	6,2
Minas Gerais	1,9	16,5	6,0
Espírito Santo	1,9	17,5	5,9
Rio de Janeiro	1,8	14,7	7,3
São Paulo	1,7	15,1	6,2
Paraná	1,7	14,7	5,9
Santa Catarina	1,7	14,3	5,4
Rio Grande do Sul	1,6	13,2	6,7
Mato Grosso do Sul	2,1	18,1	5,7
Mato Grosso	2,1	18,8	5,1
Goiás	1,9	17,2	5,5
Distrito Federal	1,9	18,4	4,3

Fonte: IBGE.

TABELA 2 – **POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL E DE 60 ANOS OU MAIS DE IDADE, TOTAL E RESPECTIVA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2006**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO RESIDENTE							
	Total (1000 pessoas)	De 60 anos ou mais de idade						
		Total		Distribuição percentual, por grupos de idade (%)				
		Absoluto (1000 pessoas)	Relativo (%)	60 a 64 anos	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 a 79 anos	80 anos ou mais
Brasil	187 228	19 077	10,2	3,1	2,5	1,9	1,3	1,3
Rondônia	1 567	102	6,5	2,2	1,6	1,2	1,0	0,5
Acre	664	43	6,4	2,2	1,5	1,1	1,0	(1) 0,7
Amazonas	3 351	195	5,8	1,8	1,8	1,2	0,6	0,5
Roraima	405	18	4,3	1,6	(1) 0,8	(1) 0,7	(1) 0,6	(1) 0,6
Pará	7 136	475	6,7	2,2	1,7	1,1	0,8	0,8
Amapá	619	30	4,8	2,0	1,4	(1) 0,6	(1) 0,5	(1) 0,3
Tocantins	1 337	117	8,7	2,9	2,2	1,3	1,2	1,1
Maranhão	6 199	513	8,3	2,6	1,9	1,6	0,9	1,2
Piauí	3 041	307	10,1	3,4	2,5	1,8	1,0	1,4
Ceará	8 238	815	9,9	2,9	2,4	1,7	1,4	1,6
Rio Grande do Norte	3 051	313	10,3	2,8	2,4	1,9	1,4	1,8
Paraíba	3 628	393	10,8	3,0	2,6	1,6	1,7	2,0
Pernambuco	8 518	829	9,7	2,9	2,3	1,7	1,3	1,5
Alagoas	3 057	283	9,3	2,6	2,2	1,7	1,1	1,6
Sergipe	2 007	181	9,0	2,6	2,1	1,8	1,2	1,3
Bahia	13 974	1 342	9,6	2,9	2,4	1,7	1,1	1,5
Minas Gerais	19 522	2 136	10,9	3,3	2,7	2,2	1,3	1,4
Espírito Santo	3 474	318	9,1	2,8	2,1	2,0	1,3	1,0
Rio de Janeiro	15 593	2 192	14,1	4,1	3,6	2,7	2,0	1,7
São Paulo	41 164	4 391	10,7	3,2	2,6	2,1	1,4	1,4
Paraná	10 410	1 024	9,8	3,2	2,4	1,8	1,3	1,1
Santa Catarina	5 974	605	10,1	3,2	2,8	1,7	1,3	1,1
Rio Grande do Sul	10 984	1 367	12,4	3,8	3,0	2,3	1,8	1,5
Mato Grosso do Sul	2 304	202	8,8	2,8	2,0	1,7	1,1	1,1
Mato Grosso	2 866	227	7,9	2,9	2,1	1,3	0,8	0,8
Goiás	5 750	503	8,8	3,0	2,1	1,6	1,0	1,0
Distrito Federal	2 393	158	6,6	2,4	1,5	1,2	0,8	0,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006. (1) Dado sem significância estatística.

TABELA 3 – **TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL E ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER, POR SEXO, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2006**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (%)	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER		
		TOTAL	HOMENS	MULHERES
Brasil	25,1	72,4	68,7	76,2
Rondônia	24,4	70,9	68,2	73,8
Acre	31,7	71,1	68,6	73,8
Amazonas	26,8	71,3	68,4	74,4
Roraima	19,6	69,6	67,2	72,1
Pará	25,2	71,7	68,8	74,7
Amapá	24,6	70,1	66,2	74,1
Tocantins	28,1	71,0	68,8	73,3
Maranhão	40,7	67,2	63,4	71,3
Piauí	29,3	68,6	65,6	71,7
Ceará	30,8	69,9	65,7	74,4
Rio Grande do Norte	36,1	70,1	66,3	74,1
Paraíba	39,4	68,6	65,2	72,2
Pernambuco	39,8	67,9	64,5	71,5
Alagoas	51,9	66,4	62,5	70,5
Sergipe	35,0	70,6	67,3	74,1
Bahia	34,5	71,7	68,5	75,1
Minas Gerais	21,1	74,4	71,0	77,9
Espírito Santo	19,5	73,4	69,9	77,2
Rio de Janeiro	20,2	72,8	68,4	77,3
São Paulo	16,0	73,9	69,8	78,3
Paraná	19,3	73,8	70,7	77,0
Santa Catarina	16,6	75,0	71,8	78,4
Rio Grande do Sul	13,9	74,8	71,1	78,6
Mato Grosso do Sul	18,5	73,5	70,2	76,9
Mato Grosso	21,0	72,9	69,3	76,6
Goiás	20,0	73,1	69,9	76,5
Distrito Federal	17,3	75,1	71,4	79,0

Fonte: IBGE.

SAÚDE

Em relação aos indicadores de saúde selecionados, o RS apresenta uma situação destacada na comparação com os outros Estados. A Tabela 3 revela que a mortalidade infantil no RS, de 13,9 por mil, é a menor do País. A média nacional é de 25,1 por mil e a segunda menor taxa, de São Paulo, é de 16,0 por mil. No indicador de esperança de vida ao nascer, o dado referente ao RS, de 74,8 anos, garante-lhe o terceiro lugar entre os 27 Estados brasileiros. Esse valor fica bem próximo dos 75,1 anos do primeiro colocado, o Distrito Federal.

EDUCAÇÃO

A PNAD 2006 revelou dados preocupantes em relação à educação no Rio Grande do Sul. A Tabela 4 apresenta as taxas de freqüência bruta a estabelecimento de ensino de acordo com faixas etárias. Da população total do RS, 27,0% freqüentam algum tipo de unidade educacional. Na faixa etária de 0 a 6 anos, apenas 36,0% dos gaúchos estão na escola, a 19a pior posição entre os Estados. A situação melhora um pouco quando se considera apenas a subfaixa de 0 a 3 anos, mas piora muito na de 4 a 6 anos de idade. Na população gaúcha de 7 a 14 anos, 98,4% estão na escola, o que coloca o RS na quarta colocação entre os Estados do Brasil. Entre 15 e 17 anos, a freqüência bruta cai para 80,6%, fazendo despencar a colocação do RS para a 16a nessa faixa etária. Na população com idade entre 18 a 24 anos, a taxa para o RS é de 29,6%. Esse valor em si não é muito bom, mas deve-se levar em conta que, dos alunos pertencentes a essa faixa etária, 57,8% deles, ainda de acordo com a PNAD 2006, freqüentam estabelecimentos de ensino superior, a terceira melhor taxa do Brasil.

A taxa de freqüência líquida a estabelecimento de ensino é apresentada na Tabela 5. No Fundamental, o RS está na quarta colocação entre os Estados que mostram as maiores taxas de acesso. No Médio, a situação piora um pouco, com o RS caindo para a quinta colocação, bem distante do primeiro colocado, São Paulo.

A Tabela 6 mostra a proporção de estudantes do ensino fundamental com idade superior à recomendada, uma medida de defasagem. Nesse indicador, o RS possui colocações que variam da quarta à nona posições, sempre apresentado uma distância considerável em relação aos primeiros colocados. Vale notar que, das oito séries, São Paulo obtém a primeira colocação em sete delas.

Ainda na educação, a Tabela 7 fornece um retrato da média de anos de estudo da população do RS na comparação com os outros Estados. Dos treze grupos de idade analisados, o RS apresenta sua melhor posição, terceiro, nas idades de 15 e 16 anos. As melhores colocações pertencem aos Estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Distrito Federal e Goiás.

TABELA 4 – **TAXA DE FREQÜÊNCIA BRUTA A ESTABELECIMENTO DE ENSINO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2006**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TAXA DE FREQÜÊNCIA BRUTA A ESTABELECIMENTO DE ENSINO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (%)							
	TOTAL	Grupos de idade						
		0 a 6 anos						
		Total	0 a 3 anos	4 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 anos ou mais
Brasil	31,2	43,0	15,5	76,0	97,6	82,2	31,7	5,6
Rondônia	31,4	28,0	7,3	51,9	95,7	75,1	25,9	5,7
Acre	36,6	24,9	4,2	53,2	94,0	78,9	33,4	9,4
Amazonas	36,8	29,5	6,8	61,1	96,7	85,1	35,6	9,7
Roraima	40,2	44,0	9,9	82,6	97,4	85,2	28,7	11,9
Pará	34,9	34,7	9,0	67,4	95,4	75,2	31,8	6,5
Amapá	40,2	33,0	6,9	68,6	97,3	88,1	39,6	9,9
Tocantins	35,8	32,9	8,6	65,4	97,6	83,2	34,3	8,9
Maranhão	37,5	40,2	9,9	78,0	96,6	80,5	31,2	6,7
Piauí	36,6	40,7	7,9	78,9	97,8	83,2	39,0	8,7
Ceará	34,7	50,6	18,4	88,4	97,5	81,3	30,2	6,2
Rio Grande do Norte	32,9	48,7	19,6	87,5	96,5	79,9	29,1	6,5
Paraíba	33,4	43,3	13,8	80,9	97,1	78,8	35,6	6,4
Pernambuco	33,0	44,5	14,9	80,1	96,0	79,1	33,3	5,6
Alagoas	35,1	37,9	10,7	69,3	95,9	73,6	36,8	6,2
Sergipe	34,4	48,2	14,0	84,6	97,1	81,9	39,2	5,9
Bahia	34,1	41,9	11,5	78,0	97,3	78,9	35,2	7,1
Minas Gerais	29,5	41,5	14,4	74,2	97,4	80,7	29,6	4,9
Espírito Santo	30,4	43,7	15,2	80,1	97,6	81,5	25,6	5,4
Rio de Janeiro	28,5	49,3	20,9	84,1	98,4	90,0	39,5	5,5
São Paulo	28,8	49,9	21,6	83,2	98,8	86,3	28,7	4,8
Paraná	29,2	41,0	17,7	67,5	98,0	80,0	28,4	5,2
Santa Catarina	30,2	49,3	23,4	83,6	99,0	81,9	31,8	5,1
Rio Grande do Sul	27,0	36,0	15,9	57,3	98,4	80,6	29,6	4,5
Mato Grosso do Sul	31,4	38,3	17,4	64,2	97,9	80,8	27,7	6,4
Mato Grosso	32,0	35,6	10,4	66,7	97,6	79,2	30,3	6,2
Goiás	30,1	34,0	7,3	64,6	98,1	82,8	31,6	5,4
Distrito Federal	34,5	44,1	16,9	75,9	98,7	90,4	39,3	7,9

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

TABELA 5 – **TAXA DE FREQÜÊNCIA LÍQUIDA A ESTABELECIMENTO DE ENSINO DAS PESSOAS DE 7 A 17 ANOS DE IDADE, POR NÍVEL DE ENSINO, GRUPOS DE IDADE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2006**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	TAXA DE FREQÜÊNCIA LÍQUIDA A ESTABELECIMENTO DE ENSINO DAS PESSOAS DE 7 A 17 ANOS DE IDADE, POR NÍVEL DE ENSINO, GRUPOS DE IDADE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO (%)					
	Fundamental			Médio		
	7 a 14 anos			15 a 17 anos		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Brasil	94,8	95,3	93,0	47,1	51,9	26,9
Rondônia	93,7	94,1	92,8	36,0	45,2	20,8
Acre	92,4	94,2	89,2	43,8	56,7	14,0
Amazonas	94,6	95,2	93,0	36,6	44,1	15,8
Roraima	94,6	93,9	98,2	46,6	50,4	29,4
Pará	92,9	93,4	91,7	28,4	33,5	13,9
Amapá	95,4	95,6	92,5	48,3	49,0	32,1
Tocantins	95,3	95,1	95,8	44,9	49,3	31,9
Maranhão	91,6	94,3	87,0	31,9	41,5	12,6
Piauí	95,3	95,9	94,5	32,4	46,9	12,6
Ceará	94,4	94,4	94,5	43,1	47,0	31,7
Rio Grande do Norte	94,3	94,5	93,8	34,1	40,4	20,2
Paraíba	93,8	93,6	94,4	29,6	36,5	12,9
Pernambuco	93,2	93,4	92,8	32,3	38,1	17,3
Alagoas	92,1	93,0	90,6	25,4	32,4	12,5
Sergipe	94,5	94,5	94,4	29,2	32,8	13,6
Bahia	93,3	93,5	93,0	31,5	40,2	17,7
Minas Gerais	94,6	95,0	92,6	50,5	54,8	29,7
Espírito Santo	95,3	95,5	94,4	52,0	55,7	35,5
Rio de Janeiro	93,4	93,4	94,9	49,0	50,0	21,3
São Paulo	97,1	97,3	94,6	65,8	65,9	63,9
Paraná	95,8	96,3	93,0	52,8	54,0	46,0
Santa Catarina	96,9	97,2	95,7	62,0	61,6	64,1
Rio Grande do Sul	96,0	96,1	95,7	52,5	53,9	46,0
Mato Grosso do Sul	96,1	96,2	95,7	44,1	46,3	32,3
Mato Grosso	94,6	94,6	94,8	47,3	50,7	33,0
Goiás	95,6	95,5	96,5	47,9	48,2	45,6
Distrito Federal	94,4	94,4	94,4	54,3	54,9	46,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

TABELA 6 – **PROPORÇÃO DOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL COM IDADE SUPERIOR À RECOMENDADA PARA CADA SÉRIE EM ATÉ DOIS ANOS, POR SÉRIE DE ENSINO FREQÜENTADA, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2006**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PROPORÇÃO DOS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL COM IDADE SUPERIOR À RECOMENDADA PARA CADA SÉRIE EM ATÉ DOIS ANOS, POR SÉRIE DE ENSINO FREQÜENTADA (%)								
	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Brasil	25,7	15,0	20,2	22,1	26,3	32,0	31,8	27,5	33,8
Rondônia	25,8	13,5	16,8	21,1	24,0	31,9	33,7	40,0	27,7
Acre	30,2	16,1	31,1	32,9	36,5	44,2	30,8	28,2	27,7
Amazonas	32,4	14,8	24,1	24,8	39,2	40,8	47,8	32,3	46,8
Roraima	21,0	6,4	12,3	16,3	28,1	28,4	27,9	26,6	30,5
Pará	41,1	30,0	39,9	41,8	46,9	48,0	41,7	40,1	48,4
Amapá	26,0	11,0	19,4	20,0	28,1	27,2	41,2	30,1	31,6
Tocantins	28,6	16,3	23,7	25,3	30,2	28,8	34,7	37,0	40,0
Maranhão	41,0	28,7	36,0	36,3	43,5	48,6	46,9	38,9	51,1
Piauí	44,7	32,9	42,7	35,6	45,7	48,7	51,3	49,1	61,5
Ceará	30,0	13,7	23,8	28,3	30,4	36,3	37,0	35,7	40,9
Rio Grande do Norte	30,2	10,2	22,1	27,3	28,1	38,7	45,0	36,5	37,0
Paraíba	40,4	22,6	39,3	33,2	43,5	46,0	50,7	49,7	44,6
Pernambuco	34,7	18,7	25,2	30,0	36,0	45,0	44,3	40,2	46,1
Alagoas	41,9	16,9	31,6	37,6	46,9	53,5	59,2	51,3	49,2
Sergipe	39,8	29,8	32,1	34,4	43,5	47,5	43,4	43,4	56,0
Bahia	40,9	22,5	32,6	37,7	45,2	49,0	50,9	40,7	54,4
Minas Gerais	19,9	11,5	16,5	14,6	16,4	22,9	24,5	25,2	29,4
Espírito Santo	21,7	9,3	13,5	22,3	26,4	28,3	23,5	25,4	27,7
Rio de Janeiro	28,5	12,9	20,1	22,2	27,6	37,1	36,2	35,8	40,4
São Paulo	9,7	5,5	5,1	6,8	10,0	13,0	11,2	10,9	15,7
Paraná	14,8	10,1	9,9	11,6	11,0	16,3	21,4	16,0	23,7
Santa Catarina	11,5	7,1	8,3	7,6	10,1	18,6	16,5	11,4	12,6
Rio Grande do Sul	18,4	9,5	12,3	17,7	15,2	21,3	25,2	21,5	27,8
Mato Grosso do Sul	24,2	12,8	15,9	21,9	25,2	35,3	30,2	23,5	27,0
Mato Grosso	25,0	10,8	15,3	15,7	25,5	28,4	35,1	29,7	41,8
Goiás	20,4	11,3	11,0	13,8	18,4	25,2	30,1	28,5	25,0
Distrito Federal	22,4	10,6	12,8	17,1	21,7	31,1	31,8	27,4	29,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

TABELA 7 – **MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2006**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, POR GRUPOS DE IDADE												
	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	20 a 24 anos	25 a 59 anos	60 anos ou mais
Brasil	2,6	3,4	4,2	5,0	5,7	6,5	7,2	7,9	8,5	8,8	9,1	7,4	3,8
Rondônia	2,5	3,2	4,2	5,1	5,6	5,9	6,6	7,4	7,7	8,3	8,2	6,1	2,0
Acre	2,2	2,9	3,8	4,7	5,3	6,2	6,6	7,4	8,0	8,0	7,9	6,3	2,3
Amazonas	2,4	3,1	3,9	4,7	5,3	6,1	6,5	7,1	7,9	8,4	8,8	7,7	4,0
Roraima	2,6	3,5	4,4	5,0	5,3	6,4	7,5	7,6	8,4	9,1	9,3	7,1	3,3
Pará	2,1	2,7	3,3	4,2	4,9	5,3	6,2	6,7	7,3	7,6	7,8	6,4	2,9
Amapá	2,7	3,4	4,3	5,0	5,9	6,6	7,4	7,9	8,8	9,6	9,7	8,0	4,0
Tocantins	2,5	3,3	4,3	5,1	5,5	6,3	7,4	7,4	8,1	8,6	8,4	6,6	1,9
Maranhão	2,1	2,9	3,6	4,5	5,2	5,5	6,2	7,0	7,2	7,2	7,4	5,5	1,9
Piauí	2,2	2,8	3,5	4,1	4,9	5,4	6,2	6,6	7,2	7,5	7,5	5,3	2,1
Ceará	2,5	3,4	4,1	4,7	5,5	6,2	7,0	7,8	8,0	8,1	8,4	6,0	2,4
Rio Grande do Norte	2,7	3,6	4,1	4,9	5,2	5,9	6,4	6,7	7,8	8,3	8,3	6,2	2,4
Paraíba	2,4	3,0	4,0	4,6	5,2	5,6	6,0	6,8	7,1	6,9	7,4	5,6	2,8
Pernambuco	2,3	3,2	4,0	4,6	5,1	5,9	6,3	7,1	7,2	7,5	8,0	6,3	3,0
Alagoas	2,4	3,0	3,7	4,2	5,0	5,4	5,4	6,3	6,3	6,8	6,7	5,2	2,2
Sergipe	2,2	2,9	3,6	4,2	4,6	5,7	6,0	6,9	7,0	8,1	7,9	6,2	2,7
Bahia	2,3	3,1	3,9	4,5	5,1	5,8	6,2	6,9	7,5	7,6	8,0	6,0	2,3
Minas Gerais	2,6	3,5	4,4	5,2	5,9	6,7	7,2	8,0	8,9	9,2	9,3	7,2	3,4
Espírito Santo	2,7	3,5	4,3	5,2	5,9	6,8	7,5	8,5	8,5	9,3	9,2	7,4	3,6
Rio de Janeiro	2,4	3,2	4,3	4,8	5,6	6,5	7,2	8,2	8,6	9,4	9,9	8,6	5,8
São Paulo	2,8	3,8	4,6	5,6	6,5	7,3	8,1	8,9	9,5	10,0	10,3	8,4	4,7
Paraná	2,9	3,9	4,7	5,6	6,3	6,9	7,7	8,4	9,1	9,7	9,9	7,7	3,7
Santa Catarina	2,9	3,8	4,8	5,6	6,4	7,3	8,3	8,6	9,4	9,6	10,0	7,9	4,0
Rio Grande do Sul	2,8	3,6	4,4	5,3	6,1	7,0	7,7	8,2	9,0	9,6	9,6	7,8	4,6
Mato Grosso do Sul	2,6	3,6	4,3	5,1	5,8	6,5	7,1	7,5	8,8	8,7	9,0	7,2	3,0
Mato Grosso	2,6	3,5	4,4	5,1	5,8	6,9	7,4	8,1	8,6	8,8	9,0	6,8	2,9
Goiás	2,9	3,7	4,6	5,4	6,1	6,9	7,7	8,0	8,8	9,1	9,4	7,1	3,1
Distrito Federal	2,6	3,6	4,4	5,1	5,7	6,7	7,5	8,3	9,4	9,9	10,1	9,5	6,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006.

TABELA 8 – **CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 5 A 14 ANOS DE IDADE, OCUPADOS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, TOTAL E PROPORÇÃO POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2006**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Total (1.000 pessoas)	Distribuição percentual, por grupos de idade (%)	
		5 a 9 anos	10 a 14 anos
Brasil	1.962	1,4	9,8
Rondônia	27	3,5	12,3
Acre	16	3,1	16,9
Amazonas	41	1,2	10,0
Roraima	9	1,9	16,1
Pará	129	1,8	14,0
Amapá	2	0,2	2,7
Tocantins	22	1,4	13,9
Maranhão	153	2,5	17,8
Piauí	60	2,1	16,2
Ceará	170	3,1	16,3
Rio Grande do Norte	34	1,3	10,1
Paraíba	53	1,6	13,4
Pernambuco	154	2,9	14,9
Alagoas	62	3,7	14,4
Sergipe	28	1,4	12,4
Bahia	216	2,4	13,1
Minas Gerais	214	1,1	10,9
Espírito Santo	29	0,8	8,1
Rio de Janeiro	27	0,2	2,0
São Paulo	107	0,2	2,9
Paraná	103	1,6	9,4
Santa Catarina	70	2,0	11,2
Rio Grande do Sul	135	**1,7**	**12,4**
Mato Grosso do Sul	20	1,2	7,3
Mato Grosso	34	1,2	10,5
Goiás	42	0,7	7,0
Distrito Federal	3	0,0	1,6

Elaboração: FEE/CIE/NIS.
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2006.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES – TRABALHO

Segundo a PNAD 2006, 135.000 gaúchos de 5 a 14 anos de idade estavam trabalhando na semana de referência utilizada pelo IBGE. A Tabela 8 dá esse dado total para todos os Estados do Brasil e ainda por grupos de idade. No RS, 1,7% das crianças e adolescentes com idade entre 5 e 9 anos trabalham; essa proporção aumenta para 12,4% na faixa etária de 10 a 14 anos. Considerando apenas os Estados das regiões Sul e Sudeste, o RS fica atrás apenas de Santa Catarina na faixa etária dos 5 a 9 anos. Na de 10 a 14 anos, a taxa do RS é a maior entre os Estados das duas regiões.

RENDA

A Tabela 9 mostra a distribuição da população por classes de rendimento familiar per capita tendo por base o salário mínimo. Considerando apenas as famílias que declararam rendimentos, 47,6% dos gaúchos vivem em grupos familiares com rendimentos per capita de até um salário mínimo, proporção que coloca o Estado na quarta colocação entre os de menor parcela de pessoas ganhando até esse valor. Na faixa de ganhos de mais de cinco salários mínimos, a proporção no RS é de 5,4%, bem atrás dos 15,4% do Distrito Federal, mas relativamente próximo dos 6,9% de São Paulo e dos 7,7% do Rio de Janeiro.

TABELA 9 – **PESSOAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, TOTAL E RESPECTIVA DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, POR CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2006**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PESSOAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES							
	Total (1.000 pessoas) (1)	Distribuição percentual, por classes de rendimento mensal familiar per capita (salário mínimo) (%)						
		Até 1/4	1/4 a 1/2	1/2 a 1	1 a 2	2 a 3	3 a 5	Mais de 5
Brasil	186 628	11,9	19,6	27,2	21,0	7,1	5,0	4,3
Rondônia	1 565	14,0	24,7	28,1	18,2	5,9	4,5	2,9
Acre	662	21,9	25,9	21,8	13,4	4,9	3,8	3,4
Amazonas	3 343	15,4	27,3	29,8	15,1	4,4	2,4	1,8
Roraima	405	15,9	24,7	22,6	15,4	4,6	3,6	2,3
Pará	7 111	16,9	27,9	29,4	14,0	3,5	2,2	1,6
Amapá	618	12,0	27,6	30,0	18,0	5,7	4,1	0,9
Tocantins	1 329	16,8	26,4	28,7	16,2	4,8	2,8	1,8
Maranhão	6 179	32,7	26,8	21,9	9,1	2,6	1,4	1,5
Piauí	3 025	31,1	26,2	23,2	11,4	2,9	1,9	1,6
Ceará	8 205	25,6	28,2	25,3	11,3	2,6	2,1	1,6
Rio Grande do Norte	3 042	21,2	26,6	28,0	13,9	3,5	2,4	2,7
Paraíba	3 621	20,4	29,4	28,8	10,9	2,8	2,6	2,3
Pernambuco	8 498	24,1	28,1	25,2	11,0	3,1	2,1	2,1
Alagoas	3 052	31,8	29,9	21,1	8,3	2,1	2,0	2,0
Sergipe	2 004	20,4	28,1	27,5	12,2	4,4	2,2	2,6
Bahia	13 927	23,4	27,6	26,0	11,9	3,1	2,3	1,7
Minas Gerais	19 453	8,5	20,2	30,8	22,7	6,6	4,6	3,7
Espírito Santo	3 469	8,4	20,0	31,4	21,2	6,9	5,6	3,5
Rio de Janeiro	15 559	4,5	14,3	26,8	24,8	8,9	6,6	7,2
São Paulo	41 040	3,8	12,0	26,2	27,7	10,8	7,7	6,5
Paraná	10 379	6,6	16,1	28,8	27,0	8,8	6,3	4,7
Santa Catarina	5 947	2,6	9,6	26,6	32,0	13,0	8,5	5,2
Rio Grande do Sul	10 939	6,1	14,5	26,7	28,0	10,2	6,6	5,3
Mato Grosso do Sul	2 293	6,6	20,0	31,6	22,9	7,4	5,1	4,2
Mato Grosso	2 858	8,4	21,5	32,6	21,5	7,0	3,4	3,7
Goiás	5 731	6,8	20,8	31,7	23,6	6,7	4,3	3,2
Distrito Federal	2 373	5,1	13,8	20,7	20,6	9,5	10,2	14,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2006.
Nota: Exclusive a pessoa cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.
(1) Inclusive as famílias sem declaração de rendimento e sem rendimento.

TABELA 10 – **DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES URBANOS, TOTAL E PROPORÇÃO DOS DOMICÍLIOS, POR ACESSO A ALGUNS SERVIÇOS E POSSE DE ALGUNS BENS DURÁVEIS, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2006**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES URBANOS								
	Total (1.000 domicílios)	Proporção, por acesso a alguns serviços (%)			Proporção, por posse de alguns bens duráveis (%)				
		Iluminação elétrica	Telefone fixo	Internet	Computador	Geladeira	*Freezer*	TV em cores	Máquina de lavar
Brasil	46 327	99,7	53,4	19,6	25,5	93,3	16,1	94,8	42,2
Rondônia	299	99,5	35,7	11,9	15,9	93,9	16,4	91,6	21,0
Acre	119	99,6	36,9	11,2	15,7	92,2	14,5	93,5	19,4
Amazonas	637	99,6	37,0	8,8	13,6	93,6	14,9	96,1	36,8
Roraima	83	99,2	37,3	8,8	13,6	92,7	12,4	92,3	31,2
Pará	1 340	99,2	27,5	6,0	10,7	83,4	11,5	90,6	18,1
Amapá	134	99,7	32,6	6,1	11,6	87,9	29,2	93,7	28,9
Tocantins	268	97,6	30,8	7,3	12,9	85,7	8,9	86,7	9,0
Maranhão	1 025	99,1	28,4	6,3	9,0	84,6	8,2	89,4	19,4
Piauí	497	99,0	34,1	7,1	10,4	86,4	9,6	91,4	7,9
Ceará	1 704	99,2	27,5	8,0	11,2	79,4	5,3	91,1	10,9
Rio Grande do Norte	618	99,4	30,7	10,1	14,4	87,4	8,1	91,9	21,5
Paraíba	782	99,1	27,5	9,1	13,0	80,7	7,2	90,3	15,1
Pernambuco	1 856	99,8	32,3	10,2	13,5	84,0	8,1	91,5	18,0
Alagoas	546	99,7	26,8	9,5	12,9	82,0	8,2	91,6	12,8
Sergipe	470	99,5	29,0	10,4	15,1	86,4	6,6	92,5	15,9
Bahia	2 655	99,4	39,7	10,7	14,8	82,7	9,0	90,8	16,1
Minas Gerais	4 912	99,7	54,8	18,0	24,9	93,5	10,8	94,3	32,4
Espírito Santo	877	99,8	54,0	20,2	26,2	95,8	17,4	95,1	28,5
Rio de Janeiro	4 999	100,0	66,7	24,6	30,3	98,1	22,4	98,1	59,1
São Paulo	11 933	99,9	69,2	27,8	34,3	98,2	15,9	97,3	59,9
Paraná	2 709	99,8	61,4	23,5	31,4	97,1	17,7	94,5	51,5
Santa Catarina	1 529	99,8	62,9	29,1	37,1	98,7	39,8	96,9	66,3
Rio Grande do Sul	2 918	99,7	52,9	22,4	29,7	97,1	30,2	95,7	62,6
Mato Grosso do Sul	586	99,8	42,3	15,3	20,5	95,4	17,1	93,0	29,3
Mato Grosso	637	99,5	40,0	12,6	18,7	93,3	19,4	91,3	29,1
Goiás	1 537	99,8	45,4	11,4	17,1	94,2	13,8	93,5	25,5
Distrito Federal	659	100,0	67,2	34,5	43,7	97,3	26,2	98,4	62,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2006.

CONDIÇÕES DE VIDA

A Tabela 10 fornece dados sobre o acesso a serviços e posse de bens. No acesso à iluminação elétrica, o País apresenta uma situação muito próxima da universalização, alcançando 99,7% dos domicílios. Os dados referentes ao RS são iguais à média nacional. Quanto ao telefone fixo, 52,9% dos lares gaúchos têm acesso a esse serviço, o que coloca o Estado na oitava colocação entre todas as unidades da Federação. No acesso à internet, o RS fica em sexto, com 22,4% de seus domicílios possuindo esse serviço. É a mesma colocação na posse de computador. No RS, ele está presente em 29,7% dos domicílios, parcela menor que a do Distrito Federal, Santa Catarina, São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro. Quanto aos outros bens pesquisados, as melhores posições do RS encontram-se nas posses de freezer e máquinas de lavar roupas.

SANEAMENTO BÁSICO

A PNAD 2006 revela, através da Tabela 11, que 61,9% dos domicílios do RS possuem, simultaneamente, abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral e lixo coletado diretamente. Esse dado coloca o Estado na sétima colocação entre os Estados brasileiros, bem atrás do primeiro colocado, São Paulo. Na abertura desses dados, fica claro que o que puxa para baixo o indicador gaúcho é o dado sobre esgotamento sanitário. Enquanto 96,2% dos domicílios do RS possuem coleta direta de lixo e 93,2% deles possuem abastecimento de água por rede geral, apenas 67,1% dos lares gaúchos são servidos por esgotamento sanitário por rede geral ou pluvial.

TABELA 11 – **DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES URBANOS, TOTAL, PROPORÇÃO DOS DOMICÍLIOS COM SERVIÇOS DE SANEAMENTO E DISTRIBUIÇÃO POR EXISTÊNCIA DE SERVIÇO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2006**

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Domicílios particulares permanentes urbanos (1.000 domicílios) (1)	Proporção com serviços de saneamento (%) (2)	Distribuição percentual, por existência de serviço de esgotamento sanitário (%)		
			Com serviço de rede coletora de esgotamento sanitário e/ou pluvial (3)	Sem serviço	
				Fossa (4)	Outras formas (5)
Brasil	46 327	61,5	66,8	28,0	5,3
Rondônia	299	6,2	8,3	88,9	2,8
Acre	119	23,2	38,8	34,2	27
Amazonas	637	5,2	7,9	77,4	14,7
Roraima	83	19,1	19,9	75,7	4,4
Pará	1 340	12,3	13,6	74,6	11,7
Amapá	134	1,9	3,2	87,1	9,7
Tocantins	268	14,7	13,7	81,9	4,4
Maranhão	1 025	18,3	17,1	62,2	20,7
Piauí	497	8,3	8,2	82,0	9,9
Ceará	1 704	31,7	34,4	59,1	6,5
Rio Grande do Norte	618	23,7	24,9	73,0	2,1
Paraíba	782	42,2	45,7	47,1	7,2
Pernambuco	1 856	44,7	49,6	39,7	10,7
Alagoas	546	13,8	17,7	71,9	10,4
Sergipe	470	48,5	53,9	42,9	3,2
Bahia	2 655	42,3	61,8	31,9	6,2
Minas Gerais	4 912	81,6	87,4	9,0	3,6
Espírito Santo	877	68,2	77,0	14,9	8,1
Rio de Janeiro	4 999	77,1	87,3	6,9	5,8
São Paulo	11 933	89,1	92,1	3,9	4
Paraná	2 709	62,1	64,8	33,2	1,9
Santa Catarina	1 529	55,5	60,4	36,3	3,3
Rio Grande do Sul	2 918	61,9	67,1	30,0	3
Mato Grosso do Sul	586	17,5	17,6	81,5	0,9
Mato Grosso	637	18,1	19,8	78,4	1,7
Goiás	1 537	35,0	38,0	60,7	1,3
Distrito Federal	659	78,1	87,1	12,6	0,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2006.
(1) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento e sem rendimento. (2) Domicílios com condições simultâneas de abastecimento de água por rede geral, esgotamento sanitário por rede geral e lixo coletado diretamente.
(3) Inclusive rede coletora e fossa séptica ligada à rede coletora de esgoto e/ou pluvial. (4) Inclusive fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto e/ou pluvial. (5) Inclusive as formas de escoadouro: vala, direto para o rio, lago ou mar e outros.

GLOSSÁRIO

Taxa de fecundidade total: número médio anual de filhos por mulher por ano.
Taxa bruta de natalidade: número de nascidos vivos por 1.000 habitantes, por ano.
Taxa bruta de mortalidade: número de óbitos por mil habitantes, por ano.
Taxa de mortalidade infantil: número de óbitos infantis (menores de um ano) por 1.000 nascidos vivos.
Taxa de freqüência bruta a estabelecimento de ensino: razão entre o total de matrículas de determinado nível de ensino com a população na faixa etária adequada a esse nível de ensino.
Taxa de freqüência líquida a estabelecimento de ensino: percentual da população em determinada faixa etária matriculada no nível de ensino adequado a essa faixa etária.

Adicionalmente, podemos citar, textualmente, algumas idéias importantes citadas no Relatório Plataforma de Ação dos Movimentos Sociais – RS:

1. EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURANÇA:

a) Educação, cultura e direitos para a juventude, educação pública, gratuita e de qualidade para todos e todas, com a universalização do acesso, promoção da qualidade e incentivo à permanência, seja na educação infantil, educação básica e ensino superior.

Por uma campanha nacional efetiva de erradicação do analfabetismo.

Reforma universitária avançada com expansão das universidades públicas e controle do ensino privado. Adoção de medidas que democratizem o acesso ao ensino superior público.

Garantia do direito a ½ entrada em eventos culturais e esportivos para os estudantes.

Fomentar e valorizar a produção cultural de comunidades indígenas, quilombolas, etc.

Garantir o ensino de disciplinas relacionadas à arte e à cultura nas escolas públicas, como está previsto na LDB.

Defesa do passe estudantil (1/2 passe ou passe livre, a depender da realidade de cada local) no transporte público municipal e intermunicipal para estudantes em todos os níveis.

Pela regulamentação dos estágios. Somos contra a utilização dos estágios como forma de precarização do trabalho juvenil.

Política especial de emprego voltada à juventude.

Pela garantia do financiamento público do tempo livre para juventude: cultura, esporte, lazer etc.

b) Saúde

O Estado deve garantir e defender a saúde de toda a população, implementando políticas públicas, de soberania alimentar, que garantam condições de vida dignas.

O SUS deve ser combinado com o Programa de Saúde Familiar (PSF) preventivo.

O SUS deve ser ampliado e melhorado, para garantir acesso a atendimento integral à saúde, com medicamentos gratuitos à população necessitada. O Estado deve garantir acesso a atendimento médico-odontológico, e medicamentos de forma gratuita e racional a toda a população necessitada. Todas as práticas que mercantilizam o atendimento à saúde da população e se transformaram em mero objeto de lucro devem ser combatidas.

O Estado deve organizar um processo de formação massiva, ampliando o maior número possível de profissionais na área de saúde, de agentes populares de saúde a médicos e especialistas.

Implementar políticas públicas que eduquem e orientem a população, em práticas preventivas, seja através da alimentação, de cuidados de higiene, seja através dos saberes populares e da medicina preventiva.

As três esferas de poder devem garantir a aplicação dos recursos financeiros, cumprindo os dispositivos constitucionais de gasto com a saúde pública.

Os conselhos de saúde devem ser instrumento de controle social e não extensão dos gestores.

c) Segurança pública cidadã

Contra o retorno da política de criminalização das lutas populares.

Entendemos que a segurança pública deve ser vista e tratada como uma política pública e suas ações devem envolver todos os segmentos sociais com ações vinculadas com a educação, saúde, habitação, cultura, esporte, lazer, geração de emprego e renda. Além de fomentar a participação maciça nas assembléias do Orçamento Participativo para que seus integrantes tenham conhecimento pedagógico da estrutura do Estado e as comunidades exerçam seu papel de controle público e social sobre as estruturas da segurança pública.

Desenvolver políticas e ações que recuperem a cultura da paz, com um ambiente que combata a corrupção e a violência policial. Radicalizar as ações de inclusão social, ações de desenvolvimento regional e de participação popular, o que terá repercussão direta nas atividades de segurança pública.

Elevar o número de agentes da segurança pública e as condições de trabalho dos mesmos.

Fortalecer os controles públicos e sociais sobre as instituições, através da criação de espaços de formação e discussão social sobre o tema, realizando audiências públicas com as comunidades, criando conselhos municipais de segurança pública, com a participação dos órgãos da Justiça e da comunidade, a fim de ampliar o controle social sobre as ações dos agentes de segurança pública.

Investir na formação técnico-profissional dos servidores em todos os campos de ações da segurança pública: prevenção e policiamento ostensivo, investigação, perícia técnica e presídios com inteligência policial.

Combater a política de criminalização dos movimentos sociais vigente no Governo Rigotto. O assassinato do sindicalista Jair Antônio da Costa, em setembro de 2005, em Sapiranga, durante manifestação em defesa de empregos não é um caso isolado. A repressão às mobilizações dos movimentos sociais e populares tem sido constante. A orientação da política de segurança pública deve mudar.

2. GÊNERO

Combater o desemprego através da campanha de redução de jornada sem redução de salários da CUT, contra a flexibilização de direitos, garantindo a igualdade de oportunidades e remuneração para mulheres e homens.

Lutar por políticas públicas que garantam que o trabalho no âmbito doméstico e familiar seja valorizado e compartilhado, de forma a evitar a dupla jornada.

Lutar contra o Trabalho aos Domingos. "Se domingo fosse dia de trabalho, se chamaria segunda – feira."

Lutar por políticas públicas que garantam o pagamento de creches pelas empresas sem discriminação de gênero – creche é proteção à criança, dever do Estado e responsabilidade da sociedade. Bem como deve ser defendida a função social da maternidade.

Fortalecer a campanha do salário mínimo defendida pela Marcha Mundial de Mulheres.

Garantir políticas e ações concretas de enfrentamento à discriminação, ao assédio moral e sexual, assim como sua fiscalização.

Garantir políticas relativas à saúde da mulher no trabalho e em geral.

Defendemos a construção de políticas públicas que enfrentem o preconceito e a discriminação.

3. POLÍTICAS RACIAIS

Que o Estado do RS fortaleça a Política de Transversalidades, nos diversos setores do Governo que tratam dos programas sociais com ênfase nos programas de promoção da igualdade racial, ampliando os recursos públicos, através da regulamentação do Fundo Estadual de Reparação, previsto na Lei Estadual 11.901/2003 do Conselho Estadual de Desenvolvimento e Participação da Comunidade Negra, o CODENE.

Que o Estado do RS estruture a SEPPIR/RS – Secretaria de Promoção de Políticas para Igualdade Racial como forma de descentralizar a SEPPIR nos Estados, visando ao maior apoio de recursos do Orçamento da União, através do Fundo Nacional de Reparação, como estratégia de ampliação e fortalecimento do Movimento Social Negro, definição e implementação das políticas de promoção à igualdade racial.

Que o Estado do RS gestione junto ao Ministério de Desenvolvimento Agrário a participação das entidades e movimentos negros na formulação e implementação de políticas agrárias e agrícolas de inclusão da população negra, particularmente com a ampliação e fortalecimento dos atuais programas de apoio aos quilombos, para o cumprimento do Decreto Federal 4887 e da Lei Estadual 12.631, que regulamenta os procedimentos para Titulação das Terras de Quilombos no RS e o desenvolvimento das políticas públicas e ações afirmativas nas comunidades quilombolas.

Que o Governo possa fortalecer as políticas de regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social nos Planos Diretores, previstas na Lei 10.257, de 10.07.2001, denominada Estatuto da Cidade, priorizando as populações negras, tendo em vista que é o maior contingente populacional que vive nas periferias urbanas ilegais e com deficiência ou ausência de serviços e infra-estrutura urbana, através da destinação de recursos do Fundo Nacional de Habitação.

Que o Governo do RS comprometa-se com o fortalecimento da participação negra nos conselhos de políticas sociais em geral (educação, saúde, cultura e desenvolvimento urbano, cidade etc.).

Constituição de um Modelo de Desenvolvimento Econômico e Social que imprima Soberania e Autodeterminação dos Povos, sobretudo que cumpra com as determinações e Convenções Internacionais como a Declaração de Durban contra o

Racismo, Discriminação Racial , Xenofobismo e Intolerâncias Correlatas , Convenção 169 da OIT, Leis de Proteção aos Povos Tradicionais.

Na perspectiva de autodeterminação dos povos, que o Governo o do RS cumpra e contribua para a elaboração de leis de Proteção Ambiental e Acesso aos Territórios Negros de Matriz Africana, Quilombola e Indígenas. Sobretudo no que tange à implantação dos Grandes Projetos de Monocultura do Eucalipto e Pinus e da Indústria de Celulose por Multinacionais, com experiências concretas de degradação ambiental e expulsão de comunidades indígenas e quilombolas da terra no norte do Espírito Santo e sul da Bahia com o Deserto Verde.

Comprometimento e contribuição política do Estado do Rio Grande do Sul com os países que vêm sofrendo com as guerras, fruto do imperialismo americano e europeu com o processo de retirada das tropas brasileiras do Haiti, bem como o apoio às políticas de relações internacionais do Governo Federal com os países africanos.

Que o Estado do RS tenha como política central de educação o cumprimento da Lei Federal 10.639, que institui a História da África e Afrobrasielira nos Currículos Escolares e exija o cumprimento pelos Governos municipais.

Luta pela inclusão de cotas para negros e indígenas nos concursos públicos e pelas políticas afirmativas e de cotas étnicas e sociais para alunos oriundos das escolas públicas na UERGS e UNIPAMPA, bem como o fortalecimento desta medida nas universidades federais do RS. Essa política deve vir acompanhada pela luta de expansão com qualidade das instituições federais de ensino com pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento social e econômico que minimize as desigualdades raciais e sociais nas diferentes regiões do Estado do RS e estabeleça uma relação autodeterminada, justa e com eqüidade social nas relações com o Mercosul.

Apoio aos programas que incluam a juventude negra, particularmente os programas de qualificação profissional e programas culturais.

Fortalecimento da Luta contra a Intolerância Religiosa, constituindo a luta dos Terreiros de Matriz Africana como primeiro foco de resistência negra e potencialmente Territórios Matriciais de Fortalecimento e Organização do Movimento Negro no Brasil e de desenvolvimento de políticas públicas.

O Estado tem de cumprir com as suas obrigações. Uma delas é estabelecer espaços de diálogo com o movimento sindical e os movimentos sociais. Isso não é privilégio, é direito. A unidade dos movimentos sociais com intensa mobilização se fortalecerá no próximo período para que possamos transitar para um novo Projeto Nacional de Desenvolvimento, com incentivo à produção e ao emprego. No Rio Grande do Sul, o desafio é pensar um modelo de desenvolvimento que respeite as particularidades do Estado, ou seja, o projeto do RS dentro do Brasil, fortalecendo a economia, gerando trabalho, emprego com distribuição de renda para toda a população do Rio Grande.

3.3. EIXO AMBIENTAL

Com relação ao meio ambiente, recomenda-se que a repercussão de projetos, políticas e/ou programas seja avaliada através do instrumento Avaliação Ambiental Estratégica – AAE. Embora tal ferramenta ainda não esteja regulamentada no Brasil, vem sendo ampla e satisfatoriamente empregada em outros países, permitindo que os efeitos de uma determinada proposta possam incluir estudos sobre: impactos cumulativos, passivos ambientais, custo/benefício diante de outras alternativas e serviços ambientais potencialmente prejudicados.

"A avaliação ambiental estratégica é um procedimento sistemático e contínuo de avaliação ambiental da qualidade e das conseqüências ambientais de visões, e intenções alternativas de desenvolvimento, incorporadas em iniciativas de política, planejamento e programas, assegurando a integração efetiva de considerações biofísicas, econômicas, sociais e políticas, o mais cedo possível, em processos públicos de tomada de decisão." (SMA,1998).

"O processo abrangente, sistemático e formal de avaliar os impactos ambientais de uma política, um plano ou um programa e suas alternativas, preparar um relatório escrito com os resultados e usar tais resultados em uma tomada de decisão publicamente responsável" (Therivel et alii, 1992). "A avaliação ambiental estratégica (AAE), conhecida na literatura internacional como 'strategic environmental assessment (SEA)', é pratica recente no campo da avaliação ambiental, tendo como principal objetivo aperfeiçoar os processos de decisão, principalmente aqueles que dizem respeito a investimentos e estratégias de ações, consubstanciados em políticas, planos e programas de Governo. A avaliação ambiental aplicada a políticas, planos e programas foi mencionada pela primeira vez no National Environmental Policy Act – NEPA, que introduziu a avaliação de impacto ambiental na política de meio ambiente dos Estados Unidos da América, em dezembro de 1969. Porém, foi somente nos últimos anos que, em diferentes formas, contextos e intensidade, passou a ser implementada, formal ou informalmente, em países como Canadá, Holanda, Nova Zelândia e Austrália (...)."

Disponível em: http://www.redeambiente.org.br/dicionario.asp

Para apresentar uma proposta estruturada e consistente do ponto de vista ambiental, agregamos os trabalhos da AGENDA 21 – Brasileira e da CONFEMA 2002 (Conferência Estadual de Meio Ambiente) aos da AGENDA 2020, RUMOS 2015, Pacto pelo Rio Grande, Pró-RS III e PPA 2008-2011.

O trabalho mais abrangente e mais bem estruturado do ponto de vista didático e metodológico é, sem dúvida, a AGENDA 21 – Brasileira, motivo pelo qual tomamos por base este trabalho.

"Para a construção da AGENDA 21 – Brasileira, adotou-se por metodologia a seleção de áreas temáticas que refletem a complexidade de nossa problemática socioambiental e a proposição de instrumentos que induzam o desenvolvimento sustentável.

Foram escolhidos como temas centrais da Agenda:

1 – Agricultura Sustentável;

2 – Cidades Sustentáveis;

3 – Infra-Estrutura e Integração Regional;

4 – Gestão dos Recursos Naturais;

5 – Redução das Desigualdades Sociais;

6 – Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável."

Destes seis temas, baseamo-nos em Cidades Sustentáveis, Agricultura Sustentável e Gestão de Recursos Hídricos para selecionar propostas de ações para o Fórum Democrático, apresentando as propostas dos demais trabalhos inseridas dentro do texto e identificadas como segue:

- (A-2020) – AGENDA 2020;
- (R-2015) – RUMOS 2105;
- (PactoRS) – Pacto pelo Rio Grande;
- (Pró-RS) – Pró-RS III;
- (PPA) – PPA 20082011;
- (CONFEMA) – CONFEMA 2002;
- (3ª ConCidades RS) – 3ª Conferência Estadual das Cidades RS;
- (MovSociais) – Plataforma de Ação dos Movimentos Sociais RS.

Portanto, as propostas sem identificação referem-se à AGENDA 21 Brasileira.

3.3.1. Cidades sustentáveis

Se depender das conferências de cúpula da Organização das Nações Unidas – ONU, bem como das demais agências internacionais que atuam na promoção do desenvolvimento, a noção de sustentabilidade vai se firmar como o novo paradigma do desenvolvimento humano: independentemente do nível de riqueza e da latitude, todos os signatários dos documentos e das declarações resultantes das últimas conferências mundiais realizadas assumiram o compromisso e o desafio de concretizar, nas políticas públicas de seus países, as noções de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável.

A sustentabilidade pode ser enunciada como uma qualidade que se passa a identificar e a exigir dos distintos processos sociais, desde aqueles que se dão na esfera privada – reduzir o consumo individual e reciclar produtos no espaço doméstico, por exemplo – até os que se desenvolvem na esfera pública, no terreno da implantação e da gestão de políticas públicas. Essa capacidade de a tudo se referir, imprimindo a todos os processos uma qualidade que os torna diferentes do que eram antes, faz com que a sustentabilidade possa ser afirmada como um paradigma. É essa característica paradigmática da sustentabilidade que dá suporte à formulação da possibilidade de sustentabilidade urbana e que permite considerar possível e desejável que o desenvolvimento urbano possa ocorrer em bases sustentáveis.

ESTRATÉGIA 1 – USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Aperfeiçoar a regulação do uso e da ocupação do solo urbano e promover o ordenamento do território, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, considerando a promoção da eqüidade e a qualidade ambiental.

Propostas:

- Elaborar, aprovar e implementar planos diretores participativos, que deverão também considerar as AGENDAS 21 locais, visando à promoção do desenvolvimento local e à sustentabilidade urbana, considerando as questões territoriais e ambientais que extrapolam os limites municipais.
- Apoiar os Municípios na elaboração de Planos Diretores integrados de desenvolvimento urbano-ambiental (CONFEMA).
- Ação efetiva do Estado pela implementação do Estatuto das Cidades e demais instrumentos jurídicos: política de regularização fundiária; implementação do Fundo e Sistema Estadual de Moradia de Interesse Social (Lei n° 10.529), programas massivos de habitação para famílias com renda inferior a três salários mínimos; uso de terras públicas para projetos de habitação de interesse social; articulação do BANRISUL como agente financeiro, junto com a Caixa Econômica Federal; desenvolvimento de alternativas tecnológicas e de gestão, na perspectiva da construção de uma cidade socialmente justa, democrática e sustentável (MovSociais).
- Exigir a criação dos Conselhos Municipais das Cidades, capacitando e fortalecendo para que sejam deliberativos, integrando ações entre Municípios afins, na realização de Planejamento de Desenvolvimentos Regionais integrados (3ª ConCidades RS)
- Estimular e apoiar a criação e o funcionamento de consórcios municipais voltados para o enfrentamento dos problemas urbanos e ambientais das cidades e para a gestão compartilhada dos assuntos de interesse comum a mais de um Município.
- Implantar e fortalecer consórcios intermunicipais (Pró-RS).
- Fomentar a criação de consórcios entre municípios, visando ao intercâmbio de experiências para a realização de ações conjuntas para a solução de problemas e a implantação de programas ambientais, considerando as características regionais e os Planos de Bacia Hidrográfica e os respectivos Comitês (CONFEMA).
- Desenvolver programa estadual de apoio técnico, institucional e financeiro aos municípios com expressivo patrimônio ambiental e cultural e/ou potencial de desenvolvimento do turismo.
- Promover o turismo com ênfase na infra-estrutura e no turismo sustentável (PPA).
- Criar programa de desenvolvimento sustentável do ecoturismo, com base nas peculiaridades e potencialidades regionais. Treinar os pescadores profissionais e artesanais habilitados para que se integrem aos programas de ecoturismo, em suas regiões de atuação (CONFEMA).
- Apoiar, por meio de ações estaduais, a elaboração de cartas ambientais urbanas para os municípios, com o objetivo de constituir bases cartográficas e bancos de dados necessários às atividades de regulação do uso e da ocupação do solo que considerem a dimensão ambiental do planejamento e da gestão urbana.
- Compatibilização e unificação da linguagem dos diversos sistemas de informações ambientais existentes no Estado, com atualização da base cartográfica, visando unificação e centralização dos dados disponíveis (R-2015).
- Implantar um sistema de informações geográficas, compartilhado entre o Estado, a União e os Municípios, que proporcione a obtenção e o processamento de informações, considerando este sistema como condição básica ao planejamento e gestão ambiental, tendo como referência o Plano Cartográfico Estadual, garantindo o treinamento de pessoal (CONFEMA).
- Promover a atualização da base cadastral gráfica estadual, utilizando recursos de sensoriamento remoto e imagens de

satélite e disponibilizando aos Municípios para digitalização e georreferenciamento – instrumento fundamental para a elaboração e/ou atualização dos cadastros multifinalitários e a gestão dos Planos Diretores (3ª ConCidades RS).

- Incorporar na regulação do uso e da ocupação do solo, no que couber, as diretrizes do Programa de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica – PROCEL – , da Eletrobrás, as quais devem também ser incorporadas às normas técnicas que regem os projetos de infra-estrutura e as atividades de projeto e construção urbanos.
- Implantar um Plano Estadual de Eficiência Energética, permitindo a redução de desperdícios da ordem de 20% na indústria, 20% nas residências e 35% no setor público. (A-2020).
- Realizar ações visando à conservação de energia elétrica no Estado, junto aos usuários e aos fabricantes de equipamentos e eletrodomésticos (PPA).
- Desenvolver e implementar plano de macrodrenagem que contemple o problema de escoamento das águas superficiais excessivas, preservando os fundos de vale para vazões de enchentes que ali poderão ocorrer.
- Sistemas de captação, armazenamento e distribuição de águas pluviais (R-2015).
- Compatibilização dos sistemas de recursos hídricos (Plano de Bacias Hidrográficas, Outorga e Agências de Bacias) com os sistemas de drenagem urbana e rural, no âmbito dos Planos Diretores Municipais (Pró-RS).
- Elaboração de plano de transporte e trânsito que otimize a acessibilidade e o consumo de energia e tempo, contemplando, de forma especial, o controle dos 'pólos geradores de tráfego' e suas interferências na cidade.

ESTRATÉGIA 2 – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Promover o desenvolvimento institucional e o fortalecimento da capacidade de planejamento e de gestão democrática da cidade, incorporando ao processo a dimensão ambiental e assegurando a efetiva participação da sociedade.

Propostas:

- Fortalecer e ampliar a descentralização das atividades de fiscalização e de controle ambiental de competência do Ministério do Meio Ambiente e dos Estados, propiciando aos Municípios as condições técnicas, institucionais e financeiras necessárias ao correto exercício das funções delegadas, particularmente no que se refere ao controle dos processos de uso e de ocupação do solo urbano.
- Redesenhar todos os processos correntes da SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente, visando a melhorias significativas no atendimento às demandas, acompanhamento do desempenho via indicadores gerenciais, uso intensivo de tecnologia de informação e otimização e maximização do conhecimento, incorporando a variável ambiental dentro das políticas públicas, especialmente a de investimentos (A-2020).
- Fortalecimento institucional (R-2015).
- Ampliar a participação dos Municípios no SIGA-RS e integrá-los ao processo de planejamento nos comitês de bacia, com vistas a um plano de desenvolvimento sustentável (PPA).
- Institucionalizar o Balcão Único de Licenciamento na SEMA (PPA).
- Criar uma agência ambiental, com caráter executivo, que agregue as funções de planejamento, monitoramento e pesquisa da SEMA, FEPAM e FZB, coordenando as ações de todo o sistema de proteção e desenvolvimento ambiental gaúcho (PPA).

- Avançar na descentralização da SEMA, através do reforço e ampliação de suas estruturas regionais, integrando os diversos órgãos e garantindo a interlocução permanente com as diferentes regiões do Estado, com os Municípios e com os Comitês de Bacias (CONFEMA).
- Desvincular do caixa único do Estado os fundos ambientais (FEMA, FUNDEFLOR e FERH), para que os recursos possam ser aplicados na melhoria do meio ambiente (CONFEMA).
- Complementar o Programa de Gestão Compartilhada Estado/Município, através de instrumentos de reforço da infra-estrutura dos municípios, incentivar a criação e capacitar os Conselhos Municipais de Meio Ambiente, reforçar o controle ambiental e uniformizar os procedimentos de licenciamento ambiental, garantindo ampla divulgação de toda a política de descentralização da gestão ambiental (CONFEMA).
- Instituir a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão do território, passando da ação puramente controladora, setorial e burocrática para uma ação gerenciadora da questão ambiental, de caráter integrado, participativo, descentralizado e financeiramente sustentável, conforme estabelece a Lei Nacional dos Recursos Hídricos.

Ver 3.3.3 Gestão de Recursos Naturais

- Promover e/ou incentivar a contínua capacitação das equipes técnicas ligadas ao planejamento e à gestão urbana e regional dos diversos níveis e/ou esferas de Governo, com especial atenção para a formação de quadros qualificados na área de planejamento ambiental, criando mecanismos que garantam troca de informações, experiências e conhecimentos com universidades, centros de pesquisa e ONGs.
- Promover a capacitação profissional e empreendedora e a responsabilidade social e ambiental (Pacto RS).
- Aumentar a eficiência dos órgãos reguladores ambientais e fortalecer os instrumentos de planejamento e gestão ambiental e de recursos hídricos (PPA).
- Dar caráter estratégico à SEMA no planejamento e coordenação das políticas ambientais gaúchas, a partir das diretrizes estabelecidas pelo CONSEMA e CRH. Centralizar na SEMA toda a fiscalização ambiental (hídrica, florestal etc). Valorizar o quadro técnico, com definição de funções e qualificação (PPA).
- Promover e coordenar a integração e a convergência de instrumentos e/ou estratégias de gestão urbana (planos estratégicos, planos diretores, normas urbanísticas e edilícias, trabalhos de promoção do desenvolvimento local, entre outros), dando maior visibilidade ao processo e permitindo maior participação popular.
- Integração de informações entre unidades de planejamento, visando ao estabelecimento de ações conjuntas não-conflitantes (Comitês de Bacia, COREDES, Planos Diretores etc) (Pró-RS).
- Desenvolver parcerias entre órgãos locais, representações comunitárias e ONGs com instituições como o SEBRAE, ou movimentos e experiências voltados para o apoio à geração de renda que propiciem capacitação e estruturação de empreendimentos específicos para o atendimento às demandas locais.
- Projeto renda básica – combate à pobreza (R-2015).
- Gerar trabalho e renda como prioridade das políticas públicas (PactoRS).
- Promover políticas públicas menos assistencialistas, voltadas para o fortalecimento da cidadania através da oferta de oportunidades de trabalho (Pró-RS).
- Incentivar a pesquisa e a realização de atividades que desenvolvam o potencial existente no nível local, em benefício das comunidades interessadas, em escolas, associações de moradores etc., a partir da divulgação das boas práticas existentes

e com relação à AGENDA 21 Local/DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável;

- Promoção da AGENDA 21, conforme definida na Eco-92, mediante a articulação entre os planos e ações de âmbito nacional, estadual, regional e municipal (Pró-RS).
- Incentivar a participação da sociedade na gestão ambiental, especialmente os jovens, com espaços e mecanismos específicos, a fim de colocar em prática as ações da AGENDA 21 local, propiciando à sociedade que formule e controle as políticas públicas no cotidiano (CONFEMA).
- Apoiar e aperfeiçoar a capacidade institucional dos Governos estaduais e municipais para desenvolver ações voltadas para a criação de marcos regulatórios para os serviços de água, esgotos e resíduos sólidos.
- Projetos: a) rede de distribuição de água; b) rede urbana de coleta de esgotos; c) redução de 50% do déficit absoluto de ligações de esgoto; d) coleta de resíduos sólidos urbanos (R-2015).
- Recuperar, modernizar e ampliar a infra-estrutura de transporte e saneamento (PactoRS).
- Universalização do abastecimento de água tratada, com a correspondente coleta e tratamento de esgotos (Pró-RS).
- Compatibilização dos sistemas de gestão de resíduos sólidos com a expansão urbana e com a preservação do ambiente rural (Pró-RS).
- Incentivar a inserção de novas localidades no sistema de saneamento, dentro da lógica dos programas de saúde preventiva (PPA).
- Incrementar as políticas voltadas para o saneamento ambiental rural e urbano (CONFEMA).
- Estimular a expansão da rede de coleta e tratamento de esgoto, promovendo a obrigatoriedade da ligação do domicílio à rede, bem como gestionar a reabertura de linhas de financiamento federais para a área de saneamento (CONFEMA).
- Estimular a implantação, nos municípios, de aterros sanitários e unidades de triagem e compostagem, de acordo com os planos regionais de gerenciamento integrado de resíduos sólidos (CONFEMA).

ESTRATÉGIA 3 – PRODUÇÃO E CONSUMO

Promover mudanças nos padrões de produção e de consumo da cidade, reduzindo custos e desperdícios e fomentando o desenvolvimento de tecnologias urbanas sustentáveis.

Propostas:

- Promover a democratização da informação para a tomada de decisão e a formação da opinião pública por meio da publicização regular e sistemática de dados relativos à qualidade das condições ambientais e dos serviços prestados à população.
- Elaboração e disponibilização de um conjunto de indicadores de sustentabilidade (Pró-RS).
- Implantar o Sistema Estadual de Informações Ambientais, conforme Art. 2° do Código Estadual de Meio Ambiente, incluindo as diferentes temáticas relacionadas às questões ambientais, contemplando diagnósticos e indicadores para a ação mais efetiva dos órgãos públicos e como forma de garantir o acesso e a disponibilidade da informação, para fomentar a educação ambiental e qualificar e ampliar a participação da sociedade no processo de gestão ambiental (CONFEMA).

- Intensificar, via Conselhos Estadual e Municipal, a capacitação dos agentes multiplicadores (conselheiros e população em geral) para qualificar a discussão dos temas e fundamentar as decisões sobre o melhor uso dos recursos, divulgando amplamente suas ações nos meios de comunicações (3ª Concidades RS).
- Estabelecer de comum acordo (setor empresarial e setor público) um plantel de tecnologias recomendadas consideradas brandas, 'limpas' (MDL – Mecanismos de Desenvolvimento Limpo), voltadas para a melhoria dos processos industriais (redução de matéria-prima, de energia e de rejeitos), incentivando programas de qualidade total nas indústrias, no comércio e no setor público e facilitando a adoção dessas tecnologias por meio de mecanismos de crédito nos bancos e nas agências de desenvolvimento.
- Parceria com o PGQP (R-2015).
- Divulgação de tecnologias limpas, como alternativas aos métodos de produção tradicionais (Pró-RS).
- Intensificar a atração e a promoção de investimentos privados ambientalmente sustentáveis (PPA).
- Incluir nas práticas de auditoria do setor público avaliações periódicas sobre o desempenho ambiental de órgãos e autarquias (A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública), monitorando a aplicação de critérios condizentes com os princípios e os objetivos do desenvolvimento sustentável na aquisição de bens, serviços e equipamentos.
- Priorizar o processo de incorporação da variável ambiental no Estado, principalmente nas ações relacionadas às políticas de desenvolvimento econômico e infra-estrutura (CONFEMA).
- Fortalecer o desenvolvimento institucional dos organismos de controle social sobre os processos econômicos de desenvolvimento sustentável nacionais e locais, tais como os conselhos de meio ambiente, as comissões de desenvolvimento, os conselhos de cidades e outros afins, municiando-os de informação e de instrumentos técnico-legais compatíveis com os objetivos do desenvolvimento urbano sustentável.
- Consolidar a prática do planejamento estratégico nos três níveis: Município (Comude), Região (COREDE) e Estado (Codes), assegurando a continuidade de políticas públicas de interesse do desenvolvimento das regiões, nas trocas de governantes (Pró-RS).
- Garantir a adoção de critérios e parâmetros ambientais nos casos de concessão de serviços públicos urbanos pelos Estados e municípios, promovendo a sua inclusão nos editais licitatórios e nos contratos.
- Promover a alteração dos padrões de produção e de consumo da habitação, modernizando normas técnicas e introduzindo critérios ecocompatíveis do projeto à construção de conjuntos habitacionais, para reduzir custos e desperdícios de matérias-primas, recursos naturais e outros não-econômicos, diminuindo investimento em manutenção e aumentando o bem-estar dos moradores.
- Estimular e incentivar a indústria e o comércio de materiais de construção a desenvolver produtos alternativos que reduzam custos e melhorem a eficiência das moradias populares (PPA).
- Ampliar a disseminação e o alcance do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade da Construção Habitacional e de outras iniciativas semelhantes.
- Ampliar os programas de capacitação do corpo docente das redes escolares públicas nos conteúdos básicos de educação ambiental e de educação para a cidadania, fortalecendo as iniciativas que buscam efetivar esses mesmos conteúdos no currículo básico da educação fundamental em todo o país.
- Implementar efetivamente a Política Estadual de Educação Ambiental (A-2020).

- Internalizar a questão ambiental em nível local (município) ou regional (consórcios ou associações de municípios) por meio da formação de agentes multiplicadores do presente e do futuro (A-2020).
- Implantar políticas públicas de educação ambiental, incluindo o aperfeiçoamento e o reforço das estruturas executoras e a integração inter-secretarias, regulamentando a Lei n° 11.730/02, que instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental, aperfeiçoando-a e garantindo os recursos necessários para a efetivação da mesma (CONFEMA).
- Viabilizar a socialização, o intercâmbio de experiências e a implementação de programas setoriais de educação ambiental em escala regional, estadual, nacional e internacional (CONFEMA).
- Criar redes de educadores ambientais nas escolas públicas municipais, estaduais, federais e privadas, em todos os níveis, para intercâmbio de experiências, informações e conceitos, estimulando a formação de grupos de educação ambiental nos mais diferentes setores da sociedade, conforme legislação existente, destacando a importância da educação ambiental, através, também, da produção de cartilhas e jogos educativos (CONFEMA).
- Incentivar o Programa de Educação Ambiental Compartilhado, voltado para as escolas que participam do Programa Escola Aberta, que tem como objetivo principal desenvolver e difundir a cultura de prevenção, através da percepção ambiental, da capacitação e instrumentalização dos agentes de prevenção e da implementação de projetos socioambientais, que conduzam a mudanças de comportamento, ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade de vida (SEMA).
- Projeto de Lei 302/05, tramitando na Assembléia Legislativa, sobre a certificação e divulgação de projetos, materiais didáticos e outras ações de educação ambiental (ONG ISCA).
- Apoiar programas de redução do volume de perdas dos sistemas de saneamento (água e esgoto), qualquer que seja o agente operador (público ou privado).
- Recomendar, como ocorre com a Lei Nacional dos Recursos Hídricos, as ações integradas e os consórcios intermunicipais para o gerenciamento de resíduos sólidos.
- Estimular a criação de depósitos regionalizados para resíduos sólidos especiais, vinculados a uma política para destinação final adequada (CONFEMA).
- Reduzir significativamente a quantidade de lixo (resíduos sólidos) produzida nas cidades, levando o setor produtivo e a população a desperdiçarem menos, consumirem somente o necessário e reutilizarem materiais que são jogados fora.
- Combater as deseconomias e os agravos ambientais causados pela baixa eficiência operacional nos sistemas de transporte e trânsito nas cidades, (re)organizando o espaço urbano, reduzindo o desperdício de energia e tempo, melhorando a qualidade do ar, além de contribuir para a redução do uso de combustíveis fósseis e do efeito estufa.
- Desestimular o uso de veículos particulares nas cidades, priorizando o transporte coletivo e ciclovias (CONFEMA).
- Criar "imposto verde" para veículos automotores, relacionado à quantidade de consumo de combustíveis alternativos, isto é, quanto menor o consumo de combustível convencional, menor o imposto, com a finalidade de estimular investimentos futuros compatíveis com essa estratégia.
- Apoiar ações e programas estaduais e municipais que têm a finalidade de contribuir para a temática específica do efeito estufa e do aquecimento global, fortalecendo os elos entre as iniciativas locais e os compromissos globais da AGENDA 21, tal como vem acontecendo no contexto de programas como 'Cidades Saudáveis'.
- Estímulo à agricultura urbana, vista como atividade importante para o combate à pobreza urbana, associada a atividades

de educação ambiental.

- Promover a integração entre as políticas urbanas e rurais pela aproximação entre produtores e mercados consumidores, numa perspectiva de desenvolvimento regional.

ESTRATÉGIA 4 – INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

Desenvolver e estimular a aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento dos recursos naturais visando à sustentabilidade urbana.

Propostas:

- Promover o crescimento e a competitividade da indústria brasileira em consonância com as restrições ambientais associadas ao comércio exterior e aos acordos globais via internalização dos custos ambientais.
- Ampliar nos bancos oficiais as linhas de financiamento específicas para as indústrias que desejem modernizar seus equipamentos ambientais e de segurança.
- Institucionalizar o controle ambiental, o incentivo a programas de qualidade total nas indústrias e os processos de certificação internacional (ISO 14000).
- Incentivar a implantação do ICMS Ecológico em todas as unidades da Federação (princípios não poluidor-recebedor e protetor-recebedor): redistribuição do ICMS com incentivos para Municípios que investirem em saneamento ambiental e preservação ambiental (criação e manutenção de unidades de conservação).
- Fortalecer a capacidade de captação e gestão de recursos para ações destinadas ao meio ambiente, através de estímulos, como o ICMS ecológico (CONSEMA).

3.3.2. Agricultura sustentável

Nos países adiantados é onde mais cresce a consciência sobre as distorções ambientais de seus sistemas de produção e consumo de alimentos. Ampla gama de manifestações sociais permite perceber uma ascendente preocupação com a salubridade alimentar, que tende a estar cada vez mais ligada à conservação dos recursos naturais explorados. E as pressões decorrentes já requerem novos métodos de produção que venham a reduzir os impactos ambientais adversos, e assegurar altos níveis de pureza e não-toxicidade dos alimentos. É esse, em última instância, o desafio social embutido na expressão 'agricultura sustentável'.

ESTRATÉGIA 1 – AGRICULTURA FAMILIAR

Propostas:

- Inserção da agricultura sustentável nas esferas de atuação do PRONAF e de outras iniciativas de apoio à agricultura familiar;
- Apoio às entidades não-governamentais que se proponham organizar as populações locais para a implantação de sistemas de produção, processamento e distribuição baseados na conservação da biodiversidade; o PRONAF (agroindústria) poderá desempenhar um papel muito útil nessa direção;

- Alternativas de crédito ao manejo sustentável para a compra de equipamentos e para investimentos em proteção ambiental;
- Estímulo ao beneficiamento da produção (agroindustrialização) com o objetivo de agregar valor aos produtos (verticalização), atendendo padrões de qualidade exigidos pelo mercado;
- Diversificar e fortalecer a matriz produtiva com incentivos à alta tecnologia, à inovação, às fontes limpas de energia e a agregação de valor aos produtos, priorizando o desenvolvimento regional equilibrado (R-2015).
- Criação de um programa estadual que oportunize mecanismos de maior agregação de valor aos produtos do setor primário (Pró-RS).
- Simplificar a legislação, cuja complexidade impede a criação e o fortalecimento de agroindústrias microrregionais, geradoras de emprego e renda (Pró-RS).
- Incremento da infra-estrutura para armazenamento da produção;
- Upgrade para o armazenamento (R-2015).
- Planejamento e implementação de ações efetivas para minimizar as perdas pós-colheita de produtos agrícolas (Pró-RS).
- Estímulo a mecanismos de comercialização, incluindo o processo de certificação ambiental de produtos agropecuários (selo verde);
- Incentivar a geração de empregos não-agrícolas no meio rural, como hotéis-fazenda, turismo rural ou ecoturismo, tendo como perspectiva a complementaridade e a integração estratégica de funções e atividades econômicas.
- Apoiar a criação e a ampliação de cooperativas de produtores, incorporando novos processos e técnicas de transformação e comercialização de produtos.
- Valorizar as potencialidades regionais, os arranjos e sistemas locais de produção, as redes de cooperação e as parcerias (PactoRS).
- Valorização do cooperativismo e fortalecimento do trabalho (MovSociais).
- Incremento das alternativas energéticas (solar, eólica);
- Incentivar a maior utilização de recursos naturais (carvão mineral, gás e outras fontes renováveis) para aumentar a geração de energia (A-2020).
- Melhoria e universalização do suprimento rural de energia elétrica (Energia Forte e Luz para Todos) (R-2015).
- Melhoria no setor de energia elétrica, dotando as unidades produtivas de energia trifásica, além de promover a diversificação da matriz energética do Estado, com destaque para o biocombustível, o carvão mineral e a energia eólica (Pró-RS).
- Priorizar a diversificação da matriz energética, com ênfase nas energias renováveis (PPA).
- Aprofundar e ampliar estudos e projetos visando a alterar a matriz energética do Estado, substituindo fontes poluidoras e não-renováveis por sustentáveis e renováveis, como energia eólica e solar (CONFEMA).

ESTRATÉGIA 2 – MANEJO SUSTENTÁVEL DOS SISTEMAS PRODUTIVOS

Propostas

a) Planejamento e gestão ambiental

- Atividades agrícolas que impliquem a destruição da vegetação natural deverão ser autorizadas e monitoradas, quanto à sua sustentabilidade, pela prefeitura do Município, pelo órgão de extensão rural e por organizações locais de produtores;
- Análise crítica da legislação agrícola em suas interfaces com a questão ambiental, tendo em vista o aprimoramento, a revisão e a compatibilização dos instrumentos legais vigentes e seu mais amplo conhecimento;
- Estímulo à realização de zoneamentos agroecológicos ou de zoneamento ecológico-econômico;
- Zoneamento agroecológico (Pró-RS).
- Obrigatoriedade de recomposição de reserva florestal legal para as classes de uso dos solos inferiores;
- Implantar um programa integrado de diagnóstico, monitoramento, fiscalização, recuperação e ampliação das áreas de proteção ambiental e reserva legal, em especial entre a SEMA e o Batalhão de Policia Ambiental (CONFEMA).
- Estímulo à recuperação de áreas degradadas;
- Desenvolvimento e divulgação dos sistemas agroflorestais, conciliando atividades agrícolas e recuperação florestal;
- Criação, treinamento e aparelhamento de brigadas voluntárias de combate ao fogo acidental, em particular nos Municípios com áreas de maior risco.
- Intensificar a fiscalização e restringir as pequenas queimadas, através de reconversão e amparo econômico às populações que têm, nessa prática, a única alternativa para viabilizar seus cultivos, adotando medidas de segurança contra a propagação do fogo. As queimadas não devem ser usadas como abertura de fronteiras agrícolas (CONFEMA).

b) Conservação da biodiversidade

- Cumprimento dos compromissos assumidos na 3a Convenção da Biodiversidade, realizada em Buenos Aires, em 1996, e assinada por 165 países;
- Desenvolvimento de estratégias nacionais, programas e planos com ênfase na ampliação da base genética para as principais culturas; aumento da amplitude de diversidade genética disponível aos produtores; desenvolvimento de novas culturas e variedades adaptadas às condições locais; exploração e promoção de uso de culturas subutilizadas; e expansão territorial da diversidade genética para reduzir a vulnerabilidade das culturas;
- Formar e apoiar uma rede de pesquisa em biotecnologia (PPA).
- Manter pesquisas relativas aos novos horizontes da engenharia genética, sempre observando a garantia da segurança alimentar, do meio ambiente e da biodiversidade, para não permitir que o Brasil se torne dependente dessa tecnologia (CONFEMA).
- Desenvolvimento de estratégias nacionais, programas e planos com ênfase na conservação dos microorganismos de interesse para a agricultura;
- Estímulo ao desenvolvimento de tecnologias e práticas de produção agrícola que aumentem a produtividade e, ao mesmo tempo, evitem a degradação e restabeleçam ou ampliem a diversidade biológica. Essas práticas incluem, entre outras: o manejo integrado e o controle biológico de pragas, o plantio direto, as policulturas, culturas consorciadas, a rotação de culturas e os sistemas agroflorestais;

- Estimular programas de diversificação de culturas (PPA).
- Identificação, nos sistemas de produção agrícola, dos componentes-chave da diversidade biológica, responsáveis pela manutenção dos ciclos e processos naturais, com o monitoramento e a avaliação dos efeitos das diferentes práticas e tecnologias de produção sobre tais componentes;
- Incentivo às avaliações ex ante ou ex post dos impactos sobre a biodiversidade causados por grandes projetos de desenvolvimento agrícola – EIA/RIMA para a agricultura;
- Identificação de plantas úteis: comestíveis, medicinais e industriais.
- Intensificação dos mecanismos de fiscalização em cumprimento do Decreto n° 750/93, que dispõe sobre a conservação da mata atlântica.

c) Manejo dos sistemas produtivos

- Incrementar práticas agrícolas sustentáveis: policultivo, fusão de produções, animal e vegetal, rotação de culturas, consorciação, práticas de conservação e recuperação de solos, adubação verde, adubação orgânica, plantio direto sem herbicidas, uso de biofertilizantes, manejo integrado e controle biológico de pragas;
- Incentivo à produção agroecológica (R-2015).
- Incluir a agroecologia como manutenção da biodiversidade e dar incentivos fiscais aos produtos agroecológicos (CONFEMA).
- Incentivo à substituição de insumos industriais por insumos obtidos por meio de práticas biológicas;

d) Conservação e recuperação dos solos

- Aumento das áreas com cobertura verde no outono e inverno e cultivo de plantas com forte capacidade de fixação do nitrogênio atmosférico;
- No que se refere ao manejo integrado da nutrição vegetal, e com vistas ao aumento de biomassa, dar ênfase na reciclagem de resíduos, adotando ainda práticas para manutenção da cobertura do solo, propiciando, por sua vez, o crescimento da atividade biológica, a retenção da água, de nutrientes e da estrutura do solo;
- Manejo e preservação dos solos agrícolas (Pró-RS).
- Limitação do uso de fertilizantes sintéticos, por exemplo, em zonas de captação de água, áreas de recarga do aqüífero Guarani e áreas de proteção ambiental;
- Elaboração de um código de práticas agrícolas para otimização do uso de fertilizantes;
- Cumprimento dos programas estatais existentes (combate à erosão, à desertificação, por exemplo);

e) Redução do uso de agrotóxicos

- Edição de portarias para registro de produtos biológicos com vistas ao controle fitossanitário;
- Criação de programa nacional de incentivo ao manejo integrado de pragas;

Implementação de medidas de estímulo à produção e à comercialização de tecnologias alternativas de controle fitossanitário;

- Estabelecimento de áreas de exclusão ou de redução do uso de agrotóxicos (proteção de áreas de maior risco de contaminação, de recursos hídricos em especial aqüíferos, de hábitats selvagens e de plantas e animais específicos);

- Quanto ao uso de agrotóxicos perigosos, implantação de medidas de caráter técnico, administrativo, financeiro e legal para induzir a substituição por produtos químicos mais seguros;
- Redução do uso de agroquímicos (R-2015).
- Redução e racionalização do uso de agroquímicos (Pró-RS).
- Estabelecer políticas integradas entre os setores de meio ambiente, saúde, educação e agricultura para o controle do uso e manejo de agrotóxicos, produtos veterinários e de uso doméstico no Estado, bem como para a fiscalização do recolhimento de embalagens vazias utilizadas e o destino final adequado, de acordo com a legislação vigente (CONFEMA).
- Implementação de programas de monitoramento e controle de resíduos de agrotóxicos nos alimentos, inclusive importados e no meio ambiente, particularmente nos corpos d'água;
- Sobre o destino inadequado de embalagens vazias de agrotóxicos, ampliar os programas de divulgação e treinamento para agricultores, visando à adoção da tríplice lavagem e seu fim apropriado;
- Fiscalização da produção e do consumo de agrotóxicos;
- Implementação de medidas de estímulo à inclusão da 'resistência a pragas e doenças' em programas/projetos de melhoramento genético de plantas.

f) Aspectos legais relacionados ao uso de agrotóxicos

- Limitação de 50% na utilização de agrotóxicos (como ocorreu na Dinamarca, Suécia e Holanda) e estabelecimento de prazos para eliminação de produtos de classe toxicológica I e II;
- Avaliação e revisão, com a participação de entidades civis, da legislação de registro e uso de agrotóxicos, com propostas concretas de alterações, regulamentando o registro e a classificação de produtos de acordo com seus efeitos ambientais e estabelecendo prazos para cancelamento de registros de agrotóxicos para os quais existam alternativas tecnológicas viáveis;
- Aperfeiçoamento e desburocratização do sistema de registro de agrotóxicos, a fim de evitar o uso generalizado de produtos não controlados, especialmente em frutas e hortaliças, aprovando novos agrotóxicos por períodos limitados (cinco a dez anos) com a avaliação periódica dos produtos disponíveis no mercado e a restrição do uso de produtos proibidos em outros países;
- Compatibilização entre a legislação federal, dos Estados e Municípios e do Mercosul;
- Sobre a introdução de pragas e doenças exóticas, ampliação dos esforços para sua identificação, de modo que não constituam risco para a agricultura e aperfeiçoamento dos mecanismos de fiscalização e controle de produtos agrícolas importados, inclusive a inspeção na origem.
- Estabelecimento de limites aceitáveis para testes de ecotoxidade e limites de resíduos nos solos e na água;
- Formação e licença obrigatórias para pessoas que são encarregadas e se utilizem de agrotóxicos;
- Estabelecimento de normas e padrões de qualidade para equipamentos de aplicação e obrigatoriedade de teste e homologação de pulverizadores;
- Introdução de restrições à pulverização aérea e por pivô central.

g) Instrumentos econômicos para o manejo sustentável

- Implantação de linhas de crédito voltadas ao financiamento de sistemas produtivos baseados na preservação e valorização da biodiversidade;
- Ampliar os programas de incentivo à agroecologia (CONFEMA).
- Incentivar a agricultura familiar através de políticas públicas de crédito significativas, melhoria das estradas, transporte e seguro agrícola (MovSociais).
- Apoio financeiro (prêmios) à conversão biológica dos sistemas produtivos convencionais, a fim de reduzir riscos no período de transição (como feito na Finlândia, Suécia, Dinamarca, Suíça e Espanha);
- Redução de impostos para o produtor que usar produtos biológicos ou controle integrado;
- Vinculação da obtenção de crédito rural a técnicas produtivas que evitem a erosão dos solos e reduzam os impactos ambientais das atividades agrícolas;
- Imposição de barreiras aos produtos de exportação com níveis de resíduos acima dos limites estabelecidos pelos países importadores;
- Isenção de impostos, por determinado período, de produtos biológicos destinados ao controle de pragas e doenças de plantas;
- Subsídios para a compra de equipamentos de aplicação de agrotóxicos de qualidade, bem como para sua manutenção e calibragem.

ESTRATÉGIA 3 – INCENTIVO À GERAÇÃO E À DIFUSÃO DO CONHECIMENTO

Propostas:

a) Pesquisa, geração de conhecimentos e de novas práticas

- Identificação e sistematização do conjunto de pesquisas necessárias à transição para a agricultura sustentável, contemplando, prioritariamente, aspectos relacionados à gestão ambiental; ao manejo sustentável dos sistemas produtivos; à ampliação da diversidade biológica dos agroecossistemas; a melhorias nas condições dos solos; à redução do uso de agrotóxicos e de outros poluentes;
- Investir e incentivar a pesquisa, assistência técnica e a produção agrícola de produtos naturais e de boa qualidade, não-transgênicos, mantendo o controle social das sementes (MovSociais).
- Compatibilização das agendas das instituições de pesquisa a fim de evitar a duplicação de esforços (inclusive agendas internacionais dos países do Mercosul);
- Apoio e fomento à pesquisa e experimentação em agricultura sustentável nas universidades, centros públicos de pesquisa, ONGs e empresas privadas, por exemplo;
- Estudo e sistematização das políticas públicas implementadas em distintos países, voltadas ao estímulo e apoio à conversão para a agricultura sustentável;
- Identificação e apoio à consolidação de experiências-piloto em diferentes contextos ambientais, para efeito de pesquisa,

demonstração, formação técnica e análise de viabilidade técnica e econômica das práticas sustentáveis.
- Estímulo e apoio à reciclagem do pessoal técnico de instituições públicas e privadas, sobretudo aqueles vinculados a atividades de fomento e extensão;
- Elaboração de um conjunto de indicadores de sustentabilidade para fins de monitoramento comparativo de diferentes categorias de sistemas produtivos, e para estimular o gerenciamento ambiental de unidades de produção agrícola;

b) Difusão, capacitação, assistência técnica
- Definição de áreas temáticas e públicos prioritários (agricultores, técnicos, estudante, por exemplo) para difusão, capacitação e assistência técnica;
- Apoio e fomento às experiências existentes e em constituição na área de formação de recursos humanos em diferentes níveis: universitário (graduação e pós-graduação), técnico e formação de produtores, sejam essas realizadas pelo setor público ou privado;
- Inserção da educação ambiental em todas as iniciativas de difusão, capacitação e assistência técnica;
- Sistematização e divulgação das experiências bem-sucedidas no campo das políticas públicas, práticas agrícolas, metodologias participativas, fortalecimento da agricultura familiar, entre outros temas. Essas informações podem ser disponibilizadas a produtores, instituições e profissionais da área, por meio de redes eletrônicas de comunicação;
- Implementação de campanha de comunicação sobre o perigo das queimadas nas áreas de maior risco.

3.3.3. Gestão de recursos naturais

A gestão dos recursos naturais, entendida como uma particularidade da gestão ambiental, preocupa-se em especial com o conjunto de princípios, estratégias e diretrizes de ações determinadas e conceituadas pelos agentes socioeconômicos, públicos e privados, que interagem no processo de uso dos recursos naturais, garantindo-lhes sustentabilidade.

Gestão integrada dos recursos naturais consiste no estabelecimento de um conjunto de ações de natureza administrativa, em um determinado espaço ou unidade de planejamento, que considere as inter-relações entre os recursos naturais e as atividades socioeconômicas. Gestão é, em outras palavras, o modus operandi cuja premissa básica é manter os recursos naturais disponíveis para o desenvolvimento hoje, amanhã e sempre.

ESTRATÉGIA 1 – REGULAR O USO E A OCUPAÇÃO DO SOLO

Regular o uso e a ocupação do solo por meio de métodos e técnicas de planejamento ambiental, incluindo as diversas formas de zoneamento, a articulação e o gerenciamento de unidades espaciais de importância para a biodiversidade e para a conservação dos recursos naturais, tais como corredores ecológicos, unidades de conservação, ecossistemas terrestres, costeiros e marítimos e bacias hidrográficas.

Propostas:

- Estabelecer meios de apoiar a implementação de zoneamentos ambientais na forma de instrumentos técnicos e políticos para o planejamento do desenvolvimento sustentável nas regiões de especial interesse ambiental.
- Zoneamento agroecológico (Pró-RS).
- A implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento Costeiro tem como objetivo complementar e concluir os planos existentes e implementar os programas propostos de gerenciamento costeiro nos municípios litorâneos do país, promovendo o ordenamento do espaço nas regiões costeiras e nos ambientes aquáticos adjacentes de acordo com a capacidade de suporte dos mesmos.
- Desenvolvimento de atividades integradas de gestão sustentável dos recursos naturais com a finalidade de evitar ou atenuar a degradação de bacias hidrográficas. Prevê-se: promover o planejamento integrado de intervenções; implementar o uso de instrumentos econômicos para incentivar práticas adequadas e punir práticas inadequadas; aprimorar o uso de instrumentos de regulamentação; favorecer a mobilização social para o trato local da questão; implementar ações de fiscalização e monitoramento; desenvolver indicadores de avaliação de escassez de água; formar comitês de bacias hidrográficas; elaborar Planos Diretores de Bacia Hidrográfica; instrumentos econômicos (cobrança pelo uso da água e instrumentos fiscais); licenciamento ambiental; outorga do uso da água; enquadramento dos cursos de água; educação ambiental.
- Monitoramento hidrológico para outorga e uso da água (R-2015).
- Restauração das matas ciliares ao longo dos cursos d´água das principais bacias hidrográficas do Estado, com monitoramento e fiscalização do uso do solo e estabelecimento de compromissos ambientais com os agricultores (R-2015).
- Otimizar a utilização dos recursos hídricos (PactoRS).
- A gestão ambiental no Estado, conforme estabelecido no Art. 171 da Constituição Estadual, deve incorporar a matriz de planejamento das Bacias Hidrográficas e, por conseqüência, a forma organizativa dessa matriz, constituída pelos Comitês e Bacias Hidrográficas (Pró-RS).
- Implantar o Plano Estadual de Irrigação e otimizar os usos múltiplos da água (PPA).
- Transformar os programas já instituídos por lei, como o Pró-Guaíba, Pró-Mar-de-Dentro e Pró-Uruguai em Agências de Região Hidrográfica, conforme a Lei Gaúcha das Águas (PPA).
- Implantar as agências de regiões hidrográficas como elemento fundamental para a estruturação do SEHR – Sistema Estadual de Recursos Hídricos, garantindo integração e articulação com os demais órgãos executivos da política ambiental do Estado (CONFEMA).
- Concluir o processo de implantação dos Comitês de Bacia e avançar no fortalecimento dos já existentes, garantindo o processo permanente de capacitação dos seus membros e o decisivo apoio financeiro às suas secretarias executivas (CONFEMA).
- Fortalecer os Comitês de Bacia com instrumentos efetivos na articulação das diversas instâncias estaduais e municipais e dos instrumentos legais para licenciamento ambiental dos municípios (CONFEMA).
- Dar continuidade ao processo de elaboração e implementação dos Planos de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas (CONFEMA).

- Implantar uma rede de monitoramento quali-quantitativa dos recursos hídricos do Estado (CONFEMA).
- Garantir que os recursos arrecadados pelas Agências de Regiões Hidrográficas sejam gerenciados de forma autônoma e aplicados na própria região (CONFEMA).
- Criar novas unidades de conservação de uso direto e indireto e implementar efetivamente aquelas existentes de modo a formarem um conjunto significativo que corresponda a, pelo menos, 10% de cada um dos principais ecossistemas (biomas) terrestres, costeiros e oceânicos, presentes no território nacional, por meio de acordos de parcerias entre os setores público, empresarial e ONGs, envolvendo as três esferas de Governo; estabelecimento de mecanismos tributários compensatórios para proprietários rurais e municipalidades que implantarem UCs; legalização fundiária das UCs; incentivo à criação de RPPNs.
- Definição de estratégia estadual para preservação da biodiversidade, com criação e monitoramento de Unidades de Conservação e seus respectivos planos de manejo, de modo a reduzir as pressões de uso destas áreas para outros fins (R-2015).
- Criação de áreas protegidas (UCs) nos afloramentos do aqüífero Guarani, com a elaboração/implementação de marcos técnicos e institucionais para gerenciamento e preservação dos recursos hídricos desta área (R-2015).
- Realizar um processo de definição e atualização de áreas prioritárias para conservação dos diferentes ecossistemas e biomas, articulando órgãos governamentais, universidades, ONGs, Comitês de Bacias e Prefeituras (CONFEMA).
- Prosseguir na criação e implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral e as de Uso Sustentável, incluindo o reforço de recursos humanos e materiais, elaboração e implementação dos planos de manejo e instalação dos conselhos de gestão (CONFEMA).
- Elaborar e implementar legislação que estimule a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs. Já existe um PL em tramitação na Assembléia para esse fim (CONFEMA).

ESTRATÉGIA 2 – PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESPÉCIES

Desenvolver e estimular procedimentos voltados à proteção e à conservação das espécies, envolvendo técnicas in situ e ex situ, proteção de ecossistemas e habitat, manejo sustentável e ações de combate ao tráfico de espécies, incidentes sobre a flora e a fauna e, no que couber, aos microorganismos.

Propostas:

- Implementação de programas de conservação da biodiversidade, em todos os biomas, priorizando estudos e ações que levem ao aperfeiçoamento do manejo sustentável das espécies de interesse econômico e privilegiem a participação das comunidades locais na gestão dos recursos naturais. Os estudos incluem: levantamento dos recursos disponíveis; métodos de exploração e produção compatíveis para assegurar o estoque e a sustentabilidade da espécie explorada; dados sobre a sobrevivência da espécie no seu ecossistema; estabelecimento de limites de exploração máxima por unidade de tempo, entre outros.
- Proteção e conservação dos biomas regionais (Pró-RS).

- Elaborar e implementar o Plano Estadual de Unidades de Conservação, com base em critérios biogeográficos e de representatividade dos ecossistemas estaduais, ampliando o número e a superfície das áreas protegidas, em consonância com as diretrizes dos Comitês de Bacia (CONFEMA).
- Fomentar a realização de estudos e projetos, em parceria com universidades, para o desenvolvimento e implantação de alternativas de manejo sustentável à utilização de campos nativos, especialmente em substituição à prática de queimadas e para a recuperação das áreas em processo de arenização (CONFEMA).
- Estimular políticas de conservação e criação de áreas protegidas nos morros do RS, com destaque para a proteção das nascentes, visando à manutenção do equilíbrio climático e ecológico e à preservação dos recursos hídricos, destinando áreas para a promoção de atividades culturais, educativas e de lazer (CONFEMA).
- Promover a conservação de espécies ameaçadas e a recuperação de seus habitats críticos, contando com a participação de mecanismos internacionais e regionais, sobretudo aqueles apoiados ou promovidos pela UICN. Prevêem-se a identificação e a localização de espécies ameaçadas, a revisão do status de conservação dessas espécies e o estabelecimento de planos de manejo.
- Fomentar e institucionalizar o Programa de Repovoamento do Pinheiro Brasileiro, disponibilizando recursos e desenvolvendo ampla campanha de esclarecimento sobre o seu replantio e sobre a lei que rege o controle ambiental em relação a essa espécie. Criar, também, programas semelhantes para outras espécies nativas ameaçadas de extinção ou regionalmente extintas (CONFEMA).
- Incentivo de parcerias entre o poder público e o setor produtivo com o objetivo de difundir os bancos de sementes e a produção de mudas para fins de florestamento e reflorestamento nas áreas degradadas nos diferentes biomas.
- Regulamentação ambiental da silvicultura com a integração dos diversos programas de fomento florestal no Estado e com a facilitação da gestão e otimização das iniciativas voltadas ao setor (R-2015).
- Promover e incentivar o uso múltiplo dos recursos naturais renováveis, em regime de manejo sustentável, respeitada a legislação vigente (CONFEMA).
- Combate da comercialização ilegal de animais e plantas nativas em todo o território nacional, prevendo o estabelecimento de medidas punitivas que resultem na diminuição do tráfico de espécies animais e vegetais nativas, inclusive as espécies de valor medicinal e ornamental, que hoje constituem preocupação nacional no que se refere à conservação da diversidade biológica. Implica o estabelecimento de parcerias para a efetivação do combate ao tráfico.
- Desenvolvimento de estudos para identificar espécies introduzidas que potencialmente possam causar danos à biodiversidade e ao sistema produtivo, incluindo microorganismos, plantas e animais exóticos, espécies domésticas ou não que se tornam perniciosas, monitorar seus efeitos e propor medidas de manejo, controle e possível erradicação.

ESTRATÉGIA 3 – ESTUDOS SOBRE A BIODIVERSIDADE

Propor e aperfeiçoar a pesquisa e o desenvolvimento de estudos voltados ao aumento do conhecimento científico sobre a biodiversidade, incluindo a definição de indicadores, a realização de inventários e a formação de bases de informação e disseminação do conhecimento sobre os recursos naturais.

Propostas:

- Implementação de pesquisas e estudos para aumentar o conhecimento sobre a diversidade de ambientes florestais e arbóreos. Deverão ser priorizados programas de inventários, de forma e função ecossistêmica, de técnicas de silvicultura e manejo florestal. Além disso, deverão ser considerados o monitoramento sobre espécies comerciais e não-comerciais, o solo, a biota, o clima, as características biofisicoquímicas, a identificação de impactos da ação antrópica e a capacidade de uso sustentável da biodiversidade.
- Apoiar a realização de estudos e pesquisas sobre a viabilidade econômica, social e ambiental dos empreendimentos pesqueiros. Implica examinar as dimensões técnicas, científicas, tecnológicas, de mercado e de inserção dos segmentos sociais envolvidos na atividade.
- Priorizar a pesca com programas de licenciamento, acompanhamento, fiscalização e repovoamento e incentivar o desenvolvimento de estudos para a criação de estações de piscicultura de espécies nativas, para repovoamento de rios e lagoas de água doce, em parceria com as universidades e pescadores das regiões, utilizando recursos estaduais e federais em programas como Pró-Guaíba e Pró-Mar-de-Dentro (CONFEMA).
- Realização de inventário das fontes de poluição/contaminantes e de seus níveis de risco nos diferentes biomas do país; inventário de fontes de poluição; localização dos principais focos e agentes poluidores; utilização de metodologia e abordagem sistêmica; estabelecimento de acordos e parcerias com setores produtivos, associações comunitárias, representações da sociedade civil e ONGs.
- Promoção do desenvolvimento do conhecimento técnico-científico relativo às mudanças climáticas, com a finalidade de esclarecer, reduzir ou eliminar as incertezas ainda existentes em relação a causas, efeitos, magnitude e evolução no tempo da mudança do clima e suas conseqüências econômicas e sociais, assim como ampliar o acesso ao conhecimento e à tecnologia disponível.

ESTRATÉGIA 4 – MEDIDAS DE CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL

Estabelecer medidas de controle da qualidade ambiental com vistas à proteção e ao disciplinamento do uso dos recursos naturais e de proteção da atmosfera global, ressaltando a necessidade de promoção da eficiência na produção e no consumo de energia. A implementação dessa estratégia implicará o desenvolvimento de atividades de monitoramento e fiscalização e a adoção de ações de comando e controle, de instrumentos econômicos e de mecanismos de certificação.

Propostas:

- Promoção da recuperação de áreas degradadas no território nacional, resultantes do mau uso por atividades agrícolas, de mineração, obras de infra-estrutura e assentamentos urbanos. Implica a consideração de espaços ambientais específicos, referindo-se a ecossistemas, biomas e, sempre que possível, a bacias hidrográficas como unidade de referência espacial; utilização de planejamento ambiental, zoneamento ecológico-econômico, reflorestamento com espécies nativas ou exóticas e manejo da regeneração natural, assim como outras práticas mecânicas e vegetativas de reconstrução de áreas degradadas.

- Priorizar um programa para diagnóstico das regiões de ocorrência de mineração, visando ao licenciamento, fiscalização e recuperação das áreas degradadas (CONFEMA).
- Desenvolvimento de programas de sensibilização e capacitação de entidades da sociedade civil em práticas de monitoramento e fiscalização do uso dos recursos naturais, desenvolvendo atividades nas comunidades locais de tal modo que cada cidadão atue como monitor e fiscal dos recursos naturais, com o estabelecimento de parcerias por meio de acordos e contratos entre órgãos governamentais e sociedade civil.
- Promoção ao fortalecimento de programas de monitoramento e fiscalização para o acompanhamento dos processos dinâmicos envolvendo os oceanos e a zona costeira, bem como para a avaliação dos impactos inerentes às atividades antrópicas de risco, dotando os agentes executivos de poderes necessários à aplicação das sanções previstas na legislação vigente; inventário de portos e instalações existentes, regulamentação do licenciamento ambiental, articulação interinstitucional, apoio creditício à implantação de sistemas e padrões de qualidade, metodologia e abordagem sistêmica, capacitação técnica, recursos financeiros.
- Criação de linhas de crédito para empreendimentos cooperativos que utilizem os recursos naturais de modo sustentável, para agregar atividades de pequenos e médios produtores rurais na produção de floresta, agrofloresta e madeira, agropecuária, pesca artesanal e aqüicultura familiar.
- Divulgação e disseminação de sistemática de mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL) e definição de critérios de elegibilidade de projetos passíveis de certificação, que ofereçam garantia de redução de emissões de CO2, de modo a incentivar o controle ambiental; definição de critérios técnico-científicos, legais e institucionais para a certificação de projetos dentro do mecanismo de desenvolvimento limpo.

3.3.4. Propostas diversas

Sob este título foram reunidas as propostas dos demais trabalhos que não tinham uma correspondente na AGENDA 21 – Brasileira.

- Implantar e disseminar o Projeto 10 do IRGA (PPA).
- Maior controle da sanidade animal e vegetal (PPA).
- Apoiar a padronização da qualidade e a certificação dos produtos (R-2015).
- Reforçar o apoio às ações da Emater, de apoio às famílias de pequenos e médios produtores (PPA).
- Grandes eixos de escoamento da produção e exportações (R-2015).
- Incorporação de áreas produtivas (R-2015).
- Universalização da telefonia rural (R-2015).
- Fortalecimento da extensão rural acoplada a financiamentos agropecuários (R-2015).
- Sistemas de captação, armazenamento e distribuição de águas pluviais e implantação de reservatórios para irrigação (R-2015).
- Fortalecimento do sistema de controle e defesa sanitária (R-2015).
- Incentivos a sistemas de plantio eficiente no uso da água para arroz irrigado (R-2015).
- Destinação adequada de resíduos de arroz (R-2015).

- Melhorias tecnológicas para destinação de dejetos de origem animal (R-2015).
- Criação, consolidação e manejo de terras indígenas (R-2015).
- Implantação de uma rede integrada interinstitucionalmente, voltada para a pesquisa básica, operacional e mercadológica das potencialidades das cadeias produtivas estaduais que tenham perspectivas de demanda a longo prazo (Pró-RS).
- Desenvolvimento de qualificação e valorização dos recursos humanos vinculados às cadeias produtivas tradicionais e às novas (Pró-RS).
- Realização de uma ampla e massiva reforma agrária, com a ampliação de assentamentos, distribuição de terras com apoio técnico e financiamento subsidiado à agroindústria cooperativada para pequenas propriedades (MovSociais).

3.4. CONVERGÊNCIA E INTEGRAÇÃO NOS TRÊS SETORES (INTERNA E EXTERNA) E NA COMUNIDADE EM GERAL

A convergência dentro de cada setor (econômico, social e ambiental), e entre os setores público, privado e sociedade civil organizada, bem como junto à comunidade em geral, para melhor atender às necessidades através da otimização dos recursos, pode ser verificada em diretrizes que apontam para:

3.4.1. Governança

Uma estrutura de governança moderna, com maior eficiência e participação de todos os segmentos da sociedade, envolvendo as instituições públicas oficiais e todos os segmentos sociais, é proposta no RUMOS 2015 (Estratégia 5). O estudo considerou que várias estruturas regionais são utilizadas no Estado: desde as organizadas a partir de recursos locais, onde o capital social é privilegiado, como os COREDES, até as divisões regionais adotadas pelos órgãos do Estado para planejamento e execução de suas ações. Cabe, assim, não criar nova regionalização, mas articular os vários atores em torno de territórios comuns construindo um "projeto" assumido e a ser perseguido por todos. Os "territórios comuns" são as nove Regiões Funcionais (RFs) definidas no RUMOS 2015, que respeitou o recorte dos COREDES, e também as homogeneidades econômicas, sociais e ambientais, e as polarizações observadas.

A AGENDA 2020 não só considerou as RFs em seu Projeto de Governança Regional, como também sugeriu e defendeu que todos os Fóruns Temáticos assumissem esse mesmo recorte do território do RS. O foco da proposta de Governança Regional é implementar o planejamento regional através de "Agendas Estratégicas" nas nove RFs, com participação do Poder Público e da sociedade civil organizada, garantindo a continuidade das políticas públicas. O projeto ressalta que cada região deva implementar a sua governança, em função de seu perfil e de sua trajetória; mas pretende assegurar que seja respeitada uma matriz mínima de requisitos que sejam considerados em todas as regiões: deve ser instalado um fórum de articulação com representatividade equilibrada do setor público e do setor privado, e de empresários e trabalhadores; deve ser firmado um

pacto entre os agentes envolvidos, que pode ser um consórcio, compromisso de parceria etc.; para dar suporte às atividades do fórum, deve ser definida uma secretaria-executiva, que pode ser uma entidade existente, uma OSCIP etc.; deve ser construída uma agenda mínima entre todos os setores envolvidos, levando em conta propostas do RUMOS, do PAC, do PPA etc., avaliando-as e atualizando-as, apontando propostas prioritárias. Esses quatro requisitos podem ser considerados um conjunto de critérios, cujo atendimento permita atribuir índices de desempenho relativos à qualidade das relações estabelecidas, das ferramentas utilizadas, do capital social de cada região.

O FT de Cidadania e Responsabilidade Social da AGENDA 2020 propõe a elaboração do Mapa do Capital Social do Estado, buscando conhecer e identificar os ativos sociais e sua atuação. No Plano de Governo Rio Grande Afirmativo, no item Igualdade Social e Terceiro Setor, é também proposta a realização de estudo pioneiro (em conjunto com as universidades regionais e institutos), mapeando o capital social do Rio Grande do Sul, identificando as entidades gaúchas, com área de atuação, perfil, tamanho e região.

No movimento Pacto pelo Rio Grande, é firmado o compromisso de: (11) regionalizar o planejamento, a gestão e o orçamento do Estado de forma democrática e participativa; o que indica também a necessidade de adoção de um modelo de governança.

No Plano de Governo Rio Grande Afirmativo (22. ÉTICA, DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO POPULAR), afirma-se que deve ser mantido e aprofundado o processo de participação popular (Consulta Popular), ancorado na atuação dos COREDES, que necessitam ser ainda mais fortalecidos no processo.

O Plano Plurianual 2008 – 2011 do RS contém o programa denominado de Relações Institucionais, ao encargo da Secretaria de Relações Institucionais: são ações de apoio aos COREDES e aos COMUDEs, a realização da consulta popular e a realização de audiências públicas municipais e regionais.

O Fórum dos COREDES, em seu documento Pró-RS III (Carta de São Lourenço) defende o fortalecimento do controle social sobre a gestão pública, devendo o Estado assumir a condição de parceiro da sociedade, construindo com ela o seu modelo de gestão estratégica; e fortalecer a organização da sociedade, capacitando-a para que ela possa interagir como protagonista de seu próprio desenvolvimento.

A democratização da gestão do Estado, com participação popular através do Orçamento Participativo e da realização de plebiscitos e referendos populares, é proposta na Plataforma de Ação dos Movimentos Sociais – Projeto Brasil – RS.

3.4.2. Modernização da gestão pública

A gestão pública é aqui abordada nos aspectos em que se relaciona à estrutura de governança, aos processos de articulação, ao incentivo e suporte à participação, à descentralização da gestão.

Cinco dos sete projetos propostos pelo RUMOS 2015 para implementar a Estratégia 5 – Programa de Estruturação da Governança Moderna e Participativa são relacionados com a modernização da gestão pública: ordenamento da administração estadual, com a redefinição de responsabilidades dos órgãos setoriais, eliminando superposições; criação de comissões ad-hoc intersecretarias, para atender às necessidades de cada ação; definição das regionalizações setoriais de planejamento de acordo com as regiões funcionais, e integração deste projeto com as casas de Governo; capacitação e aparelhamento da METROPLAN; e capacitação de pessoal para o planejamento e ordenamento territorial.

O FTDR da AGENDA 2020 também indica a necessidade de o Estado reestruturar sua regionalização, reforçando o Projeto de Modernização da Administração Pública Estadual (Gestão e Qualidade) do FTGP que preconiza convergência, sinergia e integração das políticas públicas. Cada fórum temático propôs projetos que serão implementados na chamada 2ª onda (2008 – 2010): entre esses, o Projeto de Capacitação das Estruturas de Pessoal e o de Ordenamento da Administração Estadual do FTDR.

Também o Pacto pelo Rio Grande propõe regionalizar o planejamento, a gestão e o orçamento de forma democrática e participativa; e, ao mesmo tempo, promover a capacitação profissional e empreendedora, e a responsabilidade social e ambiental.

No Plano de Governo Rio Grande Afirmativo, em seu item Modernização da Gestão Pública e Governo Eletrônico propõe-se eleger programas prioritários de Governo. Devem-se evitar duplicação de tarefas e paralelismos nas ações desenvolvidas por diferentes secretarias de Estado. Seriam exemplos desse esforço: Plano Estadual de Irrigação, o Rio Grande Exporta Mais, Programa Estadual de Modernização da Gestão Pública, Programa Estadual de Combate às Desigualdades Regionais, Programa de Combate à Pobreza e Programa Estadual de Redução de Mortes por Causas Externas. No item Ética, Democracia e Participação Popular, o plano prevê estudar e implantar, desde o início do Governo, a reestruturação regional das coordenadorias das secretarias estaduais, de forma que sigam uma divisão geográfica próxima à dos COREDES. Também é previsto o apoio ao processo de consulta popular, disponibilizando técnicos das secretarias estaduais alocados nas regiões, para orientar acerca das possibilidades de investimentos a serem votadas e, após a consulta, ajudar na elaboração e no encaminhamento dos projetos.

O Plano Plurianual 2008 – 2011 do RS introduziu a regionalização do orçamento, em trabalho conjunto com os COREDES, tendo sido elaborados pela SEPLAG os Cadernos de Regionalização. Por outro lado, no programa denominado de Relações Institucionais, ao encargo da Secretaria de Relações Institucionais, estão ações de "Apoio aos COREDES e aos COMUDEs", a realização da "Consulta Popular" e a realização de "Audiências Públicas Municipais e Regionais". No Programa de Modernização da Gestão Pública, sob a responsabilidade da SARH, está a Instalação de Casas do Governo, que pretende centralizar os órgãos e serviços públicos em um único espaço físico de propriedade do Estado ou dos órgãos vinculados, permitindo acesso do cidadão aos serviços públicos com economicidade e qualidade.

O Fórum dos COREDES, em seu documento Pró-RS III (Carta de São Lourenço) defende que seja ampliada a qualificação da gestão do Estado, avançando na sua regionalização, em consenso com os atores envolvidos; na descentralização da gestão, implantando instâncias regionais de articulação administrativa; e assegurando, através de legislação específica, que estruturas de Governo dialoguem com as realidades regionais; ressaltando, ainda, a definição e implementação de uma regionalização oficial para o Estado.

3.4.3. Transparência e informação

No FT de Gestão Pública (FTGP) da AGENDA 2020 é proposto o Projeto Transparência na Gestão Pública e nos Serviços Delegados, prevendo-se locais de acesso para acompanhamento de projetos de diferentes secretarias, incluindo o acompanhamento financeiro.

Dentre os compromissos firmados no Pacto pelo Rio Grande está (15) ampliar o uso da tecnologia da informação e comunicação para melhorar a eficiência, a eficácia e a transparência da gestão.

Trabalhar com metas, indicadores de resultado e de esforço em todos os programas prioritários de Governo é uma proposta do Plano Rio Grande Afirmativo. A proposta procura instituir um método de avaliação permanente sobre a eficiência dos programas governamentais, ao mesmo tempo em que procura dar transparência para a gestão pública.

No Plano Plurianual 2008 – 2011 está o Programa Coordenação do Planejamento e do Orçamento Estaduais, a cargo da SEPLAG, cuja Ação "Estudo e Disponibilização de Informações Socioeconômicas" envolve as áreas de planejamento e orçamento, e disponibilização das informações on-line.

O Pró-RS III propõe que seja fortalecido o sistema de informações para o planejamento estratégico e para a gestão pública, disponibilizando dados mais abrangentes e atualizados; e que seja facilitado o acesso dos cidadãos às informações sobre aspectos físicos e financeiros da gestão pública.

3.4.4. Legislação de ordenamento territorial

Para implementar a Estratégia 5 do Programa de Estruturação da Governança Moderna e Participativa, o RUMOS 2015 propõe o Projeto de Revisão da Legislação de Ordenamento Territorial, buscando verificar a eficácia de cada diploma legal e providenciando o preenchimento de eventuais vazios.

3.4.5. Planos regionais

A Estratégia 6 do RUMOS 2015 constitui-se nos Planos de Ação Estratégicos para as nove regiões funcionais. São, portanto, nove projetos: um Plano (Regional para Desenvolvimento e Superação de Desigualdades) Estratégico para cada RF.

No que se refere à qualificação da gestão do Estado, o Pró-RS III propõe que seja implementado o planejamento estratégico, garantindo a continuidade das políticas públicas de interesse do desenvolvimento das regiões, por ocasião das trocas de governantes. O documento também propõe que seja consolidada a prática do planejamento estratégico nos três níveis: Município (COMUDE), Região (COREDE) e Estado (CODES); e que sejam capacitados gestores públicos buscando fortalecer a visão regional de desenvolvimento, evitando a priorização de ações pontuais e desarticuladas, de cunho estritamente municipal.

3.4.6. Refundação de Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CODES

O FTDR da AGENDA 2020 determina que o CODES, criado em 24.06.2003, através da Lei nº 11.931, seja reestruturado, considerando o novo cenário do Estado; o Conselho deve ser reanimado e sua atuação divulgada.

O FT de Gestão Pública (FTGP), em seu projeto Transparência na Gestão Pública e nos Serviços Delegados, propõe a criação de um Conselho de Desenvolvimento controlado pela sociedade e não pelo Governo do Estado, autônomo, representativo e plural; esta proposta pode ser identificada com a própria retomada do CODES, com um perfil ajustado a essas diretrizes. Também o Pacto pelo Rio Grande preconiza que, através de mecanismo sustentado pelo CODES, seja promovida a convergência e o acompanhamento de iniciativas como o próprio Pacto pelo Rio Grande, o RUMOS 2015, RS Alternativas de Desenvolvimento e AGENDA 2020.

O Plano de Governo Rio Grande Afirmativo, no tema Ética, Democracia e Participação Popular, propõe que seja reativado o CODES, dando maior autonomia às representações não-governamentais, e evitando que a permanência e a atuação do CODES sejam decisões exclusivas de Governos.

Foram condicionantes para elaboração do PPA 2008-2011 o Plano de Governo Rio Grande Afirmativo, bem como o Pacto pelo Rio Grande, firmado entre a sociedade e os poderes da administração pública. Também foram levados em conta os estudos "mais relevantes elaborados até o momento" – RUMOS 2015; e a AGENDA 2020, na qual foi privilegiada a regionalização dos programas e ações propostos, em articulação com os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento – COREDES.

"A elaboração desta estratégia teve como pressuposto a orientação de se considerar todas as iniciativas recentes de planejamento no Estado (1), o que insere o presente Plano Plurianual – PPA para o período 2008 – 2011 em um contexto de busca de diálogo entre Governo e sociedade de modo a respaldar uma ampla parceria entre o Executivo, demais poderes, sociedade, trabalhadores e empresários, condição essencial para que se possa empreender os projetos transformadores do quadro atual."

No Programa denominado Relações Institucionais – afeto à Secretaria de Relações Institucionais – estão ações de apoio à implementação das decisões do CODES.

O Pró-RS III propõe que seja consolidada a prática do planejamento estratégico nos três níveis: Município (COMUDE), Região

(COREDE) e Estado (CODES), assegurando a continuidade de políticas públicas de interesse do desenvolvimento das regiões, nas trocas de governantes, e que seja fortalecido o enraizamento social dos COMUDEs, dos COREDES e do CODES, qualificando sua atuação e facilitando a participação das organizações populares.

A democratização da gestão do Estado, com participação popular através do Conselho Estadual e Regional de Desenvolvimento, é proposta na Plataforma de Ação dos Movimentos Sociais – Projeto Brasil – RS.

3.4.7. Associativismo, cooperativismo e redes

Cada Fórum Temático da AGENDA 2020 propôs projetos que serão implementados na chamada 2ª onda, previstos para o período 2008 – 2010. Entre esses estão os Projetos de Educação para a Cidadania e o de Redes de Cooperação Social, ambos do FT Cidadania e Responsabilidade Social.

O Pacto pelo Rio Grande inclui compromisso em que sejam valorizadas as potencialidades regionais, os arranjos e sistemas locais de produção, as redes de cooperação e as parcerias.

O Plano Plurianual 2008 – 2011 apresenta o Programa Articulação e Fomento ao Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo, cuja coordenação cabe à Secretaria de Relações Institucionais.

No Pró-RS III é proposto apoio efetivo aos empreendimentos do tipo associativo, no sentido de viabilizá-los e possibilitar que atendam a seus objetivos; e que sejam implantados e fortalecidos consórcios intermunicipais.

3.4.8. Terceiro setor

O Plano de Governo Rio Grande Afirmativo inclui, em seu item Igualdade Social e Terceiro Setor (17), o fortalecimento das parcerias do Estado com o Terceiro Setor, envolvendo as entidades em projetos e programas específicos, especialmente aqueles de caráter social e educativo, definindo critérios transparentes de aliança e de prestação de contas; a vinculação de repasses de recursos públicos a investimentos em estruturação organizacional e gestão, como já fazem diversos órgãos, como o Banco Mundial, que estabelece parcerias para que as ONGs beneficiadas por ele invistam em melhorias de gestão até 10% do valor repassado via convênios.

O Fórum dos COREDES propõe, no Pró-RS III, que seja fortalecida a organização social dos segmentos mais pobres, como forma de inclusão.

4. PERGUNTAS ÀS REGIÕES

Levando em consideração que a sustentabilidade não é um enfoque exclusivamente relacionado ao meio ambiente natural, uma vez que está vinculada ao desenvolvimento harmônico e sustentável, abordando de forma sistêmica os critérios básicos, quais sejam, necessidades (fisiológicas, psicológicas e de auto-realização), três eixos (econômico, social e ambiental) e convergência e cooperação (entre os três setores e a comunidade em geral), faz-se necessário aprofundar o conhecimento da realidade das nove Regiões Funcionais do Estado do RS.

Nesse contexto, e visando a obter informações que permitam elaborar o Relatório Final do Grupo, contendo propostas e sugestões de medidas a serem adotadas pela Assembléia Legislativa no encaminhamento e intensificação de ações que visem ao desenvolvimento harmônico e sustentável, solicitamos as seguintes informações:

1. Para você, a sustentabilidade é um enfoque exclusivamente relacionado ao meio ambiente natural ou ela vincula-se ao desenvolvimento harmônico e sustentável, abordando de forma sistêmica as necessidades fisiológicas, psicológicas e de auto-realização, nas perspectivas econômica, social e ambiental, bem como através da convergência e da cooperação entre os três setores e a comunidade em geral (critérios básicos)?

2. Quais critérios complementares podem ser acrescidos aos critérios básicos, como forma de aprofundar a mensuração do desenvolvimento?

3. Quais critérios podem ser acrescidos aos critérios básicos, como forma de serem priorizados alguns focos de atuação?

4. Quais aspectos você considera convergentes para o desenvolvimento harmônico e sustentável?

5. Quais aspectos você considera divergentes para o desenvolvimento harmônico e sustentável?

6. Elencar os principais projetos e as principais atividades em andamento na região que visam ao desenvolvimento harmônico e sustentável.

7. Principais projetos e atividades futuras previstas para a região em prol do desenvolvimento harmônico e sustentável (tendo em vista os projetos existentes, os programas, projetos e atividades. previstos nos programas de desenvolvimento a longo prazo pela região, pelo Governo e instituições do Estado do Rio Grande do Sul (vide Item 3 e anexos), pelo Governo Federal, por iniciativas da ONU como a AGENDA 21, a AGENDA Habitat e as Metas do Milênio (vide anexos): (até 30 títulos).

8. Principais medidas, atividades e iniciativas que poderiam ser encaminhadas pela Assembléia Legislativa, visando a promover projetos e atividades que estimulem o desenvolvimento harmônico e sustentável da região e do Estado (projetos de lei, encaminhamentos de solicitação às esferas dos Governos, articulação de iniciativas, adoção de premiações e certificações etc.). (Sugestão: até 20 grandes títulos.)

5. REFERÊNCIAS:

Dentre outras fontes, os seguintes documentos foram utilizados:

a) RUMOS 2015;
b) AGENDA 2020;
c) Pacto pelo Rio Grande;
d) Pró-RS III;
e) Plano Plurianual;
f) Plataforma de Ação dos Movimentos Sociais – RS;
g) AGENDA 21 Brasileira;
h) CONFEMA 2002;
i) Agenda Habitat para os Municípios;
j) Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
l) Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio nos Municípios do RS
m) COUTO, Ricardo Rossi da Silva, LAZZARI, Martinho Roberto, MEDEIROS, Alberto Luiz (auxiliar), SANTAGADA, Salvatore. Indicadores sociais selecionados do Rio Grande do Sul: uma comparação com outros Estados a partir dos dados da PNAD 2006. Porto Alegre: FEE, Nov 2007 (mimeo).
n) COUTO, Ricardo Rossi da Silva, PUIG, Hélios Gonzalez, SANTAGADA, Salvatore. Os objetivos de desenvolvimento do milênio nos municípios do RS. Porto Alegre: FEE, 2008, 31p., tab. (texto para discussão FEE ;28).

Esses e outros documentos podem ser encontrados no seguinte endereço:
Http://www.al.rs.gov.br/forum_democratico/

FÓRUM DEMOCRÁTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PROGRAMA SOCIEDADE CONVERGENTE

INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA

INVENTÁRIO PRELIMINAR DE INTERVENÇÕES E PROJETOS

INFRA - ESTRUTURA

FERROVIAS

HIDROVIAS

PORTOS

AEROPORTOS

FÓRUM DEMOCRÁTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA SOCIEDADE CONVERGENTE
INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA

INVENTÁRIO PRELIMINAR DE INTERVENÇÕES E PROJETOS

TRANSPORTE

RODOVIAS

Marcar com "x":

1. Até 2 (dois) objetivos
2. A importância da ação segundo sua abrangência Estadual ou Regional
   * Estadual: funciona como elo de desenvolvimento do Estado;
   * Regional: funciona como elo de desenvolvimento da Região.

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA - TRANSPORTE

RODOVIAS

REGIÃO FUNCIONAL 01

Corede 04 - Centro-Sul

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	DAER
1	4	BR-116 1/3	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas trecho Eldorado do Sul Barra do Ribeiro	x			x		x	2007	2008-11	X		X	X
1	4	BR-116 2/3	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas trecho entre Barra do Ribeiro e Tapes	x			x		x	2015	2008-11	X	X	X	X
1	4	BR-470	Construção	Rodovia entre Camaquã e São Jerônimo	x			x		x			X			
1	4	BR-470	Pavimentação	2 faixas trecho Barracão e São Jerônimo	x			x		x			X			
1	4	RS-350	Pavimentação	2 faixas trecho Encruzilhada e Dom Feliciano	x		x		x		2018					
				Corede 14 - Paranhana-Encosta da Serra												
1	14	RS-020	Ad..Cap. R Conc	Trecho São Francisco de Paula - Taquara	x		x		x							X
1	14	RS-020 2/2	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas trecho entre Cachoeirinha e Taquara	x		x		x		2008					
1	14	RS-239	Adeq.Capacidade	Trecho Taquara - Rolante	x		x		x							X
1	14	RS-239	Pavimentação	2 faixas trecho entre Rolante e Riozinho	x		x		x		2014					
				Corede 18 - Vale do Caí												
1	18	RS-122	Adeq.Capacidade	1 faixas trecho entre Farroupilha e São Vendelino	x			x		x	2007					
1	18	RS-124	Pavimentação	2 faixas trecho entre São Sebastião do Caí e Pareci Novo	x			x		x	2007					
1	18	RS-240/287	Adeq.Capacidade	Trecho Montenegro - Rincão do Cascalho	x		x			x						X
				Corede 19 - Vale do Rio dos Sinos												
1	19	BR-116	Adeq.Capacidade	Estância Velha – Dois Irmãos – Duplicação 18 Km	x			x		x		2015				
1	19	BR-116	Adeq.Capacidade	São Leopoldo – Camaquã –Jaguarão - Adequação	x			x		x		2015				
1	19	BR-386 2/6	Adeq.Capacidade	4 p/ 6 faixas trecho entre BR-116 e Tabaí	x			x		x	2007	2008-11				
1	19	RS-080	Adeq.Capacidade	Trecho Portão - Estância Velha	x		x		x							X
1	19	RS-010 1/2	Construção	2 faixas trecho Cachoeirinha e BR-386	x					x	2009					
				Corede 22 - Metropolitano Delta do Jacuí												
1	22	BR	Construção	Rodovia de ligação entre as BR-386 e BR-116	x					x			X			
1	22	BR 116	Adeq.Capacidade	Porto Alegre – Pelotas – Duplicação 219,4 Km	x					x		2008-11			X	
1	22	BR-116	Ad..Cap. R Conc	Trecho Guaíba - Camaquã	x					x						X
1	22	BR-116	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas entre Porto Alegre e Pelotas	x					x				X		
1	22	BR-116	Adeq.Capacidade	Trecho PoA-NH: alternativas solucão gargalo rodoviário	x					x					X	
1	22	BR-116	Restauração	Recuperação do pavimento entre Porto Alegre e Pelotas	x					x				X		
1	22	BR-116 3/3	Adeq.Capacidade	Constr. viadutos e 3 faixas trecho PoA e Nova Petrópolis	x					x	2007	2012-15				
1	22	BR-158 BR-280 BR-467	Adeq.Capacidade	Gargalos que necessitam de adequação de capacidade, mas não tem projeto	x					x		2012-15				
1	22	BR-290	Ad..Cap. R Conc	Trecho Eldorado do Sul - Entr. BR-153	x					x						X
1	22	BR-290	Adeq.Capacidade	Osório – Porto Alegre - Adequação	x					x		2015				
1	22	BR-290	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas entre Porto Alegre e Uruguaiana	x					x				X		
1	22	BR-290	Restauração	Recuperação pavimento entre Porto Alegre e Uruguaiana	x					x				X		
1	22	BR-290	Adeq.Capacidade	Faixa adicional trecho entre Eldorado do Sul e Uruguaiana	x					x			X			
1	22	BR-290	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas trecho Eldorado do Sul Pantano Grande	x					x	2014	2008-11		X		X
1	22	BR-386 4/6	Construção	4 faixas trecho entre BR-116 e RS-118	x					x	2009					
1	22	BR-476	Adeq.Capacidade	Gargalos que necessitam de adequação de capacidade, mas não tem projeto.	x					x		2012-15				
1	22	EN-007	Construção	Ponte no Rio Jacuí-Lig. BR-386 (Triunfo) e BR-290 (Eld.Sul)	x					x	2018		X			
1	22	Rod Parque 1/2	Construção	2 faixas trecho entre BR-290 e BR-386	x				x		2007	2008-11	X			
1	22	Rod Parque 2/2	Construção	2 faixas trecho entre BR-386 e Sapucaia do Sul	x				x		2014	2012-15				

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA - TRANSPORTE

RODOVIAS

REGIÃO FUNCIONAL 01

Corede 22 - Metropolitano Delta do Jacuí

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	DAER
1	22	Rod. do Leste	Construção	Rodovia do Leste trecho Porto Alegre - Campo Bom			x	x	x			2012-15				
1	22	RS-010 1/2	Construção	2 faixas trecho entre Cachoeirinha e BR-386			x	x		x	2009					
1	22	RS-010 3/2	Construção	2 faixas trecho entre RS-118 e RS-239	x		x		x		2015					
1	22	RS-020	Adeq.Capacidade	Trecho Cachoeirinha - Morungava	x		x		x							X
1	22	RS-020 2/2	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas trecho entre Cachoeirinha e Taquara	x		x		x		2008					
1	22	RS-030	Ad..Cap. R Conc	Trecho Gravataí - Osório	x		x		x							X
1	22	RS-030	Adeq.Capacidade	Trecho Gravataí - Fábrica da GM	x		x		x							X
1	22	RS-040	Ad..Cap. R Conc	Trecho Viamão - Pinhal	x		x		x							X
1	22	RS-040	Adeq.Capacidade	Trecho Viamão - RS-118	x		x		x							X
1	22	RS-118	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas trecho Sapucaia do Sul (BR-116) e BR-290	x		x			x	2007					X
1	22	RS-118	Adeq.Capacidade	Trecho Gravataí - Viamão	x		x			x						X
1	22	RS-440	Pavimentação	2 faixas trecho Triunfo e BR-386	x			x	x		2014					
1	22	RS-474	Ad..Cap. R Conc	Trecho RS-239 Rolante - BR-290 Sto Antonio da Patrulha	x				x							X
1	22	Via Oeste	Construção	2 faixas trecho entre BR-386 e RS-240	x			x		x	2015					

REGIÃO FUNCIONAL 2

Corede 20 - Vale do Rio Pardo

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	DAER
2	20	BR-287 2/5	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas trecho entre BR-386 e Santa Cruz do Sul			x	x		x	2015	2015				
2	20	BR-290	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas trecho Eldorado do Sul Pantano Grande	x			x		x	2014	2008-11		X		X
2	20	BR-471	Ad..Cap. R Conc	Trecho Santa Cruz do Sul - Pantano Grande	x			x		x						X
2	20	BR-471 2/5	Pavimentação	2 faixas trecho entre Barros Cassal e Herveiras	x			x		x	2012	2008-11				X
2	20	BR-471 3/5	Pavimentação	2 faixas trecho entre Herveiras e Vera Cruz	x			x		x	2012	2008-11				X
2	20	BR-471 4/5	Pavimentação	2 faixas trecho entre Boa Esperança e Rio Camaquã	x			x		x	2007					
2	20	BR-471 5/5	Restauração	2 faixas trecho entre Pantano Grande e Encruz. do Sul	x			x		x	2007					
2	20	BR-481 1/2	Pavimentação	2 faixas trecho Salto do Jacuí e Arroio do Tigre	x			x		x	2014		X			
2	20	BR-481 2/2	Adeq.Capacidade	2 p/ 3 faixas trecho entre BR-287 e Passa Sete	x			x	x		2018					
2	20	RS-244	Pavimentação	2 faixas trecho Venâncio Aires e Vila Melos	x				x		2018					
2	20	RS-265 1/2	Pavimentação	2 faixas trecho entre BR-293 e BR-471	x			x	x		2018					
2	20	RS-350	Pavimentação	2 faixas trecho Encruzilhada e Dom Feliciano	x			x	x		2018					
2	20	RS-403	Pavimentação	2 faixas trecho entre Cachoeira do Sul e Rio Pardo	x			x	x		2014					
2	20	RS-410	Pavimentação	2 faixas trecho entre Candelária e Bexiga	x				x		2014					
2	20	RS-422	Pavimentação	2 faixas trecho Linha Brasil - Linha Cachoeira	x				x		2014					
2	20	RSC-471	Adeq.Capacidade	Viaduto e ponte - duplicação	x			x		x					X	
2	20	RST-287	Ad..Cap. R Conc	Trecho Santa Cruz do Sul - Vila Paraíso	x					x						X

Corede 21 - Vale do Taquari

2	21	BR 386	Adeq.Capacidade	Tabaí (RS) e entroncamento da rodovia RS 130 (Lajeado)	x		x			x		2015				
2	21	BR-386	Ad..Cap. R Conc	Trecho Estrela - RST 287	x		x			x						X
2	21	BR-386	Ad..Cap. R Conc	Trecho Lajeado - Soledade	x		x			x						X
2	21	BR-386 1/6	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas trecho entre Estrela e Tabaí (BR-287)	x		x			x	2008	2008-11	X			
2	21	BR-386 2/6	Adeq.Capacidade	4 p/ 6 faixas trecho entre BR-116 e Tabaí			x	x		x	2007	2008-11				
2	21	BR-386 3/6	Adeq.Capacidade	2 / 4 faixas trecho entre Lajeado e Soledade			x	x		x	2009	2008-11				
2	21	RS-128	Ad..Cap. R Conc	Trecho Fazenda Vila Nova - Teutônia	x				x							X
2	21	RS-130	Ad..Cap. R Conc	Trecho Lajeado - Guaporé	x				x							X
2	21	RS-453 2/2	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas trecho entre RS-470 e Estrela	x		x		x		2018					
2	21	RST-453	Ad..Cap. R Conc	Trecho Estrela - Garibaldi	x				x							X
2	21	RST-453	Ad..Cap. R Conc	Trecho Lajeado - Venâncio Aires	x				x							X

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA - TRANSPORTE

RODOVIAS

REGIÃO FUNCIONAL 3

Corede 07 - Hortênsias

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	DAER
3	7	BR-116 3/3	Adeq.Capacidade	Constr. viadutos e 3 faixas trecho PoA e Nova Petrópolis			x	x		x	2007	2012-15				
3	7	RS-020	Ad..Cap. R Conc	Trecho São Francisco de Paula - Taquara			x	x	x							X
3	7	RS-020 1/2	Pavimentação	2 faixas trecho entre Cambará do Sul e BR-285			x		x		2007					
3	7	RS-115	Ad..Cap. R Conc	Trecho Gramado - Taquara	x		x		x							X
3	7	RS-235	Ad..Cap. R Conc	Trecho Gramado - Nova Petrópolis	x		x		x							X
3	7	RS-235	Ad..Cap. R Conc	Trecho Canela - São Francisco de Paula	x		x		x							X
3	7	RS-427	Pavimentação	2 faixas trecho entre Cambará do Sul e divisa de SC/RS	x			x		x	2018					
				Corede 16 - Serra												
3	16	BR-116	Ad..Cap. R Conc	Trecho Cacias do Sul - Campestre da Serra	x			x		x						X
3	16	BR-116	Ad..Cap. R Conc	Trecho Caxias do Sul - Nova Petrópolis	x			x		x						X
3	16	BR-470 2/2	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas trecho entre Bento Gonçalves e São Vendelino	x		x			x	2007					
3	16	RS-122	Ad..Cap. R Conc	Trecho Caxias do Sul - Antonio Prado	x		x			x						X
3	16	RS-122	Adeq.Capacidade	Trecho São Vedelino - Nova Milano (Farroupilha) (3ª faixa)	x		x			x						X
3	16	RS-122 1/2	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas trecho entre BR-116 e Caxias do Sul	x		x			x	2015					
3	16	RS-122 2/2	Adeq.Capacidade	2 / 4 faixas trecho entre Farroupilha e São Vendelino	x		x			x	2007					
3	16	RS-130	Ad..Cap. R Conc	Trecho Lajeado - Guaporé	x		x		x							X
3	16	RS-441	Pavimentação	2 faixas trecho Vista Alegre do Prata e Nova Prata	x		x		x		2014					
3	16	RS-453 1/2	Adeq.Capacidade	2 / 4 faixas trecho entre Farroupilha e RS-470	x		x		x		2008					
3	16	RS-453 2/2	Adeq.Capacidade	2 p/4 faixas trecho entre RS-470 e Estrela	x		x		x		2018					
3	16	RSC-453	Adeq.Capacidade	Trecho Bento Gonçalves - Farroupilha	x		x		x							X
3	16	RSC-470	Adeq.Capacidade	Trecho Bento Gonçalves - Carlos Barbosa	x		x		x							X
3	16	RST-453	Ad..Cap. R Conc	Trecho Estrela - Garibaldi	x		x		x							X
				Corede 25 - Campos de Cima da Serra												
3	25	BR-116	Ad..Cap. R Conc	Trecho Vacaria - Divisa SC	x			x		x						X
3	25	BR-116	Ad..Cap. R Conc	Trecho Vacaria - Campestre da Serra	x			x		x						X
3	25	BR-116	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas trecho entre Vacaria - Pelotas	x			x		x			X			
3	25	BR-285	Ad..Cap. R Conc	Trecho Vacaria - Lagoa Vermelha	x			x		x						X
3	25	BR-285 1/4	Pavimentação	2 faixas trecho entre divisa estados SC/RS e Bom Jesus	x			x		x	2018					

REGIÃO FUNCIONAL 4

Corede 08 - Litoral Norte

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	DAER
4	8	BR 101	Adeq.Capacidade	Florianópolis (SC) e Osório (RS)	x			x		x		2008-11				
4	8	BR-101	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas trecho entre Osório e Torres	x			x		x			X			
4	8	BR-101	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas trecho Palhoça - Osório	x			x		x				X		
4	8	BR-101	Restauração	Recuperação do pavimento entre Capivari do Sul e Tavares	x			x		x			X			
4	8	BR-290	Adeq.Capacidade	Osório – Porto Alegre - Adequação	x			x		x		2015				
4	8	RS-030	Ad..Cap. R Conc	Trecho Gravataí - Osório	x		x		x							X
4	8	RS-040	Ad..Cap. R Conc	Trecho Viamão - Pinhal	x		x		x							X
4	8	RS-407	Adeq.Capacidade	Trecho Morro Alto - Capão da Canoa (terceira faixa)	x		x		x							X
4	8	RS-784	Ad..Cap. R Conc	Trecho Entr. RS-040 - Cidreira	x		x		x							X

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA - TRANSPORTE

RODOVIAS

REGIÃO FUNCIONAL 5

Corede 17 - Sul

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	DAER
5	17	Anel Rod. Pel.	Adeq.Capacidade	Duplicação do Anel Rodoviário de Pelotas	x			x	x						X	
5	17	BR 116	Adeq.Capacidade	Porto Alegre – Pelotas – Duplicação 219,4 Km			x	x		x		2008-11			X	
5	17	BR-116	Ad..Cap. R Conc	Trecho Guaíba - Camaquã			x	x		x						X
5	17	BR-116	Adeq.Capacidade	São Leopoldo – Camaquã –Jaguarão - Adequação			x	x		x		2015				
5	17	BR-116	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas entre Porto Alegre e Pelotas			x	x		x				X		
5	17	BR-116	Adeq.Capacidade	Faixa adicional no trecho entre Capão do Leão e Jaguarão	x			x		x			X			
5	17	BR-116	Restauração	Recuperação do pavimento entre Porto Alegre e Pelotas			x	x		x				X		
5	17	BR-116	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas trecho entre Vacaria - Pelotas	x			x		x			X			
5	17	BR-392	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas entre Pelotas e Rio Grande			x	x		x					X	
5	17	BR-392	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas entre RSC-471 e Rio Grande			x	x		x					X	
5	17	BR-392	Adeq.Capacidade	Faixa adicional no trecho entre Santa Maria e Pelotas			x	x		x			X			
5	17	BR-392 2/4	Adeq.Capacidade	2 p/ 3 faixas trecho entre Santana da Boa Vista e BR-116			x	x		x	2007	2008-11	X			
5	17	BR-392 3/4	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas trecho entre BR-101 e Rio Grande			x	x		x	2018	2012-15	X		X	
5	17	BR-392 4/4	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas trecho Cabeceira Norte da Ponte BR-101				x		x	2013	2008-11			X	
5	17	BR-393	Obras de arte esp.	Viadutos sobre a ferrovia Pelotas-Rio Grande	x			x		x					X	
5	17	BR-471 4/5	Pavimentação	2 faixas trecho entre Boa Esperança e Rio Camaquã	x			x	x		2007					
5	17	Ponte bi-nac.	Construção	Ponte internacional entre Jaguarão e Rio Branco	x			x		x				X		
5	17	RS-265 1/2	Pavimentação	2 faixas trecho entre BR-293 e BR-471	x			x	x		2018					
5	17	RS-265 2/2	Pavimentação	2 faixas trecho entre São Lourenço e Boa Vista	x			x	x		2015					
5	17	RS-473 2/2	Pavimentação	2 faixas trecho entre Herval e BR-471	x			x	x		2014					
5	17	RS-608	Pavimentação	2 faixas trecho entre Pedras Altas e Herval	x			x	x		2018					
5	17	RS-655	Pavimentação	2 faixas Entr. E.M.(P/Jaguar.)-P.Centurião (Front.BR-UR)	x					x	2018					
5	17	RS-702	Restauração	2 faixas trecho entre Piratini e BR-293	x				x		2008					
5	17	RS-704	Pavimentação	2 faixas trecho entre Pedro Osório e RS-473	x			x	x		2018					
5	17	RS-706	Pavimentação	2 faixas trecho entre Pedro Osório e BR-293	x			x	x		2014					
5	17	RS-734	Adeq.Capacidade	Trecho Cassino - Entr BR-392 (Rio Grande)	x			x		x						X
5	17	RS-734	Adeq.Capacidade	Trecho Entr BR-392 (Rio Grande) até cidade de Rio Grande	x			x		x						X
5	17	RSC-471	Adeq.Capacidade	Viaduto e ponte - duplicação				x		x					X	

REGIÃO FUNCIONAL 6

Corede 02 - Campanha

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	DAER
6	2	BR-153	Restauração	2 faixas trecho entre Bagé e Aceguá	x			x	x		2008					
6	2	BR-153 1/3	Restauração	2 faixas trecho entre BR-290 e Bagé	x			x	x		2007					
6	2	RS-357	Pavimentação	2 faixas trecho entre Lavras do Sul - RS-473	x		x		x		2018					
6	2	RS-630	Pavimentação	2 faixas trecho entre Vacacaí e Dom Pedrito	x			x	x		2018					

Corede 06 - Fronteira Oeste

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	DAER
6	6	BR 287	Recuperação	São Borja (RS) – São Vicente do Sul (RS)			x	x		x		2015				
6	6	BR-153	Ad..Cap. R Conc	Trecho Entr. BR-290 - Entr. BR-392			x	x		x						X
6	6	BR-285	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas trecho entre Panambi e São Borja			x	x		x			X			
6	6	BR-287 3/5	Restauração	2 faixas trecho entre Santiago e São Borja			x	x		x	2007		X			
6	6	BR-290	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas entre Porto Alegre e Uruguaiana			x	x		x				X		
6	6	BR-290	Restauração	Recuperação do pavimento entre Porto Alegre e Uruguaiana			x	x		x				X		
6	6	BR-290	Adeq.Capacidade	Faixa adicional trecho entre Eldorado do Sul e Uruguaiana			x	x		x			X			
6	6	BR-293 1/2	Restauração	2 faixas trecho entre Santana do Livramento e RS-183	x			x	x		2007					

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA - TRANSPORTE

RODOVIAS

REGIÃO FUNCIONAL 6

Corede 06 - Fronteira Oeste

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	DAER
6	6	BR-293 2/2	Restauração	2 faixas trecho entre Bagé e Dom Pedrito	x			x	x		2007					
6	6	BR-472	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas trecho entre São Borja e Uruguaiana	x			x	x				X			
6	6	BR-472 2/5	Restauração	2 faixas trecho entre São Borja - Itaqui	x			x	x		2007			X		
6	6	BR-472 4/5	Restauração	2 faixas trecho entre Itaqui e Uruguaiana	x			x	x		2007					
6	6	BR-472 5/5	Restauração	2 faixas trecho entre Uruguaiana e Barra do Quaraí	x			x	x		2007					
6	6	RS-176	Pavimentação	2 faixas trecho entre Encruzilhada e Manuel Viana	x			x	x		2015					
6	6	RS-183	Pavimentação	2 faixas trecho entre BR-290 e BR-293	x			x	x		2018					
6	6	RS-473 1/2	Pavimentação	2 faixas trecho entre São Gabriel e Bagé	x			x	x		2018					
6	6	RS-529	Pavimentação	2 faixas trecho entre Itaqui e Encruzilhada	x			x	x		2018					
6	6	RS-566	Pavimentação	2 faixas trecho entre Maçambará e Alegrete	x			x	x		2018					
6	6	RS-640	Restauração	2 faixas trecho entre São Borja e Cacequi	x			x	x				X			
6	6	RSC-3777	Adeq.Capacidade	Trecho travessia urbana de Manoel Viana	x			x		x						X

REGIÃO FUNCIONAL 7

Corede 05 - Fronteira Noroeste

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	DAER
7	5	Ponte bi-nacional	Viabilidade	Projeto de construção de ponte Alba Posse-Porto Mauá	x	x				x				X		
7	5	RS-162	Pavimentação	2 faixas trecho entre Santa Rosa e Guarani das Missões	x	x			x		2012					
7	5	RS-344	Adeq.Capacidade	Trecho travessia urbana de Santa Rosa	x			x	x							X

Corede 10 - Missões

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	DAER
7	10	BR-285 4/4	Adeq.Capacidade	2 p/ 3 faixas trecho entre BR-158 e Entre-Ijuís			x			x	2015			X		
7	10	RS-162	Pavimentação	2 faixas trecho entre Santa Rosa e Guarani das Missões	x			x		x	2012					
7	10	RS-218	Pavimentação	2 faixas trecho Sto Ângelo (acesso Aeroporto) e Catuípe	x			x	x		2014					
7	10	RS-344	Adeq.Capacidade	2 p/ 3 faixas no trecho entre Giruá e Santo Ângelo	x			x	x		2018					
7	10	RS-344	Adeq.Capacidade	Trecho Santo Ângelo - Entre-Ijuuís	x			x	x							X
7	10	RS-472	Pavimentação	trecho entre Porto Xavier e Porto Lucena			x			x	2014					

Corede 12 - Noroeste Colonial

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	DAER
7	12	BR-285	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas trecho entre Panambi e São Borja			x	x		x			X			
7	12	EN-008	Pavimentação	2 faixas trecho Santo Augusto e Coronel Bicaco	x			x	x		2007					
7	12	EN-010	Pavimentação	2 faixas trecho entre Linha Progresso e RS-330	x			x	x		2008					
7	12	RS-218	Pavimentação	2 faixas trecho Sto Ângelo (acesso Aeroporto) e Catuípe	x			x	x		2014					
7	12	RS-342	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas trecho entre Ijuí e Cruz Alta			x	x		x	2008					
7	12	RS-342	Adeq.Capacidade	Trecho Ijuí - Cruz Alta (terceira faixa)			x	x		x						X

Corede 27 - Celeiro

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	DAER
7	27	RS-305	Pavimentação	2 faixas trecho Crissiumal - BR-468 (Padre Gonzalez)	x			x	x		2018					

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA - TRANSPORTE

RODOVIAS

REGIÃO FUNCIONAL 8

Corede 01 - Alto Jacuí

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	DAER
8	1	BR-285 3/4	Adeq.Capacidade	2 p/ 3 faixas trecho entre Carazinho e BR-158	x			x		x	2018	2012-15	X	X		
8	1	BR-481 1/2	Pavimentação	2 faixas trecho Salto do Jacuí e Arroio do Tigre	x			x	x		2014		X			
8	1	RS-223	Adeq.Capacidade	2 p/ 3 faixas trecho entre Cruz Alta e RS-142	x			x		x	2018					
8	1	RS-342	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas trecho entre Ijuí e Cruz Alta	x			x		x	2008					
8	1	RS-342	Adeq.Capacidade	Trecho Ijuí - Cruz Alta (terceira faixa)	x			x		x						X

Corede 03 - Central

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	DAER
8	3	BR-158	Pavimentação	trecho Santa Maria - Rosário do Sul			x	x		x		2008-11				
8	3	BR-158	Pavimentação	2 faixas trecho Santa Maria e Rosário do Sul			x	x		x			X			
8	3	BR-158 2/3	Restauração	2 faixas trecho entre Santa Maria e Cruz Alta			x	x		x	2007	2008-11				
8	3	BR-158 3/3	Restauração	2 faixas trecho entre Santa Maria e São Sepé			x	x		x	2007	2008-11				
8	3	BR-287 4/5	Restauração	2 faixas trecho entre Santa Maria e São Vicente do Sul			x	x		x	2007	2008-11	X			
8	3	BR-287 5/5	Restauração	2 faixas trecho entre Santa Maria e Paraíso do Sul			x	x		x	2007	2008-11				
8	3	BR-392	Adeq.Capacidade	Faixa adicional no trecho entre Santa Maria e Pelotas			x	x		x			X			
8	3	BR-392	Construção	Santa Tecla - Tupanciretã (43 km)	x			x	x			2012-15				
8	3	BR-392 1/4	Adeq.Capacidade	2 p/ 3 faixas trecho entre Cruz Alta e Santa Maria	x			x		x	2007	2008-11				
8	3	RS-348	Pavimentação	2 faixas trecho Ivorá e S João do Polêsine (aces. Faxinal)	x			x	x		2011					
8	3	RS-509	Adeq.Capacidade	Trecho Castelinho - Camobi	x			x		x						X

Corede 24 - Jacuí-Centro

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	DAER
8	24	RS-403	Pavimentação	2 faixas trecho entre Cachoeira do Sul e Rio Pardo	x			x	x		2014					

Corede 28 - Jaguari

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	DAER
8	28	BR 287	Recuperação	São Borja (RS) – São Vicente do Sul (RS)	x			x		x		2015				
8	28	BR-377	Pavimentação	2 faixas trecho entre Santiago e São Francisco de Assis	x			x		x			X			
8	28	BR-287 1/5	Restauração	2 faixas trecho entre São Vicente (RS-241) e Santiago	x			x		x	2007		X			
8	28	BR-287 3/5	Restauração	2 faixas trecho entre Santiago e São Borja	x			x		x	2007					

REGIÃO FUNCIONAL 9

Corede 09 - Médio Alto Uruguai

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	DAER
9	9	BR-472 3/5	Restauração	2 faixas trecho entre Palmitinho e BR-158	x			x		x	2007			X		
9	9	RS-324	Pavimentação	2 faixas trecho entre Iraí e Planalto	x		x		x		2007					
9	9	RS-330	Pavimentação	2 faixas trecho entre Palmeira das Missões e Carazinho	x			x	x		2007					
9	9	RS-585	Pavimentação	2 faixas trecho Erval Seco e Linha Progresso	x			x	x		2014					
9	9	RS-587 1/2	Pavimentação	2 faixas trecho Rodeio Bonito e Trindade do Sul	x			x	x		2014					
9	9	RS-587 2/2	Restauração	2 faixas trecho entre Seberi e Rodeio Bonito	x			x	x		2007					

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA - TRANSPORTE

RODOVIAS

REGIÃO FUNCIONAL 9

Corede 11- Nordeste

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	DAER
9	11	RS-126 1/2	Restauração	2 faixas trecho entre Caseiros e Ibiraiaras	x			x	x		2007					
9	11	RS-126 2/2	Restauração	2 faixas trecho entre São Gregório e BR-285	x			x	x		2007					
9	11	RS-475	Pavimentação	trecho entre Sananduva e Charrua	x			x	x		2015					
9	11	RS-487	Restauração	2 faixas trecho entre Ibiaçá e São Gregório	x			x	x		2007					

Corede 13 - Norte

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	DAER
9	13	BR-153	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas trecho entre Marcelino Ramos e Erechim	x		x			x			X			
9	13	BR-480 1/2	Pavimentação	2 faixas trecho entre Erechim e São Valentin	x			x		x	2015					
9	13	BR-480 2/2	Restauração	2 faixas trecho entre Erval Grande e São Valentim	x			x		x	2007					
9	13	EN-009	Pavimentação	2 faixas trecho Três Palmeiras e Entre Rios do Sul	x			x	x		2018					
9	13	RS-111	Restauração	2 faixas trecho entre Campina do Sul e Erechim	x			x	x		2014					
9	13	RS-331	Restauração	2 faixas trecho entre Gaurâma e Viadutos	x			x	x		2008					

Corede 15 - Produção

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	DAER
9	15	BR-153 2/3	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas trecho entre Passo Fundo e Tio Hugo	x		x			x	2014					
9	15	BR-285	Ad..Cap. R Conc	Trecho Carazinho - Passo Fundo	x		x			x						X
9	15	BR-285	Ad..Cap. R Conc	Trecho Carazinho - Pananbi	x		x			x						X
9	15	BR-285 2/4	Adeq.Capacidade	2 p/ 3 faixas trecho entre Passo Fundo e Carazinho	x		x			x	2018	2015	X	X		
9	15	BR-285 3/4	Adeq.Capacidade	2 p/ 3 faixas trecho entre Carazinho e BR-158	x		x			x	2018	2012-15	X	X		
9	15	BR-386	Ad..Cap. R Conc	Trecho Carazinho - Sarandi			x	x		x						X
9	15	BR-386	Ad..Cap. R Conc	Trecho Carazinho - Soledade			x	x		x						X
9	15	BR-386 5/6	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas trecho entre Soledade e Carazinho			x	x		x	2014					
9	15	BR-386 6/6	Adeq.Capacidade	2 p/ 3 faixas trecho entre Carazinho e Fred. Westphalen			x	x		x	2014	2012-15				
9	15	RS-135	Adeq.Capacidade	2 p/ 4 faixas trecho Erechim e Passo Fundo			x	x	x		2009		X			
9	15	RS-135	Adeq.Capacidade	Trecho Passo Fundo - Erechim (terceira faixa)			x	x	x							X
9	15	RS-324	Adeq.Capacidade	Trecho Casca - Passo Fundo			x	x	x							X
9	15	RST-153	Ad..Cap. R Conc	Trecho Passo Fundo - Entr. BR-386			x	x	x							X
		ESTADO	Adequação	Programa de adequação de espaço nas estradas para parada de ônibus nas estradas irtermunicipais	x		x			x						

FÓRUM DEMOCRÁTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA SOCIEDADE CONVERGENTE
INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA

INVENTÁRIO PRELIMINAR DE INTERVENÇÕES E PROJETOS

TRANSPORTE

FERROVIAS

Marcar com "x":

1. Até 2 (dois) objetivos
2. A importância da ação segundo sua abrangência Estadual ou Regional
   * Estadual: funciona como elo de desenvolvimento do Estado;
   * Regional: funciona como elo de desenvolvimento da Região.

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA - TRANSPORTE

FERROVIAS

REGIÃO FUNCIONAL 01

Corede 22 - Metropolitano Delta do Jacui

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	
1	22	Acess Porto PoA	Recuperação	Acesso ferroviário porto Porto Alegre interligação com a linha tronco da ALL		x		x		x		2008-11				
1	22	Ferr PoA - Uruguaiana	Remodelação	Reforço estrutural de pontes de 18 para 25 t/eixo	x		x			x	X	2008-11				
1	22	Ferr. Gen.Luz - Pelotas	Construção	Construção linha singela		x		x		x	X	2008-11				
1	22	Ferrovia em Porto Alegre	Construção	Construção de rede metroviária em Porto Alegre						x			X			
1	22	Linha Roca Sales e General Luz	Remodelação	Correção de problemas em aterros que limitam a capacidade dos trens na linha Roca Sales - Gen. Luz		x		x		x	X	2015				

REGIÃO FUNCIONAL 02

Corede 21 -Vale do Taquari

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	
2	21	Linha Roca Sales e General Luz	Remodelação	Correção de problemas em aterros que limitam a capacidade dos trens na linha Roca Sales - Gen. Luz		x		x		x	X	2015				
2	21	Ramal Ferroviário Colinas-Caxias	Construção	Construção linha singela		x		x	x		2018	2012-15				

REGIÃO FUNCIONAL 03

Corede 16 - Serra

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	
3	16	Ramal Ferr Ser. Correa São João	Construção	Construção do Ramal Ferroviário Serafina Correa - São João (66 Km)	x			x		x		2012-15				
3	16	Ramal Ferroviário Colinas-Caxias	Construção	Construção linha singela	x			x		x	X	2012-15				

REGIÃO FUNCIONAL 05

Correde 17 - Sul

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	
5	17	Ferr. Gen.Luz - Pelotas	Construção	Construção linha singela		x		x		x	2025	2008-11				
5	17	Ferr. Riio Grande - Uruguaiana	Manutenção	Linha Ferroviária Rio Grande - Uruguaiana		x		x		x				X		

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA - TRANSPORTE

FERROVIAS

REGIÃO FUNCIONAL 06

Corede 06 - Fronteira Oeste

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO				
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020
6	6	Ferr PoA - Uruguaiana	Remodelação	Reforço estrutural de pontes de 18 para 25 t/eixo		x		x		x	X	2008-11			
6	6	Ferr. Rio Grande - Uruguaiana	Manutenção	Linha Ferroviária Rio Grande - Uruguaiana		x		x		x				X	
6	6	Linha Entroc. - Livramento	Remodelação	Reforço estrutural de pontes do km 39,6 e km 112,7, de 18 p/ 25 t/eixo		x		x	x		X	2008-11			
6	6	Ramal Ferroviário de Candiota	Construção	Construção linha singela		x		x	x		2018	2012-15			
6	6	Ramal SLGonz - São Borja	Construção	Ramal Ferroviário São Luiz Gonzaga – São Borja: Construção de130 Km.		x		x	x			2015			

REGIÃO FUNCIONAL 07

Corede 05 - Fronteira Noroeste

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO				
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020
7	5	Ferr.Cruz Alta- Sto Ângr.Sta Rosa	Remodelação	Substituição de trilhos perfil TR-37 por TR-45	x			x	x		2008	2008-11			
7	10	Ramal SLGonz - São Borja	Construção	Ramal Ferroviário São Luiz Gonzaga – São Borja: Construção de130 Km.	x			x	x			2015			

REGIÃO FUNCIONAL 08

Corede 01 - Alto Jacuí

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO				
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020
8	1	Ferr. Cruz Alta - Pinhal	Remodelação	Substituição de trilhos perfil TR-37 por TR-45	x			x		x	2008	2008-11			
8	1	Ferr. C. Alta-T. Sta Mar-Cac-R Gde	Remodelação	Reforço estrutural de pontes de 18 para 25 t/eixo	x			x		x	X	2008-11			
8	1	Ferr. Cruz Alta - Passo Fundo	Remodelação	Substituição de trilhos perfil TR-37 por TR-45	x			x		x	X	2008-11			
8	1	Ferr.Cruz Alta- Sto Ângr.Sta Rosa	Remodelação	Substituição de trilhos perfil TR-37 por TR-45	x			x	x		X	2008-11			

Corede 27 - Celeiro

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO				
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020
8	3	Ferr. Cruz Alta - Santa Maria	Recuperação	Linha Ferroviária Cruz Alta – Santa Maria: Remodelação	x			x	x			2015			

REGIÃO FUNCIONAL 09

Corede 15 - Produção

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO				
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020
9	15	Ferr. Cruz Alta - Passo Fundo	Remodelação	Substituição de trilhos perfil TR-37 por TR-45	x			x		x	X	2008-11			

FÓRUM DEMOCRÁTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA SOCIEDADE CONVERGENTE
INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA

INVENTÁRIO PRELIMINAR DE INTERVENÇÕES E PROJETOS

TRANSPORTE

HIDROVIAS

Marcar com "x":

1. Até 2 (dois) objetivos
2. A importância da ação segundo sua abrangência Estadual ou Regional
   * Estadual: funciona como elo de desenvolvimento do Estado;
   * Regional: funciona como elo de desenvolvimento da Região.

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA - TRANSPORTE

HIDROVIAS

HIDROVIAS REGIÃO FUNCIONAL 01

Corede 22 - Metropolitano Delta do Jacuí

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	
1	22	Hidrovia do Rio Jacuí	Ampl. Calado	Qualificação hidroviária do rio Jacuí entre Triunfo e Cachoeira do Sul	x	x			x				X			
1	22	Foz do Rio Gravataí	Dragagem	Dragagem de manutenção	x	x				x						
1	22	Porto de Porto Alegre	Área portuária	Ampliação da área portuária do porto de Porto Alegre	x	x			x				X			
1	22	Porto de Porto Alegre	Dragagem - derrocamento	Dragagem de aprofundamento do porto de Porto Alegre	x	x							X			

HIDROVIAS REGIÃO FUNCIONAL 02

Corede 20 -Vale Rio Pardo

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	
2	20	Dispositivos de transposição	Ampl capacidade eclusa	Ampliação da capacidade da eclusa de Amarópolis em General Câmara			x	x	x				X			

Corede 21- Vale do Taquari

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	
2	21	Canal de São Gonçalo	Ampl. Calado	Qualificação hidroviária do Canal de São Gonçalo	x	x			x							
2	21	Hidrovia do Mercosul	Implantação	Santa Vitória do Palmar (La Charqueada) – Estrela	x	x				x		2008-11		X		
2	21	Hidrovia do Taquari	Dragagem	Dragagem do Rio Taquari e Manutenção da Eclusa de Bom Retiro	x	x			x		X	2008-11	X			

HIDROVIAS REGIÃO FUNCIONAL 05

Corede 17 - Sul

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	
5	17	Hidr. Lagoa dos Patos	Sinalização	Sinalização para navegação noturna	x	x				x						
5	17	Hidr. Laguna dos Patos	Recuperação	Dragagem entre o terminal da COPESUL e o cais do Porto Novo			x	x		x		2008-11				
5	17	Hidr. Laguna dos Patos	Dragagem	Dragagem de retificação e aprofundamento dos canais de acesso ao Porto do Rio Grande para 60 pés	x	x				x	2012				X	
5	17	Hidr. Laguna dos Patos	Dragagem	Dragagem de 30 para 40 pés entre o Terminal COPESUL e o Cais do Porto Novo e Melhoria da Sinalização			x	x		x	X	2008-11				
5	17	Hidrovia da Lagoa Mirim	Ampl. Calado	Qualificação hidroviária da Lagoa Mirim entre Pelotas e Santa Vitória do Palmar			x	x		x			X			
5	17	Hidrovia do Mercosul	Implantação	Santa Vitória do Palmar (La Charqueada) – Estrela	x			x		x		2008-11		X		
5	17	Porto de Rio Grande	Dragagem-derrocamento	Dragagem de aprofundamento do porto do Rio Grande	x	x				x			X			
5	17	Porto do Rio Grande	Ampl. Calado	Qualificação hidroviária na Laguna dos Patos	x	x				x			X			
5	17	Porto do Rio Grande	Área portuária	Ampliação da área portuária do porto do Rio Grande	x			x		x			X			

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA - TRANSPORTE

HIDROVIAS

HIDROVIAS REGIÃO FUNCIONAL 08

Corede 24 - Jacuí-Centro

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	
8	24	Dispositivos de transposição	Ampl capacidade eclusa	Ampliação da capacidade da eclusa de Fandango em Cachoeira do Sul			x	x	x				X			
8	24	Dispositivos de transposição	Ampl capacidade eclusa	Ampliação da capacidade da eclusa de Dom Marco em Cachoeira do Sul			x	x	x				X			
8	24	Hidrovia do Rio Jacuí	Ampl. Calado	Qualificação hidroviária do rio Jacuí entre Triunfo e Cachoeira do Sul	x	x				x			X			
8	24	Hidrovia Ibicuí-Jacui	Abert. Canal	Abertura de canal artificial entre os rios Ibicuí (Cacequi) e Jacuí (Cachoeira do Sul)	x					x			X			

Corede 28 - Jaguari

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	
8	28	Hidrovia Ibicuí-Jacui	Abert. Canal	Abertura de canal artificial entre os rios Ibicuí (Cacequi) e Jacuí (Cachoeira do Sul)	x					x			X			

FÓRUM DEMOCRÁTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA SOCIEDADE CONVERGENTE
INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA

INVENTÁRIO PRELIMINAR DE INTERVENÇÕES E PROJETOS

TRANSPORTE

PORTOS

Marcar com "x":

1. Até 2 (dois) objetivos
2. A importância da ação segundo sua abrangência Estadual ou Regional
   * Estadual: funciona como elo de desenvolvimento do Estado;
   * Regional: funciona como elo de desenvolvimento da Região.

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA - TRANSPORTE

PORTOS

PORTOS REGIÃO FUNCIONAL 01

Corede 22 - Metropolitano Delta do Jacuí

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	SPH
1	22	Porto de Porto Alegre	Recuperação	Dragagem de aprofundamento dos Canais de Acesso	x					x		2008-11				X
1	22	Porto de Porto Alegre	Construção	Pavimentação área acesso ao porto, a partir do rio Gravataí até Travessia Ponte Getúlio Vargas	x		x		x			2008-11				
1	22	Porto de Porto Alegre	Recuperação	Pavimentação pátio Terminal de Conteineres – 36.000 m²	x			x	x			2008-11				
1	22	Porto de Porto Alegre	Recuperação	Pavimentação cais Navegantes	x			x	x			2008-11				
1	22	Porto de Porto Alegre	Recuperação	Reforço estrutural no cais Mauá, cais Navegantes e cais Marcílio Dias.				x		x		2012-15				
1	22	Porto de Porto Alegre	Recuperação	Porto de Porto Alegre: Projetos de expansão do Cais Navegantes e Vila DEPRC.				x		x		2012-15				
1	22	Porto de Porto Alegre	Implantação	Porto de Porto Alegre: Reaparelhamento do Cais Navegantes.	x					x		2012-15				
1	22	Porto de Porto Alegre	Implantação	Porto de Porto Alegre: Aquisição de Sistema de Monitoramento de sinais náuticos por GPS/GMS.		x		x		x		2012-15				X
1	22	Triunfo	Const. Terminal	Construção de terminal intermodal de carga em Triunfo	x					x			X			

PORTOS REGIÃO FUNCIONAL 02

Corede 20 - Vale do Rio Pardo

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	SPH
2	20	Porto de Rio Pardo	Recuperação	Plataforma de acostagem, armazéns e pavimentação do acesso e do porto.		x			x			2008-11				

Corede 21- Vale do Taquari

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	SPH
2	21	Porto de Estrela	Amp. Terminal	Ampliação do terminal intermodal de carga em Estrela		x		x		x			X			

PORTOS REGIÃO FUNCIONAL 03

Corede 16 - Serra

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	SPH
3	16	Caxias do Sul	Const. Terminal	Construção de terminal rodoviário de carga em Caxias do Sul	x				x				X			

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA - TRANSPORTE

PORTOS

PORTOS REGIÃO FUNCIONAL 05

Corede 17 - Sul

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	SPH
5	17	Lagoa Mirim	Amp. Terminal	Ampliação do terminal hidroviário de Santa Vitória do Palmar	x				x				X			
5	17	Porto de Jaguarão	Const. Terminal	Construção de terminal hidroviário de carga em Jaguarão	x				x				X			
5	17	Porto de Pelotas	Recuperação	Pavimentação de acesso e Armazéns.		x		x	x			2008-11				
5	17	Porto de Pelotas	Recuperação	Dragagem de aprofundamento no Canal São Gonçalo de acesso ao porto.	x				x			2012-15				
5	17	Porto de Pelotas	Implantação	Porto de Pelotas: Reaparelhamento	x				x			2012-15				
5	17	Porto de Rio Grande	Construção	Avanço da frente de atracação 11m (direção do mar), aumento de calado de 30 para 40 pés.	x			x		x	X					
5	17	Porto de Rio Grande	Construção	Implantação de terminal de produtos florestais	x			x		x	X					
5	17	Porto de Rio Grande	Construção	Construção de berços de barcaças no TECON	x			x		x	X					
5	17	Porto de Rio Grande	Melhorias	Ampliação dos molhes de Rio Grande	x			x		x	2012	2008-11		X	X	
5	17	Porto de Rio Grande	Melhorias	Reaparelhamento do Porto Novo	x					x	2007					
5	17	Porto do Rio Grande	Implantação	Ligação a seco entre Rio Grande e S. José do Norte	x			x		x		2012-15				
5	17	Porto do Rio Grande	Recuperação	Dragagem para 60 pés e Retificação dos Canais de Acesso	x			x		x		2008-11		X	X	
5	17	Porto do Rio Grande	Construção	Berço para Movimentação de Contêineres	x			x		x		2008-11			X	
5	17	Porto do Rio Grande	Construção	Construção de Novo Berço no TECON	x			x		x		2008-11			X	
5	17	Porto do Rio Grande	Implantação	Implantação de Terminal de Fertilizantes - BUNGE	x			x		x		2008-11				
5	17	Porto do Rio Grande	Recuperação	Modernização do Sistema de Sinalização Náutica	x	x				x		2008-11				
5	17	Porto do Rio Grande	Recuperação	Dragagem de recuperação da bacia de evolução do Porto Novo dos atuais 200m para 300m	x	x				x		2008-11				X
5	17	Porto do Rio Grande	Implantação	Dragagem de aprofundamento do Canal de Acesso e Bacia de evolução do Porto Novo – 30 para 40 pés	x			x		x		2008-11				X
5	17	Porto do Rio Grande	Recuperação	Modernização de 1100m de Cais no Porto Novo (para o calado operacional passar de 30 para 40 pés).	x			x		x		2008-11				X
5	17	Porto do Rio Grande	Implantação	Pólo Naval - Dique Seco	x	x				x		2008-11				
5	17	Porto do Rio Grande	Implantação	Implantação de Dolfin de atracação para fundeio de navios	x	x				x		2008-11				
5	17	Porto do Rio Grande	Implantação	Implantação de Terminal de Celulose - Aracruz	x	x				x		2008-11				
5	17	Porto do Rio Grande	Recuperação	Reforço estrutural de Berço	x			x		x		2008-11				
5	17	Porto do Rio Grande	Construção	Construção de Novo Berço no Terminal Píer Petroleiro	x	x				x		2008-11				
5	17	Porto do Rio Grande	Construção	Construção de Novo Berço no Terminal Copesul	x	x				x		2008-11				
5	17	Porto do Rio Grande	Construção	Construção de Novo Berço no Terminal Bianchini	x	x				x		2008-11				
5	17	Porto do Rio Grande	Implantação	Aquisição de áreas portuárias no município de S.J. do Norte	x	x				x		2008-11				
5	17	Porto do Rio Grande	Implantação	Berços no Super Porto Lado oeste – São José do Norte	x	x				x		2008-11				
5	17	Porto do Rio Grande	Recuperação	Reforço Estrutural de Berço antigo (40 pés para 60 pés)	x				x			2012-15				
5	17	Porto do Rio Grande	Construção	Berço no Porto Novo.	x					x		2015				
5	17	Porto do Rio Grande	Construção	Berços no Super Porto	x					x		2015				
5	17	Porto do Rio Grande	Implantação	Berço de atracação no Porto Novo, 2 km (lado leste da ilha do Terrapleno)	x					x		2015				
5	17	Porto do Rio Grande	Implantação	Berço de atracação no Porto Novo, 2 km (lado oeste da ilha do Terrapleno).	x					x		2015				
5	17	Porto do Rio Grande	Construção	Agenda de obras do porto do Rio Grande	x			x		x				X		
5	17	Porto do Rio Grande	Modernização	Subtituição e renovação da sinalização náutica	x	x				x						X

PORTOS REGIÃO FUNCIONAL 06

Corede 06 - Fronteira Oeste

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	SPH
6	6	Uruguaiana	Amp. Terminal	Ampliação do terminal intermodal de carga em Uruguaiana	x			x		x			X			

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA - TRANSPORTE

PORTOS

PORTOS REGIÃO FUNCIONAL 07

Corede 10 - Missões

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	SPH
7	10	Porto Xavier	Const. Terminal	Construção de terminal hidroviário de carga em Porto Xavier	x	x			x				X			

PORTOS REGIÃO FUNCIONAL 08

Corede 24 - Jacuí-Centro

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	SPH
8	24	Porto de Cachoeira do Sul	Construção	2 plataformas de acostagem e pavimentação de acesso ao porto.	x	x				x		2008-11	X			

FÓRUM DEMOCRÁTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA SOCIEDADE CONVERGENTE
INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA

INVENTÁRIO PRELIMINAR DE INTERVENÇÕES E PROJETOS

TRANSPORTE

AEROPORTOS

Marcar com "x":

1. Até 2 (dois) objetivos
2. A importância da ação segundo sua abrangência Estadual ou Regional
   * Estadual: funciona como elo de desenvolvimento do Estado;
   * Regional: funciona como elo de desenvolvimento da Região.

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA - TRANSPORTE

AEROPORTOS

AEROPORTOS REGIÃO FUNCIONAL 01

Corede 22

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	SEINFRA
1	22	Aeroporto Metropolitano	Construção	Construção de aerporto na região metropolitana de Porto Alegre	x			x		x		2015				
1	22	Aeroporto Salgado Filho 1/3	Construção	Ampliação do Terminal de Cargas Aeroporto Salgado Filho	x			x		x	2007	2008-11	X			
1	22	Aeroporto Salgado Filho 2/3	Melhorias	Aumento da pista em 1.000 m para decolagem de aeronaves de grande porte	x			x		x	2007	2008-11	X	X	X	
1	22	Aeroporto Salgado Filho 3/3	Melhorias	Implantação do Sistema de Aproximação de Precisão Categoria II para a pista de Pouso e Decolagem 11	x			x		x	2007			X		

AEROPORTOS REGIÃO FUNCIONAL 03

Corede 16

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	SEINFRA
3	16	Aeroporto na Serra Gaúcha	Construção	Construção de aeroporto internacional na região da Serra Gaúcha	x			x		x	2011	2008-11				
3	16	Caxias do Sul	Construção	Ampl. terminal e melhorias no sítio aeroportuário	x			x		x						X

Corede 25

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	SEINFRA
3	25	Vacaria	Construção	Obras na pista e terminal de passageiros	x				x							2009

AEROPORTOS REGIÃO FUNCIONAL 05

Corede 17

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	SEINFRA
5	17	Rio Grande	Melhorias	Faixa de pista, baliz. noturno, equiptos vôos instrumentos, reforma terminal pass., equiptos segurança e contra-incêndio	x			x		x						X

AEROPORTOS REGIÃO FUNCIONAL 06

Corede 6

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	SEINFRA
6	6	Rosário do Sul/Alegrete	Estudos/projetos	Obras na pista e terminal de passageiros	x				x							X

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA - TRANSPORTE

AEROPORTOS

AEROPORTOS REGIÃO FUNCIONAL 07

Corede 10

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	SEINFRA
7	10	Santo Ângelo	Recuperação	Recapeam. pista de operações; implant. sinal. luminosa	x				x							X

Corede 5

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	SEINFRA
5	5	Santa Rosa	Melhorias	Melhorias operacionais	x				x							

AEROPORTOS REGIÃO FUNCIONAL 8

Corede 28

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	SEINFRA
8	28	Santiago	Construção	Pavimentação pista, pátio estac. aeronaves	x				x							X

Corede 54

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	SEINFRA
8	24	Cachoeria do Sul	Estudos e projetos	Melhorias no aeroporto												2010

AEROPORTOS REGIÃO FUNCIONAL 9

Corede 15

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	SEINFRA
9	15	Passo Fundo	Sinalização	Implantação sinalização luminosa e cercamento área	x				x							X

Corede 13

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA	OBJETIVOS				IMPORTÂNCIA		FONTE DA INFORMAÇÃO					
					A	B	C	D	REG	EST	RUMOS	PNLT	CNT	CRIAS	AG.2020	SEINFRA
9	13	Erechim	Melhorias		x				x							

FÓRUM DEMOCRÁTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA SOCIEDADE CONVERGENTE
INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA

INVENTÁRIO PRELIMINAR DE INTERVENÇÕES E PROJETOS

OBJETIVOS

A - Desenvolver a infra-estrutura necessária ao crescimento econômico

B - Melhorar o equilíbrio da matriz modal (%)

C - Aumentar a segurança rodoviária (acidentes e mortes por 1.000 km)

D - Aumentar a competitividade logística (% PIB)

FÓRUM DEMOCRÁTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA SOCIEDADE CONVERGENTE
INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA

INVENTÁRIO PRELIMINAR DE INTERVENÇÕES E PROJETOS

LOGÍSTICA

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA

LOGÍSTICA

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	OBJETO	FONTE DA INFORMAÇÃO					
					CNT 2007	RUMOS	BMUND.	FPEx	OCERGS	SEINFRA/RS
		Rodoviário	Adequação estrut. Rod. p/ garantia da qualidade e capacidade de tráfego	Duplicação de rodovias	X					
				Implementação de faixa adicional	X					
				Recuperação de pavimento	X					
		Aeroportos	Ampliar a infra-estrutura para atender a demanda	Melhoria em pistas	X					
				Ampliação da estrutura de cargas	X					
				Ampliação de aerportos	X					
				Construção de aeroportos	X					
		Ferroviário	Equilíbrio da composição modal	Construção de novas ferrovias	X					
				Duplicação de ferrovias	X					
				Eliminação de gargalos	X					
		Hidroviário	Redução custo de transporte	Ampliação do calado de hidrovias	X					
				Construção e/ou conclusão de eclusas em barragens	X					
				Construção de garagens de espera em eclusas existentes	X					
		Terminais portuários	Ampliar e capacitar as exportações	Dragagem de portos	X					
				Ampliação da área de armazenagem	X					
				Ampliação de área retroportuária	X					
				Ampliação de pátios de manobras	X					
				Substituição de equipamentos	X					
			Adequação dos acessos terrestres	Melhoria das entradas rodoviárias	X					
				Melhoria das entradas ferroviárias	X					
		Term. hidroportuários	Ampliação da capacidade operacional	Modal ferroviário	X					
				Modal hidroviário	X					
				Modal rodoviário	X					
		Term. Intermodais	Construção de terminais intermodais	Locais potenciais	X					
				Acessibilidade de dois ou mais modais de transporte	X					
		Financiamento para os projetos e obras	Utilização de diversas fontes de recursos para o financiamento das adequações às demandas de transporte	Recursos da CIDE	X					
				Recursos do OGU	X					
				Parcerias Público-Privadas	X					
				Concessões à iniciativa privada	X					
		Infra-Estrutura e Procedimentos de Passagem nas Fronteiras	Controle de documentação	Indicador: Tempo médio de liberação do veículo na exportação e importação	X					
			Inspeções de carga							
			Anuência de diversos ministérios							
			Verificações fiscais							
			Demora nos cruzamentos de fronteira	Excesso de burocracia	X					
				Desempenho das autoridades públicas	X					
				Condições do acesso rodoviário	X					
			Segurança do condutor rodoviário	Travessia por áreas urbanas	X					
				Precário estado de conservação das rodovias						
				Engarrafamentos	X					
			Sinistros nos postos de fronteira	Cargas violadas	X					
				Agressão física	X					
				Roubo de carga	X					
				Seqüestro do motorista	X					
				Assalto ao motorista	X					
		Condições de trabalho dos condutores internacionais	Jornada de trabalho	Definição da duração do trabalho	X					
			Infra-estrutura adequada aos motoristas	Instalações sanitárias inadequadas	X					
				Inadequadas instalações de banho dos motoristas	X					
				Inexistência de instalações de apoio aos motoristas	X					
			Benefícios e ações das empresas transportadoras internacionais	Fornecimento de cobertura médico-assistencial	X					
				Rastreamento por satélite de veículos/cargas	X					
				Cursos e/ou treinamento profissional	X					

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA

LOGÍSTICA

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	OBJETO	FONTE DA INFORMAÇÃO					
					CNT 2007	RUMOS	BMUND.	FPEx	OCERGS	SEINFRA/RS
		Conduta dos funcionários fronteiriços	Atuação de funcionários e autoridades fronteiriços	Qualidade dos serviços prestados	X					
				Ausência de equipamentos de informática	X					
				Falha no canal de comunicação entre autoridade e empresa	X					
				Incompatibilidade e desconhecimento do horário de atendimento das autoridades públicas	X					
				Práticas de comportamento pouco profissional	X					
		Cooperação entre Autoridades Fronteiriças e demais Entidades de comércio internacional	Medidas operacionais de regulamentação do processo de controle aduaneiro conjunto	Harmonização dos sistemas entre as Aduanas	X					
				Modernização dos equipamentos	X					
				Acordos para facilitar mobilidade fronteiriça múltipla	X					
				Adoção de Carteira Internacional para o transportador rodoviário de carga	X					
				Incorporação da Convenção Internacional da ONU na legislação brasileira (Transp. Intern. Rodov - TIR)	X					
		Saúde dos condutores internacionais	Doenças sexualmente transmissíveis - AIDS	Conduta sexual de risco, em locais inadequados e sem qualquer tipo de proteção	X					
				Campanhas preventivas	X					
			Encaminhamento aos serviços de saúde	Dificuldade em função das distâncias geográficas nos trajetos percorridos	X					
				Indisponibilidade de tempo para exames médicos periódicos	X					
		Ativos/Rede	Oferta modal	Diversidade de oferta modal		X				
			Distribuição espacial	Distribuição espacial heterogênea em função de fatores topográficos, demográficos e econômicos		X				
			Densidade rodoviária	Densidade rodoviária baixa mas eficiente no atendimento da população		X				
			Deficiências e dimensionamento	Deficiências no traçado e dimensionamento de redes provocam disfunções em alguns segmentos		X				
		Processos Atividades Ferramentas	Ganhos do sistema limitados	Falta de operação intermodal das modalidades competitivas especificamente		X				
			Poucas iniciativas de logística integrada	Falta de equipamentos e dificuldade para formação de parcerias		X				
			Subaproveitamento de ferrovas e hidrovias	Falta de equipamentos e dificuldade para formação de parcerias		X				
			Parcerias incipientes entre atores de transporte de carga	Internalização das capacitações dos agentes de transporte/logística e demandadores		X				
			Gestão integrada e informações	Aumentar a integração e a disseminação das informações entre operadores de carga		X				
			Terminais de fronteira	Redução dos gargalos operacionais nas passagens de fronteiras		X				
		Governança e regulação	Visão modal da logística	Falta de integração entre os órgãos responsáveis por cada modalidade		X				
			Marco regulatório e legislação	Deficiências e diversidade de legislação dificultam a ação do Governo nos modais ferroviário e hidroviário		X				
			Financiamento do setor	Esgotamento da capacidade financeira do setor público limita o investimento e manutenção da infra-estrutura		X				

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA

LOGÍSTICA

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	OBJETO	FONTE DA INFORMAÇÃO					
					CNT 2007	RUMOS	BMUND.	FPEx	OCERGS	SEINFRA/RS
		Elos faltantes rodoviários	Anel Rodoviário Metropolitano	Alcance regional para desafogar tráfego no eixo PoA-N Hamburgo na Região Metropolitana		X				
			Ligação Eldorado do Sul - Triunfo	Ligação entre as BRs 386 e 116/290 com uma ponte sobre o rio Jacuí		X				
			Acessos muncipais	Pavimentação dos acessos municipais, interligando-os a rede pavimentada		X				
		Elos faltantes ferroviários	Trecho Cruz Alta - Inui - Sto Ângelo - Sta Rosa	Perfil dos trilhos existentes e problemas de fixação limitam o tamanho dos trens		X				
			Trecho Cruz Alta - Pinhal	Perfil dos trilhos limita capacidade do trecho		X				
			Trecho Roca Sales - General Luz	Problemas em aterros entre Montenegro e Gen. Luz comprometem a segurança do tráfego		X				
			Trecho Gen. Luz - Pelotas	Inexistência de ligação ferroviária direta		X				
		Gargalos e elos faltantes hidroviários	Laguna dos Patos	Manutenção do calado para garantir navegabilidade (uso contínuo e irrestrito)		X				
			Rio Taquari	Restrição de calado limita aproveitamento da capacidade das embarcações da navegação interior		X				
		Gargalos e elos faltantes portuários	Porto do Rio Grande	Calado de 40 pés limita operação dos navios de maior porte		X				
			Navegação interior	Interferências da navegação interior com navios conteneiros oceânicos no aporte ao terminal especializado		X				
		Gargalos e elos faltantes aeroportuários	Terminal de carga Aeroporto Salgado Filho	Aumento de capacidade de processamento das cargas		X				
			Pisto do Aeroporto Salgado Filho	Extensão da pista limita carregamento de aviões de grande porte em vôos internacionais de longa distância		X				
			Aeroporto de Santo Ângelo	Extensão da pista limita operações de aeronaves		X				
		Gargalos e elos faltantes em plataformas terrestres	Plataformas terrestres de carga	Inexistência de concentrações geográficas de uma ou mais organizações voltadas ao transporte de mercadorias e de serviços auxiliares		X				
		Disfunção operacional	Laguna dos Patos	Ausência de carta de navegação eletrônica tipo S-57-DHN (Diretoria de Hidrografia e Navegação - Comando da Marinha)		X				
			Navegação noturna	Sinalização inadequada restringe a navegação noturna, ocasionando aumento dos custos operacionais e subutilização a frota		X				
			Terminais do Superporto do Rio Grande	Limitação da capacidade de carga e descarga nos terminais (barcaças com soja e derivados)		X				
			Conteineirização de cargas	Desequilíbrio entre conteineres recebidos e grande demanda pela expedição conteineirizada restringe expansão do transporte		X				
		Gargalos legais e institucionais	Liberação de cargas pela Receita Federal	Demora na liberação de cargas devido ao restrito horário de atendimento e a falta de adequação do Regulamento Aduaneiro		X				
			Áreas de controle integrado	Falta de integração entre Aduanas em fronteiras de países limítrofres e procedimentos em duplicidade		X				
			Problemas operacionais em Organismos Governamentais	Problemas operacionais devido a limitação de atuação de organismos governamentais (ICMS, IBAMA, Min Agricultura, ANVISA)		X				

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA

LOGÍSTICA

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	OBJETO	FONTE DA INFORMAÇÃO					
					CNT 2007	RUMOS	BMUND.	FPEx	OCERGS	SEINFRA/RS
			Problemas operacionais em outros Organismos	Problemas operacionais devido à limitação de atuação de outros organismos (SDAERGS, BB, BANRISUL)		X X				
			Alto custo do seguro de cargas	Adoção de índice de sinistralidade nacionais, que inclui os riscos da Bacia Amazônica		X				
			Plano Estratégico Porto do Rio Grande	Ausência de um Plano Estratégico para o porto de Rio Grande		X				
			Taxa de manuseio de conteineres no TECON Rio Grande	Taxa cobrada pelo TECON para desembarque de contêineres via hidrovia		X				
			Balanças fora de operação	Falta de recursos para manutenção e operação das balanças rodoviárias		X				
		Índice de performance logística (resultante de pesquisa com grandes empresas de logística internacional e gerou mais de 5.000 avaliações)	Medida da performance logística da cadeia produtiva em uma comercialização internacional. Países com maior eficiência e previsibilidade de rotas de transporte e procedimentos de comércio internacional possuem maior tendência a tomar vantagem de avanços tecnológicos, abertura econômica e acesso a mercados internacionais. Categorias avaliadas pelos entrevistados:	Eficiência no processo de liberação aduaneira e outras agências de fronteira			X			
				Qualidade de transporte e infra-estrutura de TI para a logística			X			
				Facilidade de conseguir fretes internacionais a custos competitivos			X			
				Competência logística da indústria local Rastreabilidade de fretes internacionais			X			
				Custos da logística doméstica (transportes)			X			
				Histórico de fretes que alcançaram o destino			X			
			Categorias de avaliação de experiências em termos de performance logística, ambiente e instituições de apoio a operações logística nos paises:	Custo direto do frete			X			
				Qualidade de transporte e infra-estrutura de TI			X			
				Competência no fornecimento de serviços necessários aos operadores logísticos			X			
				Performance do processo de liberação para a importação e exportação			X			
				Quantidade de práticas que podem afetar a performance da logística			X			
				Tendências			X			
		Pesquisa e desenvolv.	Logística em cursos de grad. e pós-graduação	Graduação						X
				Pós-graduação						X
				Mestrado profissional						X
			Liberação de mercadorias	Autonomia limitada da área da aduaneira da Receita. Criação de Secretaria aduaneira, fora do âmbito da Receita Federal				X		
				Demora nas liberações. Adequar o SISCOMEX possibilitando atuação simultânea e coordenada dos diversos intervenientes				X		
				Demora nas liberações. Definir e implantar horários uniformes				X		
				Demora nas liberações. Ampliar horários e dias de atendimento				X		
				Demora nas liberações. Adequar Regulamento Aduaneiro possibilitando a antecipação do despacho em todos os casos				X		
				Demora nas liberações. Adequar Regulamento Aduaneiro possibilitando o despacho fracionado de modo ágil				X		
				Demora nas liberações. Disponibilizar local e implantação dos serviços nos recintos aduaneiros				X		

LOGÍSTICA

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	OBJETO	FONTE DA INFORMAÇÃO					
					CNT 2007	RUMOS	BMUND.	FPEx	OCERGS	SEINFRA/RS
			Estrutura de atendimento	Escassez de pessoal. Dificuldades na contratação de pessoal				X		
				Escassez de equipamentos e insumos. Falta de recursos				X		
			Áreas de controle integrado	Falta de integração entre aduanas em fronteiras de países limítrofes. Falta de locais.				X		
				Procedimentos em duplicidade entre países. Falta de acordo para procedimentos conjuntos.				X		
				Uruguaiana: exportação brasileira em locais separados. Terminal inadequado em Passo de Los Libres.				X		
			Receita Federal. Outros pontos específicos.	Ausência de contingência para certas situações emergenciais. Falta de Normativas.				X		
				Limitações no SISCOMEX. Pessoal e recursos para modificações no sistema.				X		
				Permanência excessiva de veículos nos terminais com despacho incompleto. Demora no registro do despacho e/ou documentos errados.				X		
				Redistribuição de despachos. Falta de normativas.				X		
				Necessidade de apresentação de 1ª via da NF para abertura de despacho de exportação. Norma não preve possibilidade de apresentação de outra via.				X		
				Percentual de parametrização de canal verde. Identificar barreira.				X		
				Permanência excessiva de veículos nos terminais sem despacho. Não-exigência de descarga de mercadoria.				X		
				Rotatividade de pessoal em fronteiras. Inexistência de normas incentivadoras.				X		
				Falta de terminais aduaneiros. Falta de terminais operando no sistema REDEX. Dificuldade na habilitação de terminais.				X		
				Uruguaiana - Falta de espaço para exportação no Porto Seco. Porto Seco com espaço limitado.				X		
			Horário de atendimento	ICMS, Bco Brasil, Banrisul, IBAMA, ANVISA. Horário limitado. Limitação de pessoal.				X		
			ICMS	Não-existência de débito em conta. Não-localização de escritório no Porto Seco. Exoneração somente na 1ª via da Nota Fiscal.				X		
			IBAMA	Não-localização de escritório no Porto Seco.				X		
			Min. da Agricultura	Falta de equipamentos, exames sanitários em fronteira, não-aceitação de certificados sanitário do país de origem.				X		
			DECEX	Ausência de reconhecimento do transportador com exportador de serviços.				X		
			Polícia Federal	Inexistência de carteira de tripulante.				X		
			SDAERGS	Permanência excessiva de veículos nos terminais com despacho incompleto.				X		

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA

LOGÍSTICA

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	OBJETO	FONTE DA INFORMAÇÃO					
					CNT 2007	RUMOS	BMUND.	FPEx	OCERGS	SEINFRA/RS
		Armazenagem	Otimização de uso	Identificar e dimensionar a ampliação das instalações para armazenagem				X		
			Identificação de locais	Otimização do sistema de armazenagem e planejamento de novas intervenções.				X		
		Aeroportos	Aeroporto Salgado Filho	Pista e instumentos. Melhoria na infra-estrutura. Aumento da capacidade operacional para exportação. Desapropriação do Bairro Jardim Floresta e transferência das Vilas Dique e Nazaré.				X		
			Aeroporto de Caxias do Sul	Construção de novo aeroporto em Vila Oliva pelas limitações ao transporte de cargas aéreas do atual.				X		
		Ferrovias	Ativo rodante	Limitação do ativo e restrições da capacidade de transporte das ferrovias				X		
			Pontos de transbordo	Otimização do processo e reivindicações de melhoria.				X		
			Manutenção da rede	Aumento da velocidade das composições, melhorando o rendimento e a segurança na utilização da ferrovia.				X		
			Vias permanentes	Estudos de viabilidade de reativação de ramais e implantação de novas ferrovias				X		
			Pontes e obras-de-arte ferroviárias	Obras e serviços de manutenção contra excesso de carga. Estudos da RFFSA indicam 60% das pontes com excesso de carga.				X		
		Anel Viário Metropolitano	Obras para implantação	Criação de rodovia alternativa à BR-116 no trecho entre Porto Alegre e Novo Hamburgo				X		
		Ponte sobre o Rio Jacuí	Estudo de viabilidade	Implantação de nova ligação entre Guaíba e Triunfo para desafogar o tráfego na região metropolitana de PoA.				X		
		Gerenciamento de obra-de-arte	Manutenção das obras	Programação de intervenções de manutenção em obras-de-arte na malha rodoviária existente no RS.				X		
		Corredores rodoviários	Rota 1: Torres-Uruguaiana	Priorização dos investimentos nas rodovias BR-101, BR-116 e BR-290				X		
			Rota 2: Vacaria-Jaguarão	Priorização dos investimentos nas rodovias BR-116 e RS-453 e RS-122.				X		
			Rota 3: Erechim-uruguaiana	Priorização dos investimentos nas rodovias BR-153, RS-135, BR-285 e BR-472				X		
			Rota 4: Iraí-Porto Alegre	Priorização dos investimentos nas rodovias BR-158, BR-386 e BR-116.				X		
			Rota 5: Iraí-Rio Grande	Priorização dos investimentos nas rodovias BR-158, BR-392 e BR-116.				X		
			Rota 6: São Borja-Rio Grande	Priorização dos investimentos nas rodovias BR/RST-287, BR-392 e BR-116.				X		
			Rota 7: Uruguaiana-Rio Grande	Priorização dos investimentos nas rodovias BR-290, BR-377, BR293, BR-116 e BR-392.				X		
		Novas rotas	Rota 8:Barros Cassal-Canguçu	Priorização dos investimentos nas rodovias BR/RST-471				X		
			Rota 9: Santiago-Manoel Viana	Priorização dos investimentos nas rodovias BR/RST 377				X		
		Novas cargas hidroportuárias	Planejamento de captação de carga	Comitês multissetoriais para elaboração e desenvolvimento de atrativos de cargas hidroviárias.				X		
		Terminais do superporto	Carga e descarga de grãos	Melhoria das condições e redução de custos operacionais, aumento da produtividade da frota.				X		

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA

LOGÍSTICA

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	OBJETO	FONTE DA INFORMAÇÃO					
					CNT 2007	RUMOS	BMUND.	FPEx	OCERGS	SEINFRA/RS
		Hidrovia	Balizamento	Otimização da frota, aumento do tempo de utilização da hidrovia, otimização do uso do sistema de sinalização.				X		
		Contêineres	Balanceamento im-exportação	Melhoria da oferta de contêineres vazios.				X		
		Navegação interior	Eliminar custo do tombo hidroviário	Isentar navegação interior do pagamento da taxa para desenbarque de contêineres por via hidroviária.				X		
			Berço para navegação interior	Elaborar estudos e construir berços para uso da navegação interior nos terminais especializados.				X		
			Calado da hidrovia	Garantia de recursos para a dragagem e sinalização náutica.				X		
		Porto de Estrela	Melhoria de acesso	Melhor aproveitamento das embarcações e garantia da navegação interior: solucionar questão da Eclusa de Bom Retiro e dragaem do rio Taquari				X		
		Frota mercante	Renovação	Aumento da oferta de embarcações				X		
		Mão-de-obra hidroviária	Dimensionamento de equipes	Redução de custo por redução de mão-de-obra das equipes embarcadas.				X		
		Planejamento	Planejamento estratégico	Estabelecer diretrizes para gestão e expansão portuária visando o desenvolvimento regional sustentável.				X		
		Seguros	Índice de ocorrência de sinistros.	Redução dos premios de seguro hidroviário através da substiutição por índice específico para a Lagoa dos Patos.				X		
		Acesso porto do Rio Grande	Acesso rodoviário alternativo	Acesso rodoviário alternativo com a conclusão da pavimentação de 38 km da BR-101 em Tavares.				X		
		Acesso porto do Rio Grande	Dragagem e Sinalização	Otimização do aproveitamento da capacidade de carga das embarcações e melhoria na utilização do porto e terminais.				X		
		Processos Atividades Ferramentas	Ganhos do sistema limitados	Falta de operação intermodal das modalidades competitivas especificamente		X				
			Poucas iniciativas de logística integrada	Falta de equipamentos e dificuldade para formação de parcerias		X				
			Subaproveitamento de ferrovas e hidrovias	Falta de equipamentos e dificuldade para formação de parcerias		X				
			Parcerias incipientes entre atores de transporte de carga	Internalização das capacitações dos agentes de transporte/logística e demandadores		X				
			Gestão integrada e informações	Aumentar a integração e a disseminação das informações entre operadores de carga		X				
			Terminais de fronteira	Redução dos gargalos operacionais nas passagens de fronteiras		X				
		Governança e regulação	Visão modal da logística	Falta de integração entre os órgãos responsáveis por cada modalidade		X				
			Marco regulatório e legislação	Deficiências e diversidade de legislação dificultam a ação do Governo nos modais ferroviário e hidroviário		X				
			Financiamento do setor	Esgotamento da capacidade financeira do setor público limita o investimento e manutenção da infra-estrutura		X				

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA

LOGÍSTICA

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	OBJETO	FONTE DA INFORMAÇÃO					
					CNT 2007	RUMOS	BMUND.	FPEx	OCERGS	SEINFRA/RS
		Elos faltantes rodoviários	Anel Rodoviário Metropolitano	Alcance regional para desafogar tráfego no eixo PoA-N Hamburgo na Região Metropolitana		X				
			Ligação Eldorado do Sul - Triunfo	Ligação entre as BRs 386 e 116/290 com uma ponte sobre o rio Jacuí		X				
			Acessos muncipais	Pavimentação dos acessos municipais, interligando-os a rede pavimentada		X				
		Elos faltantes ferroviários	Trecho Cruz Alta - Inui - Sto Ângelo - Sta Rosa	Perfil dos trilhos existentes e problemas de fixação limitam o tamanho dos trens		X				
			Trecho Cruz Alta - Pinhal	Perfil dos trilhos limita capacidade do trecho		X				
			Trecho Roca Sales - General Luz	Problemas em aterros entre Montenegro e Gen. Luz comprometem a segurança do tráfego		X				
			Trecho Gen. Luz - Pelotas	Inexistência de ligação ferroviária direta		X				
		Gargalos e elos faltantes hidroviários	Laguna dos Patos	Manutenção do calado para garantir navegabilidade (uso contínuo e irrestrito)		X				
			Rio Taquari	Restrição de calado limita aproveitamento da capacidade das embarcações da navegação interior		X				
		Gargalos e elos faltantes portuários	Porto do Rio Grande	Calado de 40 pés limita operação dos navios de maior porte		X				
			Navegação interior	Interferências da navegação interior com navios conteneiros oceânicos no aporte ao terminal especializado		X				
		Gargalos e elos faltantes aeroportuários	Terminal de carga Aeroporto Salgado Filho	Aumento de capacidade de processamento das cargas		X				
			Pisto do Aeroporto Salgado Filho	Extensão da pista limita carregamento de aviões de grande porte em vôos internacionais de longa distância		X				
			Aeroporto de Santo Ângelo	Extensão da pista limita operações de aeronaves		X				
		Gargalos e elos faltantes em plataformas terrestres	Plataformas terrestres de carga	Inexistência de concentrações geográficas de uma ou mais organizações voltadas ao transporte de mercadorias e de serviços auxiliares		X				
		Disfunção operacional	Laguna dos Patos	Ausência de carta de navegação eletrônica tipo S-57-DHN (Diretoria de Hidrografia e Navegação - Comando da Marinha)		X				
			Navegação noturna	Sinalização inadequada restringe a navegação noturna, ocasionando aumento dos custos operacionais e subutilização a frota		X				
			Terminais do Superporto do Rio Grande	Limitação da capacidade de carga e descarga nos terminais (barcaças com soja e derivados)		X				
			Conteineirização de cargas	Desequilíbrio entre conteineres recebidos e grande demanda pela expedição conteineirizada restringe expansão do transporte		X				
		Gargalos legais e institucionais	Liberação de cargas pela Receita Federal	Demora na liberação de cargas devido ao restrito horário de atendimento e a falta de adequação do Regulamento Aduaneiro		X				
			Áreas de controle integrado	Falta de integração entre Aduanas em fronteiras de países limítrofres e procedimentos em duplicidade		X				
			Problemas operacionais em Organismos Governamentais	Problemas operacionais devido à limitação de atuação de organismos governamentais (ICMS, IBAMA, Min Agricultura, ANVISA)		X				
			Problemas operacionais em outros Organismos	Problemas operacionais devido à limitação de atuação de outros organismos (SDAERGS, BB, BANRISUL)		X				

LOGÍSTICA

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	OBJETO	FONTE DA INFORMAÇÃO					
					CNT 2007	RUMOS	BMUND.	FPEx	OCERGS	SEINFRA/RS
			Alto custo do seguro de cargas	Adoção de índice de sinistralidade nacionais, que inclui os riscos da Bacia Amazônica		X				
			Plano Estratégico Porto do Rio Grande	Ausência de um Plano Estratégico para o porto do Rio Grande		X				
			Taxa de manuseio de contêineres no TECON Rio Grande	Taxa cobrada pelo TECON para desembarque de conteineres via hidrovia		X				
			Balanças fora de operação	Falta de recursos para manutenção e operação das balanças rodoviárias		X				
		Programa de Revigoramento do Setor de Transporte Rodoviário de Cargas	Concessão de tratamento tributário especial de ICMS sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte rodoviário	Aumentar a competitividade logística, através da alteração de alíquotas de ICMS de mercadorias, para uso em veículo utilizado exclusivamente em transporte de carga.						X
		Programa de Revigoramento do Setor de Transporte Hidroviário de Cargas	Concessão de tratamento tributário especial de ICMS sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte hidroviário	Aumentar a competitividade logística, através da alteração de alíquotas de ICMS de mercadorias, para uso em veículo utilizado exclusivamente em transporte de carga.						X

FÓRUM DEMOCRÁTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA SOCIEDADE CONVERGENTE
INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA

INVENTÁRIO PRELIMINAR DE INTERVENÇÕES E PROJETOS

ACESSOS MUNICIPAIS

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA - TRANSPORTE

RODOVIAS - ACESSOS MUNICIPAIS

REGIÃO FUNCIONAL 01

Corede 04 - Centro Sul

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA
1	4	RS/350	Pav. Acesso Mun.	ARAMBARÉ - CAMAQUÃ (ACESSO ARAMBARÉ)
1	4	RST/470	Pav. Acesso Mun.	BARAO TRIUNFO - LOTE 1 (POSTO DE GASOLINA FINAL DA ZONA URBANA MARIANA PIMENTEL)
1	4	RS/715	Pav. Acesso Mun.	SENTINELA DO SUL - CERRO GRANDE DO SUL
1	4	RS/350	Pav. Acesso Mun.	DOM FELICIANO - CHUVISCA (LOTE 02)
1	4	RS/711	Pav. Acesso Mun.	MARIANA PIMENTEL - BR/116 (LOTE II)
1	4	RS/713	Pav. Acesso Mun.	ACESSO A SERTÃO SANTANA (SEDE) - ENTRONCAMENTO BR/116

Corede 14 - Paranhana-Encosta da Serra

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA
1	14	RS/239	Pav. Acesso Mun.	RIOZINHO - ROLANTE (INCLUSIVE VARIANTE DE TRANSPOSIÇÃO DO RIO ROLANTE)

Corede 18 - Vale do Caí

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA
1	18	VRS/813	Pav. Acesso Mun.	FELIZ - LINHA NOVA

REGIÃO FUNCIONAL 02

Corede 20 - Vale do Rio Pardo

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA
2	20	421AM0030	Pav. Acesso Mun.	BOQUEIRÃO DO LEÃO - SÉRIO (INICÍO DO CALÇAMENTO)
2	20	416AM0010	Pav. Acesso Mun.	KM 11+020 (REDIESKE) - KM 27+549 (HERVEIRAS), ACESSO A HERVEIRAS
2	20	RS/347	Pav. Acesso Mun.	FINAL DO CALÇAMENTO EM IBARAMA - INICIO DO PAVIMENTO EM SOBRADINHO
2	20	400AM9010	Pav. Acesso Mun.	LAGOA BONITA SUL, FINAL DO CALÇAMENTO EM FRENTE AO CEMITÉRIO - RS/400
2	20	531AM0020	Pav. Acesso Mun.	ACESSO TUNAS (RUA OSCAR KAUFMANN - RST/4

Corede 21 - Vale do taquari

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA
2	21	424AM0010	Pav. Acesso Mun.	ACESSO A CANUDOS DO VALE
2	21	482AM0010	Pav. Acesso Mun.	CAPITÃO - ARROIO DO MEIO (LOTE I)
2	21	RS/425	Pav. Acesso Mun.	COQUIERO BAIXO - NOVA BRESCIA (LOTE II)
2	21	VRS/320	Pav. Acesso Mun.	RELVADO (SEDE) - RS/332
2	21	421AM0020	Pav. Acesso Mun.	RS/421 - SÉRIO (FRENTE PREFEITURA MUNICIPAL)
2	21	311AM9010	Pav. Acesso Mun.	FINAL CALÇAMENTO - VRS/311(EM VILA FORQUETA) - (ACESSO A TRAVESSEIRO)

REGIÃO FUNCIONAL 03

Corede 07 - Hortências

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA
3	7	RS/110	Pav. Acesso Mun.	ACESSO A JAQUIRANA RS/439

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA - TRANSPORTE

RODOVIAS - ACESSOS MUNICIPAIS

REGIÃO FUNCIONAL 03

Corede 16 - Serra

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA
3	16	386AM9175	Pav. Acesso Mun.	CORONEL PILAR (AV. CENTRAL) - RST/453 (ROTA DO SOL)
3	16	RS/355	Pav. Acesso Mun.	FAGUNDES VARELA - RST/470 (AC.FAGUNDES VARELA)
3	16	RS/126	Pav. Acesso Mun.	SÃO JORGE - GUABIJU - NOVA ARACÁ (ACESSO A SÃO JORGE)
3	16	ES/477	Pav. Acesso Mun.	SERAFINA CORREA - MONTAURI
3	16	RS/126	Pav. Acesso Mun.	SÃO JORGE - GUABIJU - NOVA ARACÁ (ACESSO A SÃO JORGE)
3	16	VRS/831	Pav. Acesso Mun.	GUAPORE - VILA OESTE - PULADOR
3	16	RS/441	Pav. Acesso Mun.	VISTA ALEGRE DO PRATA - GUAPORÉ (ACESSO)

Corede 25 - Campos de Cima da Serra

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA
3	25	RST/470	Pav. Acesso Mun.	ANDRE DA ROCHA - NOVA PRATA
3	25	RS/456	Pav. Acesso Mun.	ESMERALDA - BR/285
3	25	460AM0010	Pav. Acesso Mun.	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS - ENTRONCAMENTO BR/285
3	25	456AM0020	Pav. Acesso Mun.	PINHAL DA SERRA - ESMERALDA (ACESSO A PINHAL DA SERRA)
3	25	RS/443	Pav. Acesso Mun.	PROTÁSIO ALVES - NOVA PRATA
3	25	RS/020	Pav. Acesso Mun.	CAMBARÁ DO SUL - SÃO JOSÉ DOS AUSENTES

REGIÃO FUNCIONAL 04

Corede 08 - Litoral

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA
4	8	101AM9110	Pav. Acesso Mun.	DOM PEDRO DE ALCANTARA - BR/101
4	8	494AM9010	Pav. Acesso Mun.	MAMPITUBA - MORRINHOS DO SUL (FINAL DO CALÇAMENTO - ENTRONCAMENTO AV. PRINCIPAL)
4	8	RS/417	Pav. Acesso Mun.	TRÊS FORQUILHAS - BR/101

REGIÃO FUNCIONAL 05

Corede 17 - Sul

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA
5	17	RS/354	Pav. Acesso Mun.	FINAL ZONA URBANA (AMARAL FERRADOR) - ENTRONCAMENTO BR/116
5	17	737AM0010	Pav. Acesso Mun.	FIN.ZON.URBANA-ENTR.BR/116(AC.ARRO.PADRE
5	17	RS/706	Pav. Acesso Mun.	CERRITO - BR/293 (ALTO ALGRE)
5	17	RS/608	Pav. Acesso Mun.	PEDRAS ALTAS - ENTRONCAMENTO BR/293

REGIÃO FUNCIONAL 07

Corede 05 - Fronteira Noroeste

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA
7	5	472AM9110	Pav. Acesso Mun.	NOVA CANDELARIA (FINAL CALÇAMENTO) - VILA IVAGAÇI (INÍCIO CALÇAMENTO)
7	5	305AM9010	Pav. Acesso Mun.	NOVO MACHADO - TUCUNDUVA (RUA ANTONIO BARELA)
7	5	RS/575	Pav. Acesso Mun.	FINAL DO CALÇAMENTO DA RUA DO PORTO (PORTO VERA CRUZ) - RS/472
7	5	472AM9115	Pav. Acesso Mun.	SÃO JOSÉ DO INHACORA (FINAL CALCAMENTO) - RS/472
7	5	VRS/817	Pav. Acesso Mun.	SENADOR SALGADO FILHO - GIRUÁ (ENTRONCAMENTO RS/344)

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA - TRANSPORTE

RODOVIAS - ACESSOS MUNICIPAIS

REGIÃO FUNCIONAL 07

Corede 10 - Missões

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA
7	10	551AM9010	Pav. Acesso Mun.	EUGENIO DE CASTRO (SEDE) - ENTR. BR/285
7	10	RS/176	Pav. Acesso Mun.	GARRUCHOS (SEDE) - ENTR. BR/285 (LOTE 1)
7	10	RS/176	Pav. Acesso Mun.	GARRUCHOS (SEDE) - ENTR. BR/285 (LOTE 2)
7	10	RS/550	Pav. Acesso Mun.	FINAL DO CALCAMENTO(PIRAPÓ)BR/392 RS/550
7	10	RS/165	Pav. Acesso Mun.	ROLADOR - CERRO LARGO
7	10	392AM9110	Pav. Acesso Mun.	UBIRETAMA (FINAL DO CALCAMENTO) - ENTRON
7	10	285AM9160	Pav. Acesso Mun.	VITÓRIA DAS MISSÕES (SEDE) - ENTRONC. BR/285
7	10	RS/176	Pav. Acesso Mun.	GARRUCHOS (SEDE) - ENTR. BR/285 (LOTE 1)
7	10	RS/176	Pav. Acesso Mun.	GARRUCHOS (SEDE) - ENTR. BR/285 (LOTE 2)

Corede 12 - Noroeste Colonial

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA
7	12	RS/520	Pav. Acesso Mun.	CHIAPETA - INHACORA
7	12	539AM0010	Pav. Acesso Mun.	VILA BARRO PRETO (FRENTE PREFEITURA MUNICIPAL) - RS/155 (ACESSO A NOVA RAMADA)
7	12	573AM0010	Pav. Acesso Mun.	SAO VALERIO DO SUL (ACESSO) - RS/155

Corede 27 - Celeiro

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA
7	27	RS/163	Pav. Acesso Mun.	RST/472 (TENENTE PORTELA) - VISTA GAÚCHA - BARRA DO GUARITA (AC. A BARRA DO GUARITA)
7	27	RS/518	Pav. Acesso Mun.	BRAGA (FINAL CALÇAMENTO) - CAMPO NOVO (INÍCIO CALÇAMENTO)
7	27	RS/330	Pav. Acesso Mun.	TREVO RST/472 - ACESSO ENTRONCAMENTO LIGA TRÊS PASSOS (ACESSO À DERRUBADAS)
7	27	210AM9010	Pav. Acesso Mun.	SEDE NOVA (EIXO AV.MARODIN) - ENTR. BR/468
7	27	RS/163	Pav. Acesso Mun.	RST/472 (TENENTE PORTELA) - VISTA GAÚCHA - BARRA DO GUARITA (AC.A BARRA DO GUARITA)

REGIÃO FUNCIONAL 08

Corede 01 - Alto Jacuí

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA
8	1	342AM0010	Pav. Acesso Mun.	BOA VISTA DO CADEADO(FIN.ASFALTO)-RS/342
8	1	481AM9020	Pav. Acesso Mun.	BOA VISTA DO INCRA(FIN.CALCAMENT)-RS/481

Corede 03 - Central

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA
8	3	533AM0010	Pav. Acesso Mun.	CAPAO DO CIPÓ - ENTR RS/BR/377 (EM FRENTE A IGREJA) (ACESSO A CAPAO DO CIPÓ)
8	3	287AM9180	Pav. Acesso Mun.	DILERMANDO DE AGUIAR (CANTEIRO DA AVENIDA CENTRAL-TREVO SÃO PEDRO DO SUL-BR/237)
8	3	RS/524	Pav. Acesso Mun.	FINAL DO CALÇAMENTO (QUEVEDOS) - TOROPI
8	3	RS/348	Pav. Acesso Mun.	IVORA - SÃO JOÃO DO POLESINE E ACESSO A FAXINAL DO SOTURNO (LOTE 2)
8	3	305AM0020	Pav. Acesso Mun.	JARI (FINAL CALÇAMENTO DA AV. JARI) - TOROPI (ASFALTO DA AV. PRINCIPAL)
8	3	149AM9150	Pav. Acesso Mun.	PINHAL GRANDE - NOVA PALMA
8	3	RS/516	Pav. Acesso Mun.	SÃO MARTINHO DA SERRA - ENTRONCAMENTO BR/287 (SANTA MARIA)
8	3	RS/348	Pav. Acesso Mun.	VAL DA SERRA - IVORA (LOTE I)

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA - TRANSPORTE

RODOVIAS - ACESSOS MUNICIPAIS

REGIÃO FUNCIONAL 09

Corede 09 - Médio Alto Uruguai

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA
9	9	RS/591	Pav. Acesso Mun.	AMETISTA DO SUL - RS/324 (PLANALTO)
9	9	RS/317	Pav. Acesso Mun.	EM FRENTE PREFEITURA MUNICIPAL - BR/468 (ACESSO A DOIS IRMÃOS DAS MISSÕES)
9	9	324AM9095	Pav. Acesso Mun.	GRAMADO DOS LOUREIROS - RS/324
9	9	RS/323	Pav. Acesso Mun.	JABOTICABA - PINHAL - RODEIO BONITO
9	9	528AM0010	Pav. Acesso Mun.	AV. BREITENBASCH - S. TEREZINHA (AC. PINH.VALE)
9	9	486AM9010	Pav. Acesso Mun.	RIO DOS ÍNDIOS (FIN. CALCAMENTO - ENT. RS/406)

Corede 11- Noroeste

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA
9	11	RS/428	Pav. Acesso Mun.	ÁGUA SANTA - ENTRONCAMENTO BR/285
9	11	461AM0010	Pav. Acesso Mun.	CAPÃO BONITO DO SUL - LAGOA VERMELHA (AV. BENJ. BOLSONELO)
9	11	285AM0010	Pav. Acesso Mun.	EM FRENTE SERRARIA-TAPEJARA (STA. CECILIA)
9	11	465AM0010	Pav. Acesso Mun.	SANTO EXPEDITO DO SUL (FINAL PERÍMETRO URBANO) - RS/343
9	11	492AM0010	Pav. Acesso Mun.	TUPANCI DO SUL (FINAL DO PERÍMETRO URBANO)- SÃO JOSÉ DO OURO

Corede 13 - Norte

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA
9	13	137AM0010	Pav. Acesso Mun.	ACESSO A BARRA RIO AZUL (SEDE - ENTRONCA
9	13	RS/487	Pav. Acesso Mun.	FAXINALZINHO-BENJ.CONSTANT DO SUL-RS/480
9	13	485AM0010	Pav. Acesso Mun.	FINAL CALÇAMENTO - RS/126 (ACESSO CARLOS GOMES)
9	13	802AM9010	Pav. Acesso Mun.	CENTENARIO - VRS/802 (ACESSO A CENTENARIO)
9	13	RS/475	Pav. Acesso Mun.	CHARRUA - GETULIO VARGAS
9	13	RS/408	Pav. Acesso Mun.	ENTRE RIOS DO SUL - CRUZALTENSE
9	13	RS/487	Pav. Acesso Mun.	FAXINALZINHO-BENJ.CONSTANT DO SUL-RS/480
9	13	450AM0010	Pav. Acesso Mun.	FLORIANO PEIXOTO (FINAL CALÇAMENTO CARAMERI) - ENTRONCAMENTO RS475
9	13	RS/137	Pav. Acesso Mun.	ITATIBA DO SUL - ENTRONCAMENTO RST/480
9	13	RS/426	Pav. Acesso Mun.	MARIANO MORO-SEVERIANO DE ALMEIDA
9	13	RS/426	Pav. Acesso Mun.	MARIANO MORO - SEVERIANO DE ALMEIDA (L2)
9	13	408AM9120	Pav. Acesso Mun.	PONTE PRETA - ENTRONCAMENTO BR/408 (BARÃO DE COTEGIPE)
9	13	473AM0010	Pav. Acesso Mun.	QUATRO IRMAOS - EREBANGO

Corede 15 - Produção

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA
9	15	386AM9190	Pav. Acesso Mun.	COQUEIROS DO SUL - ENTRONCAMENTO BR/386 (LOTE I)
9	15	480AM0010	Pav. Acesso Mun.	CRUZALTENSE - CAMPINAS DO SUL
9	15	458AM0020	Pav. Acesso Mun.	RS/324-STO.ANTONIO DO PALMA(AC.STO.A.PALMA)-STO.A.DO PALMA-GENTIL(AC.GENTIL)
9	15	285AM0010	Pav. Acesso Mun.	MULITERNO (SEDE) - ENTRONCAMENTO BR/285
9	15	386AM9195	Pav. Acesso Mun.	NOVA BOA VISTA - ENTRONCAMENTO BR/386 (LOTE II)
9	15	458AM0020	Pav. Acesso Mun.	ENTR. RS/324 - STO ANTONIO DO PALMA
9	15	0	Pav. Acesso Mun.	DAVI CANABARRO - VANINI - SÃO DOMINGOS DO SUL - CASCA

INVENTÁRIO DE INFRA-ESTRUTURA - TRANSPORTE

RODOVIAS - ACESSOS MUNICIPAIS

REGIÃO FUNCIONAL 09

Corede 23 - Alto da Serra do Butocaraí

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA
9	23	,	Pav. Acesso Mun.	ITAPUCA - RS/332 (ACESSO A ITAPUCA)
9	23	RS/347	Pav. Acesso Mun.	SEGREDO - LAGOÃO
9	23	0	Pav. Acesso Mun.	IBIRAPUITA - NICOLAU VERGUEIRO (ACESSO A NICOLAU VERGUEIRO)

Corede 26 - Rio da Várzea

RF	CR	REFERÊNCIA	INTERVENÇÃO	LOCALIZAÇÃO DA OBRA
9	26	RS/325	Pav. Acesso Mun.	CERRO GRANDE - BR/386
9	26	143AM9010	Pav. Acesso Mun.	ENGENHO VELHO (FINAL DO CALÇAMENTO) - ENTRONCAMENTO RS/500 (CONSTANTINA)
9	26	325AM9010	Pav. Acesso Mun.	CERRO GRANDE(FIN.CALC)-RS/325(AC.LAJEADO DO BUGRE)
9	26	500AM9010	Pav. Acesso Mun.	NOVO XINGU (FINAL DO CALÇAMENTO) - ENTR.RS/500
9	26	386AM9175	Pav. Acesso Mun.	SAGRADA FAMÍLIA (FINAL PONTE RIO LAJEADO) - ENTRONCAMENTO BR/386
9	26	386AM9185	Pav. Acesso Mun.	SÃO JOSÉ DAS MISSÕES (SEDE) - BR/386
9	26	386AM9180	Pav. Acesso Mun.	SÃO PEDRO DAS MISSOES (FINAL DO CALÇAMENTO) - ENTRONCAMENTO BR/386

FÓRUM DEMOCRÁTICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PROGRAMA SOCIEDADE CONVERGENTE
INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA

INVENTÁRIO PRELIMINAR DE INTERVENÇÕES E PROJETOS

FONTE DE INFORMAÇÃO

RUMOS 2015

AGENDA 2020
www.agenda2020.org.br

PLANO DE LOGÍSTICA PARA O BRASIL CNT (CONFEDERAÇÃO NACIONALDE TRANSPORTE) 2007
www.cnt.org.br

CONNECTING TO COMPETE-BANCO MUNDIAL
www.worldbank.org.br

PNLT-PLANO NACIONAL DE LOGÍSTICA E TRANSPORTE DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTE
www.transporte.gov.br

SEINFRA-SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA
www.seinfra.rs.gov.br

DAER-DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADA E RODAGEM
www.daer.rs.gov.br

SUPRG-SUPERINTENDÊNCIA DO PORTO DO RIO GRANDE
www.portoriogrande.com.br

SPH-SUPERINTENDÊNCIA DE PORTOS E HIDROVIAS
www.sph.rs.gov.br

CRIAS-COMITÊ DAS ROTAS DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL
www.rotasdeintegração.org.br

FEPX-FÓRUM PERMANENTE DE EXPORTAÇÃO
www.sedai.rs.gov.br

IIRSA-INICIATIVA PARA LA INTEGRACION INFRAESTRUCTURA REGIONAL SURAMÉRICA
www.iirsa.org.br

Assembléia Legislativa

Estado do Rio Grande do Sul

FÓRUM DEMOCRÁTICO

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional
Praça Marechal Deodoro, 101 - CEP 90010-300 - Porto Alegre - RS
Fone (51) 3210.2926 / Fax (51) 3210.2624 - email: forum.democratico@al.rs.gov.br